



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TESE DE DOUTORADO

A CRISE DA RELIGIÃO NACIONAL: Conservadorismo político e religiosidade católica na série do ciclo da cana de açúcar de José Lins do Rego (1932-1943)

JUSCELINO BARROS DA SILVA FILHO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História. Orientador: Prof. Dr. Emerson César de Campos.

FLORIANÓPOLIS

2025

Banca examinadora:

Luciana Rossato

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

(Presidente)

Caroline Jaques Cubas

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

(Membro - Interno)

Walderez Simões Costa Ramalho

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

(Membro - Interno)

Michele Gonçalves Cardoso

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

(Membro - Externo)

Fabio Francisco Feltrin de Souza

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

(Membro - Externo)

Reinaldo Lindolfo Lohn

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

(Suplente - Interno)

Marcos Fábio Freire Montysuma

Universidade do Estado de Santa Catarina (UFSC)

(Suplente - Externo)

AGRADECIMENTOS

A jornada que culmina nesta tese, intitulada A CRISE DA RELIGIÃO NACIONAL: Conservadorismo político e religiosidade católica na série do ciclo da cana de açúcar de José Lins do Rego (1932-1943), é fruto de um complexo e belo entrelaçamento de esforços, apoios e inspirações. É com o coração transbordando de gratidão que eu, Juscelino Barros da Silva Filho, me volto a todos aqueles que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a materialização desta etapa tão significativa de minha vida acadêmica e pessoal.

Em primeiro e derradeiro lugar, elevo meu agradecimento a Deus, a fonte inesgotável de toda providência e sustento. 1 Tessalonicenses 5:18 diz: "Em tudo dai graças, porque esta é a vontade de Deus em Cristo Jesus para convosco". Reconheço que, com sua infinita misericórdia e orientação, encontrei a força, a sabedoria e a persistência necessárias para trilhar este caminho. Cada passo, cada superação e cada descoberta foram guiados por Sua mão amorosa, tornando possível não apenas o que se concretizou, mas também o que ainda está por vir. A Ele, toda a glória e honra.

Meu percurso acadêmico teve início em Natal, RN, onde cursei a graduação em História na Universidade Potiguar (2014-2017) e conheci amigos que marcaram minha trajetória, como Yan e Raí. Em Natal, também experienciei o mestrado no PPGH-UFRN (2018-2021), momento marcado no fim pela pandemia, que acabou prolongando a conclusão. A decisão de buscar o doutorado no PPGH UDESC FAED foi pontual, no fim da pandemia da COVID-19. Ainda cursei o primeiro semestre via Moodle (a distância), chegando a Florianópolis em 16 de janeiro de 2022, o que marcou uma nova etapa e capítulo em minha vida e pesquisa. O doutorado, desde o começo, foi singular e desafiador. Embora o primeiro semestre tenha transcorrido em formato remoto, foi pontuado por encontros enriquecedores com professores cuja paixão e didática marcaram profundamente minha formação.

A realização deste doutorado representa a concretização de um sonho acalentado desde 2014, quando iniciei a graduação. Venho de uma família humilde e de pessoas batalhadoras, e minha mãe, por exemplo, não teve a oportunidade de concluir o ensino médio. Por isso, cada etapa desta jornada foi marcada por um imenso esforço. Durante a graduação, conciliei os estudos com estágios como auxiliar

de crianças com necessidades especiais em uma prefeitura, e também como monitor de tecnologia na faculdade. No mestrado, cursei o programa sem bolsa e ministrei aulas paralelamente na Escola Adventista de Natal. Já no doutorado, tive o privilégio de receber apoio financeiro por meio de bolsa. Contudo, devido aos altos custos de moradia e alimentação em Florianópolis para sustentar minha família, e com a devida autorização da FAPESC, também ministrei aulas com carga horária reduzida no Colégio Adventista de Florianópolis (CAFC), entre 2023 e 2025. Foi preciso um esforço extraordinário para dar conta de todos os requisitos da pós-graduação, das responsabilidades familiares e da dedicação à pesquisa e à escrita desta tese.

À saudosa Márcia Ramos de Oliveira, cujo legado se encerrava em seu último semestre na universidade, minha sincera homenagem pela disciplina de Teoria e Metodologia da Pesquisa Histórica, que tão bem me instrumentalizou. Às queridas Cláudia Mortari, pelos instigantes estudos decoloniais, e Silvia Maria Fávero Arend, pelas valiosas discussões sobre História e Família, expresso minha profunda gratidão a estas três professoras. Ao professor Rogério Rosa Rodrigues, pela condução perspicaz na disciplina de Teoria da História do Tempo Presente, meu reconhecimento. Destaco ainda a professora Caroline Jaques Cubas, a quem sou grato pelo incentivo inicial para participar do edital de doutorado ainda no começo de 2021, e por sua instigante disciplina de História, Memória e Oralidade, na companhia do seu colaborador Leonardo Conedeira. Também agradeço à professora Viviane Trindade, pela valiosa condução na disciplina de História Pública.

E, de forma especial, ao professor Walderez Ramalho, fundamental em minha trajetória no doutorado. Professor das disciplinas de Teoria da História III (2021.2 e 2022.1), tive o privilégio de ser seu monitor no estágio docência, o que me permitiu um convívio próximo e enriquecedor. Sua amizade, conselhos e a participação na banca de qualificação foram apoios cruciais. A ele, minha admiração e eterna gratidão.

Ao meu orientador, professor Emerson César de Campos, devo a mais profunda gratidão. Seu suporte e compreensão foram os pilares que sustentaram este projeto. Sua empatia, abertura para o diálogo, pontualidade nas devolutivas e assertividade nas orientações foram cruciais. Além da expertise acadêmica, a

humanidade e a inteligência que o caracterizam são admiráveis e fontes de constante inspiração.

A concretização desta pesquisa não seria possível sem o apoio fundamental das agências de fomento à pesquisa. Expresso meu sincero agradecimento à CAPES, pelo financiamento nos meses iniciais (setembro a dezembro de 2021), e à FAPESC, que, com um apoio quase integral de março de 2022 a julho de 2025, tornou viável a dedicação plena a este trabalho de pesquisa.

A jornada acadêmica, por vezes solitária, foi aliviada e enriquecida pela companhia de meus queridos amigos da pós-graduação: Renan, Maurício Biscaia, Luís Felipe, Rodrigo Reis e Kleire. Nossos lanches no pós-aula, conversas, discussões e convites para eventos foram bálsamos que tornaram o percurso menos árido e muito mais prazeroso. A vocês, minha eterna gratidão pela partilha e camaradagem ao longo destes quatro anos.

À minha amada família, o alicerce de minha existência. À minha mãe, Maria Auxiliadora Andrade da Silva, por suas orações incansáveis que me cobriram de bênçãos. Ao meu pai, Juscelino Barros da Silva, por seus votos de prosperidade que sempre me impulsionaram. Às minhas irmãs, Aline Cristina e Jucilene Andrade, por suas palavras de incentivo e carinho que aquecem a alma. E aos amigos dados por Deus, verdadeiros irmãos de sangue, Leonardo Guesser, Yuri Bryan, Gabriel Coelho e Leonard Almeida, pela cumplicidade e apoio incondicional em todos os momentos. Um agradecimento especial a Diego José Fernandes Freire, meu primeiro orientador, ainda nos tempos de graduação. Sem sua visão e incentivo inicial, a semente desta pesquisa sequer teria sido plantada. Ao professor Durval Muniz de Albuquerque, pela fé depositada em meu potencial, pelas críticas construtivas e pelos conselhos que tanto me guiaram.

Por fim, minha gratidão se estende a todo o corpo de funcionários da Fundação Casa Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. A infraestrutura e a colaboração essencial que recebi para pesquisar o acervo da editora José Olympio foram determinantes, sem as quais grande parte das fontes e, conseqüentemente, da pesquisa, não teriam sido viáveis.

A todos, meu mais profundo e sincero agradecimento. Que este trabalho seja também um reflexo da generosidade e do suporte de cada um de vocês.

RESUMO

Esta tese analisa a obra de José Lins do Rego, especialmente seu *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, sob a ótica da crise da religião nacional e do conservadorismo político no Brasil das décadas de 1930 e 1940. O trabalho demonstra que a consagração do autor não foi uma mera demanda pela saudade, mas resultado de complexos fatores mercadológicos, políticos, institucionais e religiosos. A pesquisa detalha a instabilidade da religiosidade católica nas narrativas de José Lins do Rego, revelando a tensão entre a tradição dos engenhos e a modernidade. Evidencia-se uma fé patriarcal ambígua, contrastando com o ceticismo e a decadência espiritual de personagens como o protagonista Carlos de Melo. A análise também explora a religiosidade urbana, o sincretismo e a fragilidade da fé popular, além da instrumentalização da religião pelos novos senhores da Usina, que ignoravam preceitos divinos em sua lógica capitalista. Essa perda de autoridade da Igreja, a superficialidade da fé nas elites e a reconfiguração do papel feminino refletem a incerteza de uma sociedade em transição. O estudo também aborda as estratégias de circulação e consagração dos romances analisados, destacando o papel da Editora José Olympio e de José Lins do Rego como um agente ativo de vendas e divulgação. Sua interação com o aparato político-cultural do governo Vargas, marcada por um alinhamento ora implícito, ora de adequação e, por vezes, até com certas resistências, foi crucial para a legitimação do seu lugar enquanto intelectual e a disseminação de suas produções. Para enriquecer a compreensão dessa religião nacional e de suas raízes, a tese integra a análise do pensamento de Gilberto Freyre, explorando seu catolicismo cultural e como as heranças do passado persistem e moldam o presente. Baseada em extenso material documental, a tese revela a intrincada relação entre talento literário, estratégias de mercado e as dinâmicas de poder político, especialmente para autores regionalistas em um país em urbanização. Ao enfatizar o papel do catolicismo e sua articulação com questões de classe, gênero e poder, a pesquisa preenche uma lacuna historiográfica e ressignifica a obra de Rego na cultura brasileira.

Palavras-chave: José Lins do Rego; Crise da Religião Nacional; Gilberto Freyre; Catolicismo Cultural; Mercado Editorial; Conservadorismo Político; Modernidade Brasileira.

ABSTRACT

This thesis analyzes José Lins do Rego's work, especially his *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, through the lens of the crisis of national religion and political conservatism in Brazil during the 1930s and 1940s. The study argues that the author's consecration wasn't merely a demand for nostalgia, but resulted from a complex interplay of market, political, institutional, and religious factors. The research details the instability of Catholic religiosity in Lins do Rego's narratives, revealing the tension between plantation tradition and modernity. It highlights an ambiguous patriarchal faith, contrasting with the skepticism and spiritual decadence of characters like the protagonist Carlos de Melo. The analysis also explores urban religiosity, syncretism, and the fragility of popular faith, alongside the instrumentalization of religion by the new Usina masters, who disregarded divine precepts in their capitalist logic. This loss of Church authority, the superficiality of elite faith, and the reconfiguration of women's roles reflect the uncertainty of a society in transition. The study further examines the circulation and consecration strategies of the analyzed novels, emphasizing the role of Editora José Olympio and José Lins do Rego as active sales and promotion agents. His interaction with the Vargas government's political-cultural apparatus, characterized by an alignment that was sometimes implicit, sometimes adaptive, and occasionally met with resistance, proved crucial for legitimizing his position as an intellectual and disseminating his works. To enrich the understanding of this national religion and its roots, the thesis integrates an analysis of Gilberto Freyre's thought, exploring his cultural Catholicism and how past legacies persist and shape the present. Based on extensive documentary material, this thesis reveals the intricate relationship among literary talent, market strategies, and political power dynamics, especially for regionalist authors in an urbanizing Brazil. By emphasizing the role of Catholicism and its articulation with issues of class, gender, and power, this research fills a historiographical gap and re-signifies Lins do Rego's work in Brazilian culture.

Keywords: José Lins do Rego; Crisis of National Religion; Gilberto Freyre; Cultural Catholicism; Publishing Market; Political Conservatism; Brazilian Modernity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
O Lugar do Escritor na Crise: José Lins do Rego, Redes e o Mercado Editorial Brasileiro	34
A Religiosidade Católica em Crise: Espaços de Experiência e Horizontes de Expectativa no <i>Ciclo da Cana-de-Açúcar</i>	67
Construindo o Romancista: José Olympio, Estratégias Editoriais e a Legitimação do Conservadorismo Político	121
A Demanda pela Saudade como Estratégia: Recepção, Consagração e as Disputas pelo Passado Nacional	142
Formação da Religião Nacional: Gilberto Freyre, suas Relações e o Catolicismo Cultural Brasileiro.....	167
CONCLUSÃO	196
REFERÊNCIAS.....	201

INTRODUÇÃO

Nascido¹ em 3 de julho de 1901, em Pilar, Paraíba, José Lins do Rego consolidou-se como um dos mais importantes escritores brasileiros do século XX. Filho de José Lins do Rego Cavalcanti e Amélia Lins do Rego. O autor passou sua infância e parte da adolescência nos engenhos de açúcar da região, uma experiência que moldou profundamente sua obra literária. Ele teve quatro filhos, sendo três homens e uma mulher. Seu colegial foi cursado em João Pessoa e em Recife, onde mais tarde ingressou na Faculdade de Direito. Durante a universidade, José Lins do Rego não se limitou aos estudos jurídicos; ao contrário, ele aprofundou sua relação com a literatura através da escrita de artigos de crítica literária² para jornais e revistas da época.

A pesquisa sobre a trajetória literária de José Lins do Rego se concentra, primariamente, na análise aprofundada de seus romances. Contudo, essa investigação toma como premissa a indispensável análise do jogo de influências recíprocas entre o autor, seu editor José Olympio e seu amigo Gilberto Freyre, entendendo que a consolidação de sua obra no cenário nacional se fundamentou nesse processo dialético. A proximidade com Freyre, figura central do movimento regionalista e por muitos visto como um mentor intelectual, expôs o autor a um rico ambiente de debates sobre identidade e cultura nordestina. Já a parceria com José Olympio, seu editor predileto até o fim da vida, foi crucial para a mediação e a projeção de sua obra no país, garantindo-lhe visibilidade e circulação dentro de um cenário literário altamente competitivo.

Desta forma, a metodologia deste trabalho busca analisar como esse jogo dialético de influências, pontos de vista e movimentos agrega à problematização do objeto. Ao contrapor os escritos do romancista com as figuras de seu editor e amigo, este estudo aprofunda a análise dos próprios romances, examinando as tensões e os

¹ As informações biográficas e factuais sobre José Lins do Rego utilizadas ao longo desta tese que não foram referenciadas, datas de nascimento, locais de infância e formação, além de outros dados biográficos, foram extraídas de HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. ABC de José Lins do Rego. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

² REGO, José Lins do. Ligeiros traços: escritos da juventude. Organização de César Braga Pinto. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

diálogos que perpassam a produção literária. Entender essa dinâmica é fundamental para perceber as camadas de significado de sua produção literária.

A fama de José Lins do Rêgo como um dos grandes nomes da literatura brasileira se deve, em grande parte, ao chamado *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, que é o corpus documental central da minha pesquisa. Este ciclo é composto fundamentalmente por cinco romances que se complementam, explorando a decadência do universo patriarcal dos engenhos de açúcar: *Menino de Engenho* (1932), que apresenta a infância do protagonista Carlos de Melo nos engenhos e sua relação com a família; *Doidinho* (1933), que narra a adolescência de Carlos no colégio, em João Pessoa; *Banguê* (1934), que mostra o retorno de Carlos ao engenho e seu confronto com a modernização e a falência do antigo sistema; *O Moleque Ricardo* (1935), que expande a narrativa ao sair do engenho e ir para a cidade, abordando a vida urbana e as questões sociais da classe operária; e *Usina* (1936), que encerra o ciclo com a derrota definitiva do engenho familiar frente à industrialização da usina.

Embora a expressão *Ciclo da Cana-de-Açúcar* tenha sido concebida em 1936 pelo autor, é crucial entender que ela não se limita aos cinco primeiros romances de José Lins do Rêgo. A crítica literária e os estudiosos, ao longo do tempo, incorporaram à coleção o romance *Fogo Morto* (1943), obra-prima que eleva e completa o ciclo. Este romance final não só aprofunda a temática da decadência dos engenhos, mas também introduz uma nova perspectiva narrativa, com as histórias do Mestre José Amaro e do Capitão Vitorino Carneiro da Cunha, consolidando o conjunto como um dos grandes momentos do modernismo brasileiro, utilizamos o termo conforme uso dos críticos, incorporando este romance a coleção e justificando o recorte temporal da pesquisa com base nestas demarcações temporais de publicação, do primeiro e do último romance da série.

Ainda que o ciclo seja o objeto central da minha pesquisa, a vasta produção de José Lins do Rêgo se estende por diversos gêneros e temáticas. Ele escreveu outros romances significativos, como *Pureza* (1937) e *Riacho Doce* (1939), que exploram o misticismo e o lirismo nordestino, bem como obras de caráter memorialista e biográfico, como *Histórias da Velha Totônia* (1936) e *Meus Verdes Anos* (1956). Títulos como *Gordos e Magros* (1942) e *Poesia e Vida* (1945) revelam sua faceta

como cronista e ensaísta, e até mesmo obras menos conhecidas como *Cangaceiros* (1953) e *Eurídice* (1947) atestam a pluralidade de sua escrita. No entanto, foi o *ciclo da cana-de-açúcar*, agora corretamente compreendido como uma coleção de seis romances, que solidificou sua reputação e o tornou uma figura central do modernismo brasileiro e do movimento regionalista e tradicionalista do Nordeste, sendo o foco da minha investigação.

A produção literária de José Lins do Rego tem-se constituído como objeto de estudo de diversos campos disciplinares dentro das ciências humanas, especialmente para estudiosos da linguagem, sociólogos e historiadores. No cenário acadêmico, destaco a obra de José Aderaldo Castelo, *José Lins do Rêgo: modernismo e regionalismo* (1961), como um ponto de partida fundamental para a compreensão do autor. Compreendi que este estudo se destacou por sua contribuição em organizar uma estrutura de fatos que se tornaram pertinentes para a interpretação dos romances de Rego, abordando, por exemplo, a amizade com Gilberto Freyre e o vínculo com o projeto Regionalista e Tradicionalista de Recife. Conforme a própria obra de Castelo esclarece sobre sua abordagem:

Partimos de uma visão ampla do momento que condicionou a obra de José Lins do Rego, para apreciar e seguir a sua própria formação e as suas ideias críticas e chegar à compreensão e valorização dos seus romances, considerados como criação de natureza memorialista e primitivista em relação com o regionalismo e o tradicionalismo do grupo de Recife e de Gilberto Freyre. Nestas condições, estaremos sempre com vistas voltadas para o modernismo brasileiro, tanto que, estabelecidas as relações indispensáveis, reconheceremos, afinal, o espírito que presidiu a unidade substancial desse movimento ao lado de suas mais legítimas raízes nacionais³.

Suas pretensões giravam no entorno da produção de José Lins do Rego, mas não tocaram nas especificidades da produção literária, a saber: personagens, espaços, dimensão simbólica e estrutura narrativa. Este trabalho visou defender a singularidade do movimento regionalista e tradicionalista de Recife frente ao modernismo paulista, assim como também afirmar a natureza modernista do movimento regionalista e tradicionalista do Nordeste. A abordagem de Castelo partiu da vida pessoal de José Lins do Rego até chegar à faculdade, apresentou a amizade

³ CASTELLO, José Aderaldo. *José Lins do Rêgo: Modernismo e Regionalismo*. São Paulo: Edart, 1961, P.23.

estabelecida com Gilberto Freyre e destacou a importância da associação do autor com o grupo regionalista e tradicionalista. A partir deste trabalho, percebi uma costura de três períodos – a vida como estudante, o laço de amizade com Gilberto Freyre, e o vínculo com o grupo regionalista e tradicionalista – que se tornaram uma espécie de estrutura interpretativa ou, até mesmo, uma tradição narrativa entre os intérpretes de José Lins do Rego.

A historiografia sobre a obra de José Lins do Rego demonstra uma rica e contínua trajetória de pesquisa, evoluindo de abordagens iniciais de natureza biográfica e factual para análises mais complexas e interdisciplinares. O artigo de Maria Thereza Venuzo (1972), por exemplo, se interessou pelas relações de trabalho nos engenhos, enquanto a tese de Iranilson Buriti de Oliveira (1997) e a de Rodrigo Ceballos (2003) buscaram entender as condições de possibilidade para a emergência de discursos de crise em um determinado período histórico.

A partir dos anos 1990, com a tese de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, *O Engenho Anti-Moderno* (1994), o campo ganhou novas perspectivas. Ele focou na construção simbólica e na invenção de identidades regionais e nacionais, um avanço metodológico que influenciou trabalhos posteriores, como os de Neroaldo Pontes de Azevedo, em *Modernismo e Regionalismo: (os anos 20 em Pernambuco)* (1996), e de Mariana Miggiolaro Chaguri, em *Do Recife nos anos 20 ao Rio de Janeiro nos anos 30* (2007). A historiadora Monica Pimenta Velloso também contribuiu com a discussão ao aprofundar o conceito de modernismo em sua obra *História & Modernismo* (2010). Mais recentemente, a narrativa histórico-cronológica dos estudos sobre José Lins do Rego ganhou um novo contorno com a dissertação que virou livro *Contando o passado e tecendo saudade* (2015) do historiador Diego José Fernandes Freire. Essa pesquisa se destacou por dar ênfase às chamadas rodas literárias maceioenses, inaugurando um novo período/ciclo na narrativa sobre o autor. Longe de pretender elaborar um trabalho excessivamente sociológico, o estudo buscou analisar as especificidades da criação literária de José Lins do Rego. Percebi que, embora *Contando o passado e tecendo saudade* ofereça discussões valiosas sobre o caráter singular do movimento regionalista e tradicionalista do Nordeste em relação à Semana de Arte Moderna de 1922, e demonstre a natureza modernista e autônoma do movimento de Recife liderado por Gilberto Freyre nos anos 1920, ele deixou

lacunas na interpretação dos significados agenciados na literatura de José Lins do Rego.

As pesquisas continuaram a se aprofundar em aspectos específicos da obra do autor. Simone Silva, em seu artigo *As “rodas” literárias no Brasil nas décadas de 1920-30* (2008), trouxe um novo olhar sobre as influências intelectuais que moldaram o romancista. Já Juscelino Barros da Silva Filho, em sua dissertação *Os espaços da modernidade* (2021), aprofundou a análise das interações entre espaços simbólicos e suas alteridades na literatura, evidenciando o quão robusto o debate historiográfico se tornou.

Todos esses trabalhos, de forma direta ou indireta, contribuíram para a compreensão de questões de poder, saber, gênero e, mais recentemente, a construção dos espaços se tornou uma chave interpretativa do autor do ponto de vista historiográfico. A presente pesquisa, portanto, se insere neste debate historiográfico ao explorar uma lacuna significativa: o papel do espaço religioso católico na literatura de José Lins do Rego como um elemento central de construção simbólica.

A presente tese se beneficia, ademais, de uma investigação *in loco* que realizei no acervo da Editora José Olympio, custodiado pela Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. Essa investigação foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), com apoio contínuo de março de 2022 a julho de 2025, período que abrangeu quase todo o meu doutorado. A imersão nas cartas trocadas entre autores, editores e outros agentes do campo literário ocorreu em novembro de 2022. Durante os três dias em que estive no Rio de Janeiro, com passagens de ida e volta custeadas pela PROAP do PPGH UDESC FAED, dediquei-me à visita do acervo, à digitalização de fontes e ao contato com herdeiros dos direitos autorais das fontes. Inclusive, estabeleci comunicação com a neta de José Olympio. Esse contato direto com as dinâmicas e as tensões que moldaram o mercado editorial brasileiro na primeira metade do século XX, por meio dessa pesquisa primária, ofereceu insights valiosos para a compreensão da ascensão de José Lins do Rego e de como sua obra foi recebida e circulou em seu tempo.

A obra multifacetada de José Lins do Rego, imersa no universo do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, constitui um fértil campo de investigação para a compreensão das intrincadas relações entre literatura e sociedade no Brasil das décadas de 1930 e

1940. Em consonância com a perspectiva de Antônio Candido, que explora as dimensões sociais e políticas da literatura, eu me debruço sobre como as narrativas do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* não apenas refletem as condições históricas e sociais de seu tempo, mas também atuam na produção de significados, na conformação de identidades e na própria tessitura da linguagem.

Existe, nessa dinâmica, uma alteridade espacial fundamental entre o campo e a cidade, de modo que, como argumenta Raymond Williams, “o campo e a cidade não são apenas localizações geográficas, mas complexos sistemas de relações sociais e econômicas” (WILLIAMS, 1989, p. 1). Essa distinção se manifesta na obra de Rego por meio da contraposição espacial entre o engenho e a cidade. O engenho representa o espaço de tradição e de relações sociais hierarquizadas, enquanto a cidade é compreendida não apenas como um espaço geográfico, mas como um locus de emergência da modernidade e das novas dinâmicas sociais.

Utilizando o conceito no sentido foucaultiano, o *locus* se refere à posição específica e às condições históricas de onde um discurso ou conhecimento é produzido. Para Michel Foucault, o lugar de enunciação nunca é neutro; ele é determinado por relações de poder e por saberes instituídos. Assim, a cidade surge como o espaço onde novos discursos sobre o progresso e a modernidade ganham autoridade, confrontando as tradições do engenho. Um espaço ajuda a definir o outro em um diálogo constante de influências e tensões, e é essa contraposição que a literatura de José Lins do Rego expõe com maestria.

Nessa realidade de reacomodação social, marcada pela tensão entre o arcaísmo agrário e os avanços da modernidade urbana, a emergência de novos atores e a reconfiguração de antigas hierarquias contribuíram para um quadro de instabilidade que se manifestou em diversas faces da vida brasileira. A literatura de José Lins do Rego, como em *O Moleque Ricardo*, ilustra vividamente essa dinâmica. Nesse romance, o personagem principal, ao migrar do campo para a cidade, utiliza o trem – um símbolo pujante da modernidade do século XIX e da transição da Monarquia para a República no Brasil. Essa jornada ferroviária não é apenas um deslocamento geográfico, mas representa a incursão em novas dinâmicas sociais e a confrontação com a realidade urbana em plena transformação.

Aprofundando essa análise, compreendo que o tema da integração do negro na sociedade brasileira no advento da República dialoga diretamente com a obra de Lins do Rego. Nesse sentido, a pesquisa de Florestan Fernandes em *A integração do negro na sociedade de classes* (2008) oferece um arcabouço fundamental para pensar as complexidades da condição negra no Brasil e sua interação com as transformações sociais. Essa perspectiva, aliada a uma historiografia que discute a marginalização e a participação dos negros nos primeiros anos da República, permite sublinhar como a obra literária reflete e, ao mesmo tempo, constrói os significados dessa experiência histórica e social.

Essa instabilidade, permeada por crises de masculinidade e de classe, conforme aponta Durval Muniz de Albuquerque Júnior em obras como *A Invenção do Nordeste* (2011), será aqui abordada sob uma perspectiva da História Social da Literatura, com foco na simbologia religiosa, em particular no espaço religioso católico, e sua objetivação inserida na realidade histórico e literário da obra de José Lins do Rego. Essa abordagem busca privilegiar uma leitura que articula a análise literária com a compreensão das estruturas sociais e culturais da época. Como argumenta Albuquerque Júnior, a própria noção de Nordeste é uma construção histórica complexa, moldada por discursos e relações de poder específicas. Ao analisarmos os espaços na obra de José Lins do Rego, portanto, é crucial reconhecer que eles também participam dessa construção de identidades regionais e de gênero.

A meu ver, o foco na simbologia religiosa e no espaço católico nos permite observar como as representações de masculinidade e de classe se articulam dentro de um sistema de crenças e práticas espaciais específicas. Em *Nordestino: invenção do falo* (2013), Albuquerque Júnior explora como a figura do homem nordestino foi historicamente construída, muitas vezes em contraste com modelos de masculinidade hegemônicos. Ao analisarmos os personagens masculinos de José Lins do Rego em seus espaços de atuação – a igreja como local de reafirmação de poder patriarcal, o engenho como palco de disputas de classe e de gênero – podemos identificar as tensões e as crises que permeiam essas identidades em cenário de mudanças sociais e econômicas. A própria simbologia religiosa, com seus códigos de conduta e suas hierarquias, oferece um terreno fértil para a análise dessas dinâmicas de poder e das instabilidades que as ameaçam.

Em meu arcabouço teórico, o conceito de espaço se revela fundamental para a análise da obra de José Lins do Rego. Inspirado por Linda Hutcheon, eu compreendo o espaço literário como um espaço simbólico carregado de significados culturais e ideológicos. Para Hutcheon, a literatura, assim como outras formas de representação cultural, está intrinsecamente ligada a dinâmicas de poder e à construção de identidades. Como ela argumenta, "a ficção histórica pós-moderna instala e então subverte as convenções do gênero para desnaturalizar as categorias ideológicas de nossa cultura" (HUTCHEON, 1988, p. 11). Nesse sentido, os engenhos, as igrejas, as cidades e até mesmo a caatinga em seus romances não são meros cenários, mas locais onde as tensões sociais, as identidades de classe e as representações de poder se manifestam concretamente, muitas vezes através de uma lente que questiona as narrativas dominantes. A simbologia religiosa católica, em particular, ganha corpo nesses espaços, refletindo e, por vezes, contestando a ordem social vigente, atuando como um campo de disputa ideológica onde tradição e modernidade se confrontam.

A poética desses espaços, tal como explorada por Gaston Bachelard, também se mostra relevante na medida em que em seus escritos a ideia da junção dos sujeitos, espaços, afetos e vínculos assume papel quase inato na experiência humana. A igreja na literatura, por exemplo, emerge não apenas como um local de culto, mas como um refúgio onde a alma busca consolo e transcendência. Como Bachelard nos lembra, "a casa, com seus cantos, é nosso berço. Guardamos nela as recordações dos primeiros sonhos" (BACHELARD, 2000, p. 25). De maneira análoga, a igreja, para muitos personagens de José Lins do Rego, representa um espaço primordial de segurança espiritual e de conexão com a memória ancestral da fé. O engenho, por sua vez, transcende a sua função econômica, carregando consigo a marca da imemorialidade, o peso da história familiar e das relações de poder estabelecidas ao longo das gerações. A casa, seja a casa-grande ou a senzala, torna-se um palco onde se desenrolam as dinâmicas de intimidade e conflito, um "corpo de imagens fixas" (BACHELARD, 2000, p. 17) que aprisiona e liberta emoções. Todos esses lugares ressoam com uma carga afetiva e arquetípica que a literatura de José Lins do Rego explora profundamente. A maneira como seus personagens habitam e

se relacionam com esses espaços revela suas experiências subjetivas e sua inserção em um mundo em transformação.

Ademais, a lente de Michel de Certeau nos permite analisar o espaço literário como fruto de práticas. Como o autor argumenta, "o espaço é um lugar assim praticado" (CERTEAU, 1996, p. 202). Os rituais religiosos que ocorrem nas igrejas, o trabalho árduo nos engenhos, as caminhadas pela caatinga – todas essas ações inscrevem significados nos lugares, transformando-os em espaços vividos e carregados de memória. Para De Certeau, essas práticas cotidianas, muitas vezes sutis e não codificadas, são formas de apropriação do espaço, maneiras pelas quais os indivíduos habitam e fazem seu o lugar imposto. Nesse sentido, a narrativa literária de José Lins do Rego, ao detalhar essas ações, nos convida a observar como "a espacialidade ocorre como o efeito de operações" (CERTEAU, 1996, p. 203), ou seja, como o espaço se constitui através das práticas sociais. A própria narrativa de José Lins do Rego, ao descrever esses espaços e as práticas que os animam, nos convida a compreender como o social e o espacial se imbricam na construção da realidade ficcional.

Para investigar a natureza da representação das tradições e instituições religiosas na obra de José Lins do Rêgo, em um contexto de profundas transformações, este trabalho instrumentaliza o conceito de conservadorismo. Para essa tarefa, a pesquisa parte da definição oferecida por Roger Scruton, que estabelece um arcabouço teórico ao priorizar a compreensão dos fenômenos a partir de sua natureza intrínseca e de suas raízes históricas. No entanto, o presente estudo não o adota integralmente, mas sim o tensiona, principalmente ao problematizar a sua negação de que o conservadorismo seja uma ideologia. A partir desse diálogo crítico, a análise busca ir além de uma visão abstrata, examinando como as tradições e instituições católicas, em um contexto de crise, foram articuladas por José Lins do Rêgo de forma que podem ser lidas como um projeto ideológico. Isso permite evitar a interpretação de que o objeto de estudo é um mero produto de sua oposição ou negação, buscando compreender o seu sentido a partir de um exame aprofundado de sua própria realidade histórica.

Embora a reflexão de Roger Scruton sobre o conservadorismo seja útil pois traz para o termo uma definição, isto é, conservadorismo tem a ver com atitude, e não

propriamente uma ideologia, ele argumenta que "ser conservador é preferir o familiar ao desconhecido, o experimentado ao não testado, o fato ao mistério, o real ao possível" (SCRUTON, 2015, p. 17), considero essa tentativa de distanciar o conservadorismo do seu caráter ideológico problemática.

Para Scruton, os conservadores, apegados àquilo que o tempo provou, ao que lhes é familiar e constitui parte de suas vidas, de seu ambiente e de sua cultura, conseguem discernir com clareza qualquer tentativa de interferência que, de alguma forma, ameace sua identidade.

O conservadorismo surge da sensação de pertencimento a alguma ordem social contínua e preexistente da percepção de que esse fato é importantíssimo para determinar o que fazer. A ordem em questão pode ser a de um clube, a de uma sociedade, a de uma classe [...] O instinto conservador fundamenta-se, pois, naquele sentimento: é a ratificação da vitalidade histórica, a percepção que o indivíduo tem do desejo de viver de sua sociedade (SCRUTON, 2015, p. 51).

Essa visão da sociedade, longe de ser um mero apego desprovido de justificativa, possui relevância significativa para o desenvolvimento da análise: "O conservadorismo pressupõe a existência de um organismo social. Sua política tem interesse em conservar a vida desse organismo em meio à doença e à saúde, na mudança e na decadência" (SCRUTON, 2015, p. 57-58). Em busca da essência ou da alma da sociedade, em um conjunto intrincado de elementos nos quais a religião se insere como parte dessa identidade, assim como a própria constituição ou os costumes dela emanados, o conservadorismo, sob a perspectiva de Scruton, não poderia ser definido apenas como uma ideologia.

Com base nas definições encontradas no *Dicionário de Conceitos Históricos* sobre o tópico de ideologia, e explorando a etimologia da palavra, podemos problematizar a tentativa de Roger Scruton de subtrair o conservadorismo da esfera das ideologias. O termo ideologia deriva do grego *idea* (aparência, forma, representação) e *logia* (estudo, tratado), cunhado no final do século XVIII para designar um estudo das ideias. Inicialmente, possuía uma conotação neutra, referindo-se a um sistema de pensamento filosófico. Contudo, ao longo do tempo, o termo adquiriu camadas de significado, frequentemente associadas a um conjunto de

ideias que fundamentam ações políticas e sociais, comumente carregadas de valores e visões de mundo específicas.

Considerando essa evolução semântica, a afirmação de Scruton de que o conservadorismo seria mais uma atitude do que uma ideologia parece negligenciar a maneira como esse conjunto de preferências – pelo familiar, pelo experimentado, pelo fato – inevitavelmente se traduz em princípios e diretrizes para a organização social e política. Mesmo que Scruton enfatize a dimensão da preferência individual e da experiência acumulada, essa atitude compartilhada por um grupo social em relação à preservação de certas instituições, valores e práticas históricas constitui, em si, um sistema de ideias que influencia a ação coletiva.

O próprio apelo de Scruton à vitalidade histórica e ao desejo de viver de sua sociedade revela um conjunto de valores subjacentes: a importância da continuidade, da tradição e da coesão social. Esses valores, quando mobilizados para justificar ou orientar políticas e a manutenção de estruturas de poder, adquirem inegavelmente um caráter ideológico. Mesmo que o conservadorismo se apresente como uma reação pragmática a mudanças radicais, sua defesa de uma ordem social específica e sua resistência a certas formas de inovação repousam sobre pressupostos e crenças sobre a natureza da sociedade, do progresso e da mudança – elementos centrais à definição de uma ideologia.

Portanto, ao analisar o conservadorismo não apenas como uma disposição psicológica individual, mas como um fenômeno social e político, torna-se difícil dissociá-lo completamente do conceito de ideologia. A preferência pelo familiar e pelo testado, embora possa ter raízes em inclinações individuais, ganha contornos ideológicos quando se articula em uma visão coerente de mundo que busca preservar ou restaurar uma determinada ordem social, influenciando assim o debate público e a ação política. A própria tentativa de Scruton de definir e defender o conservadorismo demonstra um esforço para articular um sistema de pensamento, ainda que ele o qualifique como uma mera atitude.

Contrariamente a essa visão que minimiza o caráter ideológico do conservadorismo, David Koysis, em *Visões e Ilusões Políticas* (2014), defende que o conservadorismo se configura inequivocamente como uma ideologia, embora reconheça sua natureza não unificada e sua resistência a uma postura doutrinária

rigidamente definida. Para Koysis, “O conservadorismo é, pelo menos, um tipo de ideologia diferente [...] apresenta, sim, as principais marcas de uma ideologia” (KOYSIS, 2014, p. 88). A questão central por ele levantada – “Se alguém se diz conservador, é preciso antes de tudo esclarecer o que a pessoa deseja conservar” (KOYSIS, 2014, p. 91) – explicita a contingência e a especificidade dos projetos conservadores, um ponto que a ênfase de Scruton na atitude individual tende a obscurecer.

Koysis argumenta que o conservadorismo se caracteriza por um peso significativo atribuído à tradição, compreendida como a experiência acumulada e a sabedoria das gerações passadas, e por uma valorização da comunidade limitada de membros, tendendo ao localismo. A imagem de impedir que a deterioração das ruínas avance ilustra a postura ativa de preservação de um legado específico. A diversidade interna ao conservadorismo, abrangendo desde vertentes românticas até visões organicistas ou estáticas da sociedade, reforça sua complexidade ideológica.

Essa compreensão do conservadorismo como um campo ideológico multifacetado e contextualizado, e não apenas como uma disposição individual, revela-se fundamental para a análise da obra de José Lins do Rego. Permite-nos examinar como as representações literárias do autor se inserem em um espectro político e cultural específico, frequentemente marcado por uma visão idealizada do passado em tensão com as transformações do presente. A idealização do mundo agrário, as hierarquias sociais tradicionais e a centralidade da religião em suas narrativas podem ser interpretadas como manifestações literárias de uma sensibilidade conservadora que busca preservar ou evocar uma ordem social em face das mudanças da modernidade. Ao adotar essa perspectiva teórica, a presente tese busca analisar a obra de José Lins do Rego não apenas como um reflexo de seu tempo, mas como uma intervenção literária que dialoga ativamente com as tensões ideológicas e culturais do Brasil da primeira metade do século XX.

A obra *Revisão do Pensamento Conservador* (2010), organizada por Gabriela Nunes Ferreira e André Botelho, oferece importantes insights. Ao analisar a trajetória do pensamento conservador no Brasil, os autores destacam em Gilberto Freyre, amigo pessoal de José Lins do Rego, um “[...] apreço pela tradição e pelas formas orgânicas de organização social, contrapondo-se ao individualismo e ao racionalismo

abstrato do liberalismo burguês” (FERREIRA; BOTELHO, 2010, p. 87) que, de certo modo, se relaciona com a caracterização do conservadorismo presente no grupo regionalista e tradicionalista do Nordeste ao qual José Lins do Rego estava inserido. Essa perspectiva me ajudará a contextualizar as representações da religiosidade católica na obra do autor dentro de um campo ideológico específico, marcado por uma nostalgia do passado e uma crítica à ordem burguesa.

A presente pesquisa conduz a análise da imbricação entre a instabilidade histórica e sua representação literária por meio de um diálogo entre a História Social da Literatura e os pressupostos teóricos da História do Tempo Presente. No que concerne às questões de tempo, o trabalho adota o arcabouço conceitual de Reinhart Koselleck, para quem há uma concepção de história subjacente a toda e qualquer noção de tempo. O historiador alemão elaborou suas categorias visando tensionar a discussão sobre o tema, afirmando que "não há conceito sem história" (KOSELLECK, 2006, p. 19).

A partir de suas reflexões em *Extratos do Tempo*, Koselleck propõe três noções fundamentais das quais a terceira é a mais importante na presente pesquisa: espaço de experiência, horizonte de expectativa e extratos de tempo. Ele define a experiência como "um passado presente, cujo horizonte é dado, em cada caso, pela presença de um futuro" (KOSELLECK, 2014, p. 30). Nesse sentido, a temporalidade presente da narrativa, onde os personagens se situam, ressoa o passado dos engenhos e das tradições, enquanto as projeções de um futuro incerto ajudam a moldar suas percepções e ações. Esse olhar, que pressupõe a existência de diferentes extratos de tempo nos romances de José Lins do Rego, justifica a pesquisa no contexto da História do Tempo Presente, evidenciando as fraturas e continuidades de um período de profundas transformações.

Além das fraturas temporais, a pesquisa entende a religiosidade católica, em sua representação literária, como um sistema de repetições e estratificações, onde é possível constatar tanto rupturas quanto continuidades. Toda e qualquer instituição, para sobreviver, precisa de um mínimo de rituais e repetições. A experiência da religiosidade do autor e de seus personagens, como integrantes de uma elite agrária em decadência, coexiste com uma experiência geracional marcada por fortes vínculos políticos e sociais.

As condições sociais dessa classe, assim como das demais aludidas nos romances, foram profundamente afetadas pelo fim da escravidão no Brasil, que teve um peso importante na transformação da consciência nas primeiras décadas do século XX. A literatura de José Lins do Rego, ao narrar essa transição, trouxe um qualificativo único à história do Brasil: o da decadência, um conceito que tem sido amplamente problematizado.

A própria noção de história do autor, expressa em sua autobiografia, é a *magistra vitae*, a história como mestra da vida. Essa concepção fica explícita na apresentação de *Meus Verdes Anos*: "Ao meu neto José, para que este livro lhe seja, no futuro, uma lição de vida" (REGO, 1956, p. 1). A escrita, para José Lins do Rego, não é apenas um evento histórico, mas uma forma de transmitir um ensinamento. No entanto, seguindo a proposição do historiador alemão Reinhart Koselleck, a escrita em si deve ser considerada um evento histórico. Este trabalho, portanto, busca problematizar como essa visão de história se manifesta na obra de José Lins do Rego, especialmente no que se refere à representação da decadência e da crise da religiosidade católica nesse período de transição cultural em que os romances foram produzidos.

A presente pesquisa aprofunda o debate da História do Tempo Presente (HTP) ao examinar a relação indissolúvel entre o passado e o presente brasileiros. Para isso, considera a expansão da experiência temporal ligada ao trauma nacional do final do século XIX, buscando definir uma noção própria de contemporâneo ou presentismo. Distanciando-se de uma cronologia pautada na história europeia — onde Henry Rousso, em *A Última Catástrofe* (2018), delimita o trauma do tempo presente às grandes rupturas das Guerras Mundiais —, o Brasil revela uma cronologia própria. Embora Rousso conceba a catástrofe como uma cesura radical no tempo, ele mesmo sugere que a noção de trauma histórico não é universal e deve ser reconsiderada em diferentes contextos culturais. Em nossa realidade, portanto, o trauma não se encerra no passado, mas permanece como uma ferida que continua a sangrar no presente, inviabilizando a aplicação de demarcações rígidas para a nossa cultura histórica.

Para o Brasil, é o fim da escravidão, e não as grandes guerras do século XX, que representa um passado que persistentemente não passa. Isso se alinha também

às reflexões de François Hartog sobre os regimes de historicidade. Embora Hartog aponte um regime presentista, onde o presente se autonomiza, no contexto brasileiro, esse presentismo é incessantemente assombrado por um legado escravista que se recusa a ser meramente uma lembrança.

Essa especificidade nos leva a argumentar que a noção de uma cultura histórica ampliada é a que melhor se adequa à realidade brasileira, dada a maneira como a escravidão, com suas consequências estruturais e simbólicas, continua a interpelar o presente de forma contundente. As reverberações desse legado na literatura e na sociedade brasileira, portanto, não constituem memórias distantes; elas ativam uma presença contínua, uma sensação de "estar lá" que desafia as fronteiras temporais lineares e valida nossa abordagem. A persistência desse passado inconcluso justifica plenamente também a inserção da HTP na análise da obra de José Lins do Rego, validando uma abordagem que se concentra na maneira como as temporalidades se articulam e se tensionam no presente⁴.

A compreensão da instabilidade e das mudanças em curso no período que analiso passa, inevitavelmente, pela análise do conceito de modernidade, e é aqui que as reflexões de Peter Gay em *Modernismo: O Encanto da Heresia* se mostra indispensáveis. Para Gay (1995), é paradoxalmente impossível ser antimoderno fora da própria modernidade, pois a crítica ou a resistência a ela já pressupõem sua existência e suas balizas. Em sua análise multifacetada, ele explora a atração pela heresia e pela inovação, bem como a profunda investigação da subjetividade, como traços centrais da atitude modernista. Como Gay enfatiza, "o modernista... prospera na rejeição do passado" (GAY, 1995, p. 18), e busca incessantemente o novo.

Mais do que um movimento homogêneo, o modernismo, para Peter Gay, "era uma luta perpétua contra as convenções e as rotinas" (GAY, 1995, p. 25). Assim, a atitude modernista é, por definição, uma ruptura com as convenções e tradições estabelecidas, explorando as complexidades do indivíduo em face de um mundo em

⁴ Sobre a discussão das balizas temporais na HTP no contexto brasileiro, ver: SILVA FILHO, Juscelino Barros da. Em defesa da densidade temporal das experiências históricas: o problema das balizas temporais na história do tempo presente. In: Anais do 32º Simpósio Nacional de História: Democracia e Direitos Humanos: Desafios para uma História Profissional. São Luís do Maranhão: ANPUH, 2023. p. 1-13. Disponível em: [12https://www.snh2023.anpuh.org/resources/anais/11/snh2023/1693368349_ARQUIVO_e9d87f99d9c6319df6e9a659a44d1f97.pdf](https://www.snh2023.anpuh.org/resources/anais/11/snh2023/1693368349_ARQUIVO_e9d87f99d9c6319df6e9a659a44d1f97.pdf). Acesso em: 12 de Junho de 2025. ISBN: 978-65-995718-7-9.

transformação. Sua perspectiva me ajudará a identificar as manifestações desse espírito de mudança e questionamento presentes na obra de José Lins do Rego.

Essa tensão, no entanto, é o que Antoine Compagnon identifica como um dos paradoxos da modernidade. Para ele, a modernidade não é uma mera negação do passado, mas uma ambivalência constante, uma coexistência entre o antigo e o novo. Compagnon argumenta que, mesmo quando a vanguarda parece romper radicalmente com a tradição, ela o faz em um diálogo contínuo com ela, revisitando o passado para construir o futuro (COMPAGNON, 2009, p. 165). Essa análise me permite ir além da simples oposição e examinar como o conservadorismo que José Lins do Rego representa não é um simples ato de resistência, mas um diálogo ativo com os pressupostos da modernidade. Sua obra, nesse sentido, manifesta uma modernidade que se constrói justamente na ambivalência entre o apego à tradição e a inevitável percepção das transformações do seu tempo.

A distinção proposta por Mônica Pimenta Velloso em sua obra *História e Modernismo* (2010), sobre as experiências da modernidade no Nordeste e no Rio de Janeiro, oferece uma lente crucial para compreendermos as nuances regionais desse fenômeno. Velloso inicia sua discussão pontuando as próprias definições, diferenciando o moderno como uma categoria estética e temporal, a modernidade como o complexo processo histórico e social de transformações, e o modernismo como o movimento artístico e cultural que responde a essas mudanças.

Em sua análise, ela me instiga a pensar a dinâmica entre o novo e o tradicional de forma não linear, concluindo "o novo nunca é completamente novo" (VELLOSO, 2010, p. 20), ecoando a ideia de que a modernidade se constrói em diálogo e, por vezes, em fricção com o que a precede. Essa perspectiva me faz lembrar imediatamente de Reinhart Koselleck em *Futuro Passado*, que também defende a interpenetração entre as temporalidades. Koselleck afirma que "a experiência é um passado presente, cujo horizonte é dado, em cada caso, pela presença de um futuro" (KOSELLECK, 2014, p. 30), e que "não há futuro sem passado e não há passado sem futuro" (KOSELLECK, 2006, p. 25). Ambos os autores, assim, convergem na ideia de que a inovação e o progresso nunca operam em um vácuo, mas são intrinsecamente moldados pelas heranças e memórias do tempo que se foi.

A análise de Velloso me permitirá contextualizar a experiência da modernidade na região em que José Lins do Rego estava inserido, diferenciando-a das dinâmicas observadas no centro do poder cultural e econômico, o Rio de Janeiro. Conforme ela destaca, "a modernidade brasileira não foi um bloco homogêneo, mas um mosaico de temporalidades e vivências" (VELLOSO, 2010). Ao considerar as especificidades do Nordeste, poderei analisar como as tensões entre o arcaico e o moderno se manifestam na obra do autor, informando sua visão particular sobre as profundas mudanças em curso, e como essas tensões se inserem na complexa rede que Velloso desvenda entre o conceito, o processo e o movimento, reiterando que o supostamente novo carrega sempre as marcas do que foi, em um contínuo temporal que Koselleck tão bem descreve.

A perspectiva de Beatriz Sarlo sobre a modernidade periférica, analisada em sua obra *Uma Modernidade Periférica* (1997), oferece um aporte teórico ainda mais específico para entendermos as dinâmicas regionais brasileiras. Sarlo examinou o caso de Buenos Aires para demonstrar como a modernização em realidades fora do eixo hegemônico europeu não se desenvolve de maneira homogênea. Em sua análise, ela demonstra que a periferia não apenas acompanha, mas também reinterpreta e, em certa medida, resiste aos modelos culturais emanados dos centros. Ao transpor essa teoria para o contexto brasileiro, podemos examinar como a obra de José Lins do Rego, produzida em um espaço de experiência⁵ de modernidade periférica, dialoga com as transformações de seu tempo. A literatura de Rego incorpora elementos da modernidade sem, contudo, replicar passivamente as experiências do eixo Rio-São Paulo. Sua obra, portanto, se torna um terreno fértil para a análise das particularidades da visão de mundo presente em uma realidade regional, cujas especificidades históricas, sociais e políticas moldaram sua própria forma de ser e de se modernizar.

A mudança de José Lins do Rego para o Rio de Janeiro, evento que exploro detalhadamente nesta tese, é um ponto crucial para a compreensão das nuances de sua visão sobre a modernidade e como ela se manifesta em diferentes realidades

⁵ Tanto a categoria de Espaço de Experiência quanto Horizonte de Expectativa ao longo do capítulo serão utilizadas num sentido vulgar, referindo-se a dialética proposta por Koselleck, entre o presente e o passado e o presente e o futuro. As reminiscências por sua vez estão atreladas ao espaço de experiência, ao passado, e a expectativa, a projeção, e o sonho, ao horizonte, ao futuro.

espaciais. A própria iniciativa do Projeto Armorial de Ariano Suassuna, embora cronologicamente posterior ao período central da obra de Rego, ecoa essa tensão fundamental entre a tradição cultural nordestina e as forças da modernização. Nesse sentido, torna-se imprescindível explicitar a marcante diferença espacial entre Recife, palco de grande parte das experiências e das ambientações retratadas nos primeiros romances do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, e o Rio de Janeiro, o pulsante centro político e cultural do país para onde o autor se desloca em busca de maior reconhecimento e inserção no mercado literário. As dinâmicas sociais, econômicas e culturais intrinsecamente distintas desses dois espaços geográficos certamente exerceram uma influência significativa na maneira como a instabilidade do período foi vivenciada e, conseqüentemente, representada na sua escrita.

Nos primeiros romances do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, como *Menino de Engenho* (1932) e *Doidinho* (1933), a presença do espaço religioso católico se manifesta de maneira por vezes discreta, mas sempre permeando o tecido social do engenho e o cotidiano dos personagens. Em *Menino de Engenho*, a formação religiosa de Carlinhos, fortemente influenciada pela figura do avô patriarca e pelas práticas tradicionais da fé, molda sua incipiente visão de mundo, ancorada em valores e crenças de uma ordem social estabelecida. Já em *Doidinho*, a religiosidade popular, com suas crenças supersticiosas e rituais sincréticos, se imbrica com o catolicismo formal, revelando um campo religioso complexo e multifacetado, distante da homogeneidade idealizada.

O romance *Bangüê* (1934) aprofunda essa exploração da complexidade religiosa ao oferecer uma rica representação das tensões raciais e sociais, onde a religiosidade popular dos escravizados, muitas vezes marcada por sincretismos⁶ e formas de resistência cultural, coexiste com o catolicismo dos senhores, instrumento também de controle e legitimação da ordem escravista.

O sincretismo, em sua acepção mais rica e menos simplista, permite compreender como as tradições religiosas de matriz africana, confrontadas com a imposição do catolicismo pelos colonizadores e senhores de engenho, desenvolveram mecanismos de acomodação e resistência. Não se trata, pois, de uma

⁶ Utiliza-se o termo sincretismo neste trabalho ciente de suas complexidades e críticas no campo dos estudos da religião e cultura. Em capítulo oportuno será feito um diálogo com outras abordagens, como a do hibridismo, para a análise da religiosidade afro-brasileira.

mistura ingênua ou de uma perda de originalidade, mas de um processo dinâmico e estratégico de interação cultural. Roger Bastide, um dos precursores nos estudos sobre as religiões africanas no Brasil, já apontava para a complexidade dessas relações, diferenciando as formas de sincretismo e sugerindo que a fachada católica muitas vezes servia para preservar as cosmovisões africanas. Segundo ele o sincretismo não é uma fusão total e indiscriminada, mas uma forma de justaposição ou de interpenetração que permite a cada sistema manter sua própria estrutura interna, embora adaptada às novas condições. A assimilação, na realidade, operou-se mais na forma exterior do que na essência da crença. Os orixás, embora recebessem nomes de santos católicos, continuaram a ser reconhecidos pelos seus fiéis por suas funções e mitos originais, muitas vezes de forma dissimulada, para escapar à repressão (BASTIDE,1971).

A perspectiva de Bastide é crucial para a leitura de José Lins do Rego, cujos romances como *Menino de Engenho*, *Doidinho* e *Bangüê* revelam um universo onde a religiosidade católica coexiste, nem sempre pacificamente, com práticas e crenças afro-brasileiras. O sincretismo, é elaborado como estratégia de invisibilidade e manutenção da identidade cultural negra em um ambiente dominado pela cultura branca e católica do engenho. Os rituais, as figuras de pretas velhas benzedadeiras, os feitiços e as crenças em agouros que permeiam as narrativas reguianas são manifestações de uma religiosidade que, embora por vezes se valha de elementos católicos, preserva uma lógica e uma cosmogonia africanas.

A crítica ao termo sincretismo, que o associa a uma conotação de impureza ou inautenticidade, é plenamente reconhecida nesta pesquisa. Contudo, como aponta Pierre Sanchis, o problema reside menos no conceito em si e mais na forma como ele foi carregado de juízos de valor. Sanchis argumenta por uma compreensão do sincretismo como um processo universal de intercâmbio, e não como uma falha. A seu ver o sincretismo, em seu sentido mais amplo, não é uma peculiaridade de certas religiões ou culturas, mas uma condição intrínseca à dinâmica de todas as tradições religiosas em contato. Ele é um processo de reinterpretação e reconfiguração contínua, onde elementos de distintas proveniências são mobilizados e dotados de novos significados, não como um amálgama homogêneo, mas como um campo de

tensões e negociações. A visão pejorativa de sincretismo reflete mais uma ideologia da pureza do que uma descrição da realidade (SANCHIS, 2001).

Ao aplicar essa visão aos romances de Lins do Rego, percebe-se que a literatura, como espelho e construtora de realidades, expressa essa condição intrínseca da religiosidade brasileira. As personagens do engenho, são expostas a um universo de crenças onde a cruz, a água benta e a figura do padre se entrelaçam com rezas fortes, amuletos e o medo de olho gordo, revelando uma coexistência prática que transcende a pureza doutrinária. O sincretismo, assim, descreve não apenas a mistura, mas o campo de tensões e as escolhas pragmáticas dos sujeitos em um sistema de poder.

Finalmente, a compreensão do sincretismo como uma estratégia de ressignificação e, por vezes, de subversão, é fundamental para desvendar as camadas de sentido nas obras reguianas. Sérgio Ferretti, ao discutir a Casa das Minas, oferece uma perspectiva que valida o sincretismo como um processo de reinvenção contínua, no seu entendimento o sincretismo pode ser compreendido como um fenômeno multifacetado, onde as culturas e as religiões interagem e se transformam mutuamente. Não se trata de uma simples soma de elementos, mas de uma recriação que engendra novas formas de expressividade religiosa e cultural. A utilização de elementos católicos pelas religiões de matriz africana, por exemplo, não implica necessariamente na perda de suas identidades originais, mas na sua capacidade de adaptação, resiliência e, em muitos casos, de manutenção de sua própria lógica interna, ainda que sob uma roupagem exterior (FERRETTI, 1995).

Essa recriação e adaptação são evidentes nos romances de José Lins do Rego. A religiosidade popular do engenho, com suas benzeções, promessas e o temor do sobrenatural que não se encaixa nos dogmas católicos, é um testemunho vívido do sincretismo como uma realidade cultural forjada na experiência. A literatura não apenas documenta essa realidade, mas a elabora, mostrando como os personagens navegam entre esses mundos, atribuindo novos significados a símbolos e rituais.

Em suma, a escolha de manter o termo sincretismo na presente tese não representa um descaso para com as críticas contemporâneas, mas sim uma aposta na sua capacidade de iluminar, de forma historicamente ancorada, as complexas

interações religiosas no Brasil colonial e imperial. Ao lado do hibridismo, que pode ser acionado para descrever as emergências mais profundas e transformadoras dessas interações, o sincretismo permitirá explorar a literatura de José Lins do Rego como um palco onde as estratégias de resistência, a dissimulação e a coexistência de crenças se manifestam, revelando a riqueza e a ambivalência da religiosidade afro-brasileira no Nordeste açucareiro.

Em *Fogo Morto* (1937), a emblemática crise de fé de Padre Amaro simboliza a própria instabilidade espiritual de uma sociedade em declínio, onde a tradição e a crença outrora sólidas se desfazem: "Amaro sentia no seu íntimo um desassossego, uma falta de fé que o assustava. Rezava por obrigação, sem fervor, como se cumprisse um dever penoso" (REGO, 1977, p. 102). Por fim, em *Usina* (1940), a chegada da modernização e a ascensão da lógica industrial impõem-se, impactando profundamente as práticas religiosas tradicionais e alterando a própria função e significado dos espaços religiosos na nova ordem social.

A análise que realizei nesta tese, foi centrada no estudo aprofundado da complexa trama da religiosidade católica presente nos escritos de José Lins do Rego. Essa dimensão se articula, de maneira intrínseca, com as reflexões sobre a construção social e cultural do Nordeste, especialmente aquelas desenvolvidas por meu orientador de mestrado, Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Suas obras, como *A Invenção do Nordeste* e *O Engenho Antimoderno*, têm sido fundamentais para minha compreensão em como a obra reguiana foi produzida. Conforme Albuquerque Júnior argumenta, "o Nordeste não é um dado, mas uma invenção" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 19), o que me permite situar a religiosidade não como um elemento isolado, mas como parte de uma construção identitária e social em constante disputa ligada as noções de tradição, atraso, decadência e crise. Em sua tese, ele ressalta como "as representações do passado e da tradição são sempre marcadas por conflitos de memória e poder" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 78), um ponto crucial para entender a persistência de certas práticas e crenças religiosas na obra de Rego frente à modernidade.

Para fundamentar essa análise, realizei estudo de aprofundamento em relação às fontes (primárias e/ou secundárias) pertinentes ao período e à obra de José Lins do Rego. Essa abordagem permitiu acessar as múltiplas camadas da realidade

histórica e literária em questão, viabilizando explicitar como as fontes contribuem para a compreensão da complexa relação entre conservadorismo, religiosidade e as profundas transformações sociais representadas na obra de José Lins do Rego.

Analisei a intrínseca relação entre o conservadorismo político e a religiosidade católica nos romances da série do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* de José Lins do Rego (1932-1943). Busquei compreender como a instabilidade social, política e cultural do período se manifesta na representação do espaço religioso e das tradições, e como essa representação dialoga com as diferentes concepções de tempo e modernidade que permeiam a vasta e multifacetada obra do autor.

É crucial ressaltar que os trabalhos mais importantes sobre José Lins do Rego nos últimos 60 anos, incluindo as relevantes contribuições de José Aderaldo Castelo, Mariana Chaguri, Diego José Fernandes Freire e Iranilson Buriti, bem como minha própria dissertação de mestrado, não deram a devida ênfase a religiosidade católica. A problematização da literatura reguiana tem seguido, predominantemente, uma chave mais culturalista/economicista, com foco em questões de identidade, classe e gênero. Embora eu reconheça que a dimensão religiosa não esteve de todo ausente, e tenha como separá-la, isto é, dissecar a nuance religiosa apartada destas outras questões – muito pelo contrário –, minha percepção é que o peso do catolicismo no contexto do recorte temporal que analiso, tem sido, até então, ignorado ou subestimado pela academia.

Minha análise da religiosidade se pauta, em grande parte, pelas reflexões de meu orientador de mestrado, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, especialmente em sua obra *A Invenção do Nordeste*. Como ele argumenta, "o Nordeste não é um dado, mas uma invenção" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 19), e essa identidade regional está intrinsecamente ligada à ideia de atraso e a meu ver, à própria conformação do catolicismo na região, bem como na paralela construção da identidade nacional. Albuquerque Júnior destaca que a identidade do Nordeste "também foi construída, e ainda o é, pela presença de um catolicismo tradicional e arcaico" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009), o que reforça o peso dessa dimensão religiosa na articulação das demais categorias sociais que analiso.

Assim, esta tese preenche uma lacuna historiográfica significativa. Ao trazer o espaço religioso católico para o centro da discussão, pretendo oferecer uma nova

camada de leitura para a obra de José Lins do Rego, revelando as complexidades de um conservadorismo que se expressa também pela fé e pela tradição, elementos que foram pilares na sociedade açucareira e que continuam a ressoar nas tensões da modernidade brasileira.

Nesta tese analisei a intrínseca relação entre a produção literária de José Lins do Rego, o desenvolvimento do mercado editorial brasileiro e a instrumentalização da cultura pelo Estado Novo, com foco na temática católica e na construção de um passado idealizado no Nordeste. Para tanto, a investigação se estrutura em quatro capítulos interligados, cada um aprofundando-se em aspectos cruciais dessa dinâmica.

O Primeiro Capítulo O Lugar do Escritor na Crise: José Lins do Rego, Redes e o Mercado Editorial Brasileiro, estabelece o cenário de transformações políticas e sociais que marcam o início do século XX no Brasil, com foco na ascensão do Estado Novo e suas implicações para o campo intelectual. Analisa-se como o escritor José Lins do Rego se posiciona e se integra nas redes de poder e nas estruturas emergentes do mercado editorial brasileiro. É explorada a formação de um ambiente cultural onde a literatura assume um papel central na construção da identidade nacional, e como Lins do Rego, com sua obra em gestação, começa a se inserir nessa dinâmica, estabelecendo as bases para sua futura consagração.

O Segundo Capítulo A Religiosidade Católica em Crise: Espaços de Experiência e Horizontes de Expectativa no *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, aprofunda-se na obra literária de José Lins do Rego, especificamente no *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, sob a ótica da crise da religiosidade católica. Examina-se como os romances do autor representam a decadência do mundo patriarcal dos engenhos, e com ela, a perda de valores religiosos e espirituais. O capítulo discute os espaços de experiência retratados por Lins do Rego – um Nordeste em transformação, marcado pela modernização e pelo abandono do sagrado – e os horizontes de expectativa que essa crise projeta para a sociedade brasileira, sinalizando um anseio por ordem e tradição em meio ao caos da modernidade.

O Terceiro Capítulo Construindo o Romancista: José Olympio, Estratégias Editoriais e a Legitimação do Conservadorismo Político, investiga o papel crucial da Editora José Olympio na construção da imagem e na consagração de José Lins do

Rego como romancista. Detalha-se como as estratégias editoriais de José Olympio – desde a seleção de autores até as táticas de divulgação e venda – foram fundamentais para impulsionar a circulação da obra de Lins do Rego. Argumenta-se que essa parceria não visava apenas o lucro, mas também à legitimação de um discurso conservador e de um passado idealizado do Nordeste católico, que se alinhava aos interesses políticos do Estado Novo.

O Quarto Capítulo A Demanda pela Saudade como Estratégia: Recepção, Consagração e as Disputas pelo Passado Nacional, desmistifica a ideia de uma demanda pela saudade espontânea, argumentando que a consagração de José Lins do Rego e a vasta circulação de sua obra foram resultado de uma meticulosa articulação de interesses, estratégias comerciais e relações de poder. A análise das correspondências da Editora José Olympio revela a transformação do autor em um agente comercial ativo. Além disso, o capítulo detalha a instrumentalização da cultura pelo Estado Novo através da relação de Lins do Rego com figuras como Francisco Campos e sua interação com órgãos de censura e fomento cultural. O caso que analiso da Usina Catende ilustra como a circulação dos livros do período estava condicionada a negociações e redes de favor, consolidando a obra de Lins do Rego como pilar de uma memória cultural que idealizava o passado patriarcal e católico.

O Quinto e último Capítulo, intitulado Formação da Religião Nacional: Gilberto Freyre, suas Relações e o Catolicismo Cultural Brasileiro, incluído mais recentemente e antes do fechamento desta tese, detalha a fundamental relação entre José Lins do Rego e Gilberto Freyre, tópico o qual inicialmente eu não abordaria na tese, mas que durante a pesquisa se mostrou absolutamente necessário. O aprofundamento dos estudos sobre as fontes que coletei junto à Fundação Casa de Rui Barbosa, em particular, as correspondências do editor José Olympio com Gilberto Freyre, especialmente, a menção de José Lins do Rego em uma dessas correspondências – , demonstrou que seria imprescindível discutir as aproximações entre José Lins do Rego e Gilberto Freire. Assim, presença de Gilberto Freire permitiu estabelecer um contraponto enriquecedor no tratamento do editor com os autores e, fundamentalmente, ampliou a compreensão sobre José Lins do Rego e a complexidade de sua obra. Essa inclusão também reflete uma trajetória de pesquisa pessoal, pois, desde o mestrado em 2018, venho estudando Gilberto Freyre

paralelamente a José Lins do Rego, o que resultou inclusive na publicação de um artigo sobre o catolicismo nos escritos de Freyre nos anais de uma edição da semana acadêmica de História da UDESC. Assim, este capítulo explora a construção da religião nacional através da perspectiva de Freyre, seu catolicismo cultural e o hibridismo como alicerce da identidade, iluminando o cenário intelectual e cultural no qual a crise da religião nacional – tema central desta tese – se manifesta na obra de José Lins do Rego.

(Capítulo 1)

O Lugar do Escritor na Crise⁷: José Lins do Rego, Redes e o Mercado Editorial Brasileiro

José Lins do Rego iniciou sua profícua trajetória como romancista com a publicação de seu impactante romance *Menino de Engenho* em 1932. Nascido no seio de uma tradicional família paraibana, herdeira de extensas propriedades rurais no interior do estado, o escritor demonstrou, desde seus anos de formação na Faculdade de Direito de Recife, um profundo e crescente interesse pelo universo literário. Suas atividades como crítico literário já se manifestavam de forma latente durante seu período universitário, como atesta a coletânea póstuma *Ligeiros Traços*, organizada em sua homenagem pela editora José Olympio cinquenta anos após seu falecimento. Esta obra reúne escritos de sua juventude, revelando uma paixão precoce pela literatura que o acompanharia muito antes de sua mudança para a capital alagoana, Maceió, onde sua carreira literária floresceria.

A compreensão da intrínseca relação entre a obra literária e o ambiente de sua produção demanda uma análise que considere o lugar social do escritor não apenas como um dado biográfico, mas como um elemento fundamental que informa suas perspectivas, suas escolhas temáticas e sua própria linguagem. Nessa perspectiva,

⁷ Na presente tese, o conceito de crise em que se insere a obra de José Lins do Rego, particularmente o *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, é compreendido não como um estado de falência ou destruição iminente no sentido econômico ou estrutural, mas sim como um processo de esquecimento e profanação de valores, tradições e laços. Trata-se, primordialmente, de uma crise espiritual e moral, que se manifesta na desagregação das relações sociais, afetivas e simbólicas inerentes ao universo patriarcal do engenho. Essa noção se distingue do conceito de crise histórica e filosófica de Reinhart Koselleck em *Crítica e Crise*, não estando diretamente ligada à crise da aceleração temporal ou à irrupção de uma modernidade que fratura radicalmente o "espaço de experiência" e o "horizonte de expectativa". Ao contrário, a crise aqui examinada se aproxima de uma crise social e afetiva, marcada pela perda de sentido e pela superficialidade das práticas e crenças. É também uma crise retórica, na medida em que a própria narrativa do romance opera como um *locus* de sua produção e representação. Nesse sentido, a temporalidade da crise na obra de Rego se alinha mais à noção de tempo kairológico, conforme apresentada por Walderez Ramalho, um tempo de oportunidade e revelação das contradições. Além disso, essa crise é indissociável dos manifestos de Gilberto Freyre, do discurso *pro generatione* e do movimento regionalista e tradicionalista, que, ao combaterem essa percepção de declínio, simultaneamente a reforçam e a definem como um problema a ser enfrentado. A crise, portanto, é menos um fim e mais um ponto de inflexão na redefinição do passado e da identidade nacional.

a noção de lugar social, tal como elaborada por Michel de Certeau em *A Escrita da História*, especificamente em “A Operação Historiográfica”, oferece um arcabouço teórico valioso. Para De Certeau, o lugar social se configura como um “elemento estável que permite um quê de reconhecimento e de relações” (CERTEAU, 1994). É a partir desse ‘lugar’ que as práticas e as representações se desenvolvem.

Articulando essa perspectiva com a História Social da Literatura proposta por Raymond Williams, compreendo que o lugar social do escritor está intrinsecamente ligado às estruturas sociais, econômicas e culturais de seu tempo. Williams argumenta que a literatura deve ser compreendida em relação ao “processo social total” (WILLIAMS, 1979, p. 15), considerando as condições materiais e ideológicas de sua produção e recepção.

Mais especificamente na trajetória de José Lins do Rego, sua formação no seio de uma tradicional família rural, marcada pela herança dos engenhos de cana-de-açúcar, estabelece um lugar de origem já reconhecido pela historiografia literária como central para sua obra – o que Diego José Fernandes Freire, inclusive, cunhou em sua obra *Contando o Passado, Tecendo a Saudade* como literatura de Engenho, uma formação discursiva que ecoa desde Joaquim Nabuco e sua visão do engenho Massangana em sua obra *Minha Formação*. Contudo, para além da inegável influência do universo açucareiro, este estudo propõe uma camada adicional de análise: como os diversos lugares sociais urbanos que José Lins do Rego habitou – sua formação em Recife, sua eclosão literária em Maceió e sua consolidação no Rio de Janeiro – atuaram não apenas como cenários biográficos, mas como agentes ativos que informaram suas perspectivas, escolhas temáticas e a própria linguagem de seus romances. Optei por abordar a literatura de modo orgânico, não como uma realidade à parte do mundo social. Por conseguinte, as relações de poder também foram pensadas fora de uma dinâmica de espelhamento com a produção textual buscando fugir da visão estruturalista. Compreendo que essas diferentes inserções geográficas e as redes intelectuais e sociais que nelas se teceram, como as rodas maceioenses mencionadas por Diego José Fernandes Freire, contribuíram para uma contínua reconfiguração das ideias do autor, influenciando as nuances de sua escrita de maneiras ainda pouco exploradas.

No período entre 1930 e 1940, o Brasil apresentava taxas de analfabetismo elevadíssimas, refletindo um sistema educacional ainda incipiente e desigualdades regionais acentuadas.

De acordo com o Censo de 1940 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), menos da metade da população brasileira com 15 anos ou mais era alfabetizada, com uma taxa de analfabetismo em torno de 56% (IBGE, 1950, v. 2, p. 110-111). O levantamento também revelou disparidades regionais notáveis. O Rio de Janeiro, por exemplo, apresentava uma situação relativamente melhor, com taxas de analfabetismo inferiores à média nacional. Em contraste, o Nordeste, incluindo estados como Paraíba e Pernambuco, exibia índices de analfabetismo significativamente mais altos, que haviam sido de cerca de 83% em 1920 e, embora tivessem reduzido até 1940, ainda permaneciam em patamares muito elevados.

O surgimento da Academia Brasileira de Letras (ABL) no final do século XIX (1897) e sua consolidação nas primeiras décadas do século XX representaram a institucionalização de um campo literário específico, marcado por uma natureza elitista. A ABL era composta majoritariamente por intelectuais e escritores pertencentes às camadas mais altas da sociedade, com forte representação do eixo Rio-São Paulo. As principais críticas direcionadas à ABL frequentemente apontavam para a sua seletividade, a reprodução de um cânone literário restrito e a sua relativa distância das manifestações culturais populares e de autores de outras regiões do país. Essa concentração de poder intelectual e literário no seio de uma elite contribuiu para a marginalização de outras vozes e para a manutenção de um cenário cultural onde o acesso à produção literária e ao reconhecimento era bastante desigual.

Nos anos 1920, a produção do livro⁸ no Brasil ainda engatinhava e o mercado editorial era considerado pouco promissor. A baixa demanda por livros era uma realidade, fortemente influenciada pelas elevadas taxas de analfabetismo que restringiam significativamente o público leitor potencial. Além disso, a infraestrutura

⁸ O termo indústria do livro poderia ser utilizado aqui com ressalvas, pois, no contexto brasileiro de 1920, as estruturas de produção, distribuição e consumo não correspondiam plenamente ao modelo industrial consolidado. Foi sugerido sua transformação numa nota de rodapé na banca de defesa. As operações eram majoritariamente artesanais ou protoindustriais, com um sistema editorial ainda em formação, dominado por livreiros-editores e tipografias. Opta-se por essa designação para sinalizar, em sentido lato, as articulações que apontavam para uma crescente profissionalização e escala de produção, diferenciando-se de práticas anteriores de publicação esporádica.

de distribuição era precária, dificultando o acesso aos livros em grande parte do território nacional. A produção editorial era limitada e voltada principalmente para um público restrito de intelectuais e membros da elite. Nessa realidade de baixa escolaridade e dificuldades de acesso, a leitura não era uma prática cultural massificada, e a carreira de escritor enfrentava inúmeros desafios para se sustentar e alcançar um público mais amplo.

O pertencimento de José Lins do Rego a uma família de proprietários rurais, sua formação jurídica em um centro urbano em transformação como Recife, e suas experiências posteriores em Maceió e no Rio de Janeiro, constituem diferentes 'lugares sociais' que, em diálogo constante, moldaram sua visão de mundo e, conseqüentemente, sua obra literária. Em um país onde, entre 1930 e 1940, mais da metade da população adulta era analfabeta, chegando a índices ainda mais alarmantes no Nordeste, região de origem do autor, o acesso à leitura e, por extensão, ao reconhecimento literário, era um privilégio de poucos. A trajetória geográfica de José Lins do Rego é fundamental para compreendermos a pluralidade de seus lugares sociais e como eles se imbricam em sua obra, especialmente considerando que sua inserção no campo literário se deu em um ambiente de limitada demanda por livros e de um cenário cultural centralizado e elitista, como o da Academia Brasileira de Letras. A tabela a seguir resume os principais períodos de sua vida e suas ocupações em diferentes cidades:

Principais locais de residência de José Lins do Rêgo

Cidade:	Período:
João Pessoa	1901 - 1919 (Infância e parte do curso secundário).
Recife	1920-1923 (faculdade de Direito e início de sua carreira literária).
Maceió	1926-1935 (fiscal de bancos e consumo, e início da produção literária).
Rio de Janeiro	1935-1957 (apogeu de sua carreira literária e membro da Academia Brasileira de Letras).

Tabela: Principais locais de residência de José Lins do Rego
Fonte: Elaborada pelo Autor

Nascido em 1901, terminou seu curso de Ciências Jurídicas em 1923. Casou-se com sua prima, Filomena Massa, em 1924. Morou por aproximadamente dois anos em Minas Gerais, trabalhando como promotor público. Em 1926, acabou desistindo da carreira e assumiu a função de Fiscal de Bancos em Maceió, capital do Estado de Alagoas, o que o levou a uma importante mudança de rumo na vida. Foi lá que José Lins do Rego iniciou sua carreira como literato.

O investimento de José Lins do Rego para essa primeira publicação indica a seriedade do ofício que ele queria integrar. A primeira editora a publicar a obra *Menino de Engenho* foi a Andersen-editora, logo substituída pela Ariel Ltda, fundada no início dos anos 1930 por Gastão Cruls e Agripino Grieco no Rio de Janeiro. Essa editora esteve atuante por aproximadamente uma década, até que acabou sendo ofuscada pelo crescimento da Editora José Olympio, o que levou à suspensão de suas atividades em 1939. Essa progressiva fragilidade da Ariel pode ser atribuída à sua capacidade limitada de investimento em tiragens maiores, à menor capilaridade de sua distribuição nacional e a uma estrutura promocional ainda em desenvolvimento,

em contraste com o modelo mais ambicioso que viria a ser o da José Olympio. Nela, tanto José Lins do Rego quanto Jorge Amado publicaram obras antes de ingressarem na Editora José Olympio.

O estoque da Ariel acabou sendo adquirido pela editora Civilização Brasileira. Havia uma importante revista literária mensal ligada à editora naqueles dias intitulada Boletim de Ariel. Na edição de dezembro de 1933, o redator Octavio de Faria deu o seguinte parecer das obras recém-publicadas *Menino de Engenho* e *Doidinho*:

É opinião de muitos, e dos mais autorizados, que *Doidinho* marcou um progresso sensível sobre *Menino de Engenho*, o romance de estreia do senhor José Lins do Rêgo. E os que assim pensam não são de modo algum os poucos que acaso não tenham apreciado muito *Menino de Engenho*, mas, um grande número que, tendo saudado com entusiasmo o primeiro romance do sr. José Lins do Rêgo, achou agora que não o diminui em nada, salientando a superioridade de *Doidinho*⁹ (FARIA, 1933).

As obras *Menino de Engenho* e *Doidinho* acabaram sendo comparadas pelo público e pelos críticos. A defesa do romance *Menino de Engenho* feita por Octavio de Faria demonstra, no mínimo, certa fragilidade enfrentada naquele momento pela editora. No *Boletim de Ariel*, o esforço por ratificar a qualidade das obras de José Lins se exprime da seguinte forma:

Confesso que por mais que procure, e apesar de todo o prazer recente que a leitura de *Doidinho* me proporcionou, não consigo compreender por que se fala de “progresso”, porque se diz que o novo romance é superior ao primeiro ou que o sr José Lins do Rêgo “lucrou” como romancista, etc... Comparam-se os estilos, confrontam-se as construções, argumenta-se textos em mão, mas, por mim, fico sem ver as diferenças, sem compreender as colocações. Muito no contrário, vejo-os, *Menino de Engenho* e *Doidinho*, cada vez mais iguais, formando um todo a cada aproximação mais homogênea, e cada nova análise mais feliz e mais agradável. O que um é o outro é e as qualidades de um estão todas no outro. Continuam-se perfeitamente e o modo de narrar é em ambos o mesmo como em ambos é o mesmo estilo. A leve monotonia de certas páginas de um

9 Faria, Octavio de. (1933). Boletim de Ariel (Dezembro/Ano:III, Núm:3). In: Olympio, J. (Org.). Inventário da Editora José Olympio na subsérie editados, dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.375.. Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

reaparece, para mim com o mesmo encanto nas páginas do outro. E nada do que um tem o outro deixa de ter (FARIA, 1933).

Essa percepção de uma leve monotonia por parte de Faria não deve ser vista como uma crítica depreciativa, mas sim como uma característica estilística que pode ser interpretada como a cadência imersiva do universo do engenho ou mesmo como um recurso narrativo que busca aprofundar a experiência do leitor naqueles ambientes rurais. Ela sugere a consolidação de uma voz autoral particular, que resiste a rupturas bruscas em favor de uma continuidade temática e formal. O lançamento de *Doidinho* marcou um momento importante na trajetória literária de José Lins do Rego, consolidando o talento que *Menino de Engenho* havia revelado. Como aponta Faria (1933), trata-se de um talento "seguro, um dos mais indiscutíveis do atual momento" (FARIA, 1933), capaz de produzir obras que figuram entre as melhores da literatura brasileira. Faria ainda compara *Doidinho* ao clássico *Ateneu*, de Raul Pompéia, afirmando que a continuidade narrativa deste segundo romance supera em qualidade o primeiro, estabelecendo José Lins como um dos grandes autores de sua época:

Minha intenção nesta nota é apenas saudar de longe, sem entrar em muitos detalhes, no aparecimento de *Doidinho* a plena confirmação do talento que *Menino de Engenho* nos revelará. Talento seguro, um dos mais indiscutíveis do atual momento. Talento com que é preciso contar e que já nos deu dois romances que indiscutivelmente formam entre as nossas melhores obras: *Menino de Engenho* e *Doidinho* ao seu lado, continuando-o e, para mim, devendo ser colocado acima desse *Atheneu* de que tanto se aproxima pelo assunto e que bastou para consagrar Raul Pompéia (FARIA, 1933).

Apesar da recepção calorosa por parte da crítica, o desdobramento comercial de *Doidinho* trouxe frustrações tanto para o autor quanto para sua editora. A contracapa da primeira edição do romance já antecipava a sequência da narrativa, intitulada *Banguê*, sugerindo que José Lins e a editora nutriam altas expectativas para o novo volume. O ano de 1932 havia sido especialmente promissor para o autor, que

recebera o Prêmio Graça Aranha¹⁰ de melhor literatura nacional por *Menino de Engenho*. Esse reconhecimento conferiu confiança ao autor sobre a qualidade de sua obra e o direcionamento de sua carreira.

Contudo, como registrado no *Boletim de Ariel*, as vendas e a recepção de *Doidinho* não atenderam às expectativas, gerando certo incômodo. Ainda assim, José Lins permaneceu fiel à sua editora, o que pode ser evidenciado na correspondência com Gilberto Freyre, onde o autor menciona detalhes de suas negociações com José Olympio:

Caro Gilberto, há muito que lhe escrevi e você não mandou nenhuma resposta. Fiquei pensando que você estivesse aborrecido comigo. Olívio, porém, me escreveu, mandando um abraço de sua parte. Fiquei contente. Não sei porque sempre estou a pensar que você não gosta mais de mim. E o álbum? Tive notícias daí sobre o seu segundo livro. Olívio me mandou falar numa proposta de um editor. Vendi ao José Olympio de São Paulo uma segunda edição do *Menino de Engenho*. Edição de 5.000 exemplares. Pego com isto 2:500\$. Yan foi quem me aproximou do tal editor. Pagamento na ocasião da publicação do livro. Se fosse com o seu livro, ao preço de 20 mil réis, seriam 10 contos. Se você me autorizar, escrevo para São Paulo sobre isto. O mesmo editor me propôs uma edição de 10 mil exemplares do meu livro *Banguê*. Fechei o negócio. José Olympio é quem editou o livro de Humberto de Campos *Memórias*. É um sujeito rico. É amigo do Yan de Almeida Prado¹¹.

Essa carta evidencia não apenas as dificuldades enfrentadas por José Lins, mas também sua habilidade em lidar com o mercado editorial, negociando novas edições de seus romances e ampliando suas conexões no meio literário. A menção ao apoio de Yan de Almeida Prado (1898-1987), reconhecido bibliófilo, colecionador e intelectual paulista, que o aproximou de José Olympio, reforça o papel das redes de amizade e influência no desenvolvimento de sua carreira. Olívio Montenegro (1896-1962), jornalista, advogado e professor pernambucano, era um dos interlocutores intelectuais mais próximos de Lins do Rego, como atesta a correspondência entre eles nesse período. Além disso, a confiança demonstrada no potencial comercial de

¹⁰ José Lins do Rego recebeu em 1932 o Prêmio da Fundação Graça Aranha, uma premiação literária privada criada pela Fundação Graça Aranha, uma instituição filantrópica fundada em 1929 pelo escritor e diplomata Graça Aranha. Foi concedido apenas duas vezes, em 1932 e 1933, e foi extinto em 1934.

¹¹ Carta de José Lins do Rego a Gilberto Freyre, sem datação. Datação estimada: 1934. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/download/27552/19745>.

Banguê e a continuidade com José Olympio demonstram a perseverança do autor em meio às adversidades, firmando sua posição como um dos grandes nomes da literatura nacional.

Essa análise aponta para um debate importante sobre a continuidade e ruptura na obra de José Lins do Rego, questões que permitem discutir o lugar de sua obra dentro do regionalismo brasileiro da década de 1930. Tal posicionamento dialoga diretamente com as disputas culturais da época, em especial as tensões entre o tradicional e o moderno, que marcavam não apenas a literatura, mas também os debates políticos e ideológicos.

A leitura de Octávio de Faria (1908-1980), proeminente jornalista e escritor carioca, membro da Academia Brasileira de Letras eleito em 1972, e conhecido por sua postura católica conservadora e colaboração com veículos como o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*, insere-se em um momento em que o autor procurava se consolidar como expressão de uma tradição senhorial agrária. Como ele afirma: "O que um é, o outro é." (FARIA, 1933). Essa continuidade entre *Menino de Engenho* e *Doidinho* sugere que, mesmo diante das críticas, José Lins do Rego consolidava uma estética literária que dialogava com as transformações do Brasil rural. Nesse sentido, suas obras tornam-se instrumentos de reflexão sobre as mudanças sociais, econômicas e culturais da primeira metade do século XX.

A correspondência entre José Lins do Rego e José Olympio também oferece uma perspectiva histórica valiosa sobre o mercado editorial da época, evidenciando um período de transição em que os escritores brasileiros começaram a alcançar maior reconhecimento e autonomia financeira. Como observa o historiador Diego José Fernandes Freire:

Era a primeira vez que José Lins recebia uma quantia elevada em dinheiro por seus livros, antes mesmo destes serem comercializados.

O fato refletia o desenvolvimento promissor do mercado livreiro no Brasil, que estava em pleno aquecimento¹².

Essa análise do mercado literário permite compreender como as escolhas editoriais de José Lins do Rego não apenas moldaram sua carreira, mas também refletiram os desafios e oportunidades de se produzir literatura em um país em processo de urbanização e industrialização.

Por fim, as dificuldades enfrentadas pela Ariel Ltda. e a posterior migração de José Lins do Rego para a Editora José Olympio exemplificam como a literatura regionalista encontrou suporte em um mercado editorial em expansão, mas ainda profundamente dependente de alianças estratégicas e do capital cultural de seus autores. A documentação consultada na Fundação Casa de Rui Barbosa reforça a relevância de investigar as redes de sociabilidade e os mecanismos econômicos que sustentaram a obra de José Lins, permitindo ampliar a compreensão do impacto do trabalho na literatura brasileira e na formação de uma identidade nacional.

A curiosidade sobre os motivos que levaram José Lins do Rego a ingressar na Editora José Olympio acabou me levando a uma carta enviada da Paraíba para o novo editor após conhecê-lo pessoalmente no Rio de Janeiro. A carta foi enviada ainda no ano de 1934. Nesse momento, o autor vivia uma fase bastante movimentada, viajando entre Maceió, cidade de sua última estadia; a Paraíba, sua terra natal e lugar de origem; e Recife, cidade onde se formou em Direito e construiu amizades muito relevantes para sua formação. Sua entrada na Editora José Olympio não significou o estabelecimento de uma vida estática no Rio de Janeiro centrada apenas na escrita. Pelo contrário, o que percebo através das correspondências é um esforço sistemático em prol da garantia das vendas de seus romances. Em 17 de julho de 1934, ele escreve:

Meu caro José Olympio. Um forte abraço. Aqui estou outra vez, depois de ótima viagem na terceira do Oceania. Os livros chegaram por aqui comigo, os jornais já deram notícias e as livrarias iniciaram a vendagem. Voltei ao Rio cheio de esperanças no Banguê! Queira

¹² FREIRE, Diego José Fernandes. Contando o passado, tecendo a saudade: a construção simbólica do engenho açucareiro em José Lins do Rego (1919-1943). 2014. 318 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

Deus que estas esperanças se confirmem. O nordestino não faz muita fé na sua obrinha. Parece que desta vez quem comprou o bonde não foi o mineiro, mas o paulista. Fique certo, meu caro José Olympio, que saí daí encantado com o meu editor. Encontrei em você um sujeito de primeira ordem, de uma adorável franqueza, sem tapeação de carioca (REGO, 1934).

O primeiro parecer dado ao seu editor, como se vê, não foi dos melhores. A expressão comprar o bonde significa literalmente fazer um mau negócio. O romance *Banguê* foi o primeiro romance inédito de José Lins do Rego editado pela Editora José Olympio. Os primeiros dois anos de sua entrada na editora parecem não ter sido tão lucrativos. Uma das saídas sugeridas pelo editor foi produzir um livro para crianças, ideia que acabou se transformando na obra *Histórias da Velha Totonha*.

Na carta de 1934, nota-se a ainda existente esperança no romance *Banguê*, que, infelizmente, não vingou como esperado. José Lins do Rego tinha fé de que no Rio de Janeiro as coisas sucederiam de forma distinta do Nordeste, isto é, que a venda do livro seria efetiva na capital. No entanto, isso me leva a refletir sobre uma questão mais ampla: quais eram os limites do mercado literário brasileiro para autores de fora do eixo central? Como as narrativas nordestinas, que frequentemente dialogam com temas locais, conseguiam (ou não) competir em um mercado em expansão?

Seis dias depois, em Maceió, no dia 26 de julho do mesmo ano, ele escreve outra carta afirmando coisas positivas em relação à propaganda e à possibilidade de bom lucro nas vendas no estado de Alagoas, o último estado em que foi domiciliado antes de residir no Rio de Janeiro. O trecho da carta a seguir foi encontrado no acervo da Casa Rui Barbosa em novembro de 2022. Em suas palavras:

JOSÉ OLYMPIO, apresento, com o artigo junto sobre BANGUÊ, o meu amigo Raul Lima, redator-secretário da GAZETA DE ALAGOAS, o jornal de maior difusão nesta capital. Pela GAZETA poderá ter sua casa editora a melhor propaganda das suas edições, neste estado, endereçando ofertas e qualquer correspondência diretamente àquele

jornalista que, por sua vez, se encarregará de enviar-lhe todas as notas que o referido jornal publicar. Abraços¹³ (REGO, 1934).

Aqui, a relação de José Lins com Raul Lima, um jovem jornalista de 22 anos, reforça a importância das redes sociais e culturais na construção de carreiras literárias na Primeira República e no início da Era Vargas. Raul, filho de uma família rural com proeminência política, exercia papel significativo na imprensa alagoana, colaborando em veículos como *O Jornal de Alagoas* e a recém-criada *Gazeta de Alagoas*. Este último, fundado em fevereiro de 1934, tornou-se palco para os esforços promocionais de Banguê no Estado.

No entanto, ao considerar a circulação e consumo das obras de José Lins, torna-se importante levantar uma questão: em que medida a ligação entre os projetos editoriais e os interesses políticos moldava as oportunidades para autores de diferentes regiões? A análise desse fenômeno pode ser enriquecida pelo conceito de campo literário de Pierre Bourdieu, que aponta para a tensão entre a autonomia da literatura como forma de arte e sua dependência de outros campos, como o político e o econômico. Para Bourdieu, o campo literário é um "sistema de relações objetivas entre posições" (BOURDIEU, 1996, p. 23), onde os agentes lutam pela acumulação de capital específico, o capital literário. No caso de José Lins, sua inserção dependia da habilidade de navegar entre esses campos, negociando sua identidade como romancista regionalista enquanto buscava visibilidade em um mercado dominado por interesses externos à literatura.

A *Gazeta de Alagoas*, como indicado, estava vinculada a Assis Chateaubriand, que, por sua vez, detinha a maior rede de comunicação do país nos anos 1940. Esse vínculo sugere que a literatura, ao menos em parte, estava inserida nas dinâmicas de poder político e econômico, oferecendo visibilidade a autores com conexões estratégicas.

O relato evidencia ainda outra faceta crucial da vida de José Lins do Rego: a dependência das amizades e das conexões locais para a divulgação de seu trabalho. Mobilizando o que Pierre Bourdieu chamaria de capital social, definido como o

¹³ Lins do Rêgo, J. (1934). Carta a Olympio, J. In: Olympio, J. (Org.). Inventário da Editora José Olympio na subsérie editados, dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.375. Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

"conjunto dos recursos atuais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento" (BOURDIEU, 1998, p. 63), José Lins utilizava suas relações pessoais e profissionais como recurso estratégico para alavancar sua posição no campo literário. Bourdieu esclarece que esse capital não é meramente um somatório de contatos, mas "o produto de estratégias de investimento social" (BOURDIEU, 1998, p. 67), indicando a proatividade do autor em cultivar tais laços. Essas redes sociais, que incluíam amigos influentes e editores, ampliavam sua visibilidade em um mercado cultural altamente centralizado no eixo Rio-São Paulo. Além disso, a lógica das redes fracas, como proposta por Mark Granovetter, parece ter sido decisiva, pois conexões menos íntimas, mas estratégicas, como aquelas com Assis Chateaubriand e José Olympio, criaram pontes importantes para sua consolidação como autor nacional.

Ele parecia compreender que não basta apenas escrever, é preciso divulgar. Essa afirmação me leva a refletir se tal estratégia era suficiente para alavancar sua carreira em um momento crucial, quando o mercado editorial de livros¹⁴ começava a se consolidar no Brasil. Como Theodor Adorno e Max Horkheimer discutiram, eles a viam como um sistema que transforma a cultura em "mercadoria homogênea" (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 113). A inserção de obras literárias no mercado dependia não apenas de sua qualidade artística, mas também de sua adaptação às demandas da cultura de massa, marcada pela busca de produtos que dialogassem com as grandes audiências. Essa dinâmica é especialmente relevante para o caso de José Lins do Rego, cuja literatura regionalista precisava equilibrar as especificidades locais com a necessidade de conquistar um público nacional. A própria sugestão da Editora José Olympio para que Rego produzisse um livro infantil, *Histórias da Velha Totonha*, após a recepção aquém do esperado de *Banguê*, ilustra essa pressão do

14 O conceito de Indústria cultural poderia ser empregado aqui com ressalvas e em um sentido lato, anacrônico em sua formulação original por Adorno e Horkheimer (década de 1940), pois pareceu útil para descrever a emergência de um processo de racionalização e massificação da produção simbólica. Contudo a banca de defesa recomendou transformar numa nota. No Brasil da década de 1930, o surgimento de editoras como a José Olympio sinaliza a transição de um modelo artesanal para um incipiente sistema editorial, que buscava ampliar o público leitor e profissionalizar as cadeias de produção, distribuição e consumo do livro. Embora não configurasse uma "indústria" nos moldes plenamente desenvolvidos e críticos dos teóricos da Escola de Frankfurt, essas iniciativas pioneiras representaram um passo fundamental na constituição de um mercado cultural mais estruturado e voltado para a produção em escala.

mercado por uma adaptação que garantisse maior apelo popular, mesmo para um autor já consagrado no regionalismo.

A complexidade dessa relação entre o regional e o nacional, o local e o global, pode ser ainda mais aprofundada ao considerar o conceito de hibridismo cultural. Nesse sentido, Néstor García Canclini oferece uma contribuição fundamental ao analisar os processos de modernização na América Latina. Para Canclini, as culturas locais – entendidas como as formas de vida, tradições, saberes e manifestações artísticas enraizadas em comunidades e territórios específicos – entram em tensão com o consumo homogêneo. Este último se refere à padronização de bens culturais e práticas de consumo imposta por lógicas mercadológicas globais, que tendem a diluir as particularidades regionais em busca de um mercado amplo e massificado (CANCLINI, 2008, p. 31). A obra de Lins do Rego, ao confrontar as raízes locais do Nordeste com as demandas de um mercado editorial em expansão, ilustra essa dinâmica.

Nesse sentido, o pensamento de Homi K. Bhabha sobre o hibridismo e os espaços de enunciação torna-se particularmente pertinente. Bhabha, em sua obra *O local da cultura*, argumenta que as culturas não são entidades puras ou estanques, mas se constroem em processos contínuos de mistura, negociação e resignificação, especialmente em contextos de contato, deslocamento e migração. Para ele, o hibridismo não é meramente uma fusão, mas uma zona intersticial, um entre-lugares onde novas identidades e significados são constantemente produzidos. É nesse espaço de negociação que reside a possibilidade de agência e de estratégias subversivas que questionam as categorias hegemônicas.

Essa noção de hibridismo permitiu-me analisar a literatura de José Lins do Rego não apenas como um produto que se adapta a um mercado em busca de homogeneidade, mas como uma obra que, ao lidar com o regional, cria um espaço de entre-lugares. Nessa zona de interseção, o local e o universal se redefinem constantemente. José Lins, ao traduzir o regional para um público mais amplo, participa ativamente de um processo de negociação cultural. Essa perspectiva oferece um contraponto a abordagens que, como a de Fredric Jameson, por vezes tendeu a interpretar a globalização cultural predominantemente como um processo de homogeneização totalizante. Enquanto Jameson, ao focar nas lógicas do

capitalismo tardio, muitas vezes destaca a absorção e a neutralização das particularidades culturais, Bhabha, por outro lado, enfatiza a agência e a reinvenção que ocorrem nas fronteiras, nos encontros e nas traduções culturais. Dessa forma, a aparente contradição entre a singularidade regional e a busca por um público amplo na obra de Lins do Rego pode ser compreendida como uma expressão desse hibridismo constitutivo das culturas modernas, onde a tradição se reinventa e o local ganha novas ressonâncias no contexto nacional.

A relação do romancista com o mercado editorial brasileiro pode ser interpretada à luz do conceito de circulação de bens simbólicos de Roger Chartier. Em suas análises, Chartier (1998, p. 17) enfatiza a importância de estudar os "dispositivos que enquadram a produção, que modelam a recepção, que organizam a difusão". Ele nos lembra que a cultura é produzida e recebida através de "operações e materiais" (CHARTIER, 2002, p. 7), o que significa que a literatura de José Lins do Rego não era apenas um produto, mas um objeto simbólico cujo valor e significado dependiam de redes complexas de circulação. Essas redes, que incluíam editoras e jornais como mediadores e amplificadores, além de intrincadas relações políticas e sociais, exerceram uma influência decisiva tanto na produção quanto na recepção de seus romances. É por meio dessas dinâmicas que as obras de José Lins do Rego moldaram o lugar que ocupariam no imaginário cultural brasileiro da época.

Ao acionar todos os dispositivos possíveis, desde redes de amizade até editoras de renome, José Lins do Rego buscava concretizar seu sonho de ser um romancista aclamado, desempenhando, nesse processo, o papel de mediador cultural, como descrito por Raymond Williams. Em *Cultura e Sociedade*, Williams (1979) destaca a função desses mediadores como figuras que traduzem e circulam valores e significados entre diferentes grupos sociais, afirmando que "a cultura é uma rede complexa de significados vividos e transmitidos" (WILLIAMS, 1979, p. 28). A obra de José Lins, ao mesmo tempo em que capturava a essência do Nordeste rural, também dialogava com as demandas e as aspirações de um público urbano e crescente no Rio de Janeiro e em outros centros, representando, assim, uma ponte crucial entre esses dois mundos e suas temporalidades distintas. Williams, ao discutir a relação entre tradição e inovações, argumenta que "o novo não é um substituto, mas uma redefinição do que já existe" (WILLIAMS, 1979, p. 125), o que se alinha

perfeitamente à forma como José Lins do Rego ressignifica o universo açucareiro para o leitor moderno. Além disso, posso vê-lo como um intelectual orgânico, nos termos de Antonio Gramsci, que se destaca por "dar homogeneidade e consciência do próprio grupo fundamental" (GRAMSCI, 1978, p. 3), ao representar os valores e as experiências de sua região enquanto participava ativamente das transformações culturais e políticas do Brasil.

A trajetória inicial de José Lins do Rego junto a Editora José Olympio me impeliu questionar o saudosismo de Menino de Engenho e o regionalismo literário, e se despontam como estratégias eficazes ou, ao contrário, limitantes em um Brasil em crescente urbanização e industrialização. Essa tensão pode ser iluminada pelos argumentos de Néstor García Canclini. Ele discute como as culturas populares se inserem nos processos de modernização e nos mercados massivos (CANCLINI, 2008, p. 41), o que ressoa diretamente com a trajetória de José Lins do Rego. Sua literatura, embora valorizasse a especificidade regional do Nordeste, precisava adaptar-se às demandas de um mercado editorial que buscava narrativas com apelo nacional.

Essa necessidade de adaptação dialoga diretamente com o projeto do Governo Vargas de superar regionalismos em prol de uma identidade nacional unificada, uma pauta que marcou as décadas de 1930 e 1940. É notável que, nas décadas seguintes, José Lins do Rego tenha sido mais conhecido como modernista do que meramente como um regionalista nordestino. Essa assimilação e integração de sua obra ao cânone moderno nacional demonstram a eficácia de estratégias editoriais e políticas em redefinir a percepção de autores. Canclini observa ainda que, nesse processo, a modernidade não destrói a tradição, mas a remaneja e a comercializa (CANCLINI, 2008, p. 55). Isso se aplica de maneira contundente à forma como o regionalismo de Rego foi absorvido e difundido pela mercado do livro, evidenciando que a autenticidade local podia, sim, tornar-se um bem simbólico transacionável no mercado nacional.

A construção da identidade brasileira é um processo complexo, e o regionalismo desempenhou um papel fundamental, longe de ser um mero entrave. Na verdade, a ideia de Nordeste como uma categoria cultural e simbólica solidificou-se, em grande medida, graças ao trabalho de intelectuais como Gilberto Freyre e José

Lins do Rego. Conforme os estudos de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, essa consolidação regional contribuiu ativamente para o projeto de identidade nacional varguista, na medida em que o regionalismo ajudou a superar o isolamento estadualista. Ao oferecer narrativas que, embora ambientadas em realidades locais, ressoavam com valores e desafios nacionais, esses autores permitiram que o público se reconhecesse em um Brasil mais amplo e unificado. Essa identidade, apesar de plural, manteve-se integrada aos amplos projetos de modernização e circulação cultural que marcaram o período.

Nesse sentido mais amplo, a cultura transcende a simples coleção de obras de arte. Ela se manifesta como um modo dinâmico de produção e consumo, que, essencialmente, estrutura a própria vida social. Como bem pontua Canclini (2010), "a cultura não é apenas um conjunto de obras de arte, mas também um modo de produção e consumo, que organiza a vida social". Assim, o consumo emerge como um espaço central e performático, onde os grupos sociais não apenas se identificam, mas também se distinguem e se integram em vastos circuitos de bens e mensagens. Essa dinâmica complexa, por sua vez, sublinha que as identidades não são essências imutáveis ou fixas, mas sim construções históricas em constante fluxo, continuamente moldadas por negociações, intercâmbios e transformações culturais.

Essa questão também pode ser pensada à luz da ideia de Benedict Anderson a partir do conceito e obra *Comunidades Imaginadas* (ANDERSON, 1991), uma vez que a literatura regionalista contribuiu para a construção de identidades nacionais em um momento de transição cultural e econômica. Anderson destaca que uma nação é "uma comunidade política imaginada – e imaginada como inerentemente limitada e soberana" (ANDERSON, 1991, p. 6), e que os romances e jornais, por exemplo, são cruciais para essa construção, permitindo que "os leitores se percebam como parte de um coletivo" (ANDERSON, 1991, p. 37) mesmo sem contato direto. A obra de José Lins do Rego, ao retratar um Nordeste específico, mas com apelo nacional, participava ativamente desse processo de imaginação da nação. Lembra ainda Marshall Berman que a experiência da modernidade (BERMAN, 1986) em transformação no Brasil impactava a recepção de narrativas que conciliavam o passado rural com o presente urbano. Berman descreve a modernidade como "um complexo de experiências que se manifestam na vida cotidiana e nas grandes

transformações sociais" (BERMAN, 1986, p. 1), o que ajuda a entender como a obra de Rego, com sua mescla de elementos arcaicos e modernos, encontrava ressonância em um público que vivenciava as ambivalências da modernização brasileira.

Ao analisar a trajetória de José Lins do Rego nos anos 1930, percebo que sua busca pela consolidação como romancista revela não apenas os desafios criativos, mas também as complexas estratégias de inserção no mercado editorial e cultural. Ser escritor nesse período significava mais do que dominar a arte narrativa; era preciso articular-se em uma rede ampla de contatos e parcerias, muitas vezes mobilizando relações políticas e pessoais para garantir a circulação de suas obras.

O cenário brasileiro, marcado por altos índices de analfabetismo e por profundas desigualdades regionais, tornava o consumo literário um privilégio de poucos. Assim, os escritores dependiam não apenas da qualidade de seus textos, mas também de sua capacidade de estabelecer conexões com agentes de poder econômico, político e cultural. A colaboração com figuras como José Olympio e a utilização de veículos de comunicação vinculados a lideranças políticas, como Assis Chateaubriand, mostra como essas relações eram cruciais para ampliar a visibilidade e viabilizar a distribuição das obras.

A narrativa regionalista de José Lins do Rego, tão característica de seus primeiros romances, surge, portanto, como um reflexo tanto de sua origem quanto de uma estratégia literária e mercadológica. Se por um lado o regionalismo evocava um Brasil profundo, conectado a suas raízes rurais, por outro, ele podia se tornar uma marca que limitava o alcance de sua obra em um país que começava a urbanizar-se e a industrializar-se rapidamente.

Em última análise, a trajetória de José Lins demonstra que a literatura brasileira dos anos 1930 estava longe de ser um campo autônomo. Ela era, ao contrário, um espaço profundamente imbricado nas dinâmicas de poder político, econômico e cultural. Essas interseções entre literatura e poder não apenas moldaram as oportunidades de circulação de autores regionais como José Lins, mas também configuraram a própria identidade da produção cultural nacional. A análise de suas estratégias de sobrevivência literária e de inserção no mercado me convida, portanto,

a reavaliar o lugar da literatura nesse período e a complexidade de ser um escritor em um Brasil em transformação.

A trajetória de José Lins do Rego nos anos 1930 revela que a boa venda de livros de um autor regionalista no mercado literário nacional era um fenômeno complexo, que transcendia a mera qualidade estética de sua obra. Como evidenciado pela sua dependência de redes de contato influentes para ingressar em editoras de maior alcance, como a José Olympio, e pelos seus esforços para promover suas obras através da imprensa regional, o capital social e as alianças estratégicas desempenhavam um papel crucial.

A dinâmica do mercado editorial, concentrado no eixo Rio-São Paulo, impunha desafios específicos aos autores de outras regiões, exigindo deles uma habilidade de negociação e adaptação. O próprio regionalismo, embora conferisse uma identidade singular à sua escrita, apresentava uma tensão entre a valorização do local e a necessidade de conquistar um público nacional em um Brasil em processo de urbanização. Essa complexidade intrínseca à trajetória de um autor, como José Lins do Rego, já sinaliza a necessidade de uma abordagem biográfica multifacetada. François Dosse, ao refletir sobre o gênero, defende que "A biografia pode ser um elemento privilegiado na reconstituição de uma época, com seus sonhos e angústias" (DOSSE, 2009, p. 11), sugerindo que explorar as nuances dessa dinâmica editorial não é apenas entender o indivíduo, mas também desvendar as estruturas e o espírito de uma era cultural.

Contudo, se a historiografia literária tem dedicado atenção crescente às diversas influências na formação de José Lins do Rego – como o historiador Diego José Fernandes Freire, em *Contando o Passado, Tecendo a Saudade*, ao desconstruir a visão de uma formação unicamente sob a égide de Gilberto Freyre, enfatizando a importância das rodas intelectuais maceioenses –, um ator central nesse processo tem, paradoxalmente, recebido uma ênfase significativamente menor: o editor José Olympio. Essa subvalorização do editor, apesar de sua inegável centralidade, toca na ideia de Dosse sobre a singularidade e a complexidade do indivíduo. A vida de um escritor, e a de seu editor, não se resume a uma linearidade de influências ou ações isoladas. Há uma intersecção de singularidades que precisa ser desvendada. Como Dosse aponta, a nova paixão biográfica "não é o próprio

personagem, aquele da *Historia magistra vitae*, do culto da vida exemplar, mas uma nova preocupação para o estudo da singularidade e uma atenção particular aos fenômenos emergentes" (DOSSE, 2011, p. 77). Ignorar o papel de Olympio é perder uma dimensão fundamental da singularidade da trajetória de Lins do Rego e da própria complexidade do mercado literário da época.

Apesar do reconhecimento das múltiplas influências que moldaram a escrita de José Lins, desde as experiências no Nordeste até os debates intelectuais que frequentou, a análise do papel específico de José Olympio em sua trajetória permanece relativamente incipiente. Pouco se explora o grau de sua intervenção, não apenas na esfera da comercialização e divulgação das obras, mas também em possíveis aspectos editoriais que moldaram os próprios textos. Essa lacuna nos conduz à discussão sobre o caráter impuro e híbrido da biografia. A vida não é uma sequência de fatos estanques, e a escrita de uma biografia, como Dosse sugere, implica em desvendar as camadas de interação e influência. A própria designação de sua obra principal como *La biographie, un genre impur* (2005) já indica a natureza ambivalente do gênero. Analisar a atuação de Olympio, portanto, não é apenas traçar seu percurso pessoal, mas compreender como ele, enquanto agente, hibridiza-se com a própria obra e vida de Lins do Rego, tornando-se parte intrínseca da narrativa biográfica do autor.

Nesse sentido, torna-se fundamental não negar a complexidade das influências que atuaram sobre o escritor, mas sim complementar essa análise com a devida consideração do papel desempenhado por José Olympio. A constatação de que essa análise permanece relativamente incipiente reforça a necessidade de uma pesquisa que não se limite ao óbvio ou ao já estabelecido. Para Dosse, "Não há biografia sem liberdade de pesquisa" (DOSSE, 2011, p. 75), o que implica uma investigação aprofundada que não se esquite de explorar as zonas cinzentas, as relações menos evidentes e as intervenções sutis que, no caso de um editor, podem ter moldado a própria materialidade e recepção da obra literária. Complementar essa análise com a devida consideração de José Olympio é, portanto, aceitar o desafio biográfico de uma vida entrelaçada à de outros e buscar uma compreensão mais completa e nuancedade da história literária brasileira.

A compreensão da atuação de José Olympio emerge, portanto, como um passo analítico fundamental para elucidar não apenas a trajetória ascensional de José Lins no incipiente, porém promissor, mercado literário nacional, mas também o próprio ambiente que viabilizou sua chegada ao Rio de Janeiro, cidade destinada a se consagrar como o epicentro de sua projeção intelectual e literária. As páginas que se seguem se dedicarão a perscrutar a gênese de José Olympio enquanto figura central desse cenário.

A trajetória de José Olympio (1902-1965), desde sua formação inicial como vendedor no mercado de livros, é crucial para compreender a gênese e a ascensão de sua influente editora. Essa experiência de campo moldou sua visão estratégica sobre o que publicar e como vender, pavimentando seu progressivo estabelecimento no campo editorial brasileiro. Busquei compreender sua mentalidade empreendedora e as articulações políticas, bem como os apadrinhamentos que pavimentaram seu caminho até se tornar proprietário da influente editora que perpetuou seu nome. Essa imersão na trajetória de José Olympio se fez necessária para, em um momento posterior, analisar de forma aprofundada sua influência específica na carreira de José Lins do Rego e o significado multifacetado da mudança do escritor para o efervescente cenário cultural carioca.

A complexidade da relação entre a Editora José Olympio e o governo de Getúlio Vargas, e se o alinhamento de José Lins do Rego com a editora implicava um ajustamento político, é uma questão que demanda análise cuidadosa. Como aponta Gustavo Sorá (2010), renomado pesquisador da gênese do mercado editorial brasileiro, a posição da editora José Olympio nos anos 1950 frente ao governo Vargas é ilustrada emblematicamente por um evento:

Numa tarde de novembro de 1953, Getúlio Vargas e sua comitiva desceram na Praça XV rumo à editora. Por outra porta, relata Raquel que Queirós, “os escritores comunistas da Casa escapavam”. Não obstante muitos deles estamparam sua assinatura na placa de bronze, embaixo da do presidente. Os editados festejaram com honras os cinquenta anos de José Olympio. Getúlio descortinou a bandeira brasileira que velava o presente e, a seguir, brindou-se com champanhe. As fotos não escasseiam, e num par delas vaza a imagem do jovem negro e magro (Sebastião, depoente, auxiliar de José Olympio), espreitado entre o líder da nação e seu opositor Afonso Arinos, entre os irmãos Pereira e notáveis escritores (SORÁ, 2010, p. 21-22).

A menção de Sorá sobre a presença de Getúlio Vargas no aniversário do editor em 1953 não é um mero detalhe, mas sinaliza uma forte articulação entre o poder político e o comando de uma das principais instituições editoriais do país. O ato de descortinar a bandeira brasileira e o brinde com champanhe na ocasião transcende a simples celebração; eles sugerem a instrumentalização da figura do editor como um elemento chave na construção da identidade nacional, uma preocupação central do regime varguista que buscava legitimar-se também no campo cultural.

No entanto, a própria atuação da Editora José Olympio, ao publicar um leque diversificado de autores com diferentes orientações políticas – de comunistas a integralistas, como Plínio Salgado –, indica que a relação da casa com o poder político não era monolítica nem ideologicamente excludente. A editora, como Gustavo Sorá (2010) aponta, operava como um mercado para a cultura, e, nessa condição, sua estratégia passava por atrair talentos de todas as vertentes para garantir não apenas sua sustentabilidade econômica, mas também sua crescente influência e centralidade no campo literário brasileiro. Essa flexibilidade pragmática permitia a José Olympio consolidar sua posição como um hub cultural, mesmo em meio às tensões ideológicas da época.

Raymond Williams, em sua obra *Produção Social da Escrita*, oferece uma valiosa perspectiva ao entendimento dessa dinâmica, ao discutir como a literatura não é apenas um reflexo, mas um componente ativo da vida social. Ele argumenta que "a escrita, enquanto prática social, é inseparável das formas de vida social em que é produzida e recebida" (WILLIAMS, 2014, p. 34), o que se alinha perfeitamente à forma como a José Olympio operava, navegando entre as correntes políticas e ideológicas para se estabelecer como um polo central na produção cultural do país.

A partir dessas observações e informações, é possível perceber que a ligação de José Lins do Rego com a José Olympio – uma editora com trânsito em diferentes esferas do poder, capaz de hospedar o presidente da República em suas celebrações – tornava visível, implicitamente, um vínculo de convivência do autor com o governo Getúlio Vargas, ao menos no que concerne à esfera cultural e editorial. O fato de José Lins ter sua obra amplamente circulada por uma editora que mantinha essa relação estratégica com o poder político sugere uma intersecção pragmática entre seu interesse autoral e as ambições culturais do Estado.

Contudo, isso não implica necessariamente um alinhamento ideológico completo ou uma adesão irrestrita ao regime. José Lins, como um escritor que emerge de uma tradição e se projeta em um novo cenário, personifica o que Williams descreve como a tensão entre as formas de vida herdadas e as emergentes. Ele aponta que “a tradição é uma atividade seletiva e interpretativa” (WILLIAMS, 2014, p. 110), o que permite a José Lins do Rego ressignificar o universo açucareiro para um público que, na capital, já vivenciava os dilemas da modernidade. Sua escalada comercial como romancista, mediada pela editora, demonstra como a literatura, mesmo ancorada em um regionalismo profundo, podia transcender suas origens e participar da construção de uma cultura nacional, servindo como um elo entre o arcaico e o moderno, sem se dissolver completamente em nenhum dos polos.

A trajetória de José Lins do Rego também pode ser entendida através da abordagem de Peter Gay (2009), que, em sua obra *Modernismo: o fascínio da heresia*, descreve a dinâmica de ruptura e reinvenção inerente ao modernismo. Gay argumenta que o modernismo foi um movimento de profunda contestação, uma crítica contundente à vida moderna. A essência desse movimento reside na atração pela heresia, ou seja, na busca incessante pelo novo e no desafio às convenções estabelecidas. Para ele, a cultura moderna exigia uma revolução na sensibilidade, algo que os regionalismos tradicionais precisavam absorver para se manterem relevantes.

Contudo, essa heresia não significou o abandono total do passado, mas sim um remanejo crítico da tradição. Os modernistas, conforme Gay, não cortaram laços com o passado; em vez disso, eles o utilizaram à sua maneira. O regionalismo de José Lins do Rego ilustra bem essa ideia: ao mesmo tempo em que se afirmava em suas raízes profundas, ele conseguiu se modernizar e ser assimilado por um mercado e uma cultura que buscavam representações mais amplas da identidade nacional. Essa habilidade de transitar entre o arcaico e o moderno, ressignificando-os mutuamente, é fundamental para compreender tanto a consagração de sua obra quanto a própria natureza do modernismo brasileiro.

Esse processo demonstra como o modernismo, para Gay, é a história de um fascínio – o fascínio pelo novo, mas também pela capacidade de moldar o antigo em novas formas. Afinal, ele via o modernismo como uma aventura, e a jornada literária

de José Lins do Rego na literatura brasileira é um exemplo vívido dessa aventura, navegando com maestria entre a tradição e a inovação.

A observação de Gustavo Sorá sobre o editor como um ator nos cenários literários que põe em risco as crenças mais firmes sobre o gênio criador e seu poder de representar as grandezas simbólicas da nação revelou-se também crucial para minha análise. Essa perspectiva, longe de diminuir a figura do autor, reforça que a produção literária não é um ato isolado de gênio, mas um processo complexo que envolve mediações, interesses de mercado e intrincadas relações de poder. Roger Chartier, em *A Aventura do Livro*, elucida que a materialidade do texto é uma condição de sua significação (CHARTIER, 1999, p. 13), o que sublinha a importância da editora como mediadora fundamental entre o autor e o leitor.

A escolha de uma editora, a forma como a obra é promovida e a situação política em que ela circula são fatores que, inegavelmente, influenciam a recepção e o impacto duradouro de um autor. Nesse sentido, a José Olympio, ao abrigar um leque diversificado de autores, desde comunistas até o integralista Plínio Salgado, operava como um campo literário em que se negociavam posições e se legitimavam diferentes vozes, conforme a teoria de Pierre Bourdieu. Chartier lembra que "a leitura é uma prática que constrói o sentido" (CHARTIER, 1999, p. 25), e a editora, ao definir a apresentação e a distribuição dos livros, influenciava diretamente como essas leituras eram moldadas na sociedade. A presença de Vargas no aniversário da editora, mais do que um mero protocolo, funcionava como um ato de legitimação simbólica, inserindo a José Olympio e seus autores, incluindo José Lins do Rego, na esfera do poder oficial, mesmo que essa relação fosse permeada por tensões e não por um alinhamento ideológico absoluto.

A relação de José Lins do Rego com o governo Vargas, longe de uma leitura binária, revela-se um intrincado tecido de especificidades e nuances que demanda aprofundamento. O autor, um intelectual profundamente engajado nos debates sobre a identidade nacional e as questões sociais do Nordeste, encontrou na José Olympio um canal privilegiado para a circulação de sua obra. Essa ligação, fundamental em um período marcado pela centralização política e pela busca de uma identidade nacional coesa, facilitou a projeção de sua voz e a assimilação de sua obra no cenário cultural e político da época.

Contudo, essa facilitação da circulação de José Lins do Rego não se traduz em alinhamento ideológico completo ou adesão irrestrita ao regime. Pelo contrário, a diversidade do catálogo da José Olympio revela uma atuação mais complexa no campo literário e cultural brasileiro, que ultrapassa a mera afinidade política. Minha pesquisa no acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa forneceu elementos valiosos para aprofundar essa investigação, revelando nas correspondências e nos documentos da editora as nuances de uma intrincada teia entre literatura, mercado e poder político.

Para compreender plenamente essa complexa teia e o papel central da editora, é fundamental, a meu ver, considerar a trajetória do próprio José Olympio. Longe de ser apenas um coadjuvante no percurso de José Lins do Rego, Olympio é uma figura que personifica as ambições e as estratégias desse mercado editorial em formação, cujas vivências pessoais e escolhas profissionais lançam luz sobre o contexto no qual a obra de Lins do Rego floresceu. Acredito que, assim como a vida e a obra de José Lins do Rego se entrelaçam com os desafios de seu tempo e os caminhos de sua editora, a análise de aspectos biográficos de José Olympio pode revelar nuances e motivações que, de outra forma, permaneceriam invisíveis na trajetória do próprio autor. Essa abordagem interconectada da biografia, em que uma vida ilumina a outra, permite enxergar as escolhas e os dilemas de Lins a partir de uma perspectiva mais ampla, contextualizando suas decisões literárias e políticas. Minhas escolhas por determinados personagens e suas vivências, portanto, são tomadas considerando como a vida desses indivíduos se relaciona e reflete diretamente sobre o meu objeto de pesquisa, ampliando a compreensão do universo literário e cultural que busco explorar.

José Olympio, nascido em 10 de dezembro de 1902, emergiu de uma família de camada média urbana em ascensão, o segundo de nove irmãos. Um aspecto significativo de sua formação familiar era a forte devoção católica de sua linhagem materna, uma ligação religiosa que, como se revelaria, desempenharia um papel crucial em sua trajetória. A biografia, ao se aprofundar nesses pormenores, revela a complexidade da constituição do sujeito, mostrando que "a vida é uma construção permanente, um processo de subjetivação que não se fecha num sentido único" (DOSSE, 2010, p. 28).

Um momento determinante em seu progresso social foi a escolha de seu padrinho de crisma: Altino Arantes. Figura de enorme prestígio na sociedade paulista, Arantes havia sido presidente do estado de São Paulo por duas vezes, presidente do Banco do Estado de São Paulo também em duas ocasiões e, posteriormente, viria a presidir a Academia Brasileira de Letras. O casamento de Arantes com uma parente longínqua da mãe de Olympio estabeleceu um elo familiar, ainda que distante. No entanto, a escolha de Arantes como padrinho parece ter sido mais do que uma mera formalidade. Essa relação representou uma estratégica via de promoção social para Olympio, facilitada por seus laços religiosos. Tal entrelaçamento de esferas pessoal, familiar, religiosa e política demonstra que "o individual e o social são inseparáveis e se co-constroem" (DOSSE, 2006, p. 30).

Nesse entrelaçamento de fé, família e poder, a vida de José Olympio não se desenrola como uma narrativa linear, mas como uma rede de influências e agenciamentos. A biografia, nesse sentido, se afasta da ideia de uma vida acabada e coerente, abraçando o desafio de "tornar legível um percurso de vida feito de descontinuidades e inflexões" (DOSSE, 2005, p. 25). É essa abordagem que permite ao biógrafo investigar como um elo aparentemente distante ou uma formalidade religiosa se traduziram em capital social e oportunidades decisivas.

Ao expor as dinâmicas sociais e culturais que pavimentaram o caminho de José Olympio, desde suas origens familiares até as conexões estratégicas com figuras como Altino Arantes, a biografia transcende o estudo de uma única existência. Ela se torna um ponto de observação privilegiado, capaz de "desvendar as lógicas sociais e culturais de uma época através do prisma de uma existência singular" (DOSSE, 2007, p. 55). A vida de Olympio, assim, oferece uma chave de leitura para compreender as complexas teias de relações e o funcionamento das ascensões sociais no Brasil do início do século XX.

A trajetória de José Olympio revela uma singularidade que começa a se desenhar muito cedo. Aos onze anos, a incursão no mundo do trabalho em uma farmácia, ainda que distante do universo editorial, já pode ter cultivado uma perspicácia que seria crucial em seu futuro. Essa experiência inicial destaca a complexidade da formação de um indivíduo, que se molda em múltiplos contatos e aprendizados, e não apenas em marcos óbvios.

Aos quinze anos, Olympio demonstrava uma desenvoltura e ambição notáveis ao escrever diretamente a seu padrinho, Altino Arantes, buscando consolidar essa relação. Segundo Arantes, em uma recordação citada por Geraldo Jordão Pereira (1996), o pedido para que ele fosse padrinho de crisma partiu do próprio Olympio ainda criança, durante a visita de um bispo. Essa iniciativa precoce, conforme a perspectiva de seu avô, também mencionada na entrevista, revela uma estratégia familiar consciente para ascender socialmente, considerando que vinham de um ramo menos abastado da família Junqueira. Aqui, a biografia se descola da mera linearidade dos fatos para adentrar as descontinuidades e inflexões de uma vida, mostrando como o sujeito se constrói em um processo contínuo e multifacetado.

Essa sagacidade e a influência do padrinho foram, sem dúvida, elementos propulsores na trajetória de José Olympio. A forma como essas relações pessoais e familiares se entrelaçam com a busca por ascensão social evidencia o caráter compósito e híbrido da existência individual. Não se trata de uma jornada isolada, mas de uma vida inserida e moldada por uma complexa rede de interações. Ao narrar esses eventos, a biografia de Olympio não apenas ilumina seu percurso pessoal, mas também contribui para a reconstituição de uma época, revelando as dinâmicas sociais e os mecanismos de ascensão que pavimentaram seu caminho. Essa situação o levaria a atuar de forma central no cenário editorial que começava a se estruturar na década de 1920, demonstrando como a vida individual pode ser uma porta de entrada privilegiada para a compreensão de fenômenos históricos mais amplos.

Nessa ascensão individual e familiar em meio a profundas transformações sociais, a análise de Eric Hobsbawm, como explorada por Jocelito Zalla e Matías Emiliano Casas, oferece um olhar perspicaz. Hobsbawm e Ranger (1997) argumentam que "muitas 'tradições' que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não inventadas" (HOBBSAWM; RANGER, 1997, p. 1). Embora não se trate de uma invenção de tradição no sentido cerimonial, a forma como a família de José Olympio mobiliza e estrategicamente valoriza laços familiares e religiosos para a ascensão social pode ser lida como uma reutilização, adaptação ou ressignificação de práticas existentes para uma nova realidade. O passado da linhagem Junqueira, mesmo o menos abastado, é ressignificado para justificar e impulsionar o presente de Olympio. Zalla e Casas (2024, p. 2) reforçam que as

invenções de tradições, em movimentos frequentemente associados à consolidação dos Estados-Nação, também se manifestam em micro-escalas, na construção das trajetórias individuais.

Além disso, Hobsbawm destaca que "as tradições inventadas são respostas a uma nova situação" (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 4). A busca ativa de José Olympio por um padrinho influente como Altino Arantes, e sua proatividade em consolidar essa relação, revelam uma resposta pragmática e eficaz às oportunidades e desafios de um Brasil em modernização. Não é um movimento ao acaso, mas uma ação deliberada. Zalla e Casas (2024, p. 3) pontuam que emergiram movimentos coletivos e instituições que mobilizam práticas letradas consolidadas ou disciplinas em desenvolvimento para reinterpretar o passado. No caso de Olympio, a prática letrada da carta e a instituição do padrinho são mobilizadas para fins de ascensão pessoal, demonstrando como as dinâmicas de poder e influência permeiam as relações sociais. Essa invenção ou, mais precisamente, essa "formação de tradições, que está intimamente ligada ao desejo de estabelecer ou legitimar certas práticas e instituições" (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 9), demonstra a agência familiar e individual.

A proatividade de Olympio em escrever a Arantes em busca de uma oportunidade reflete essa capacidade de construir um futuro desejado. Zalla e Casas (2024, p. 4) argumentam que os intelectuais desempenharam um papel central na construção de identidades culturais, utilizando o passado como ferramenta de legitimação. Embora Olympio não seja um intelectual no sentido tradicional, sua ação demonstra uma compreensão intuitiva de como o capital social, construído sobre laços familiares e religiosos, pode ser um instrumento de poder. A escolha do padrinho, o pedido direto de emprego e a valorização da herança religiosa materna são ações que, combinadas, funcionam como um ritual de passagem social, permitindo a "reafirmação de uma identidade ou de um grupo" (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 8) em um cenário de mudanças. As velhas estruturas sociais não desaparecem, mas se adaptam para permitir novas formas de ascensão, não por acaso, mas por meio de ações deliberadas e bem-iniciadas. Zalla e Casas (2024, p. 5) complementam, observando que a manipulação do passado e a construção de identidades culturais e políticas não são exclusivas de grandes movimentos sociais

ou nacionais, mas também operam em micro-níveis, moldando as trajetórias individuais, como a de José Olympio.

Foi na década de 1920 que as livrarias e as revistas acentuaram seu papel não apenas como pontos de venda, mas como agentes ativos na gênese e na regulação dos projetos editoriais no Brasil. Esses espaços se tornaram cruciais na produção e circulação de obras e autores, sendo palcos para o lançamento de novos nomes e para a busca da consagração comercial. Esse dinamismo, moldando o cenário cultural da época, foi algo que José Olympio, com sua visão e ambição, soube aproveitar e liderar. A biografia, ao contextualizar esses movimentos do mercado, demonstra como a vida de um indivíduo pode ser uma lente para reconstituir uma época, revelando os sonhos e as angústias que impulsionavam o progresso cultural e econômico.

Aos quinze anos, José Olympio demonstrava não apenas ambição, mas também uma notável proatividade na busca por seus objetivos. Ciente da influência e do poder de seu padrinho, Altino Arantes, então Presidente do Estado de São Paulo, escreveu-lhe solicitando uma oportunidade de emprego na capital. Seu pedido, modesto, almejava uma colocação em um armazém de secos e molhados que lhe oferecesse alojamento e comida, indicando suas origens humildes e a necessidade de garantir sua subsistência enquanto buscava ascensão. Em resposta a essa carta, datada de 7 de junho de 1918, o Presidente Arantes lhe ofereceu uma oportunidade no setor que, ironicamente, moldaria seu futuro: um emprego na tradicional Livraria Garraux. Essa reviravolta, da busca por um armazém à entrada no mundo dos livros, ilustra como a trajetória de uma vida raramente é linear; ela é, na verdade, uma sucessão de descontinuidades e inflexões, onde o acaso e a iniciativa individual se cruzam de maneiras imprevisíveis, mas determinantes.

Foi nesse ambiente, sob a supervisão do experiente livreiro Jacinto Silva, que José Olympio iniciou seu contato direto com o universo dos livros, um encontro que plantaria a semente para sua futura atuação como um dos mais importantes editores do Brasil. Após sua chegada à Livraria Garraux em 1918, José Olympio dedicou os anos seguintes a uma imersão profunda no universo do livro, sob a orientação de Jacinto Silva. Essa experiência formativa foi fundamental para sua consolidação como livreiro e para a aquisição de um conhecimento prático do mercado editorial que então

se estruturava no Brasil. Esse período de aprendizado intenso na Garraux, que se estendeu até 1931, quando ele finalmente fundou sua própria editora em 29 de novembro – data do nascimento oficial –, permitiu-lhe refinar sua visão sobre o potencial do mercado livreiro nacional. A narrativa de sua formação profissional destaca a construção de uma subjetividade em meio a essas experiências concretas, mostrando como a biografia explora a vida como um processo em constante desenvolvimento, onde cada passo, cada relação, contribui para a complexidade final do indivíduo que se tornou um pilar do mercado editorial.

Em 1934, um ano particularmente significativo em sua trajetória, José Olympio demonstrou seu audacioso espírito empreendedor em duas frentes. Primeiramente, ainda residindo em São Paulo em 1931, realizou a compra da biblioteca de Alfredo Pujol, o mais renomado bibliófilo da cidade. O investimento nas palavras de sua neta Lucila Soares:

O valor pago, de oitenta contos de réis, era tão alto que até hoje há quem acredite que foi ganho na loteria. No fim daquele ano, abriu uma livraria na capital paulista [...] e aventurara-se como editor, com o moderníssimo *Conhece-te pela psicanálise*, do americano J. Ralph, sucesso de público (SOARES, 2006, P.23).

Oitenta contos de réis em 1931 equivaleriam a cerca de R\$ 9.840.000,00 em valores de hoje (junho de 2025), considerando a conversão de 1 Conto de Réis para R\$ 123.000,00). Essa quantia astronômica para a época explica a curiosidade e a lenda de que José Olympio teria ganhado na loteria conforme a citação de sua neta. Contudo, é mais provável que esse montante tenha sido fruto de seu aguçado espírito empreendedor, da acumulação de lucros de suas bem-sucedidas atividades como livreiro e da sua visão estratégica para o mercado. Ele não era um capitalista tradicional, mas um negociante perspicaz que soube identificar e aproveitar oportunidades no crescente cenário cultural brasileiro.

O investimento de uma soma tão expressiva no mercado editorial por José Olympio não foi um acaso, mas uma aposta calculada. Sua decisão reflete uma paixão profunda pelo livro e um entendimento do potencial de crescimento e influência cultural do setor no Brasil dos anos 1930. Para ele, o mercado editorial representava não apenas um negócio lucrativo, mas um vetor de ideias e conhecimento, uma

sinergia perfeita com a aquisição da biblioteca de Alfredo Pujol e a abertura de sua livraria. Ao aventurar-se como editor, ele visava construir um império editorial que unia sua expertise, capital e o desejo de transformar o panorama intelectual do país. Essa aquisição conferiu a José Olympio não só um inestimável capital intelectual, ao incorporar um dos maiores acervos privados do país, mas também um prestígio imediato no círculo bibliófilo e intelectual, solidificando sua reputação como um ator sério e ambicioso no meio cultural. Nas palavras de Sorá:

Em 1931, José Olympio Finalmente galgou à sua própria atividade comercial, ao adquirir uma das maiores bibliotecas particulares do Brasil, de propriedade de Alfredo Pujol [...] A compra da biblioteca Alfredo Pujol, por outro lado, foi sugerida a José Olympio por Macedo Soares, um reconhecido bibliófilo [...] A compra da biblioteca de Pujol foi escriturada em 14 de Abril de 1931, um ano depois da morte do bibliófilo [...] O valor da transferência foi de oitenta contos de réis, pagos em parcelas bimestrais. Para juntar esta soma de dinheiro, José Olympio recebeu ajuda de amizades feitas na Garraux, a começar por Jose Carlos de Macedo Soares (SORÁ, 2010, P.72-74).

É certo que parcelas bimestrais facilitaria a gestão de um valor tão alto. A citação de Sorá (2010) é crucial ao revelar a fonte do dinheiro: Para juntar esta soma de dinheiro, José Olympio recebeu ajuda de amizades feitas na Garraux, a começar por Jose Carlos de Macedo Soares. Isso refuta a lenda da loteria e aponta para o valor de sua rede de contatos e a confiança que ele inspirava. Jose Carlos de Macedo Soares não só sugeriu a compra, mas também foi fundamental no apoio financeiro, evidenciando o capital social que José Olympio havia construído em seus anos no meio livreiro. Ele soube transformar relacionamentos em apoio estratégico e financeiro, permitindo-lhe realizar esse investimento audacioso.

A visão audaciosa de José Olympio impulsionou não só seu próprio império editorial, mas também alicerçou a ascensão de grandes nomes da literatura brasileira, como José Lins do Rego. A aquisição da biblioteca de Alfredo Pujol foi mais que uma transação; foi a demonstração de sua determinação inabalável e a conquista de capital intelectual e prestígio sem precedentes.

Paralelamente a essa aquisição estratégica, José Olympio consolidou seus planos de expansão com a inauguração de sua livraria. A escolha inicial de São Paulo, na Rua da Quitanda, 19A, pode parecer um desvio, mas revela uma inteligente estratégia de consolidação em seu mercado de origem antes de mirar a capital cultural

do país. O verdadeiro marco, contudo, foi o lançamento da loja na Rua do Ouvidor, 110, no Rio de Janeiro, no final de 1934. Ao se posicionar no coração cultural do Brasil, José Olympio deixou de ser um funcionário promissor para se tornar um influente empresário com a visão clara de moldar o cenário editorial brasileiro.

Foi nesse mercado editorial em plena efervescência, catalisado pelas iniciativas de José Olympio, que a obra de José Lins do Rego floresceu. Vindo do Nordeste com sua prosa regionalista, José Lins precisava de uma plataforma que não apenas publicasse seus livros, mas que os projetasse em nível nacional. A Editora José Olympio, com sua localização estratégica no Rio, sua capacidade de investimento e sua rede de distribuição, tornou-se essa ponte vital. A visão de José Olympio de publicar autores que representassem a diversidade e a riqueza cultural do Brasil, como José Lins do Rego com seus romances casou-se perfeitamente com a necessidade desses escritores de alcançar um público mais amplo e consolidar suas carreiras.

Em síntese, este primeiro capítulo estabeleceu as bases contextuais e teóricas fundamentais para a análise da ascensão de José Lins do Rego no cenário literário brasileiro e do papel central da Editora José Olympio. Demonstrou-se que a formação do mercado editorial nos anos 1920 e 1930 foi um campo fértil para o surgimento de figuras como José Olympio, cuja trajetória biográfica, redes de sociabilidade e perspicácia comercial o posicionaram como um ator decisivo. Exploramos como sua visão empreendedora, o investimento estratégico num mercado aparentemente incipiente e a capacidade de negociar no campo literário influenciaram a dinâmica da consagração de autores regionalistas.

Ao discutir as perspectivas teóricas de Peter Gay, Gustavo Sorá, Roger Chartier, Pierre Bourdieu e Eric Hobsbawm, este capítulo ofereceu as ferramentas analíticas para compreender as complexas intersecções entre gênio criador, mediação editorial, estratégias de circulação e o próprio funcionamento do modernismo brasileiro. A vida de José Olympio, desde suas origens humildes até sua consolidação como editor, revelou-se um prisma privilegiado para entender as dinâmicas sociais e culturais da época, assim como os mecanismos de ascensão individual utilizados por José Lins em meio a profundas transformações.

Com essa sólida fundamentação sobre o contexto da época e a figura de José Olympio, o próximo capítulo aprofundará a análise da literatura de José Lins do Rego, investigando como as instabilidades e as transformações no campo religioso se manifestaram na sua obra do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, revelando as tensões culturais e ideológicas que perpassam seus romances nesse período.

(Capítulo 2)

A Religiosidade Católica em Crise: Espaços de Experiência e Horizontes de Expectativa no *Ciclo da Cana-de-Açúcar*

A consagração da série de romances do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* de José Lins do Rego foi um processo complexo, pavimentado por estratégias editoriais da José Olympio e pela inserção do autor no cenário político do governo Vargas. Contudo, a profundidade de sua obra transcende as dinâmicas de mercado e de poder estatal, mergulhando em tensões intrínsecas à própria formação da identidade brasileira da época. Desse modo, a transição e redefinição de valores que o romance *Menino de Engenho* (1932) inicia com uma referência simbólica e provocadora, apontam para uma crise de outra natureza, mais profunda e silenciosa: a crise da fé e da tradição, que pode ser entendida como uma crise da religião nacional.

Para compreender essa crise, é fundamental retroceder no tempo e analisar o papel estruturante do catolicismo na gênese do Brasil. A presença da fé católica remonta ao século XVI, marcando o primeiro encontro entre os colonizadores portugueses e os povos nativos de Pindorama. Poucas décadas depois, a chegada forçada de homens e mulheres africanos, escravizados para suprir a demanda por mão de obra na cana-de-açúcar e em outras atividades coloniais, ampliou o complexo tecido social e cultural. O projeto colonial português no Brasil não se limitava à exploração das riquezas naturais; tinha como objetivo primordial a difusão da fé católica entre os povos indígenas. A catequese era vista como o pilar dessa empreitada, expressa de forma inequívoca na Carta de Pero Vaz de Caminha, que no relato da primeira expedição portuguesa já sugeria a conversão como o melhor fruto a ser tirado da nova terra. A religião católica, intrínseca à vida dos colonos, passou a ser imposta e, gradualmente, assimilada pelos colonizados e escravizados. Essa fusão de portugueses, nativos e africanos ao longo de três séculos teve a religião católica como elemento formador e integrador do povo brasileiro.

Historicamente, o primeiro esforço consciente e sistemático do Estado brasileiro para conferir uma identidade à nação, por meio da escrita de um texto sobre sua gênese, sucedeu durante o Período Regencial, iniciado em 1838. Esse momento,

marcado por intensa instabilidade política e crise dinástica após a independência, exigia uma base de coesão para o recém-formado país. Embora a subserviência política e econômica com Portugal tivesse sido dissolvida, a subalternidade cultural do Brasil ainda se mantinha, com a legitimidade do chefe de Estado baseada no sangue real português. A ausência de um monarca adulto (Dom Pedro II não possuía idade para governar antes de 1840) intensificou essa crise de legitimidade política.

Nesse cenário de busca por pilares para a nação, a religião de Portugal foi ratificada como elemento basilar do Império brasileiro, demonstrando ser um importante fio de continuidade. Ela ligava o projeto colonial português à recém-criada nação, formada sob a égide da realeza e da fé católica. O Artigo 5º da *Constituição Política do Império do Brasil*, de 25 de março de 1824, é explícito ao afirmar que a "Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Imperio" (GUIMARÃES, 1988), permitindo outras religiões apenas em culto doméstico. Como observa Manoel Luís Salgado, a construção da ideia de Nação no Brasil não se assentou sobre uma oposição à antiga metrópole, mas, ao contrário, a nova Nação brasileira se reconheceu como continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Essa perspectiva sublinha a forte ligação com o passado colonial e a importância da tradição portuguesa, incluindo a religiosa, na formação da identidade nacional, estabelecendo o catolicismo como um componente indissociável da nacionalidade emergente.

Em dimensão historiográfica, a narrativa responsável pela integração e consolidação da nação foi pautada nas instruções da dissertação de Carl Friedrich Philipp von Martius, publicada em 1845. Sua obra, *Como escrever uma História do Brasil*, estabeleceu os elementos fundamentais para a primeira escrita da história do país. Martius (1945), em sua proposta, expressa uma visão peculiar sobre a formação do povo brasileiro, concebendo uma mescla de raças predestinada pela Providência, onde o sangue português absorveria as contribuições indígenas e africanas. Ele reitera a necessidade de um historiador "penetrado das doutrinas da verdadeira humanidade, e de um cristianismo esclarecido", enfatizando a inseparabilidade entre a fé e o projeto de nação.

Contudo, a obra historiográfica que de fato executou esse projeto, a *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen, publicada em 1854, curiosamente,

ofuscou o elemento eclesiástico. A palavra "Igreja" e "catolicismo" aparecem poucas vezes no texto, embora a palavra "Deus" se repita de maneira expressiva. Varnhagen minimizou o papel da Igreja como instituição com agência política, preferindo destacar o Estado e a monarquia como centros da atividade histórica. Isso se manifesta em sua descrição sobre a vida do primeiro donatário, onde as menções de tradições escritas do período colonial destacam a obediência a Deus, mas inseridas em um contexto de legitimação do poder secular:

Durante a vida do primeiro donatário a colônia seguiu feliz. Havia nela bons costumes, fazia-se justiça a todos, eram os habitantes tementes a Deus, e observadores da religião, sem a qual não há sociedade possível. Pero do Campo foi menos empreendedor que Duarte Coelho. Tinha este todo o zelo religioso, mas faltavam-lhe outros poderes e estímulos da humanidade para empreender grandes obras (VARNHAGEN, 1854, P.182-183).

O catolicismo foi oficialmente sobreposto às demais formas de religiosidade no Primeiro Reinado. A hierarquia racial estabelecida pela colonização portuguesa teve como consequência direta a subalternização das culturas indígena e africana e de suas religiosidades. É consenso historiográfico que, no Brasil, houve uma sobreposição da cultura lusitana, e no Império essa hierarquia foi estabelecida de forma positivada. Tanto a catequese quanto o padroado são exemplos dessa estrutura religiosa que submetia as demais religiões à primazia do catolicismo, exigindo a adesão dos nativos aos sacramentos e forçando os próprios Judeus a assumirem publicamente a fé católica para se integrarem socialmente como cristãos-novos.

É nesse contexto de valorização e estruturação do catolicismo como pilar social e nacional que a menção à obra de Chateaubriand na formação do protagonista de Lins do Rego ganha ainda mais relevância. O protagonista Carlos de Melo afirma: "No colégio lia O Gênio do Cristianismo" (REGO, 1989, p. 30). Essa breve menção carrega um peso simbólico significativo. Escrita por François-René de Chateaubriand em 1802, O Gênio do Cristianismo foi uma reação à descristianização promovida pela Revolução Francesa, defendendo o papel cultural, estético e ético do catolicismo na constituição da sociedade europeia. Chateaubriand, ao enaltecer os ritos religiosos, a arte sacra, a música e a literatura cristã, argumentava que a rejeição da religião

católica significava o colapso do fundamento moral e a desordem social. Sua crítica ao racionalismo secular antecipa o movimento romântico, ao valorizar o sentimento e a memória cultural em detrimento da razão iluminista.

Ainda que o catolicismo tenha sido um elemento aglutinador e constitutivo da identidade nacional desde a Colônia, as transformações da República e, em especial, as tensões do início do século XX e da Era Vargas, geraram uma crise na sua forma de manifestação e no seu papel enquanto religião nacional. As profundas mudanças sociais, econômicas e políticas – marcadas pela urbanização, industrialização e a busca por novas formas de identidade nacional para além da herança monárquica – colocaram em xeque a hegemonia de um catolicismo unificado e hierárquico. É aqui que a literatura de José Lins do Rego se torna um espelho e um ator nessa crise da religião nacional.

Sua obra, ao mesmo tempo em que retrata a decadência das estruturas agrárias e patriarcais (o "espaço de experiência" em crise), também expõe a instabilidade da religiosidade católica nesse contexto. Não se trata de uma negação do catolicismo, mas da emergência de um catolicismo do engenho – popular, pragmático e profundamente híbrido. Este catolicismo, moldado pelas interações raciais e sociais do Brasil profundo, mesmo preservando hierarquias de raça, classe e gênero, emerge como um novo fio de continuidade e um dispositivo de nacionalidade alternativo. Ele oferece uma forma de re-elogiar a colonização e a formação cultural brasileira, tal como Gilberto Freyre o faria mais explicitamente, ao exaltar a reverência a essa forma específica de catolicismo como elemento central de uma cultura genuinamente nordestina. Nesse sentido, Lins do Rego não apenas narra a crise, mas aponta para as tentativas de rearticulação do sagrado em um contexto onde os antigos paradigmas da religião nacional já não se sustentavam, revelando um horizonte de expectativa em busca de novas formas de coesão e identidade para o Brasil.

A relevância de Chateaubriand para a tese, portanto, não reside apenas na introdução de um elemento estético, mas na sua profunda compreensão do catolicismo como uma força de coesão social inestimável. Para ele, a religião era capaz de oferecer sentido à vida cotidiana e garantir a estabilidade da ordem social. Sua obra, *O Gênio do Cristianismo*, surge na Europa do início do século XIX como

uma resposta à sociedade em crise, marcada pelo colapso do Antigo Regime e pelo avanço do secularismo, defendendo que o resgate da fé era essencial para a reconstrução moral e social. Esse pensamento ecoa as preocupações com a desordem e a busca por novos pilares para a nação, que sua tese explora no contexto brasileiro.

Contudo, ao citar O Gênio do Cristianismo no início de *Menino de Engenho*, José Lins do Rego transpõe esse debate para o Brasil das décadas de 1930-40, um momento igualmente marcado por tensões entre tradição e modernidade. O espaço de experiência de Carlos de Melo (e do autor) está ancorado em uma memória agrária e patriarcal, onde o catolicismo é a religião natural e a principal força de coesão moral. Essa memória, porém, se vê ameaçada pelo horizonte de expectativa imposto pela modernização econômica e cultural, especialmente no eixo Rio-São Paulo.

A escolha de José Lins do Rego de abrir seu romance com a referência à obra de Chateaubriand não é fortuita. Ela sinaliza o que poderia ser chamado de uma crise da religião nacional: o catolicismo, embora ainda dominante, já não possui o monopólio simbólico na construção do imaginário nacional. Em vez de ser a voz uníssona de outrora, ele se fragmenta em diferentes manifestações e discursos, perdendo parte de sua capacidade de unificar a nação sob uma única égide moral e cultural frente às novas realidades de um Brasil em rápida transformação.

Nesse cenário de transição da Primeira República para o período varguista, a elite eclesiástica demonstrou uma notável capacidade de se adaptar às novas realidades da República. Longe de se limitar a uma postura passiva, os bispos e suas congregações investiram na formação de um clero mais coeso e alinhado ideologicamente. Eles buscavam atuar em um ambiente de liberdade religiosa que, paradoxalmente, também desafiava sua hegemonia (MICELI, 2009, p. 78). A Igreja soube se reorganizar internamente para enfrentar o secularismo e manter a influência de sua elite (MICELI, 2009, p. 110).

Os valores morais cristãos, enaltecidos tanto por Chateaubriand quanto pelos internatos confessionais brasileiros das primeiras décadas do século XX, são evocados em *Menino de Engenho* como uma nostalgia cultural — uma tentativa de valorizar o passado agrário e suas estruturas de poder, em contraste com o avanço do secularismo e da industrialização. Essa nostalgia se alinha com o projeto da Igreja

de re-sacralizar o espaço público e privado. Edgar da Silva Gomes (2012), em sua análise sobre a reestruturação diocesana na Primeira República, enfatiza que esse processo foi muito além de uma simples mudança administrativa. Constituiu, na verdade, uma profunda redefinição da presença católica no território nacional. A criação de cada nova diocese ou província eclesiástica não só consolidava a presença da Igreja, permitindo-lhe alcançar diversas regiões e reafirmar sua autoridade pastoral e simbólica em oposição à fragmentação social e à ameaça da secularização, mas também se configurou como uma estratégia de controle do tecido social. Para Gomes, essa estadualização das dioceses transformou a capilaridade da Igreja em uma verdadeira força política, estendendo seu alcance e sua capacidade de intervenção em vastas áreas do país (GOMES, 2012).

Assim, é possível perceber uma correlação intrínseca entre a defesa dos valores tradicionais e a manutenção da religião católica como força de coesão social. O conservadorismo católico, impulsionado pela hierarquia e por leigos, rapidamente identificou no anticomunismo uma plataforma poderosa para a defesa de seus valores e instituições. Rodrigo Patto Sá Motta (2000) em sua tese *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)* ao analisar o anticomunismo no Brasil, destaca como a ameaça vermelha serviu como um catalisador fundamental para a união de forças conservadoras, permitindo à Igreja se apresentar como a guardiã da ordem social e moral. Motta argumenta que o discurso anticomunista, ao invocar um inimigo comum, ofereceu uma justificativa para o endurecimento político e a aceitação de valores tradicionais, servindo como uma ferramenta eficaz para legitimar o autoritarismo e a manutenção de estruturas sociais hierárquicas (MOTTA, 2000).

No Brasil dos anos 1930, essa percepção ganhou força, especialmente com o retorno da disciplina de Ensino Religioso na educação básica e a construção do Cristo Redentor como símbolo da cultura nacional. Tais fatos ocorreram sob o governo Vargas, na ditadura estadonovista, que reaproximou o Estado da Igreja Católica, questionando, assim, o princípio da laicidade estatal.

A crise da religião nacional que emerge como a instabilidade na literatura se articula e interage, então, com um novo momento de rearticulação na sociedade em que se insere. A elite eclesiástica, nos anos 1930, ciente de sua força, soube negociar

habilmente com o poder estatal, especialmente em momentos de instabilidade política ela demonstra sua flexibilidade. Sua aparente neutralidade diante das tensões permitiu-lhe oferecer um suporte ideológico e moral que era valioso para a estabilização de regimes e a legitimação de novas ordens políticas, garantindo em troca o reconhecimento de suas prerrogativas (MICELE, 2009, p. 142). Os colégios confessionais e seminários, por sua vez, continuaram sendo importantes centros de irradiação ideológica, formando elites leigas e o clero com um ideário conservador que se opunha a propostas liberais e socialistas (MICELE, 2009, p. 210).

A visão de uma nação católica foi reavivada por meio de símbolos e políticas públicas. A construção de grandes marcos religiosos, como o Cristo Redentor, representou um esforço da Igreja e de setores da sociedade para re-sacralizar o espaço público e reafirmar o Brasil como uma nação de raízes católicas. Essa materialização da fé em monumentos grandiosos simbolizava a resiliência da Igreja e sua capacidade de se integrar ao imaginário nacional. Nesse sentido, Gomes (2012) detalha como a consolidação da Igreja por meio da capilaridade diocesana foi crucial para manter e expandir sua influência em diversas esferas da vida pública e privada, garantindo uma presença constante e articulada no território brasileiro (GOMES, 2012).

O temor ao comunismo foi um fator unificador para as forças conservadoras, incluindo a Igreja, que viram na figura de Vargas um aliado em seus projetos de ordem e moralização. O Estado Novo, em sua busca por bases de apoio e um projeto de nação, encontrou na Igreja Católica um parceiro ideal, assim como no próprio movimento integralista de base católica. A ideologia anticomunista e a defesa dos valores tradicionais ecoavam os princípios do regime, resultando em uma sinergia que beneficiou ambas as instituições, legitimando o autoritarismo estatal e fortalecendo a presença religiosa. Motta (2000) aprofunda essa discussão, mostrando como a defesa da família e a moralização da sociedade eram bandeiras comuns à Igreja e ao governo, que juntos promoveram a intervenção estatal em diversos aspectos da vida privada, solidificando um pacto conservador que moldou profundamente a sociedade brasileira da época (MOTTA, 2000).

Essa crescente sinergia e o fortalecimento da Igreja no cenário político-social encontraram um de seus mais visíveis reflexos na efervescência da imprensa católica.

Entre as décadas de 1920 e 1930, o Rio de Janeiro, então capital federal, consolidou-se como um vibrante polo dessa imprensa, refletindo e, ao mesmo tempo, impulsionando a crescente organização e influência do catolicismo no Brasil. A Igreja Católica, buscando reafirmar sua presença em um cenário pós-República e de laicização do Estado, investiu significativamente na produção intelectual e midiática. Diversos jornais e revistas, como *A Ordem*, ligada ao Centro Dom Vital, e *A Gazeta Católica*, serviam como plataformas para debates teológicos, sociais e políticos, moldando a opinião pública e articulando o pensamento católico.

Essa efervescência intelectual não era aleatória; ela se inseria em uma concepção mais ampla de civilizar por cima, presente no debate intelectual brasileiro desde as décadas de 1920 e início dos anos 1930. Essa visão era o cerne do movimento de renovação católica que teve um marco em 1921, com a publicação da revista *A Ordem*, e no ano seguinte, com a criação do *Centro Dom Vital*. Os intelectuais católicos que gravitavam em torno dessas iniciativas, como Jackson de Figueiredo e, posteriormente, Alceu Amoroso Lima, partilhavam de uma vertente de pensamento antirrevolucionária e profundamente conservadora. Para eles, o Brasil, em sua essência, era católico — fruto da colonização lusitana e da ação jesuítica. Diante de uma elite que, em sua percepção, havia sido corrompida pelo ceticismo, pelo liberalismo e pelo individualismo burguês, o papel desses intelectuais era claro: recatolizar a própria elite para, por meio dela, restaurar os valores cristãos na sociedade e, assim, reverter os rumos da laicização e da modernidade percebida como dissolvente. Essa estratégia visava garantir a permanência da Igreja como força moral e social preponderante, atuando como guardião da tradição em um período de profundas transformações.

Nesse contexto efervescente de renovação católica e busca por uma redefinição da identidade nacional, Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima, 1893-1983) emergiu como uma figura central. Amoroso Lima foi um dos mais importantes intelectuais católicos do Brasil no século XX. Formado em Direito, sua trajetória intelectual o levou de um inicial ceticismo e flerte com o modernismo à uma profunda conversão ao catolicismo em 1928, tornando-se um dos principais ideólogos do movimento liderado pelo *Centro Dom Vital* e pela revista *A Ordem*.

Através de seus artigos e ensaios, como "A Renovação da Fé no Brasil" (1928) e "O Pensamento Católico na Crise Atual" (1930), Athayde não apenas defendia os princípios do catolicismo social, mas também engajava-se em críticas contundentes às correntes liberais e comunistas, propondo uma visão católica para a modernidade brasileira. Sua erudição e capacidade de articulação faziam dele uma voz respeitada, capaz de influenciar amplos setores da sociedade. Essa intensa produção intelectual e a capilaridade dos periódicos católicos, sob sua liderança e influência, foram cruciais para a mobilização de fiéis e intelectuais. Elas também pavimentaram o caminho para a organização política do catolicismo no país, com o surgimento de entidades como a Liga Eleitoral Católica (LEC), demonstrando a transposição do debate intelectual para a ação política concreta.

Embora a LEC não fosse um partido no sentido tradicional, mas uma frente para apoiar candidatos alinhados aos princípios católicos, sua atuação demonstrava a ambição da Igreja em influenciar a política nacional e estadual, defendendo pautas como o ensino religioso nas escolas e a moralização dos costumes. A presença de uma imprensa católica forte e de lideranças intelectuais como Tristão de Athayde, somada à articulação de movimentos e organizações políticas, evidencia o esforço sistemático de uma parcela da hierarquia e do laicato católico para retomar um papel de protagonismo na esfera pública e na formação da identidade brasileira da Primeira República à Era Vargas.

Essa reaproximação entre Igreja e Estado foi fundamental para a Igreja retomar parte da influência perdida com a Proclamação da República, e para o Estado obter legitimidade. O período varguista, especialmente o Estado Novo, ofereceu um ambiente propício para a Igreja Católica consolidar suas bases institucionais e expandir sua influência além das esferas puramente religiosas. A reaproximação com o Estado permitiu a revitalização de estruturas, a garantia de privilégios e a atuação em áreas como educação e assistência social, importantes para a reprodução de sua autoridade e para a formação de novas gerações de católicos (MICELI, 2009, p. 285). A estadualização diocesana, nesse sentido, foi um precursor da redefinição do papel da Igreja. O processo, conforme já apontado por Gomes (2012), criou as bases para a maior institucionalização da Igreja Católica no Brasil, permitindo-lhe enfrentar os desafios do século XX e se posicionar como um ator político e social de grande

relevância. Essa estratégia de capilaridade e hierarquização interna foi crucial para a manutenção de sua influência. Por fim, a agenda anticomunista serviu como uma ponte decisiva para a aliança entre a Igreja e o Estado autoritário. Motta (2000) demonstra que a construção do perigo vermelho como um inimigo comum permitiu a ambas as partes consolidarem uma frente ideológica robusta, reforçando a necessidade de uma ordem forte e hierárquica, justificada pela defesa da nação contra as ameaças subversivas (MOTTA, 2000).

A referência a Chateaubriand, além de destacar *O Gênio do Cristianismo*, aponta para outra faceta do autor: sua obra *Memórias de Além-Túmulo* (publicada entre 1848-1850), um marco do romantismo literário europeu. A valorização da infância aristocrática e das tradições nesse texto ecoa a perspectiva de José Lins do Rego. Tanto a defesa da educação religiosa quanto o apreço pela vida de privilégios herdada dos antepassados são elementos que atravessam a narrativa do engenho.

No entanto, a religiosidade no engenho descrita em *Menino de Engenho* é permeada por ambiguidades. O protagonista expressa uma crença vacilante, mas respeitosa, na providência divina, como evidenciam suas palavras: "O que vale é a saúde e a proteção de Deus" (REGO, 1989, p. 30). Contudo, essa religiosidade não se manifesta de forma devocional. O santuário é respeitado, mas raramente frequentado para oração ou confissão, conforme descreve o narrador: essa prática religiosa mais superficial e menos ritualística no ambiente privado do engenho contrasta com os esforços que a Igreja Católica empreendia, no âmbito nacional, para reafirmar sua autoridade e modernizar a fé em um cenário de crescente secularização. Tal contraste nos leva a questionar como a hierarquia eclesiástica buscava padronizar a experiência religiosa e combater as manifestações de um catolicismo mais folclórico ou menos institucionalizado. É justamente essa ambivalência na vivência da fé que o trecho a seguir detalha:

Os meninos estão bulindo no santuário. Vinham brigar com a gente [...] Mas o quarto dos santos vivia fechado. Não havia no engenho o gosto diário da oração. Talvez que o exemplo do meu avô, justo e bom como ele era, mas indiferente às práticas religiosas, arrastasse os seus a esses afrouxamentos de devoção. Pagava-se muito dinheiro para as festas de Nossa Senhora. Mas nunca vi ninguém do engenho numa mesa de comunhão, nem mesmo a Tia Maria. O povo pobre do eito só se confessava na hora da morte, quando, à revelia deles, mandavam chamar o padre às carreiras. E no entanto não tiravam

Nossa Senhora da boca e faziam novenas a propósito de tudo [...] A religião que eu tinha, vinha ainda das conversas com a minha mãe (REGO, 1989, P.40-41).

Essa descrição da religiosidade patriarcal é elucidativa. A fé no engenho não estava ligada à devoção formal, mas à generosidade para com as festas religiosas e ao vocabulário cotidiano, onde figuras bíblicas eram constantemente evocadas: Nossa Senhora, Jesus Cristo, o Diabo, os demônios, os anjos e os santos. A religião, nesse caso, assume um caráter cultural e simbólico, mais próximo de uma herança identitária do que de uma prática espiritual profunda.

Esse panorama da religiosidade patriarcal no romance sugere, portanto, uma crítica à superficialidade da fé no ambiente do engenho. Ao mesmo tempo, revela como a religião, mesmo esvaziada de suas práticas formais, permanece como um elemento estruturante da vida social e cultural, conferindo coesão e sentido ao cotidiano das personagens.

O fundamento dessa religiosidade patriarcal não estava vinculado à prática da oração ou à confissão, mas manifestava-se sobretudo por meio de duas nuances principais: a generosidade para com as festas religiosas e o vocabulário cotidiano, onde personagens da Bíblia eram constantemente evocados, como Nossa Senhora, Jesus Cristo, o Diabo, os demônios, os anjos e os santos. No capítulo 17 de *Menino de Engenho*, José Lins do Rego caracteriza essa religiosidade senhorial, concluindo pela voz do protagonista: "Era assim a religião do engenho onde me criei" (REGO, 1989, p. 42). Trata-se de uma religião desprovida de doutrinas coerentes com as pregações oficiais da Igreja Católica, sincrética e permeada por superstições. O protagonista vivencia uma transformação apenas ao entrar em contato com o processo de catequese.

Essa descrição do catolicismo vivido nos engenhos ilumina as tensões que a elite eclesiástica enfrentava ao tentar modernizar e romanizar a Igreja no Brasil. Sergio Miceli argumenta que a hierarquia católica dedicou-se intensamente a organizar e a disciplinar o clero e os fiéis, visando combater justamente essa religiosidade popular, muitas vezes distante das normas litúrgicas e dogmáticas (MICELI, 2009, p. 95). A falta de gosto diário pela oração e a ausência de confissão regular, observadas no engenho, eram precisamente os afrouxamentos de devoção

que a Igreja procurava corrigir com suas campanhas de catequese e sacramentos mais frequentes (MICELE, 2009, p. 180). A própria transformação do protagonista de José Lins do Rego com a catequese espelha os esforços da Igreja para promover uma fé mais institucionalizada e doutrinária, afastando-a do sincretismo e da superstição que permeavam a religiosidade local (MICELE, 2009, p. 230).

O processo de estadualização diocesana, estudada por Gomes (2012), pode ser visto como uma estratégia para que a Igreja pudesse alcançar de forma mais eficaz essas realidades distantes dos centros urbanos. A criação e o fortalecimento de novas dioceses e paróquias tinham como objetivo aproximar a hierarquia dos fiéis, permitindo um maior controle sobre as práticas religiosas e uma disseminação mais homogênea da doutrina. O "pagar muito dinheiro para as festas de Nossa Senhora" sem a correspondente devoção sacramental, como descrito por Rego, era um sintoma da necessidade que a Igreja via em reafirmar sua autoridade não apenas simbólica, mas também pastoral (GOMES, 2012, p. 140). A capilaridade das dioceses era essencial para confrontar essa religiosidade sem doutrinas coerentes e consolidar o poder da Igreja no território (GOMES, 2012, p. 250).

Em modo mais amplo, na abordagem das décadas de 1920 e 1930, essa busca por uma fé mais ortodoxa e menos sincrética também se entrelaçava com o combate a ideologias consideradas subversivas. Motta (2000) explicita como a Igreja Católica, em sua campanha anticomunista, promovia uma visão de mundo onde a ordem social e a moralidade estavam intrinsecamente ligadas a uma fé católica rigorosa e fiel aos seus dogmas. O sincretismo e as superstições, vistos como desvios, poderiam ser interpretados como aberturas para influências não cristãs, necessitando de uma vigilância ideológica (MOTTA, 2000, p. 110). A adesão a uma religiosidade mais disciplinada era parte da estratégia maior de defesa de uma sociedade conservadora e hierárquica, que via na fé um instrumento de coesão e controle social (MOTTA, 2000, p. 200). A religião ensinada pela mãe, como fonte de fé para o protagonista, representava uma fé herdada, que a Igreja, por sua vez, buscava moldar e formalizar para as novas gerações.

A ideia de Deus no engenho era vaga e rudimentar, concebida como a de um homem bom, com um céu reservado para os justos e um inferno para os pecadores. O narrador a descreve da seguinte forma:

De Deus, tinha-se uma ideia vaga de sua pessoa. Um homem bom, com um céu para os justos e um inferno para a gente ruim como a velha Sinhazinha, com caldeiras e espetos quentes [...] Um mundo inteiro de duendes em carne e osso vivia para mim [...] Só depois o catecismo viria destruir a minha crença absoluta nos bichos perigosos do engenho. Muita coisa deles, porém, ficou dentro da minha formação de homem (REGO, 1989, p. 49).

Essa passagem evidencia que, embora o estudo catequético tenha modificado sua compreensão dos mitos do engenho, as crenças adquiridas na infância tiveram um papel constitutivo, moldando à sua maneira de perceber o mundo. Mesmo após a catequese, a religião permanece mais como uma experiência vivida do que como uma adesão consciente à doutrina. Ele reflete sobre isso mais adiante: "E eram mesmo abençoados por Deus, porque não morriam de fome e tinham o sol, a lua, o rio, a chuva e as estrelas para brinquedos que não se quebravam" (REGO, 1989, p. 64). Percebe-se, então, uma crença em Deus desvinculada da doutrina eclesiástica, uma religiosidade experimental, desenvolvida no calor da vida senhorial. Essa fé pragmática ajusta-se aos códigos morais de uma classe social específica. A personagem Carlos de Melo, protagonista, reconhece essa ausência da doutrina formal como uma falha que repercutiu em sua trajetória pessoal:

Eu era um menino sem contato com o catecismo. Pouco sabia das rezas. E esta ausência perigosa da religião não me levava a temer os pecados. Muito depois, esta miséria de sentimentos religiosos se refletiria em toda a minha vida, como uma desgraça [...] levava-me para os banhos da beira do rio, sujando a minha castidade de criança (REGO, 1989, P.102).

Aqui, a ausência da doutrina é interpretada como um perigo. A falta de uma compreensão catequética teria levado o personagem a relativizar a importância da castidade e a cometer, ainda na infância, atos considerados inapropriados. Essa miséria de sentimentos religiosos revela um certo determinismo no olhar do narrador, que atribui ao engenho a raiz de sua trajetória marcada pela culpa e pelo remorso.

Douglas Teixeira Monteiro (1930-1981) foi um sociólogo e antropólogo brasileiro de grande relevância, especialmente conhecido por seus estudos sobre religiosidade popular, messianismo e movimentos sociais no Brasil rural da Primeira República. Sua obra de 1977 se destacou por abordar a religião não apenas sob a

ótica da doutrina ou da instituição eclesiástica, mas a partir da experiência vivida pelas populações marginalizadas. Monteiro foi um dos principais pesquisadores a desvendar as complexas dinâmicas de movimentos como Canudos, Contestado e Juazeiro do Norte. Para ele, o catolicismo popular era um campo rico para entender as aspirações, tensões e formas de organização social dessas comunidades, frequentemente em conflito com o Estado e a Igreja oficial. Ele nos ensinou que esses movimentos não eram meros surtos de fanatismo, mas respostas profundas a condições de privação e injustiça social, e uma forma de buscar sentido e salvação frente à crise. Sua perspectiva valoriza a agência e a criatividade dos grupos populares na construção de suas próprias formas de religiosidade.

A trajetória narrativa do protagonista de *Menino de Engenho* do ponto de vista religioso, portanto, se encerra em uma tensão entre os códigos morais ligados à ortodoxia católica, expressa através do catecismo, e a experiência libertina vivida no engenho. Embora educado a relevar determinados ditames da Igreja em relação à vida íntima, Carlos acaba internalizando esses códigos morais ao longo de sua existência, muitas vezes à revelia de suas vontades. Esse conflito subjetivo culmina em uma sensação perene de culpa e remorso, como uma marca indelével de sua formação no engenho.

Essa tensão entre a religião oficial e a vivência prática da fé ressoa com a análise de Douglas Teixeira Monteiro (1977), que em seus estudos sobre o catolicismo popular brasileiro, evidenciava como a Igreja institucional buscava disciplinar e romanizar uma religiosidade que, na base da sociedade, era frequentemente mais fluida e adaptada às realidades locais, e por vezes heterodoxa. O conflito subjetivo de Carlos de Melo espelha, em microescala, o embate entre a doutrina formal e a religiosidade experimental, que Monteiro via como central para entender os movimentos messiânicos.

O deslocamento espacial do personagem Carlos de Melo da Casa-Grande para um Internato Confessional, no segundo romance do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, publicado um ano depois, intitulado *Doidinho* (1933), insere-se em um processo de alteridade espacial¹⁵. O internato é um espaço outro em relação ao engenho em

¹⁵ O conceito de alteridade espacial, tal como empregado neste estudo, dialoga com a análise de Diego José Fernandes (2015), que investiga a produção de alteridade e identidades espaciais na obra de José Lins do Rego. Fernandes explora como os diferentes espaços vivenciados pelos

muitos aspectos. Contudo, apesar das diferenças, existem algumas semelhanças dignas de nota nesta obra úteis para nossa reflexão sobre o conceito de catolicismo. A inserção de Carlos de Melo em um Internato Confessional representa uma tentativa de reinserção em um ambiente de catolicismo institucionalizado e normatizador, contrastando com a religiosidade mais solta do engenho. Isso pode ser visto como uma forma de reeducação moral e religiosa, similar, em princípio, ao que Monteiro (1977) descreve sobre os esforços da Igreja e do Estado republicano em impor sua ordem e doutrina sobre as manifestações populares de fé, que muitas vezes desafiavam o controle central. A busca por um catolicismo padronizado no internato sugere um contraponto à fé mais pragmática e experimental vivida anteriormente, reforçando a ideia de Monteiro sobre as tensões entre as diferentes faces da religião no Brasil daquele período. Discorrendo sobre a fé do personagem, José Lins do Rêgo descreve:

Via o Cristo do quadro subindo para os céus. Na História Sagrada ele sofrera pelos homens [...] Como isto antes me parecia um conto! Agora, não: estava ali, pertinho de mim, o Coruja, apanhando por minha causa [...] E aqueles bolos do coruja, aquele “sim, senhor, fui eu” com a cara mais firme deste mundo, a sua coragem diante da maior afronta que para ele existia, me arrebataram de repente a fé [...] Deus existia para mim. Era um fato humano que me arrastava a acreditar numa força que estava acima dos homens [...] Não era Deus sem dúvida que me visitava, mas um sinal de sua misericórdia que me arrastava para ele: o meu arrependimento, a dor de uma consciência de 13 anos, tremendo de vergonha pela sua covardia (REGO, 1994, P.20-21).

O internato em que o jovem protagonista Carlos de Melo se encontra no segundo romance da série está ligado a uma etapa de ceticismo do personagem. Esta nuance da vida intelectual do protagonista só aparece fora do engenho, sendo inclusive alimentada pelo diretor do internato. O ceticismo do personagem vive trazendo confusão e desorientação. A fé parece ser um elemento fundamental da vida senhorial, contudo, não uma fé praticante e ortodoxa, mas uma fé ligada à moral e

personagens – incluindo a transição da casa-grande para o internato em Doidinho – não são meros cenários, mas elementos ativos na construção de novas percepções e subjetividades, revelando a complexidade das relações e transformações sociais no *Ciclo a Cana-de-Açúcar*. Essa perspectiva se conecta, ademais, ao conceito de alteridade espacial desenvolvido em minha dissertação de mestrado, *Os espaços da modernidade: Alteridades espaciais na literatura de José Lins do Rêgo (1932 – 1936)*.

aos pretensos bons costumes, isto é, a um conjunto de códigos religiosos adaptados aos interesses e demandas da classe senhorial em que o menino de engenho se insere. Neste sentido, eu poderia pensar a religião do protagonista como uma religião que, para se afirmar, se nega:

No colégio não havia religião. Aos domingos ouvia-se missa perto do padre, com o diretor na frente, de bengala. E era só o que se fazia ali para agradar a Deus. Seu coelho falava dos padres, e a filha procurava a igreja. O colégio tinha o nome de Nossa Senhora não sei por quê. Era como os engenhos: Santa Rosa, Santana, Santo Antônio [...] Logo pela manhã, no café, o diretor conversou com D. Emília: - a prédica de ontem foi para mim. Eu conheço muito bem o Fileto. Botou na cabeça de Frei Martinho aquelas indiretas para o meu colégio. Não me botaram meninos aqui para aprender a rezar. E a mulher confirmando: - Eu é que não vivo em igreja, feito barata tonta de sacristia [...] - E eu não vivo ensinando rezas aos senhores. Avalie o contrário. Passo o dia me secando, e no final das contas o senhor (sobrinho do padre) não sabe nada. O seu tio fala do meu colégio porque não dou catecismo. O pouco que eu sei ensino aos senhores, e os senhores não aprendem. Já estou cansado de ensinar a burros, a burros - terminou gritando as palavras como se as quisesse cortá-las com os dentes (REGO, 1994, P.29-30).

A situação de falta de religião no internato é comparada à do engenho. Ambos os espaços são desprovidos de apreço pelo dogma, isto é, rejeitam sua primazia. O internato, embora seja uma instituição confessional, não preza pelos ensinamentos e práticas da Igreja. No romance, o internato é acusado por um padre de ser superficial por não dar a devida atenção ao catecismo. Assim, acaba figurando como um espaço de negação de uma religião fundamentalista, apesar de seu caráter confessional.

Nesse universo literário, a relação com o sagrado revela-se marcada por contrastes e tensões entre os espaços de experiência vivenciados pelos personagens e os horizontes de expectativa que se configuram diante deles. Os espaços retratados por José Lins são ambientes de transição, nos quais a tradição rural senhorial do engenho convive em tensão com a modernidade representada pelo internato e suas práticas secularizadas. Esses espaços formam duas visões de mundo distintas, mas igualmente problemáticas, que moldam os valores e percepções dos indivíduos.

O engenho, enquanto espaço de experiência, representa o passado, com suas estruturas patriarcais, suas tradições religiosas pragmáticas e suas relações interpessoais baseadas na hierarquia e na proximidade comunitária. A religiosidade que emerge desse espaço é funcional, adaptada às necessidades práticas da vida

agrária. A figura do avô, descrito como um homem de fé que não frequentava a igreja, é emblemática dessa relação utilitária com a religião:

Guardar castidade, pedia o catecismo. Isto para a minha gente era um sacrifício ridicularizado [...] não faziam promessas, não davam tanto dinheiro para as igrejas? Logo, Deus não os teria assim debaixo de suas iras. O velho Zé Paulino quando morresse só podia ir para o céu [...] pela legislação do catecismo não escaparia ali nenhum do inferno. Também o meu avô não acreditava nas coisas da igreja. Só existia um Deus e os santos para ele. Tudo mais era conversa de padre (REGO, 1994, P.94-95).

Nessa visão, a fé é menos uma questão de doutrina ou dogma e mais um instrumento de organização moral e social. O pragmatismo senhorial permite a convivência entre uma moralidade flexível e a prática religiosa, evidenciando um horizonte de expectativa que valoriza a tradição e a continuidade dos laços familiares e comunitários.

Esse horizonte de expectativa, no entanto, é marcado por contradições. Embora o engenho represente a ordem e a estabilidade, ele também carrega em si os sinais de decadência e estagnação. A religiosidade senhorial é incapaz de oferecer respostas às transformações que se anunciam. Os personagens jovens, como o narrador, percebem essa limitação e experimentam um sentimento de deslocamento diante de um mundo em ruína. Para eles, o horizonte de expectativa ligado ao engenho é insuficiente, pois não aponta para um futuro que transcenda a tradição.

O internato, por sua vez, representa um novo espaço de experiência, onde a modernidade e o secularismo se impõem como valores predominantes. Nesse ambiente, a religiosidade assume um caráter formalista e desvinculado da realidade vivida pelos indivíduos. A mnemônica do catecismo, as "palavras exatas do livrinho", como descreve o narrador, revela uma prática religiosa esvaziada de significado. O internato é um espaço de disciplina e racionalidade, mas é também um ambiente de alienação e ceticismo. A tentativa de impor uma formação moral através do ensino religioso mecanizado falha em dialogar com as experiências concretas dos jovens, gerando um horizonte de expectativa marcado pelo vazio espiritual e pelo questionamento.

O diretor entrara em acordo com o padre Fileto. O colégio às sextas-feiras estava indo tomar aula de catecismo na sacristia da igreja [...] A gente respondia às indagações com as palavras exatas do livrinho. Os principais mistérios da nossa fé. Não entendia o que queria dizer o catecismo. Unidade e trindade de Deus [...] davam lições de religião do mesmo jeito com que no engenho ensinavam aos papagaios [...] Discutia-se no recreio. Seu coelho dizia aos meninos que tudo era conversa. Ouvira um bode, em Palmares, entupir o vigário [...] E soltava palavras feias sobre Nossa Senhora. Ao mesmo tempo chegavam-me lampejos de fé. Deus podia fazer tudo [...] Religião era para ignorantes - afirmava seu Coelho [...] A fé, porém, chegava quando fazia minhas promessas, uma fé interesseira de fariseu: - Se meu avô vier terça-feira, eu rezo todas as noites (REGO, 1994, P.35-37).

O ceticismo presente no internato, embora represente uma ruptura com o passado senhorial, também é retratado de forma crítica. A racionalidade moderna, ao negar o sagrado e reduzir a religião a um formalismo vazio, fracassa em oferecer uma alternativa consistente à religiosidade pragmática do engenho. Assim, os jovens personagens encontram-se entre dois horizontes de expectativa igualmente problemáticos: de um lado, o mundo do engenho, que oferece uma tradição em ruína; de outro, o internato, que propõe um futuro desprovido de significado espiritual.

Essa tensão entre os espaços de experiência e os horizontes de expectativa é central para a compreensão da crítica social e cultural presente nos romances de José Lins do Rego. O autor registra, de forma sensível, as contradições de um Brasil em transição, no qual os valores tradicionais do mundo rural são confrontados pelas novas formas de vida impostas pela modernidade. A religiosidade torna-se um símbolo dessas tensões: ao mesmo tempo em que denuncia os limites da tradição, ela também expõe o vazio da modernidade.

O narrador, como figura central, ocupa uma posição ambígua diante desses dois mundos. Sua experiência no engenho é marcada pela nostalgia e pelo pertencimento:

Pensava por que um santo da Igreja não inventara um catecismo assim, feito de imagens, mais um cosmorama¹⁶ do que aquela síntese

¹⁶ Cosmorama: Popular no século XIX, o cosmorama era um dispositivo óptico que exibia quadros ou vistas de paisagens e cidades distantes, criando uma ilusão de realidade para o espectador. As imagens, geralmente coloridas, eram vistas através de lentes que as ampliavam, proporcionando uma experiência imersiva e individual. Sua popularidade residia na capacidade de "transportar" o público para lugares remotos em uma época sem cinema ou televisão. No trecho de Doidinho, a menção ao cosmorama sugere o desejo do narrador por um catecismo mais visual e sensorial, em

de teologia que nos obrigavam a decorar [...] O padre Severino passava na estrada. - Para onde vai o vigário? - Vai confessar a negra Justa, que está para morrer. - De que serve isto? - disse o meu avô, simples, sincero, na sua absoluta indiferença às práticas da religião [...] Ele era bom demais. No seu coração cabiam todas as criaturas do seu engenho. Mas a gente pecava por coisas que não pareciam mesmo pecado (REGO, 1994, P.38-43).

Em contraste com isso, sua vivência no internato é permeada por um sentimento de deslocamento e questionamento. Essa ambiguidade reflete o dilema de uma geração que se encontra entre dois horizontes de expectativa: um passado que não pode mais ser recuperado e um futuro que não oferece respostas satisfatórias.

Em suma, a religiosidade nos romances de José Lins do Rego não é apenas um elemento de fundo, mas uma chave para a compreensão das relações sociais e culturais em um momento de profunda transformação. Ao contrapor o pragmatismo religioso do engenho ao ceticismo formalista do internato, o autor expõe as limitações e contradições de ambos os espaços, revelando como os horizontes de expectativa que se configuram são insuficientes para responder às angústias e anseios dos indivíduos. Assim, José Lins do Rego constrói uma narrativa que é, ao mesmo tempo, uma crítica à decadência do passado e uma reflexão sobre os limites do progresso moderno.

Neste contraste entre o Engenho e o Internato, eu poderia facilmente ser levado a crer num completo antagonismo entre o antigo e o moderno. Contudo, isto seria um equívoco interpretativo. Como bem aponta Durval Muniz de Albuquerque Junior, em comunicação verbal durante reunião de grupo de estudo sobre autores modernos (UFRN, 2019), "é impossível que existam autores antimodernos fora da modernidade." A obra de José Lins do Rego, portanto, não se limita a representar um catolicismo antigo ou retrógrado, mas se insere no próprio debate moderno sobre a religião. Por meio de uma alteridade espacial entre o Engenho e o Internato, o autor me apresenta duas concepções modernas concorrentes: de um lado, uma negação parcial da religião, que se ajusta ao pragmatismo cotidiano e ainda preserva

contraste com a aridez da teologia decorada, evocando a ideia de um "passeio" por conceitos e histórias de forma mais acessível e impactante, como as imagens de um mundo a ser contemplado.

elementos tradicionais da fé, e, do outro, uma negação total, expressa pelo desdém e desprezo absoluto pela prática religiosa.

Essas espacialidades, Engenho e Internato, não são apenas representações espaciais; elas carregam consigo espaços de experiência distintos e, ao mesmo tempo, horizontes de expectativa conflitantes. O Engenho simboliza uma religiosidade adaptada à vida cotidiana, permeada pela tradição e pelo pragmatismo da classe senhorial. A prática religiosa, embora menos rigorosa e muitas vezes desconectada dos dogmas, ainda é fundamental na estrutura moral e social. Já o Internato reflete uma modernidade secularizada e racionalista, que critica e descarta o catolicismo enquanto prática vinculada à ignorância popular. A tensão, portanto, não se dá no nível de um embate entre passado e presente, mas entre diferentes versões modernas da experiência religiosa.

José Lins do Rego evidencia essa dualidade por meio da narrativa do protagonista Carlos de Melo. Quando as crianças do Internato respondem às perguntas do catecismo com as palavras exatas do livrinho, a descrição sugere um formalismo vazio, uma religião reduzida à repetição mecânica e desprovida de significado. Já no Engenho, a religiosidade é menos dogmática e mais prática, como se observa na relação do avô de Carlos com os santos e com Deus, ao mesmo tempo em que descarta as demais hierarquias eclesiásticas como conversa de padre.

Esse embate entre concepções religiosas reflete não apenas os valores de uma época, mas também a transformação de um horizonte de expectativa: o avanço da secularização e o questionamento da fé, típicos da modernidade. No entanto, o passado não desaparece completamente; ele resiste e se reinventa no pragmatismo do catolicismo senhorial.

A transição de José Lins do Rego para a Editora José Olympio, já situada no Rio de Janeiro, é emblemática nesse sentido. O deslocamento geográfico do autor para o epicentro cultural e político do país coincide com um momento de ebulição histórica no Sudeste. Em 1934, o cenário político era marcado por tensões sociais e pela disputa entre forças conservadoras e progressistas, especialmente após a Revolução de 1930. O governo Vargas, buscando consolidar sua base de apoio, aproximou-se da Igreja Católica, como evidencia o Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931, que tornou a educação religiosa facultativa nas escolas públicas. Esse

movimento foi potencializado em 1934, com a atuação da Liga Eleitoral Católica, que garantiu a obrigatoriedade do ensino religioso na Constituição.

O político e o cultural amplificam a ambiguidade presente na obra de José Lins do Rego. Se, por um lado, a Igreja Católica ganha espaço no cenário institucional, por outro, a literatura do autor apresenta uma religiosidade instável e questionada. O ceticismo de Carlos de Melo, expresso no trecho abaixo, é um exemplo claro dessa ruptura com o horizonte de expectativa tradicional:

Não acreditava mais em Deus. Tomava tudo no mundo como uma obra do acaso, de surpresa, porque se houvesse o grande Deus dos meus dias de fé, Josefa não teria aquele destino, ou uma mão pesada cairia sobre a cabeça da velha Sinhazinha, advertindo-a dos seus erros e das suas misérias [...] Deus era uma consolação que não me embalava. A sua realidade não era deste mundo (REGO, 1978, P.41).

Aqui, o protagonista manifesta uma descrença característica do homem moderno: a fé, antes uma certeza inquestionável, é agora um consolo inadequado. Este ceticismo aproxima Carlos não apenas da narrativa de uma experiência pessoal, mas também da transformação de um horizonte de expectativa coletivo, no qual as antigas certezas religiosas cedem espaço às dúvidas e à racionalidade moderna.

No terceiro romance do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, há uma importante transformação no protagonista Carlos de Melo: ele deixa a infância e a adolescência para adentrar a maturidade. Este deslocamento etário é também um deslocamento mental e espacial. Carlos, agora adulto e formado em Direito, retorna ao Engenho, mas com uma visão transformada pelo tempo e pela experiência. A narrativa ganha um tom mais introspectivo e reflexivo, pois a voz do protagonista se aproxima da do autor José Lins do Rego, que igualmente atravessava uma fase de deslocamento físico e intelectual ao mudar-se para o Rio de Janeiro.

A relação entre personagem e autor é aqui mais profunda: ambos compartilham não apenas uma experiência geracional, mas também a vivência de um mundo em transformação. Enquanto o Engenho representa o espaço da memória e da tradição, o retorno de Carlos se dá sob a perspectiva da modernidade crítica, na qual a religião já não ocupa o mesmo lugar de outrora. Contudo, esse retorno não é apenas uma rejeição do passado; é também uma tentativa de compreendê-lo e, de certa forma, ressignificá-lo à luz das experiências modernas.

A análise do deslocamento espacial (do Engenho para o Internato e, posteriormente, do personagem adulto que retorna ao Engenho) permite compreender como José Lins do Rego constrói, em sua obra, uma crítica à modernidade ao mesmo tempo em que dela participa. O espaço de experiência do Engenho é marcado pela permanência de práticas religiosas tradicionais, ainda que adaptadas ao pragmatismo cotidiano. Já o Internato representa o horizonte de uma modernidade secularizada, que nega e despreza a religião, desconstruindo as certezas do passado.

José Lins do Rego, ao narrar essa dualidade, articula uma história na qual as práticas religiosas, os deslocamentos espaciais e as transformações políticas se entrelaçam. A obra não se limita a criticar o passado ou a modernidade; ela problematiza ambas, evidenciando os conflitos e as contradições que marcam o processo de transição entre uma experiência tradicional e um horizonte moderno de expectativas.

Ao final do romance *Doidinho* (1933), o retorno de Carlos de Melo ao Engenho não representa uma reconciliação plena com o passado, mas sim uma tentativa de compreensão crítica. José Lins do Rego, assim, nos oferece uma narrativa profundamente moderna, em que o passado e o presente convivem em tensão constante, revelando a complexidade das transformações sociais, culturais e religiosas do Brasil.

O retorno à Casa-Grande no terceiro romance da série apresenta um cenário em que a religiosidade católica perde a centralidade que outrora ocupava. A decadência do Engenho é, ao mesmo tempo, material e simbólica, refletida em elementos como o santuário — espaço carregado de significados religiosos e afetivos, mas que, ao longo da narrativa, é ressignificado por Carlos de Melo. Esse santuário, antes um lugar de devoção, passa a simbolizar uma religiosidade sem vida, pálida e incapaz de oferecer conforto ou sentido ao protagonista. José Lins do Rego, ao descrever as "caras macilentas das Nossas Senhoras" (REGO, 1978, p. 86), insere no texto um signo visível da decadência religiosa, uma imagem que dialoga com o espaço de experiência do protagonista: o Engenho como lugar de memória e tradição familiar.

O espaço de experiência de Carlos de Melo é marcado pela tradição do catolicismo popular que permeava a Casa-Grande em tempos passados. Esse universo é composto pela memória afetiva de seu avô, um homem ligado aos santos e à manutenção das práticas religiosas, como as festas de batizados e as esmolas para a igreja. Contudo, o horizonte de expectativa do protagonista — suas esperanças e anseios por uma vida diferente — entra em choque com essa herança. A narrativa deixa evidente a dificuldade de Carlos em conciliar o passado religioso com seu presente de dúvidas, culpa e frustração. O quarto dos santos, então, se torna um espaço liminar: entre a sacralidade e a rejeição, entre a memória do avô e a aversão pessoal que Carlos nutre pelas imagens religiosas.

A perda de Maria Alice representa um ponto de inflexão nesse conflito. Ao vivenciar a rejeição e o fracasso amoroso, o personagem busca no santuário uma proteção divina que ele já não consegue internalizar. A cena em que ele se ajoelha diante dos santos é permeada por um desespero profundo e contraditório:

Havia uma vela acesa no santuário. Noite de que santo era aquela? E a agonia crescendo. E se fosse rezar? Rezar o quê? O anjo Gabriel de espada na mão, o outro com o carneiro nos braços. São Severino num caixão de defunto, e o Senhor Morto de sangue correndo das feridas. Por que não rezava? Sentia o cheiro do jasmineiro. Maria Alice botava no seio aquela flor. Aquele pensamento danado não me deixava. Por que não rezava? Podia passar tudo aquilo com oração. E fui andando para o oratório. Cai de Joelhos. Vinham-me à cabeça [...] o corpo da Maria Alice. E nem um padre-nosso me saiu da boca [...] abri-os bem. A cara do Menino-Deus, tão pura. E só soube dizer, aos soluços, como qualquer pobre-diabo de Engenho: - Nossa Senhora da Conceição, protegei-me (REGO, 1978, P.91).

Nesse momento, o espaço sagrado já não se configura como um lugar de consolo, mas sim de culpa e tormento. O cheiro do jasmineiro, a lembrança do corpo de Maria Alice e a tentativa frustrada de oração revelam o conflito entre um passado de fé e um presente marcado pela descrença. A tentativa de rezar um pai-nosso e o súbito clamor por Nossa Senhora da Conceição demonstram a ambiguidade do protagonista: ainda que sua razão o afaste da fé, suas emoções o impulsionam a buscar refúgio nas figuras religiosas.

Ao longo da narrativa, a rejeição do santuário se intensifica, transformando-se em verdadeiro pavor. Carlos afirma que perdeu a chave e evita até mesmo olhar as imagens sagradas:

Há meses que Maria Alice se fora. E desde aquela noite terrível do santuário que o tempo se passava à toa para mim. Não guardava nada, de uma indiferença para tudo [...] ficara com pavor do santuário. Quando via a porta aberta, assustava-me, fechando os olhos para não ver os santos (REGO, 1978, P.93).

O que poderia ser interpretado como uma simples descrença racional revela-se, na verdade, como um conflito emocional profundo. O espaço dos santos, antes associado ao consolo e à tradição, agora representa um peso insuportável, simbolizando não apenas sua culpa pessoal, mas também a ruptura com o horizonte de expectativa construído por seu avô. O passado familiar, representado pela religiosidade do velho Zé Paulino, é um legado que Carlos não consegue sustentar. A morte do avô, descrita com imagens ritualísticas e simbólicas, marca o fim definitivo desse horizonte de expectativa. O caixão é comparado a um andor de santo e o funeral, embora simples, carrega uma dignidade sagrada:

O caixão dourado e preto encobria-se nas voltas da entrada por detrás do mato. Baixava e subia nas ladeiras, como um andor de santo [...] O velho era bom. Iria para o céu [...] O padre fazia o sinal-da-cruz. A chuva fina não cessara de vez. Ouvi batuque de pás de pedreiro e a queda do caixão no fundo da terra. Tinham plantado meu avô (REGO, 1978, P.115-116).

Nesse momento, a figura do avô é elevada à condição de um santo secular, alguém cuja bondade é assegurada pela crença popular: "O velho era bom. Iria para o céu" (REGO, 1978, p. 116). A morte do avô simboliza, portanto, o encerramento de uma era, um espaço de experiência em que a religiosidade estruturava as relações sociais e familiares.

No entanto, a continuidade desse legado esbarra na decadência material e espiritual do protagonista. Carlos, agora herdeiro do Engenho, é incapaz de sustentar as obrigações religiosas e financeiras que seu avô assumia com naturalidade. Quando o padre solicita esmolas para a manutenção da igreja, Carlos acaba criando fama de sovina: "Criei fama de sovina. Comparavam-me ao senhor Marinho do

Maraú" (REGO, 1978, p. 121). Essa recusa em contribuir não é apenas fruto da decadência econômica, mas também de um afastamento simbólico da religiosidade tradicional.

O quarto dos santos vivia fechado. Eu mesmo fechara [...] se não acreditava em nada, se era tapado inteiramente para a graça e para fé, por que aquele pavor de imagens de estampas? Não sabia explicar, mas tinha medo do quarto dos santos [...] Não eram as almas do outro mundo e nem os castigos de Deus que me amedrontava. Não queria ver as imagens, as Nossas Senhoras, os santos dependurados, aquela cara de inocência do Menino Deus. Trancara o quarto a chave. Num dia qualquer mandaria o santuário para a Tia Maria. Ficava melhor lá com ela. Lá rezavam, acendiam velas, pagavam promessas. Na casa-grande do Santa Rosa, nem os santos do velho Zé Paulino podiam ficar. O meu avô gostava dos seus santos e talvez até acreditasse neles (REGO, 1978, P.168).

Ao longo do romance, a religiosidade popular persiste como um pano de fundo, manifestando-se em expressões cotidianas e linguagem religioso. Personagens secundários como João Russo, que menciona constantemente "Nosso Senhor", representam um horizonte de expectativa ainda ligado à providência divina. Para eles, a religiosidade continua a ser um elemento estruturante das relações sociais: "Tudo que dizia era com Nosso Senhor na boca. Com a graça de Deus dava bom-dia, pedia as coisas" (REGO, 1978, p. 154). Essa permanência contrasta com a rejeição cada vez mais explícita do protagonista Carlos de Melo.

A cena da clausura do quarto dos santos simboliza, finalmente, o rompimento de Carlos com o passado religioso. O espaço sagrado, antes aberto e vivenciado, é agora trancado e abandonado. Ao afirmar que o santuário ficaria melhor na casa da Tia Maria — alguém que ainda mantém a fé e as devoções populares — Carlos explicita sua incapacidade de se reconectar com a tradição. Esse gesto revela não apenas uma crítica à religiosidade católica enquanto prática vazia e decadente, mas também a dificuldade de Carlos em lidar com seu próprio espaço de experiência e horizonte de expectativa.

O santuário continuava a me amedrontar. As negras pediam para acender as velas, nas noites de suas devoções. Eu negava. Perdera a chave. A notícia da minha prevenção com os santos se espalhou com rapidez. Ouvi uma vez uma conversa na cozinha [...] Por isso que o diabo anda solto nessa casa [...] Prendia os santos no quarto porque, se visse aquela porta aberta e a cara das imagens, São Severino [...]

Horror inexplicável [...] A Tia Maria soubera das minhas maluquices e me escreveu para mandar o santuário (REGO, 1978, P.201).

O santuário, como espaço simbólico, encapsula essa tensão: é ao mesmo tempo um lugar de devoção e um lembrete incômodo de um passado que não pode ser recuperado. A rejeição de Carlos, permeada por ambiguidade e culpa, representa, portanto, uma crítica mais ampla à religiosidade que já não encontra eco em um mundo marcado pela decadência e pelo desencantamento.

O romance *Banguê* (1934), de José Lins do Rego, marcou o início da temática da decadência da civilização do açúcar na série, a civilização tradicionalmente liderada pelos grandes senhores de engenho, seus antepassados. A transição de Carlos de Melo, protagonista e herdeiro desse mundo, reflete não apenas a perda material e simbólica do Engenho, mas também a crise de uma geração desconectada dos valores e experiências de seus avós.

Carlos de Melo encarna a desvirilização dos homens de mando, que não conseguem mais sustentar o legado dos patriarcas nem o peso das tradições religiosas. O santuário, enquanto espaço de devoção e sagrado, é descrito como vazio e decadente, simbolizando a desconstrução espiritual e emocional do protagonista: "O quarto estava vazio. Pelas paredes as marcas que os quadros tinham deixado e a mesa do santuário limpa. Há muitos anos que sustentava com as suas pernas de pau a Deus e aos santos" (REGO, 1978, p. 202).

Aqui, o santuário, que outrora sustentava fisicamente e simbolicamente o sagrado, se torna uma metáfora de um mundo em ruínas. As marcas na parede são vestígios de um passado religioso que não encontra mais eco na vida de Carlos. O espaço de experiência do protagonista é atravessado pela memória de um tempo em que os símbolos religiosos estruturavam não apenas o cotidiano familiar, mas também as relações sociais e afetivas.

Contudo, à medida que o romance avança, o horizonte de expectativa de Carlos, construído sob a influência de uma modernidade fragmentária e cética, entra em conflito direto com esse espaço de experiência. A perda da conexão com o sagrado não ocorre de forma abrupta, mas se desdobra em uma crescente indiferença e descrédito. Carlos, ao contemplar o cemitério de São Miguel de Itaipu, traduz em palavras a percepção de um mundo envelhecido e sem significado: "O

cemitério de São Miguel de Itaipu se mostrava do alto com as suas cruzes velhas" (REGO, 1978, p. 207).

Essa descrição revela um distanciamento emocional e sensível do protagonista em relação aos símbolos religiosos. As cruzes velhas representam a persistência de uma tradição que, para ele, perdeu a capacidade de afetar e transformar. A crise de identificação de Carlos de Melo é, portanto, também uma crise simbólica: ele é incapaz de reativar o valor sagrado dos símbolos que estruturaram a experiência de seus antepassados.

O distanciamento entre Carlos e os símbolos religiosos é sintomático de sua própria fragmentação identitária. Tudo aquilo que um dia significou pertencimento, devoção e continuidade é agora percebido como vazio e velho. Essa desconexão com o passado é expressa não apenas no campo espiritual, mas também em suas relações familiares e afetivas. A morte do avô, figura patriarcal e mantenedor da ordem religiosa, marca o rompimento definitivo entre o protagonista e o mundo de seus ancestrais. Sem o avô, não há mais referência que sustente o sagrado: "A morte do avô deixara em Carlos um vácuo de vida, a certeza de que tudo estava perdido" (REGO, 1978, p. 210).

A morte do patriarca coincide com a destruição do horizonte de expectativa que sustentava o mundo tradicional do engenho. Carlos, enquanto herdeiro desse espaço, carrega consigo o peso de uma tradição que ele não consegue mais perpetuar. Sua desconexão com o passado é, portanto, existencial: ele não encontra mais sentido em um mundo onde a religião não é mais capaz de consolar ou orientar. O deslocamento geográfico para o Rio de Janeiro, tanto na trajetória do autor quanto espacialmente na narrativa, situa *Banguê* na efervescência política e social. A década de 1930, marcada pela Revolução de 1930 e pelo advento de novas forças políticas no Brasil, também refletia uma transformação cultural e religiosa. O catolicismo, até então elemento estruturante da vida rural, começa a perder espaço em um país em processo de urbanização e industrialização. Carlos de Melo, ao retornar ao Engenho, simboliza essa tensão entre o velho e o novo, entre o rural e o urbano, entre a fé e o ceticismo.

José Lins do Rego, ao transitar para a Editora José Olympio em 1934 e, posteriormente, mudar-se de Maceió para o Rio de Janeiro em 1935, não apenas

consolida sua maturidade literária, mas também reflete em sua obra as profundas contradições de uma sociedade em vertiginosa mudança e a transformação de sua própria perspectiva como observador. O protagonista Carlos de Melo, que nos romances iniciais do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* vivia a relativa inocência da infância no engenho, agora assume uma visão mais cética e descrente diante da desintegração das tradições; o personagem amadurece junto com o autor.

Essa maturidade da personagem Carlinhos é, portanto, também a maturidade de um autor que observa criticamente o desvanecer de um mundo conhecido. A efervescência do Rio de Janeiro, com suas novas dinâmicas sociais e culturais, contrasta drasticamente com o universo patriarcal e agrário dos engenhos. Essa transição geográfica e editorial de José Lins do Rego não é apenas um fato biográfico; ela se reflete diretamente na evolução de suas narrativas, que ganham novas camadas de complexidade ao lidar com as tensões entre o arcaico e o moderno, o regional e o nacional. Sua obra passa a ser um espelho das inquietações de um intelectual que, ao se deslocar para o centro e se consolidar no mercado editorial, aprofunda sua crítica sobre as transformações que atingem a alma do Brasil.

Banguê representa, em suma, a transição de um mundo ordenado pelo sagrado para um mundo desencantado e fragmentado. A crise da religiosidade, simbolizada pela desconexão de Carlos com o santuário e com os símbolos religiosos, reflete a incapacidade do protagonista em sustentar o espaço de experiência herdado de seus avós. Seu horizonte de expectativa, moldado por uma modernidade cética e alienante, o torna incapaz de defender e reivindicar a permanência da religião.

O romance *Moleque Ricardo* (1935) representa mais um deslocamento narrativo significativo na série do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, na medida em que modifica o protagonista da série, estabelecendo um escravo no lugar do menino de engenho. Seu nome é Ricardo: um jovem insatisfeito com a vida simples que levava no engenho e que decide tentar a vida na cidade do Recife. Para isso, Ricardo resolve fugir do engenho.

A experiência do personagem na cidade é marcada por um ufanismo inicial e expectativas de melhoria de vida, mas toda essa expectativa culmina em tragédia. Recife foi uma das primeiras capitais do Brasil a serem modernizadas. A cidade figura

na ficção de José Lins do Rego como um espaço outro do engenho, mais uma vez, num jogo de alteridade espacial. A religiosidade na cidade é marcada pela diversidade religiosa e pelo sincretismo, e tem como uma de suas principais características o conflito e a desarmonia. No romance, o narrador descreve:

Ricardo encontrou outra vida [...] uns tinham cadeira para se sentar, estampas do Nosso Senhor na sala, retrato do padre Cícero. As mulheres conversavam muito, falavam muito umas das outras; o mexerico corria mais depressa do que notícia pelo telefone. Briga de menino dava sempre em briga de gente grande. Havia também seitas e apóstolos. Os protestantes falavam dos padres e da nossa senhora [...] fazia-se por lá feitiçaria e havia muita briga de marido e mulher (REGO, 1966, P.10-11).

Um cenário conflituoso, de quebra da lógica patriarcal, onde as mulheres se opõem aos homens e o catolicismo não é mais a religião hegemônica. Esse amontoado de elementos que caracteriza a diversidade da vida social e religiosa nas primeiras décadas do século XX no Recife aponta para uma visão de intensa secularização da sociedade. Essa secularização guarda consigo uma concepção sobre o papel da religião e dos religiosos, que gera uma atitude completamente dessacralizada e desrespeitosa em relação ao espaço sagrado e seus responsáveis. Nas palavras do protagonista: “Afinal foi se acostumando com o povo [...] Falavam também de religião: - Padre só quer comer dinheiro” (REGO, 1966, p. 16).

As estampas do Nosso Senhor estavam lá, o Padre Cícero também. Não é que a religiosidade católica simplesmente estivesse à beira do desaparecimento na cidade. “Há mais de dois anos que não via cara de gente de lá. E a mãe nem sabia por onde ele dera com a vida. Rezaria por ele todas as noites. São Severino dos Ramos teria velas, se um dia o filho lhe mandasse notícias” (REGO, 1966, p. 27). O perigo seria parar a vigilância. Gradualmente, através dos protestantes ou da feitiçaria, o catolicismo poderia perder seu lugar.

Portanto, havia uma reminiscência do catolicismo na cidade, um vestígio atacado por protestantes e sob ameaça da influência da feitiçaria ligada, por sua vez, às religiões de matriz africana. Dentro da hierarquia de valor das religiões, em primeiro lugar estaria o catolicismo, seguido do protestantismo, seitas cristãs em geral, sendo o último e pior caminho, e até mesmo castigo, se associar a uma religião africana.

Nas palavras do protagonista: “Deus o livrasse de se meter com o xangô” (REGO, 1966, p. 37).

Nas palavras do narrador, “negro bom não se metia com greve, ‘Os negros da seita dele não se metiam com operários de sociedade. O pastor combatia a revolução com Deus’” (REGO, 1966, p. 42). Os movimentos religiosos que eram levados a sério eram aqueles que impulsionavam os negros a se distanciar de práticas de feitiçaria e de badernas de rua.

Também é atribuída ao comportamento de algumas negras a presença de um elemento espiritual maléfico: “- me disseram que você acabou o namoro com a empregada do Dr. Pedro [...] A negra tem o mal dentro [...] O diabo desta negra não lhe atentava mais” (REGO, 1966, p. 102). Se, por um lado, essa declaração me permite estabelecer uma associação problemática entre negritude e maldade, o que não era incomum naqueles dias (nem mesmo nos nossos dias), visto que negros vinculados a religiões africanas ainda continuam a ser associados aos demônios (personificações do mal), por outro lado, tenho outras ocasiões no romance em que a associação com práticas análogas ao candomblé não implicará numa completa desumanização do negro. Esse processo ocorre num cenário de permanência de elementos cúlticos ligados ao catolicismo. É o que ocorre com o personagem Lucas, que mescla elementos católicos e rezas com rituais oriundos de religiões de matrizes africanas, bem como recomenda a Ricardo que vá à igreja.

Ricardo, não vejo nenhum rapaz no Recife com a sua têmpera [...] Seu Lucas era de Deus e adivinhava os homens [...] Tudo dizia para Seu Lucas levar Ricardo para a Igreja, para lhe ensinar a fazer camaradagem com Deus. O moleque do Santa Rosa, porém, fugia (REGO, 1966, P.149).

Ele adivinhava os homens, estimulava-os a confiar em Deus e a ir à igreja. O personagem é pai de santo, representação de um tipo de religião africana que não propõe uma revolução, mas enxerga os problemas da vida e incita as pessoas a confiarem em Deus a despeito deles. “Um dia o coração de Deus se amoleceria e os negros seriam mais felizes ainda” (REGO, 1966, p. 82). O sobrenatural seria a saída, a solução creditada pelo personagem:

E Seu Lucas e as manobras religiosas do feiticeiro agiam em vão. Sempre que voltava do xangô, sinhá Ambrósia trazia de lá um raio de esperança. As rezas que Seu Lucas tirava, o canto pungente de Seu Lucas tocava a Deus na certa. Deus curaria as febres, os escarros sanguíneos de Odete. Ricardo não ia nunca às sessões. A sogra mesmo não queria que ele fosse. Podia atrasar os peditórios com a presença dele. Odete era que nem mais tinha força para andar. Chegava do xangô botando a alma pela boca (REGO, 1966, P.183).

O fato de a busca pelas seções do xangô se dar numa realidade de profundo desespero exprime a posição das práticas religiosas de matriz africana como último recurso para buscar a solução na visão do narrador. Essas religiões seriam, portanto, uma armadilha para aqueles que não encontravam saída para seus problemas nas formas tradicionais de religião, especialmente os mais pobres e marginalizados.

Ricardo é um exemplo de figura desterritorializada, perdida, sem orientação de vida. Ele se perdeu após fugir do Engenho. Sua aproximação com as práticas de feitiçaria surge a partir dessa situação de desorientação, de forma que até mesmo sua interpretação do personagem Lucas acaba parecendo não ter tanta assertividade. Todo o otimismo presente nas palavras do pai de santo acaba não se confirmando no fim da história, visto que os negros que vieram tentar a vida na cidade tiveram um fim trágico.

Sempre que ele fazia as coisas, sabia o que estava fazendo [...] as roseiras em que ele pegava davam rosas certas [...] as mãos dele mandavam nas roseiras [...] tinha uma reza que fazia a terra boa, que fazia o sol bom, que fazia a água boa. Rezaria. Rezaria para que no fundo da terra as raízes pegassem, para que as suas roseiras botassem flores bonitas, para que o perfume de suas roseiras não se sumisse [...] não tinha força para o mal [...] nunca fizera o mal [...] quase que uma noite deixara o quarto correndo, até chegar no Fundão e se entregar a Seu Lucas, dando o seu corpo para Seu Lucas tirar o que havia de ruim por dentro dele (REGO, 1966, P.202-203).

Até então, Ricardo estava convencido da natureza benéfica de Seu Lucas, o pai de santo. Suas atividades tinham eficácia sobre a terra; nele não se encontrava maldade. Na verdade, ele teria a capacidade de libertar outros da influência do mal. Sua fé quase o conduziu a uma entrega completa ao Xangô¹⁷. Contudo, no desenrolar

¹⁷ Xangô: Na rica mitologia dos orixás, Xangô é uma das divindades centrais das religiões de matriz africana, como o Candomblé. Ele é reverenciado como o orixá da justiça, do fogo, do raio e dos trovões, e é frequentemente associado à realeza e à autoridade. Na narrativa mítica, Xangô é um rei que governou o poderoso reino iorubá de Oyó (ou Oiô), na atual Nigéria. Sua história é marcada por

dos acontecimentos, Ricardo, por sua proximidade geográfica das ações de greves na rua, acaba sendo preso junto com outros negros envolvidos nos protestos e levado para a Ilha de Fernando de Noronha em um navio.

- Soube seu Lucas, o navio saiu hoje cheio de gente [...] Foi por causa da greve [...] O feiticeiro sentiu uma coisa de fora entrando dentro dele [...] uma coisa de fora mexia com o negro velho [...] os seus negrinhos iam para Fernando [...] Seu Lucas ficou assim até de noite. Era noite de culto, noite de rezar para o seu Deus [...] Naquela noite o negro velho vestia as suas vestes sagradas sem saber o que ia fazer [...] Todos já estavam prontos para os ofícios, para as rezas familiares. Seu Lucas de lado tirava as rezas [...] E com pouco Seu Lucas começou a dizer o que não queria, o que sentia. As palavras do ritual não eram aquelas que lhe queriam sair da boca. Deus estava no céu. Ogum no céu com S. Sebastião [...] - Que fizeram eles que vão para Fernando? Ninguém sabe não! O sacerdote quebrando o ritual para deixar escapar a sua dor. Seu Lucas não era mais um Deus naquela hora [...] Que fizeram eles que vão para Fernando? Ninguém sabe não! (REGO, 1966, P.212-213).

Ogum¹⁸ no céu não seria capaz de trazer conforto. Agora, só resta o lamento. Sem refúgio, sem consolo, Seu Lucas encontra-se semelhante a Carlos de Melo na fase adulta, no romance anterior, após constatar também sua incapacidade de alcançar seu objetivo. Agora, Seu Lucas, o pai de santo, está sem perspectivas de futuro. Ele quebra o ritual, expressando seu descontentamento e descrença na pertinência de sua prática performática. A desintegração de sua fé, e o desamparo que o atinge, ecoam um processo de esvaziamento de valores e tradições que permeia o universo da cana-de-açúcar, preparando o terreno para a intensificação dessa crise.

É nesse panorama de profunda desilusão e de um mundo em desagregação que José Lins do Rego apresenta o romance *Usina* (1936), desfecho da série do *Ciclo*

sua força, seu caráter impetuoso, sua sabedoria e seu senso de equidade, sendo por isso cultuado como aquele que pune os injustos e defende os oprimidos. Existem diversas facetas desse orixá, e ligações com outros orixás, qualidades e elementos da natureza que o representam, solidificando sua imagem como uma das figuras mais emblemáticas do panteão africano.

18 Ogum: é um orixá fundamental e multifacetado. Ele é o senhor do ferro, da metalurgia e da tecnologia, sendo a divindade responsável pela criação das ferramentas que impulsionaram a civilização, das agrícolas às bélicas. Alguns estudiosos o descrevem como um guerreiro incansável e abridor de caminhos, aquele que desbrava obstáculos e lidera. Além de sua natureza bélica, Ogum é também associado ao trabalho árduo e à agricultura, tendo ensinado os homens a cultivar a terra. Sua personalidade é retratada como forte e determinada, embora por vezes impaciente. A complexidade de Ogum é expressa através dos itãs (mitos sagrados), que detalham suas façanhas, relações e o papel central que ele desempenha no panteão dos orixás.

da *Cana-de-açúcar*. Esta obra, em vez de se fixar em um único protagonista, oferece um cenário completamente fragmentado do ponto de vista das subjetividades. Nesse ambiente literário marcado pela crise, os elementos religiosos aparecem cada vez menos respeitados:

Chamavam de Tio Mané Pereira e ele sempre tinha um moleque fornido, morando em sua casa. Diziam que ele gastava o dinheiro de Nossa Senhora do Rosário com os amigos [...] muitos deles já tinham sido na certa os preferidos, os papadores dos cobres da Nossa Senhora (REGO, 1973, P.9-10).

As atitudes profanas são respondidas com um abandono divino, como se fosse uma resposta à rebeldia. Dar suporte à igreja, cumprir o pacto com o sagrado, era algo indispensável no jogo de barganha com Deus típico da compreensão senhorial aprendida no Engenho. Não o servindo no espaço sagrado nem respeitando Seu nome, Ele não olha nem atende:

O mundo dava voltas que só o diabo sabia. E Deus? O que diria Deus daquilo tudo? Deus não sabia de nada. Perdidos no meio do mar, eles estavam perdidos dos olhares de Deus. Deus não devia olhar para o preso de Fernando. O padre, que aparecia para dizer missa, vinha como se fosse um desgarrado, chegando até eles por acaso (REGO, 1973, P.11).

Ricardo não está mais sob os cuidados de Deus; ele havia ido longe demais. Agora ilhado, distante de casa, começa a perceber que fugir do Engenho foi a pior de suas escolhas. Alguns personagens acabam despertando nele a nostalgia da vida na ilha: "Seu Manuel rezava. Tinha no peito oração para fechar o seu corpo dos males da terra. Rezava, sabia benditos longos" (REGO, 1973, p. 15). O desfecho trágico não tarda:

Pai Lucas foi indo [...] Nas rezas a sua voz não cortava o silêncio da noite [...] Procuraram por ele e foram encontrar o pobre na cama estendido, bem morto [...] Cantaram para que Pai Lucas fosse para bem junto de Xangô no céu [...] O povo queria ver Pai Lucas subindo como S. Elias, num carro de fogo, para junto de Deus (REGO, 1973, P.24-25).

O lamento e a tristeza do pai de santo simbolizam a falência não da religiosidade africana em si, mas da sua capacidade de oferecer refúgio e sentido em

um mundo em desagregação. Por mais bem-intencionado que o personagem fosse, sua fé na feitiçaria o conduziria ao abandono, destino semelhante ao de outros que se envolveram com tais práticas. O narrador explicita o sincretismo ao mencionar a subida de Seu Lucas ao céu, junto de Deus e Xangô. Contudo, é importante ressaltar que, embora o narrador por vezes demonstre uma compreensão ou até certa esperança sobre os adeptos das religiões de matriz africana, esta em si se apresenta majoritariamente marcada pelo desespero, pela tristeza, pelo abandono, pelo lamento, pela imoralidade sexual e até mesmo pela associação com figuras demoníacas.

A complexa vivência dos personagens Ricardo e Pai Lucas em meio às profundas transformações socioeconômicas do Nordeste brasileiro oferece uma lente privilegiada para examinar um descompasso marcante entre seus horizontes de expectativa e os espaços de experiência que lhes são impostos.

Ricardo, o protagonista, personifica a frustração de uma geração ligada à tradição do engenho que se vê engolida pela lógica avassaladora da usina. Seus horizontes de expectativa, moldados por uma infância no patriarcal ambiente rural, com suas relações sociais preestabelecidas e um ritmo de vida ditado pela natureza, colidem violentamente com a realidade industrial emergente. O espaço da usina, com sua mecanização, despersonalização e a subordinação a uma lógica de mercado impiedosa, contradiz cada pilar de sua formação. Ricardo busca uma continuidade, um sentido na terra e nas velhas estruturas, mas encontra apenas a fragmentação e a alienação. Seu descompasso reside na incapacidade de adaptar seus valores e sua visão de mundo a um presente que não oferece mais o conforto simbólico e material do passado. A terra, antes fonte de identidade e poder, agora é apenas matéria-prima para uma produção em larga escala que o exclui ou o subordina a um papel insignificante.

Por outro lado, Pai Lucas, o sacerdote do engenho, representa o desamparo da fé e da tradição em face da modernidade brutal. Seus horizontes de expectativa estão ancorados em um universo de rituais, moralidade e uma espiritualidade que, antes, organizava a vida no engenho e oferecia consolo e direção. O espaço de experiência da usina, no entanto, é secularizado, guiado pela eficiência e pelo lucro, onde a religião se torna marginal ou uma mera formalidade. A autoridade moral de

Pai Lucas se esvai à medida que as relações comunitárias se desfazem e a ética do lucro prevalece sobre a caridade e a solidariedade. Seu descompasso é existencial, pois sua fé e seu papel social perdem sentido em um mundo que não mais valoriza os fundamentos espirituais que ele encarna. Ele assiste impotente à desagregação social e moral, evidenciando a fragilidade da religiosidade como bastião de resistência contra as forças do progresso desenfreado.

Simultaneamente, a obra de José Lins do Rego expõe as feridas profundas do colonialismo, que persistem mesmo após o fim formal da colonização. A transição do engenho à usina não é apenas um avanço tecnológico, mas a reconfiguração de um sistema extrativista que continua a explorar a terra e o homem, sob novas roupagens. A usina, como novo centro de poder, reproduz hierarquias e violências, agora sob a égide do capital moderno. A religiosidade, embora fragilizada, emerge como um espaço ambivalente: por um lado, é um refúgio e uma forma de resistência cultural e espiritual contra a desumanização; por outro, pode ser instrumentalizada para manter status quo ou mesmo revelar a passividade diante da opressão. Assim, *Usina* não se limita a um retrato regional; em diálogo com as teorias pós-coloniais, a narrativa revela as continuidades e as novas manifestações de dominação, lançando luz sobre como as estruturas coloniais moldaram e continuam a moldar as experiências e as expectativas dos sujeitos subalternizados.

Reinhart Koselleck propõe que os espaços de experiência correspondem às memórias e vivências acumuladas do passado, enquanto os horizontes de expectativa projetam possibilidades futuras. Em *Usina* (1936), as personagens encontram-se aprisionadas em experiências coloniais que informam seu presente, mas incapazes de vislumbrar horizontes promissores.

Ricardo carrega consigo o espaço de experiência do Engenho, onde sua religiosidade e conexão com a terra constituíam certezas e raízes: "Tinha uma reza que fazia a terra boa, que fazia o sol bom, que fazia a água boa. Rezaria para que [...] suas roseiras botassem flores bonitas" (REGO, 1966, p. 202). Neste trecho, Ricardo expressa uma certeza performativa, uma experiência construída na lógica senhorial da terra e na relação com o sagrado. No entanto, sua fuga do Engenho desloca essa base, levando-o a uma condição desterritorializada e, portanto, a um horizonte de expectativa esvaziado.

O Pai Lucas, por outro lado, ilustra um horizonte de expectativa baseado na resistência e no sincretismo. Ao conduzir os cultos, ele preserva uma tradição que resiste à opressão colonial: "Era noite de culto, noite de rezar para o seu Deus [...] Ogum no céu com S. Sebastião" (REGO, 1966, p. 213). Contudo, a prisão dos negros e o destino de Fernando de Noronha rompem com essa expectativa, gerando descrença e abandono: "Que fizeram eles que vão para Fernando? [...] Seu Lucas não era mais um Deus naquela hora" (REGO, 1966, p. 213).

Tanto Ricardo quanto Pai Lucas são figuras imersas em um presente histórico de crise. A experiência colonial, acumulada em séculos de exploração e opressão, impede a produção de horizontes futuros esperançosos. A religiosidade, que outrora organizava a vida e as expectativas, colapsa.

Neste contexto de desestruturação e identidades fragmentadas, a obra de Frantz Fanon (1925-1961) oferece ferramentas cruciais para compreender a crise da religiosidade relacionada a grupos subalternos na experiência colonialista. Médico psiquiatra, filósofo, revolucionário e um dos mais importantes teóricos do anticolonialismo do século XX, Fanon nasceu na Martinica (colônia francesa no Caribe) e dedicou sua vida e obra à análise dos impactos psicológicos e sociais da colonização e da descolonização. Suas ideias sobre a identidade, a violência, a desumanização e a resistência dos povos oprimidos são fundamentais para pensar as consequências da experiência colonial.

Em suas obras mais influentes, Fanon investiga como a dominação colonial afeta a psique do colonizado, resultando em uma identidade fragmentada e na busca por novas formas de organização social e espiritual. Homi Bhabha, ao discutir a identidade e o sincretismo cultural, dialoga com as preocupações fanonianas sobre a hibridização e as estratégias de sobrevivência cultural em contextos de opressão, permitindo-me aprofundar a análise de aspectos desse romance ligados à crise da religiosidade.

Ricardo e Pai Lucas representam sujeitos colonizados que, na tentativa de se rearticular, buscam refúgio no espaço urbano, fora do Engenho. Contudo, a cidade não lhes oferece acolhimento, mas um contínuo processo de deslocamento e tragédia. Essa condição reflete, de maneira contundente, a experiência do desterritorializado no pós-colonialismo, que perde suas referências culturais e

religiosas, encontrando-se em um estado de profunda alienação. Como se observa no romance, "Sem refúgio, sem conforto [...] Seu Lucas, o Pai de Santo, se encontra sem perspectivas de futuro" (REGO, 1966, p. 213).

Ricardo e Pai Lucas representam sujeitos colonizados que, na tentativa de se rearticular, buscam refúgio no espaço urbano, fora do Engenho. Contudo, a cidade não lhes oferece acolhimento, mas um contínuo processo de deslocamento e tragédia. Essa condição reflete, de maneira contundente, a experiência do desterritorializado no pós-colonialismo, que perde suas referências culturais e religiosas, encontrando-se em um estado de profunda alienação. Como se observa no romance, "Sem refúgio, sem conforto [...] Seu Lucas, o Pai de Santo, se encontra sem perspectivas de futuro" (REGO, 1966, p. 213).

A partir das lentes de Frantz Fanon, essa perda de referências e o desamparo no ambiente urbano podem ser compreendidos como manifestações diretas da alienação psíquica e social imposta pela colonialidade. Fanon, em suas análises sobre a experiência do colonizado, demonstra como a estrutura colonial não apenas despoja o indivíduo de sua terra e cultura, mas também de sua própria humanidade, fragmentando sua identidade e negando-lhe um lugar de pertencimento. O colapso da religiosidade, que outrora organizava a vida e as expectativas desses sujeitos, não é meramente uma crise de fé; é um sintoma da desestruturação imposta por um sistema que impede a construção de futuros esperançosos e aniquila os pilares de suporte comunitário e espiritual.

A desterritorialização, onde a identidade e a subjetividade são diretamente afetadas pela perda ou reconfiguração de seus territórios — sejam eles geográficos, sociais ou mentais —, encontra profundo diálogo com a obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari, especialmente em *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia* (DELEUZE; GUATTARI, 2011). Para os autores, o território não é apenas um espaço físico, mas um agenciamento complexo de relações, afetos e códigos que organizam a vida e a produção de subjetividade.

O trauma colonial e a violência urbana podem ser vistos como potentes forças de desterritorialização, desfazendo agenciamentos e provocando rupturas. Contudo, essa força não é meramente negativa. Deleuze e Guattari argumentam que a desterritorialização é um processo inerente à vida, uma constante fluidez que impede

a fixação de identidades estáveis e abre espaço para novas formas de ser e de subjetividade. Embora a perda de referências possa ser um efeito, a desterritorialização também se manifesta como uma abertura à criação e a novas linhas de fuga. A fluidez, nesse sentido, não é apenas um sinal de erosão, mas uma potência que permite à própria existência se reconfigurar.

Complementarmente, as reflexões de David Le Breton em *Desaparecer de si: uma tentação contemporânea* (LE BRETON, 2018) e de Claude Dubar em *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação* (DUBAR, 2009) oferecem lentes adicionais para compreender essa condição. Le Breton, ao explorar a fragilidade das fronteiras do eu e o desejo, por vezes, de diluição da própria identidade em face das pressões do mundo moderno, demonstra como a perda de ancoragem dos sujeitos desterritorializados pode levar a uma crise profunda de quem se é. Já Dubar, ao analisar as transformações da subjetividade e a dificuldade de construir narrativas coesas sobre si em um cenário de incertezas da modernidade tardia, aponta para a fragmentação identitária. A cidade, nesse sentido, torna-se o palco onde essas crises se manifestam plenamente, com o sujeito constantemente confrontado pela ausência de lugares fixos de pertencimento e pela impossibilidade de uma plena reterritorialização – ou seja, de reconstruir novas bases identitárias coesas e seguras frente à persistência dos traumas herdados.

A menção aos Orixás e ao Santo (Ogum, São Sebastião, Xangô) revela a tentativa de resistência através das práticas de matriz africana. Contudo, a narrativa sugere a ineficácia dessas práticas na nova conjuntura urbana. Seu Lucas, que antes era um Deus para sua comunidade, desaba diante da dor e do abandono. Essa falência é simbólica: o colonialismo desarticula até mesmo os espaços espirituais: "Cantaram para que Pai Lucas fosse para bem junto de Xangô no céu [...] O povo queria ver Pai Lucas subindo como S. Elias, num carro de fogo" (REGO, 1973, p. 24). Essa imagem, ao mesmo tempo sublime e trágica, denuncia como a colonização mental destrói as possibilidades de autonomia cultural e religiosa, relegando os sujeitos a uma existência melancólica.

A religiosidade africana, deslocada de sua manifestação inicial e inserida em um Brasil fragmentado, torna-se uma pungente alegoria da desolação. O narrador sugere que o abandono divino é uma resposta ao profano: "Deus não devia olhar para

o preso de Fernando. O padre [...] vinha como se fosse um desgarrado" (REGO, 1973, p. 11). Este abandono dos negros presos e exilados é um espelho da sociedade pós-colonial, que os descarta e os deixa à margem da história.

Essa imagem do desamparo espiritual ganha camadas mais profundas. Para Fanon, a violência colonial não se restringe apenas aos atos físicos de opressão; ela é uma força desumanizadora que penetra a psique do colonizado, distorcendo suas relações com o mundo, com os outros e consigo mesmo. A desolação e o abandono divino descritos no romance podem ser lidos como reflexos dessa violência internalizada, onde a própria espiritualidade é corroída pela experiência do trauma e da opressão sistêmica. Os colonizados são levados a um ponto de ruptura onde nem mesmo o sagrado parece oferecer consolo, pois a estrutura de poder colonial já profanou a existência e as referências mais íntimas.

Fanon argumenta que a desumanização é tão completa que o colonizador tenta despojar o colonizado de sua própria história e humanidade, relegando-o a uma zona de não-ser. O descarte e o estar à margem da história dos negros presos e exilados são, assim, a concretização dessa condição de exclusão radical que o colonialismo impõe. A ausência de refúgio, seja ele físico ou espiritual, torna-se a experiência central do oprimido, que se vê privado de um futuro e, paradoxalmente, até mesmo do olhar divino em um mundo moldado pela lógica da exploração.

Em *Usina*, Ricardo e Pai Lucas emergem como figuras paradigmáticas, cujos espaços de experiência colonial impõem uma severa limitação à construção de um horizonte de expectativa otimista. Para Ricardo, a fuga do engenho, longe de significar libertação, revela-se um processo de desterritorialização que o lança em um abismo de desorientação. Ele se vê desenraizado de um mundo conhecido, onde suas referências sociais e afetivas estavam solidamente ancoradas na terra e na estrutura patriarcal do engenho. A cidade, que deveria representar a modernidade e novas oportunidades, torna-se, em vez disso, um novo espaço de alienação e de perda de sentido, sublinhando a tese de que a modernidade brasileira, muitas vezes, reproduziu as lógicas de exclusão coloniais sob novas vestes.

Paralelamente, a narrativa de José Lins do Rego permite enxergar a religiosidade africana como um espaço de resistência vital e, paradoxalmente, de profunda fragilidade. A falência de Pai Lucas, que não é meramente uma crise de fé

individual, simboliza a derrota cultural imposta pelo colonialismo, que buscou suprimir e deslegitimar as cosmologias e práticas religiosas de matriz africana. Essa derrota culminou em um Brasil onde sujeitos negros, já deslocados e desterritorializados pela violência da escravidão e suas sequelas, não encontraram refúgio nem no céu (pelas imposições religiosas hegemônicas), nem na terra (pela perda de seus laços ancestrais e comunidades). Essa perspectiva dialoga com a análise de Florestan Fernandes (1978), que em *A Introdução do Negro na Sociedade de Classes* expõe a desorganização social e a ausência de amparo material e espiritual imposta aos negros pós-abolição.

É fundamental considerar, contudo, que o autor dos romances é branco e, ao tentar assumir o ponto de vista do sujeito negro, aproxima-se das complexas dinâmicas identitárias. Nesse contexto, a obra de Fanon – especialmente *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008) e *Os Condenados da Terra* (1961) – ilumina como as estruturas coloniais e pós-coloniais moldam a subjetividade e a percepção do outro, inclusive na produção literária. A representação de personagens negros e suas vivências na obra de Lins do Rego é um tema que aprofundi em meu artigo *Quem tem o direito de falar sobre a vida dos negros?*¹⁹, em um volume dedicado a decolonialidades possíveis.

A obra de Rego, assim, oferece um olhar (ainda que mediado) sobre as feridas abertas por um processo histórico de dominação, evidenciando as continuidades e as novas manifestações de poder. Contudo, mesmo quando há um esforço explícito por representar esses personagens como carregados de uma certa visão ética altruísta, como no exemplo de Ricardo, protagonista de um dos romances, suas vidas são paradoxalmente marcadas pela maldição das más escolhas, de caminhos que parecem direitos, mas que levam à morte e ao lamento.

Essa ambivalência na representação de destinos individuais se alinha à visão distópica e decadentista que permeia a obra de José Lins do Rego. Frequentemente retratada como uma consequência do abandono das raízes e da essência da ordem estabelecida pelos grandes Senhores de Engenho, essa representação descreve uma sociedade indesejável ou aterrorizante, caracterizada pela opressão, pela perda

19 SILVA FILHO, Juscelino Barros da. Quem tem o direito de falar sobre a vida dos negros? TEL Tempo, Espaço e Linguagem, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tel/article/view/20064>. Acesso em: 08 de Maio de 2025.

de individualidade, pela injustiça social e pela degradação. Na literatura, a tragédia frequentemente serve como uma crítica indireta a aspectos do presente, exagerando tendências ou explorando as consequências de certas ideologias ou práticas sociais.

Entendo que a visão construída por José Lins do Rego em sua obra é intrinsecamente distópica, pois ele tece um panorama de sociedade indesejável e aterrorizante, caracterizada pela opressão, pela perda de individualidade, pela injustiça social e pela degradação. Essa representação surge, muitas vezes, como uma consequência do abandono das raízes e da essência de uma ordem que, para muitos, era estabelecida pelos grandes Senhores de Engenho. Lins do Rego, ao narrar essa realidade, emprega o trágico na narrativa literária como uma crítica indireta a aspectos do presente, exagerando tendências e explorando as consequências de certas ideologias ou práticas sociais.

Essa abordagem se alinha profundamente com a perspectiva de Michel Foucault. Para o filósofo francês, a tragédia não é meramente uma projeção futurista, mas sim a intensificação e a realização extrema dos mecanismos de poder que já operam em nossas sociedades. A perda de individualidade e a opressão na obra de Lins do Rego podem ser entendidas como o resultado da internalização de normas e da vigilância que Foucault explora em suas análises sobre as sociedades disciplinares (FOUCAULT, 2013).

Mesmo em um cenário de decadência e abandono das raízes, como o dos engenhos, a lógica do panóptico pode manifestar-se. Embora não fosse uma prisão moderna, a ordem social dos Senhores de Engenho, com suas hierarquias e códigos de conduta, operava como um dispositivo de poder que disciplinava e controlava as relações sociais, a produção e as vidas. Quando essa ordem entra em ruínas, o poder não desaparece, mas pode fragmentar-se, tornando-se mais difuso e, por vezes, ainda mais insidioso, evidenciando sua microfísica (FOUCAULT, 1990). A opressão pode persistir não pela imposição ativa de um controle central, mas pela reprodução de subjetividades conformadas a um passado idealizado ou pela violência da desestruturação. A perda de individualidade pode ser uma consequência dessa internalização residual de regras e expectativas, ou da submissão a novas formas de controle emergentes do caos.

A crítica implícita na descrição trágica, como a de Lins do Rego, que explora as consequências de certas ideologias, contrasta com o que Foucault entendia por utopia. Se a utopia é um lugar sem lugar real que oferece uma imagem aperfeiçoada ou invertida da sociedade – um consolo ou uma projeção do que poderia ser –, a tragédia, ao contrário, revela o não-lugar que não queremos, o potencial aterrorizante das tendências atuais levadas às últimas consequências (FOUCAULT, 2013). A decadência dos engenhos de José Lins do Rego pode ser lida como a falha de uma utopia agrária e patriarcal, revelando as rachaduras e as violências que a sustentavam, e que agora se manifestam em uma paisagem trágica. A crítica de Lins do Rego não seria a projeção de um lugar ideal perdido, mas a exposição das falhas inerentes a essa ordem estabelecida.

Nesse cenário de transição e desmantelamento da velha ordem, os próprios espaços ganham complexidade. O engenho em ruínas, a casa-grande abandonada, ou a usina que substitui o engenho, podem ser compreendidos como heterotopias. Para Foucault (2013), as heterotopias são lugares concretos que justapõem múltiplas temporalidades e significados contraditórios, funcionando como outros lugares que refletem e distorcem a sociedade maior. Assim, esses espaços na obra de Lins do Rego evidenciam as rupturas e as opressões que caracterizam essa visão trágica, materializando a complexidade e as contradições da transição.

A despeito da complexidade desses novos espaços, os sucessores da ordem anterior, os Usineiros, por mais que tentem manter determinadas alianças, acabam não conseguindo preservar a vitalidade do organismo social tal como existia sob o comando dos Senhores de Engenho. Essa incapacidade de manter a antiga ordem não é apenas uma questão de transição econômica, mas aponta para uma visão conservadora de sociedade, onde a desagregação das relações tradicionais é percebida como uma ameaça à própria coesão e ao bom funcionamento social. Essa perspectiva revela uma diferença fundamental entre a sociedade tradicional, idealizada em sua organicidade e hierarquia, e a sociedade moderna emergente na obra de Rego, que surge desordenada e em franco declínio.

A São Félix valia como um Estado. O Governo temia a sua importância. Os seus protegidos não conheciam delegados, as portas

das cadeiras não prevaleciam para as ordens do usineiro [...] Os Júris, as eleições, os padres, os juízes obedeciam às vontades do usineiro (REGO, 1973, P.44).

Alguns Usineiros ainda se esforçam para manter relações propositivas com os padres, buscando reeditar as alianças previamente consolidadas pelos Senhores de Engenho. A figura de Dondon ilustra essa tentativa de manutenção das alianças religiosas, pois, conforme a narrativa, ele demonstra deferência à Igreja ao afirmar que:

O Padre Almeida, da igreja de Lourdes, não podia falar. Tudo que lhe pedira para a Matriz ela dera [...] os padres do Pilar e de São Miguel nunca batiam à sua porta que negasse nada. Não podia negar dinheiro para os santos. Deus protegia a sua família. Deus e Nossa Senhora da Conceição [...] Devia isto à proteção de Nossa senhora da Conceição. Todos os anos mandava pintar o monumento da sua padroeira, no alto da estação do Pilar [...] Juca não era caridoso como devia ser [...] Um dia falou a Juca para botar um hospital na Bom Jesus [...] O padre Almeida lhe falara nisto na cidade [...] Ele achou muito bom mas nunca mais lhe falara na coisa [...] Dondon temia [...] Deus podia abandonar a proteção que vinha dando a todos os seus (REGO, 1973, P.54-55).

Tudo isso sugere uma continuidade formal com as práticas da antiga ordem patriarcal. A disposição em atender às demandas da Igreja e a crença na proteção divina ecoam a forte influência religiosa que caracterizava a sociedade do Engenho. Entretanto, essa relação, por mais que aparente adesão, revela uma transformação substancial. A tentativa de manutenção das alianças religiosas não se manifesta com o mesmo afincamento da época dos Senhores de Engenho, o que aponta para uma mudança na motivação e na intensidade dessa relação. O Usineiro, imerso na lógica do próprio esforço e na busca pelo enriquecimento e pelo aumento exponencial dos lucros, demonstra uma prioridade distinta daquela dos Senhores de Engenho, para quem a fé e a caridade eram pilares da sua visão de mundo e da sua atuação social. A preocupação primordial com a manutenção de uma relação cordial com a Igreja sugere uma instrumentalização da religião, despojada da profunda integração que possuía na ordem anterior, onde permeava as relações de poder e a vida cotidiana. Essa incipiente secularização contribui diretamente para a emergência da visão distópica da vida, marcada pelo declínio da antiga ordem e de seus valores.

Essa ruptura se torna ainda mais evidente ao compararmos a atitude dos Usineiros com a profunda religiosidade do povo de Santa Rosa:

O povo de Santa Rosa acreditava nos santos, todos faziam novena, todos levavam fogos do ar para Nossa Senhora da Conceição, todos amavam os santos. E foi aquilo que se viu [...] A usina começa, a usina raspava, encherá de cana. E a casa da velha oleira, com o seu forno de cozinhar barro? Deus permitirá que a usina comesse tudo (REGO, 1973, P.91).

A fé comunitária e as práticas religiosas são apresentadas como elementos vitais da identidade do Engenho, estruturando um modo de vida que a usina emerge para dismantelar. Essa nova força, em sua voracidade, é descrita como algo que comeu e raspou a própria existência dessa ordem (vale ressaltar que comeu e raspou são traduções que buscam manter a força expressiva do original), tudo isso sob a permissão de Deus, mas não pela sua vontade. Essa representação não apenas sinaliza uma quebra da ordem natural e divina, mas também ressalta a desintegração de uma estrutura social e espiritual preexistente.

Nesse cenário de dismantelamento, a figura de Feliciano, o negro velho, encarna de forma dramática o impacto brutal da modernidade da Usina sobre a estrutura social e religiosa preexistente, personificando as consequências dessa ruptura.

No tempo do "Velho José Paulino", Feliciano possuía um lugar, sua casa era um "santuário" respeitado, onde "O negro velho Feliciano não podia mais com o cabo da enxada [...] A usina sacudira o pobre da várzea para caatinga [...] Na biqueira de sua casa, Feliciano plantava [...] pião-roxo para fazer as suas rezas. Tinha o seu oratório, com os santos da sua devoção [...] tinha os seus santos e fazia novenas para Santo Antonio, em junho, e São Sebastião, em janeiro. Para as suas novenas vinha gente de longe. Dentro de casa, as mulheres puxavam as ladainhas, ajoelhadas defronte dos santos [...] Sempre quem puxava a reza era a negra Damiana, do Engenho Santana, que todos os anos chegava para o ofício [...] Isto de rezar era só para mulheres. Feliciano, porém, era todo de seus santos [...] Feiticeiro não existia por aquelas bandas. O Deus dos negros era o mesmo dos brancos. Ninguém sabia de Xangô, das latomias dos catimbós [...] Feliciano criara prestígio pelo seu santuário [...] E com isto o negro vivia [...] no tempo do Velho José Paulino, Feliciano era tido na conta de gente, respeitado pelos feitores. A casa do negro era a igreja do povo [...] Veio, porém, a usina e não respeitou o oratório de Feliciano, que teve que deixar a casa de telhas da beira da estrada e conduzir os seus santos para o alto [...] O povo viu a coisa como um sacrilégio [...] Feliciano esperneou, foi ao Dr. Juca, deu para falar do

usineiro, rogar praga [...] Feliciano ficou triste desde este dia [...] Deus não se esquecia do povo. Deus castigava os grandes (REGO, 1973, P.112-113).

A aparente ausência de outras formas de religiosidade africana, à primeira vista, poderia sugerir uma assimilação cultural dentro da ordem patriarcal do engenho, onde, apesar da subalternidade, o negro possuía um espaço social e religioso reconhecido. No entanto, é mais preciso considerar a existência de práticas culturais híbridas, nas quais elementos da religiosidade africana podem ter coexistido e se entrelaçado com a fé católica, criando um terceiro espaço de negociação e reinterpretação cultural – um testemunho da capacidade de agência e adaptação, ainda que sob condições de dominação.

A chegada da usina, contudo, destrutura violentamente esse universo complexo e suas manifestações híbridas. O oratório de Feliciano é desrespeitado de forma explícita, forçando-o a abandonar seu lar e a levar seus santos para a caatinga. Esse deslocamento físico e simbólico representa não apenas a perda de seu lugar no mundo material, mas também a ruptura de sua conexão com o sagrado na nova ordem industrial. Se antes sua casa era um centro de devoção e um microcosmo de resistência cultural, a imposição da Usina revela a brutalidade de um sistema que não apenas desconsidera essas hibridações, mas as erradica em nome do progresso e do lucro.

A profunda desilusão de Feliciano é manifesta em sua recusa em manter o oratório aberto, mesmo para as devotas que buscavam consolo nos santos:

A casa do Feliciano era na caatinga, mas ele passava o dia por ali na porta [...] à boca da noite, quando chegavam os trabalhadores para as contas, ainda estava ele, firme, falando da usina, dizendo que Deus não se esquecia, que Deus vingaria [...] O oratório estava fechado. As devotas dos santos de Feliciano não conseguiriam dele que abrisse as portas do santuário para que elas olhassem a cara dos seus santos queridos [...] quando iam lhe falar, para abrir o santuário, Feliciano abanava a cabeça, fazia finca-pé e não consentia [...] tinha vontade de que uma desgraça viesse sobre todo o mundo. Uma desgraça que arrasasse o mundo. Um fogo que queimasse tudo, uma água que afogasse tudo” (REGO, 1973, P.114-115).

O fechamento do oratório e o desejo apocalíptico de destruição de Feliciano simbolizam, de forma contundente, a perda de sentido e a ausência de integração do

negro na sociedade de classes emergente. A crítica de José Lins do Rego à desigualdade de seu tempo manifesta-se nessa comparação implícita com uma ordem anterior que, apesar de suas injustiças inerentes, ainda oferecia um lugar, ainda que subalterno e precário, ao sujeito negro em sua estrutura social e religiosa. Nesse novo cenário, a persistência da religião no mundo moderno parece reduzida a uma prática individual e desprovida de sua antiga força coesiva. A menção à "A mulher de Chico Leopoldo, que era o mais importante da zona, fazia há um mês uma novena para que nada daquilo acontecesse. Puxava as rezas, com fé nos santos" (REGO, 1973, p. 149) ilustra essa redução a uma busca por proteção particular, distante da centralidade e do poder aglutinador que a fé possuía na sociedade do Engenho.

O isolamento de Feliciano e a narrativa que se constrói em torno dele expressam a culminação dessa desintegração. Sua recusa em abrir o santuário, motivada pela percepção da impressão que o povo tinha sobre ele, transforma-se em um ato de vingança silenciosa. Os relatos sobre gemidos, choros e gritos vindos de sua casa geram a lenda de que:

Feliciano não abria mais o seu santuário. Parecia que os seus restos de razão ainda davam para que ele percebesse a impressão que o povo tinha sobre ele e se vingava daquele modo. Os que moravam por perto dele ouviam gemidos de gente apanhando, choro de menino, gritos abafados e espalharam que Feliciano castigava os santos [...] as velhas se arrepiavam, só em pensar. Um padre do Pilar devia vir à usina e tomar os santos do Feliciano [...] O Dr. Juca devia tomar uma providência, porque podia cair um castigo sobre o povo, uma febre, uma desgraça maior [...] formou-se até, em muitas léguas em redor da usina, uma lenda em torno de Feliciano. O negro dançava com o diabo [...] Deixassem Feliciano com as maluquices dele até que Deus se lembrasse e viesse buscá-lo. O oratório dele devia ficar como estava [...] uma noite correu uma notícia: a casa de Feliciano estava pegando fogo [...] E os santos? procuraram nas cinzas e não viram sinal do oratório. Onde estariam as cinzas dos santos? Então o milagre se espalhou: os santos de Feliciano se tinham escapado do incêndio [...] uma mulher tinha visto uma estrela grande, mudando de lugar. Uma menina vira o santuário de Feliciano subindo para o céu como um balão. Deus descera para salvar os santos das mãos dos judeus (REGO, 1973, p. 150-158).

Tudo isso demonstra como o desespero de Feliciano se transmuta em um fenômeno de crença popular e folclore, onde o sagrado tenta se rearticular em face do caos, mas de forma fragmentada e mítica. A cena ilustra a marginalização

daqueles que não se encaixam na nova ordem. O mito da fuga dos santos para o céu, interpretado como uma intervenção divina, sugere uma tentativa da comunidade de encontrar sentido e esperança em meio à desordem moderna. Contudo, essa ressignificação mística não restaura a centralidade da religião na estrutura social, marcando a emergência e a consolidação de uma visão distópica onde a antiga ordem e seus valores se encontram em um processo de irrefreável declínio.

Outra questão importante que aparece no romance é referente à dinâmica de gênero, sobretudo em relação às personagens femininas e à subordinação tradicionalmente imposta. No caso de *Usina*, os espaços de experiência correspondem à vivência concreta e cotidiana dos personagens dentro de uma sociedade que ainda mantém as marcas de um sistema patriarcal e senhorial, no qual as mulheres, embora responsáveis por muitas das práticas religiosas, permanecem subjugadas e sem poder de decisão real sobre suas vidas e corpos.

O horizonte de expectativa, por outro lado, é o campo das possibilidades e das transformações que se abrem diante de novas práticas e ideais, especialmente em relação ao papel das mulheres e sua relação com a religião e com as estruturas de poder. Em *Usina*, o espaço de experiências se vê desafiado por um horizonte de expectativa que se configura como a mudança da ordem social e familiar, onde as mulheres, como D. Dondon, tentam assumir um novo protagonismo, mas ainda se veem confrontadas pelas limitações impostas pelo sistema patriarcal.

A análise do romance aponta para o espaço da usina como sendo intrinsecamente antirreligioso por essência. Quando o narrador afirma que "Em tudo o que era do povo a usina crescia os olhos. Eles trabalhavam no dia de Santa Luzia e de São Sebastião, dia de domingo, dia de feira no Pilar que era sábado. Não havia lei de Deus para a usina" (REGO, 1973, p. 184), a usina é apresentada como uma metáfora para a destruição da religiosidade popular, sendo um espaço em que a relação com a fé e com as tradições religiosas se dissolve. Esse espaço é marcado pela negação de uma estrutura moral tradicional, onde a usina, em sua lógica capitalista e utilitária, ignora as leis divinas e os compromissos religiosos do povo.

Dentro da visão patriarcal da sociedade representada no romance, as mulheres são vistas como as mais religiosas, aquelas que intercedem e mantêm a fé. Como é dito na obra, "Fizeram festas à usineira, contando-lhe detalhe por detalhe, a

história de Feliciano: uma mulher da Una vira uma estrela, maior do que a lua, mudando de lugar e os santos haviam subido para o céu" (REGO, 1973, p. 203). Essa representação do papel da mulher, ainda que religiosa, está diretamente ligada à sua subordinação no espaço de experiência patriarcal. Ao mesmo tempo, ela se insere na submissão feminina, um elemento central nas discussões de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, que, ao analisar a invenção do falo, observa como a estrutura de gênero se constrói a partir da subordinação das mulheres aos valores masculinos.

Albuquerque Júnior destaca que o falo simboliza o poder masculino hegemônico, e a religiosidade popular das mulheres, que se expressa através das novenas e da oração, não é suficiente para desestabilizar essa ordem. A crise senhorial, como é vista no romance, é também uma crise da subordinação feminina. Quando D. Dondon começa a fazer novena "pelo restabelecimento do marido" (REGO, 1973, p. 221), considerando que, embora ela seja uma figura religiosa, sua capacidade de mudar o destino de seu marido está limitada à sua fé e à sua subordinação a uma ordem que a considera incapaz de efetuar mudanças profundas. Sua religiosidade, ainda que forte, não lhe confere o poder de mudar as estruturas dominantes.

O comportamento desviante, presente nas práticas de algumas personagens femininas e negras, pode ser analisado sob a luz de elementos não tradicionais que desafiam a ordem patriarcal e racista. No momento em que D. Dondon recorre à curandeira, a obra sugere que ela está violando a tradição religiosa patriarcal, buscando uma cura fora do campo da igreja e das normas estabelecidas. A passagem onde "a usineira foi à procura da curandeira" (REGO, 1973, p. 223) mostra a tentativa de subversão da mulher ao procurar alternativas para a cura de seu marido que não estão alinhadas com a estrutura religiosa e moral da sociedade patriarcal.

A ligação com a feitiçaria e a religiosidade popular, um dos pontos que Albuquerque Júnior discute sobre as dinâmicas de poder no gênero, se manifesta de forma evidente no romance. Aqui, a subversão das práticas religiosas é duplamente vinculada: as mulheres e os negros, que tradicionalmente pertencem à base da hierarquia social, são vistos como os principais culpados por trazerem elementos não tradicionais para o espaço social, rompendo com o ordenamento moral da época. A transgressão da personagem D. Dondon, ao ir à curandeira, é também vista como

uma vergonha, refletindo a tensão entre a tradição e as novas possibilidades que começam a se abrir no romance.

Ao passo que as mulheres da cidade tentam se ajustar aos novos padrões de gênero, como visto em *D. Dondon*, o espaço de experiência vivido por elas ainda está preso ao horizonte de expectativa de um futuro no qual sua liberdade de ação e expressão permanece limitada. Isso é refletido quando o romance diz que "os colegas do Dr. Luís, em Pernambuco, achavam graça naquela mania do usineiro fazer igreja... Ele fizera uma igreja de torre para Deus" (REGO, 1973, p. 237). A relação com o poder religioso, embora com um viés patriarcal, ainda faz parte da construção de uma identidade masculina hegemônica. A mistura de crenças e poderes que não se alinham com a tradição faz parte do romance, no qual o usineiro tenta se associar ao céu, buscando seu lugar na ordem de poder por meio de práticas religiosas, ainda que transgressoras.

Neste sentido, *Usina* destaca as transições na estrutura de poder patriarcal e nas relações de gênero, em que as mulheres começam a disputar não só seu espaço na esfera religiosa, mas também nas dinâmicas sociais e familiares. A obra explicita como a religião, a tradição e a construção de identidade de gênero formam um campo de disputas e resistências, onde o poder, representado pela figura do falo, começa a ser desafiado pelas mulheres e pelos negros, que rompem com a subordinação tradicional para buscar novas formas de liberdade e expressão.

Essa complexa teia de rupturas e desafios à antiga ordem patriarcal e à sua legitimidade, perceptível em *Usina*, aprofunda-se e ganha novas dimensões de desagregação no panorama literário de José Lins do Rego, culminando na representação explícita da decadência da religião católica. *Fogo Morto* (1976), que se situa cronologicamente antes de *Usina* na diegese do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, mas a sucede em termos de publicação, torna-se um testemunho pungente desse declínio. Neste romance, figuras como o Padre Amâncio encarnam a progressiva perda de autoridade moral e religiosa que a Igreja outrora possuía frente ao avanço inexorável da modernidade e das novas configurações sociais. A narrativa revela como a fé, antes um pilar da comunidade e do poder dos senhores de engenho, desfaz-se em meio às transformações, transformando-se em mero formalismo ou em fonte de

superstição e desespero. Um exemplo marcante disso é a passagem em que a comunidade reflete sobre a decadência da religiosidade católica:

Um trabalhador havia achado os santos de Feliciano, enterrados na várzea [...] O negro fizerra o entêro de seus santos [...] A peste e a fome vinham daquilo. Os santos haviam subido para o céu [...] Manuel Pereira falava de uma procissão, que deviam fazer saindo da Cruz do Deserto para o Alto da Conceição. Porque só assim abrandaram as iras dos santos [...] os castigos do céu tinham vindo por isto (REGO, 1973, P.249).

Este trecho evidencia a fragilidade da fé popular, que se vê desmoronando perante as adversidades, enquanto a religiosidade perde sua força explicativa frente aos novos tempos. Essa perda de fé na Igreja e na religiosidade tradicional é ainda mais evidente quando os próprios personagens se distanciam dessa autoridade religiosa. Em *Usina* (1976), o personagem José Amaro expressa sua descrença:

Era dia de guarda. Deus queria lá saber de pobres! Ele, José Amaro, não acreditava em Deus, em conversa de santo. Diziam que o capitão Antônio Silvino não dava em padre, não bulia nas coisas da Igreja porque fora pedido de sua mãe. Ele não queria saber de nada disto. A mulher lhe falava de castigo (REGO, 1976, P.83).

Esse distanciamento explícito da Igreja e da religiosidade reflete uma reconfiguração radical dos horizontes de expectativa, onde a fé não mais define as esperanças ou os temores do futuro dos personagens. A salvação, ou a sua ausência, parece desvincular-se da esfera divina para se atrelar a outras lógicas. Contudo, mesmo em meio a esse distanciamento e descrença, a religiosidade não desaparece por completo; ela persiste, mas em um formato que já não é mais capaz de orientar as ações dos personagens com a mesma clareza e autoridade de outrora. Em *Fogo Morto*, um outro exemplo de como a fé sobrevive, mas com um tom de questionamento e incerteza. Na cena em que Seu Lula se depara com Amélia rezando em seu oratório, há uma tensão palpável:

Seu Lula voltou para o quarto dos santos. Lá encontrou Amélia tirando o terço. Havia velas acesas no oratório. O que Amélia, naquele instante, pediria a Deus? Ficou parado sem saber se devia ajoelhar-se ou voltar para a sala de visita. Ouvia bem o Padre-Nosso, na voz

de sua mulher, a Ave-Maria, o tom triste, magoado com Amélia puxava as orações para as duas negras responderem [...] A mulher rezaria para que Deus não lhe desse força para defender a sua filha do casamento ruim [...] Com pouco mais tudo parara. As luzes das velas do santuário se apagaram. A mulher se recolhera ao quarto, bem segura de que Deus lhe daria tudo contra ele (REGO, 1976, P.189).

Este trecho simboliza o profundo conflito entre a manutenção das velhas práticas religiosas e a transição para uma nova visão de mundo, onde as orações e os rituais já não conseguem mais oferecer respostas claras ou soluções definitivas. Essa assimetria entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa é central para a compreensão da crise da fé na obra. O espaço de experiência desses personagens ainda está fortemente ancorado nas tradições religiosas e em uma compreensão de mundo organizada pela fé, que moldou suas vidas e as gerações anteriores. No entanto, o horizonte de expectativa que essa fé poderia outrora projetar para o futuro — de proteção divina, de ordem social garantida, ou de salvação — se desintegra e se torna incerto diante das transformações brutais da modernidade industrial. A fé, antes um mapa para o futuro, agora se apresenta incapaz de orientar as ações ou de prover as respostas esperadas, ilustrando a desorientação de um tempo em que o passado já não ilumina o caminho a seguir, e o futuro é um campo de incertezas e desamparo.

A transição do espaço de experiência tradicional para os novos horizontes de expectativa nos romances de Lins do Rego está marcada por essa tensão entre o que foi e o que está por vir. A crise religiosa e social que afeta os personagens reflete uma sociedade que perde suas certezas, especialmente no que diz respeito à fé católica e às estruturas religiosas que sustentavam a ordem social. Como destaca Koselleck (2006), o horizonte de expectativa é transformado à medida que as referências do passado perdem sua eficácia para orientar o futuro, gerando um ambiente de incerteza e insegurança.

No caso de *Fogo Morto*, a ambiguidade sobre o futuro é visível. Os personagens estão desorientados, tentando entender o papel da religião em um mundo em mudança. A figura da Igreja, antes tida como pilar central da moralidade e da ordem social, agora parece distante, incapaz de fornecer respostas ou consolos em tempos de crise. Em *Usina*, essa ambiguidade sobre o futuro também se faz

presente, como exemplificado no relato de José Amaro, que, ao distanciar-se da religião, revela a dissolução do espaço de experiência tradicional. O futuro, assim, se torna nebuloso, sem promessas claras de salvação ou redenção. O personagem se encontra num horizonte de expectativa onde não há mais fé, nem orientação clara para suas ações.

A relação entre os personagens e a Igreja se caracteriza por um distanciamento crescente e uma crítica às instituições religiosas, que, ao longo do tempo, perdem sua eficácia como mediadoras entre o indivíduo e o sagrado. Em *Usina*, a figura do Cônego Frederico, com seu pedido de auxílio para levantar a torre da igreja, representa essa decadência da autoridade e da crença na Igreja como um centro de poder espiritual. A cena é descrita de forma irônica: “Apareceu-lhe o Cônego Frederico para pedir auxílio para levantar a torre da igreja. Deu o dinheiro ao padre e ficou em sua rede” (REGO, 1976, p. 156). Aqui, a ação do personagem, que ao invés de se envolver ativamente com o pedido religioso, se limita a dar dinheiro e se entregar ao ócio, simboliza uma crítica à passividade e ao afastamento da fé, contrastando com a ideia de um compromisso moral ou espiritual mais profundo.

Essa crítica à religiosidade superficial é ampliada na figura de outros personagens, como o Coronel José Paulino, cuja crença parece estar mais ligada a uma prática de aparências do que a um compromisso verdadeiro com o divino. “Que lhe valiam as ofertas do Coronel José Paulino, se não soubesse agradar a Deus com as suas orações, com as suas penitências? Todas as seis horas estaria aos pés de Deus para rezar” (REGO, 1976, p. 195). A ironia contida nesta passagem revela a crítica ao comportamento ritualista, onde a aparente religiosidade do coronel é mais uma questão de prestígio social do que uma busca genuína por fé ou redenção. A prática religiosa, portanto, perde seu valor simbólico e se transforma em um ato mecânico, desconectado das necessidades espirituais mais profundas.

O distanciamento entre os personagens de José Lins do Rego e a Igreja se acentua ainda mais à medida que o tempo avança e a religiosidade deixa de ser um pilar central nas vidas das pessoas. Em *Usina*, a família do Santa Fé, que tradicionalmente frequentava a missa aos domingos, passa a evitar esse rito. “A família do Santa Fé não ia mais à missa aos domingos. A princípio correria que era doença no velho. Depois inventaram que o carro não podia mais rodar, de podre que

estava" (REGO, 1976, p. 249). Essa mudança na rotina religiosa, disfarçada pela desculpa de uma doença ou da condição do carro, sugere que a fé deixou de ser uma prioridade essencial, revelando a decadência de uma prática religiosa que antes era fundamental para a coesão social e espiritual da comunidade.

Assim, o desenlace dessas narrativas de Lins do Rego aponta para a crise de uma sociedade que, ao perder a força de sua fé religiosa tradicional, também se vê perdida em suas expectativas de futuro. O espaço de experiência religioso, que moldou as gerações passadas e foi um pilar fundamental na própria construção do projeto de nação brasileiro desde os tempos coloniais — inclusive como um dispositivo de nacionalidade alternativo e aglutinador, capaz de acomodar hierarquias raciais, de classe e gênero, como discutido ao longo da tese —, esvai-se. Isso dá lugar a um horizonte de expectativa turvo e incerto. Em um mundo onde a fé já não orienta as ações e desejos dos indivíduos, a Igreja, que antes tinha a capacidade de definir o futuro e de promover uma moral coletiva, passa a ser questionada. Os personagens, cada vez mais distantes de sua influência, buscam novas formas de dar sentido à sua existência. Essa busca, por sua vez, evidencia o surgimento de uma religiosidade híbrida, que, nas lentes de Homi Bhabha, emerge das zonas de contato e negociação cultural. O que se observa é uma profunda assimetria entre um espaço de experiência religioso em colapso e um horizonte de expectativa que luta para se redefinir, caracterizando a crise da religião nacional que advogo ser retratada na obra de Lins do Rego.

A crise da religião, conforme retratada na obra de José Lins do Rego, encontra um eco nas análises da sociologia da religião, especialmente na obra de Peter Berger. Em seu livro *O Dossel Sagrado* (1967), Berger argumenta que a religião atua como um "dossel sagrado" que protege e dá sentido ao mundo social, criando um universo de significados que torna a vida humana coerente. No entanto, com a modernidade, esse dossel sagrado começa a enfraquecer e a se fragmentar, resultando na secularização. Para Berger, a secularização não é apenas um declínio da fé, mas um processo de diferenciação e pluralização da sociedade, onde a religião perde seu papel hegemônico e se torna apenas uma entre muitas opções para a construção de sentido (BERGER, 1967, p. 138). Essa perspectiva nos permite ver que a crise da religião nacional, que se manifesta na obra de Lins do Rego, não é apenas um

fenômeno localizado no Nordeste agrário, mas uma representação literária de um processo mais amplo e global. A obra do autor, assim, captura as fissuras de um dossel que já não cobre o mundo dos engenhos, deixando os personagens à deriva em um horizonte de expectativa turvo, desprovido de uma moral e de uma fé que, antes, lhes davam um lugar e uma finalidade.

(Capítulo 3)

Construindo o Romancista: José Olympio, Estratégias Editoriais e a Legitimação do Conservadorismo Político

A pessoa, compreendida como personagem da narrativa, não é uma entidade distinta de suas “experiências”. Bem ao contrário: ela divide o regime da própria identidade dinâmica com a história relatada. A narrativa constrói a identidade do personagem, que podemos chamar sua identidade narrativa, construindo a da história narrada. É a identidade da história que faz a identidade do personagem (WEINRICH, 2001, p. 176).

No dia 12 de dezembro de 1956, José Lins do Rego proferiu seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras (ABL), um momento de consagração máxima para um escritor no Brasil. Na ocasião, destacou uma postura peculiar em relação ao processo de eleição, afirmando com convicção:

Chego ao fim e vos agradeço a eleição. Não rastejei. Não vos namorei com olhos compridos de enamorado impertinente. Destes-me esta Cadeira sem esforço e sem trabalho. Agradeço-vos, e serei vosso companheiro sem torcer a minha natureza. O homem José Lins do Rego continuará intacto com as suas deficiências e as suas possíveis qualidades, pronto ao serviço de Machado de Assis, o capitão de todos nós (REGO, 1956).

Ao longo de todo o discurso, José Lins do Rego fez questão de ressaltar sua percebida falta de empenho em buscar o título de imortal da Academia:

Aqui estou sem ter feito uma caminhada de aventuras. Não me pus na luta empenhando o que podia e o que não podia. A Academia não me foi uma ideia fixa, um posto a conquistar com todo o meu sangue. E nem vendi a alma ao demônio para obter a vossa imortalidade (REGO, 1956).

Essas declarações de José Lins do Rego são particularmente reveladoras quando analisadas sob a ótica de Paul Ricœur em *A Memória, a História, o Esquecimento*. O autor, ao insistir em uma eleição sem esforço e sem trabalho, parece construir uma narrativa que se distancia das complexidades das relações de poder e das estratégias de legitimação. Ricœur nos alerta que a história, em sua

construção, muitas vezes "se afasta da memória viva para se tornar uma história que se pretende objetiva" (RICŒUR, 2007, p. 74). Esse movimento pode levar a um apagamento das contingências e dos agenciamentos reais que definem a trajetória de um indivíduo e de sua obra. O discurso de José Lins do Rego, ao minimizar esforços e redes, parece inaugurar uma narrativa oficial de sua própria consagração, distanciando-a de qualquer traço de troca de favor ou das questões de mercado e intervenções políticas que, como vimos, foram intrínsecas à sua ascensão.

Essa aparente não rasteira para a ABL também pode ser interpretada como uma forma de o autor se inscrever em uma tradição de talento puro e reconhecimento natural, uma idealização que desconsidera as mediações e as interações no campo literário e as articulações necessárias para a canonização. Ricœur discute como "o esquecimento pode ser um instrumento de poder, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser deixado de lado" (RICŒUR, 2007, p. 450). Ao omitir a proatividade e as negociações que, em grande parte, pavimentaram seu caminho até a imortalidade, José Lins do Rego contribui para uma leitura teleológica de sua carreira, focada no resultado final – o reconhecimento – e desvinculada dos processos multifacetados que o antecederam. Este gesto retórico de apagamento de sua própria agência no mercado editorial e político, é um indicativo de como a construção da imagem do escritor se alinhava a um conservadorismo que idealizava a figura do artista descolado das tramas do poder.

A carreira literária de José Lins do Rego, iniciada com a obra *Menino de Engenho* (1932) e seus romances subsequentes, foi marcada pela publicação de uma série de obras que dialogavam intensamente com as demandas de sua própria geração e com a efervescente realidade social e cultural da época. Essa produção, que se estendeu por toda a sua trajetória, e a forma como foi subsequentemente interpretada, convidam a ir além do discurso de posse na ABL. Nele, Lins do Rego buscou construir uma imagem de ascensão desprovida de esforços e articulações, uma narrativa que minimiza as complexas redes de apoio e negociações. Afinal, a canonização de um autor e de sua obra não é um processo espontâneo, mas resultado de uma intrincada interação de fatores. Como demonstram evidências documentais, o próprio acesso à imortalidade acadêmica dependia de uma teia de relações e favores, desvelando as dinâmicas dos bastidores.

Nesse sentido, um exemplo contundente disso é a carta que encontrei no acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa escrita pelo poeta Jorge de Lima endereçada ao José Olympio, datada de 12 de maio de 1937, documento inédito, nele o autor explicita essa rede de apoios em relação à sua própria candidatura. Jorge Mateus de Lima (1893-1953) foi uma figura central na literatura brasileira do século XX. Poeta, romancista e ensaísta alagoano com formação em Medicina, sua obra vasta transitou do Parnasianismo ao Modernismo, firmando-se como um dos principais nomes da segunda fase do movimento. Nos anos 1930, Lima vivia um período de intensa produção e amadurecimento literário, publicando obras emblemáticas como *Poemas Escolhidos* (1932) e *Tempo e Eternidade* (1935), este último um marco da poesia católica modernista, coescrito com Murilo Mendes.

Sua relação com o catolicismo era profunda e definidora, permeando grande parte de sua produção e de seu pensamento. Jorge de Lima foi um católico convicto que buscou conciliar a vanguarda literária com os valores cristãos. Essa postura o aproximou de grupos conservadores católicos reacionários, como o Centro Dom Vital, e suas ideias sociais e políticas tendiam ao conservadorismo. Ele defendia a moral cristã e os valores tradicionais, criticando o materialismo e a decadência da modernidade. Politicamente, suas convicções o inseriam no campo conservador, alinhado a movimentos que aspiravam à restauração de uma ordem social baseada em princípios religiosos e hierárquicos.

A presença de Jorge de Lima, alguém próximo a José Lins do Rego que inclusive o menciona, na correspondência que apresento logo abaixo, solicitando apoio para sua candidatura à Academia Brasileira de Letras em 1937, é um testemunho da dinâmica de favores e prestígio no campo literário que traz como consequência um tensionamento da declaração de Lins do Rego em sua recepção na ABL. Sua busca pelo reconhecimento acadêmico, vinda de um poeta já respeitado e intelectual com forte ligação ao catolicismo conservador, sublinha a importância que figuras como José Olympio tinham na articulação dessas redes. Demonstra, ainda, como diferentes vertentes ideológicas e estéticas conviviam – e frequentemente disputavam espaço – no cenário cultural da época, todas dependendo de conexões estratégicas para sua consagração e projeção:

Meu Caro José Olympio, outro dia, José Lins do Rego me trouxe a grata notícia de que V. espontaneamente havia prometido trabalhar pela minha candidatura na Academia. Você não pode avaliar quanto me alegrou tal notícia, não tanto pela significação dos votos que V. com o seu prestígio pode me arranjar, mas principalmente por este gesto de interesse e simpatia para comigo, provindo de uma pessoa a quem sempre votei grande simpatia e um grande apreço. Tenho procurado falar pelo telefone e não tenho conseguido. É por isso que escrevo, para que meus agradecimentos não demorassem. Envio-lhe uma lista com o nome dos acadêmicos. Há necessidade de obter desde já o compromisso deles. Disso segue minha insistência, a fim de escrever ou telegrafar ou falar pessoalmente aos seus amigos. Seja como for, meu caro José Olympio, sou com maiores obrigações agora, seu amigo muito grato. E sei conservar amizades e gratidões com a lealdade com que nasci e vou vivendo²⁰.

A consagração de José Lins do Rego e de sua obra até a entrada na ABL não foi um processo espontâneo. Pelo contrário, foi resultado de uma intrincada interação de fatores, que englobou o diálogo com as pautas geracionais, o reconhecimento ativo de seus pares — como Gilberto Freyre — e, crucialmente, a fundamental mediação da Editora José Olympio. A carta de Jorge de Lima a José Olympio é um testemunho eloquente dessa dinâmica, revelando as redes de apoio e as negociações nos bastidores do campo literário. Essa complexa trajetória de produção e consagração pode ser visualizada na sequência cronológica de suas obras, que acompanham seu percurso desde os primeiros anos até o reconhecimento pleno. A tabela a seguir apresenta os romances, contos, e a autobiografia publicados por José Lins do Rego.

²⁰ LIMA, J. (1937). Carta a Olympio, José. In: OLIMPIO, J. (Org.). Inventário da Editora José Olympio na subsérie editados, dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.246. Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

Obras publicadas de José Lins do Rego (1932-1956)

Título	Gênero
Menino de engenho (1932)	Romance
Doidinho (1933)	Romance
Bangüê (1934)	Romance
O Moleque Ricardo (1935)	Romance
Usina (1936)	Romance
Pureza (1937)	Romance
Pedra bonita (1938)	Romance
Riacho doce (1939)	Romance
Água-mãe (1941)	Romance
Fogo morto (1943)	Romance
Eurídice (1947)	Romance
Cangaceiros (1953).	Romance
Histórias da velha Totonha (1936)	Contos
Meus Verdes Anos, de memórias (1956)	Autobiografia

Obras publicadas de José Lins do Rego
Tabela Elaborada pelo autor

A vasta e influente produção de José Lins do Rego, evidente na cronologia acima, solidificou seu lugar na literatura brasileira. Após sua morte em 1957, aos 56 anos, personalidades destacaram a relevância de sua obra para a literatura nacional e para a compreensão da sociedade brasileira. A amizade entre Gilberto Freyre e José Lins do Rego, construída desde os anos 1920 em Recife por meio de viagens conjuntas a engenhos e uma intensa troca de cartas, forjou laços de afeto e afinidade intelectual profunda. Essa relação, marcada por muitos pontos em comum, permeou a trajetória de ambos.

A recepção de José Lins do Rego na Academia Brasileira de Letras foi notavelmente marcada pelo discurso de Austregésilo de Athayde (1898-1983). Orador oficial da ABL — instituição que presidiria por 34 anos, de 1959 a 1983 — e influente jornalista de periódicos como *Jornal do Brasil* e *O Globo*, Athayde era uma figura proeminente no cenário intelectual e político brasileiro, reconhecido por sua defesa da democracia. Ao enfatizar o papel crucial de Gilberto Freyre (1900-1987) na formação do romancista, Athayde traçou um cenário que moldaria significativamente a recepção posterior do autor.

Seu discurso não foi uma mera formalidade de posse, mas uma declaração ideológica que buscava situar José Lins do Rego dentro de uma linhagem intelectual

específica. Athayde endossava uma narrativa quase mítica sobre a descoberta de José Lins por Gilberto Freyre, sugerindo que, antes de Freyre, o romancista era um estudante envolto em crônicas e panfletos políticos provincianos. Essa abordagem minimizava o percurso inicial de Lins do Rego para realçar a intervenção de Freyre como o catalisador de sua verdadeira vocação. Ao mesmo tempo, elevava Gilberto Freyre, com sua formação internacional em Columbia e Oxford, ao status de guia intelectual e cientista da alma pernambucana e da identidade brasileira.

Essa exaltação de Freyre (endossada até mesmo por José Lins) e do regionalismo nordestino vinha acompanhada de uma crítica velada ao Modernismo paulista, desqualificado como um movimento de comédia, sem importância real ou uma gritaria dos rapazes do Sul. Athayde, ecoando a visão de Freyre, defendia que a verdadeira essência brasileira residia nas fontes de vida do Brasil rural e tradicional, que a obra de Lins do Rego viria a testemunhar. A menção à casa do Carrapicho, residência de Freyre, como um refúgio para Lins do Rego humanizava essa relação de mentorado, solidificando a imagem de Freyre como formador intelectual e pessoal. Dessa forma, o discurso de Athayde não apenas reforçava a narrativa de uma consagração que se nutria de uma complexa rede de reconhecimento e validação entre pares, mas também demonstrava como a ABL atuava como um espaço de legitimação e construção de narrativas sobre a identidade nacional, cancelando visões e figuras alinhadas a uma interpretação específica do Brasil. Em suas palavras:

Na verdade, depois do conhecimento com Gilberto Freyre, mudaram-se os rumos do estudante da Faculdade de Direito, ocupado então em escrever crônicas e contos, perdendo-se também, como não poderia deixar de acontecer na província, nos panfletos da política partidária. Abriam-se os vossos olhos para perceber que o vosso destino era outro. Começou a reconstrução de vossa personalidade, na base do encontro de um mundo até então ignorado e no qual penetrantes, com segurança, pelo braço do companheiro que retornava de Colúmbia e de Oxford, de prestigiosas universidades do outro lado da terra, pronto a realizar a mais completa pesquisa da alma pernambucana e a resolver os problemas da integração brasileira, que não voltara americanizado ou britânico, porém mais intensamente pernambucano e, por isso mesmo, mais vivamente brasileiro. Gilberto Freyre foi quem desvendou o vosso amor pela terra que dominava o vosso coração sem que ainda o houvéssemos percebido. A nossa vida por esse tempo – está por vós escrito –, foi para mim admirável. Eu me fazia, construía a minha personalidade. Havia nessa época o movimento modernista de São Paulo. Gilberto criticava a campanha como se fosse de uma outra geração. O rumor da Semana de Arte Moderna parecia muito de movimento de comédia, sem importância real. O

Brasil não precisava do dinamismo de Graça Aranha e nem da gritaria dos rapazes do Sul; o Brasil precisava era de se olhar, de se apalpar, de ir às suas fontes de vida, às profundidades de sua consciência. Esses ensinamentos tocavam a vossa alma e a casa do Carrapicho, onde Gilberto morava, era como um refúgio que eu procurava com ansiedade e timidez”, como confessasse. Só por um milagre poderia ser tímido aquele moço cheio de violências e algazarra que acabava de sair da Faculdade de Direito. Comprometemo-nos, querido confrade, a agradar nestes nossos discursos mais ainda pela brevidade do que pela substância e assim não me demorarei em dizer tudo quanto Gilberto Freyre representou no descobrimento de vossas forças interiores, encaminhando-as à vossa verdadeira vocação de testemunhar nos romances dos bangüês, dos engenhos e das usinas de açúcar algumas das matrizes da nacionalidade que o sociólogo, vosso amigo e guia, interpretou como cientista, aparelhado como nenhum outro antes dele dos métodos mais modernos de investigação e análise (ATHAYDE, 1956).

No entanto, a narrativa que posiciona Freyre como figura central e quase exclusiva na conversão de José Lins à literatura tem sido questionada por estudos recentes. Diego José Fernandes Freire, em sua dissertação *Contando o passado, tecendo a saudade: a construção simbólica do engenho açucareiro em José Lins do Rego (1919-1943)*, desmistifica essa perspectiva, argumentando:

Mais do que destacar a posição em relação ao modernismo, o que queremos sublinhar com este polêmico artigo é o fato de que, em um jornal assumidamente panfletário. Apontado por Gilberto Freyre como a grande prova de que seu amigo paraibano antes de conhecê-lo estava atolado na politicagem, José Lins estava construindo um lugar de sujeito de crítico literário. Ao mesmo tempo em que fazia suas campanhas políticas e práticas boêmias, o acadêmico paraibano realizava a atividade de quem pensava e se preocupava com as Letras nacionais. Como já indicamos, o boêmio, o ativista político e o crítico literário conviviam no indivíduo José Lins do Rêgo. A atuação nos diversos jornais aqui mostrados, comprovam que não se pode reduzir, como fez Gilberto Freyre, o período acadêmico daquele a atividade de panfletário político. O fato do mestre de Apipucos o fazer indiciam na verdade, uma estratégia de consagração dele mesmo, de se colocar como aquele que retirou José Lins da politicagem e o levou para o caminho das Letras, não foi bem isso o que aconteceu (FREIRE, 2014, P.56).

Conforme evidenciado por Freire, José Lins do Rego já havia desenvolvido significativas habilidades e interesses literários antes de sua aproximação com Gilberto Freyre, ainda no período acadêmico (1919-1923), quando cursou Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito do Recife e foi influenciado por figuras como Olívio

Montenegro. Além disso, sua convivência com Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos no início dos anos 1930, em Maceió, foi igualmente significativa para sua formação e para a consolidação de sua voz literária, revelando um processo de amadurecimento que transcendia a influência de uma única figura.

É nesse cenário de formação multifacetada do autor e de efervescência cultural que a produção romancista de José Lins do Rego se alinha a uma demanda mais ampla e nacionalista da década de 1930. Durval Muniz, em *A invenção do Nordeste e outras artes*, destaca como o romance daquele período, incluindo o *Ciclo da Cana-de-Açúcar* de José Lins, dialogava diretamente com essa necessidade de autointerpretação da nação ou de busca da brasilidade:

A poesia, que predominava no campo literário até 1914, cede lugar ao romance ligado diretamente à necessidade nacionalista de entender e explicar a nação e seu povo. Os outros saberes que se desenvolveram em torno da mesma questão, como a sociologia, a história, a etnografia, vão fornecer dados, sugestões e normas para esta produção literária. As práticas nacionalistas no campo cultural, como a criação de Faculdades, Institutos, realização de congressos, simpósios, debate em torno da língua nacional, da cultura nacional, dos problemas nacionais, estimulam a produção literária a enveredar por esse caminho, a se constituir em mais um discurso a indagar a verdade e a essência da nação. Os problemas de caráter nacional e do tipo brasileiro encontram no romance vasto campo de caracterização psicológica de tipos nacionais e regionais e do debate da miscigenação (ALBUQUERQUE, 2011, P.125).

É precisamente dentro desse impulso de construção narrativa da nação, conforme descrito por Durval Muniz, que a obra de José Lins do Rego ganha particular relevância e se insere nas grandes disputas culturais da época. Embora o marco inicial de sua carreira literária tenha sido o romance *Menino de Engenho* (1932), cujo manuscrito original trazia o título provisório *Memórias de um menino de engenho*, a supressão de "Memórias" no título final é significativa. Ao deixar de ser uma "memória pessoal" para se tornar *Menino de Engenho*, o romance ganhou uma dimensão menos biográfica e mais representativa de um tipo regional. Ele se inseriu em uma narrativa muito maior sobre uma classe e uma geração, revelando-se adequado a uma aristocracia decadente que aspirava participar do projeto de identidade nacional. Em uma república que relegava o passado monárquico e carecia de tradições

longevas, a tradição dos engenhos, para Freyre e José Lins, era um elemento fundamental e matéria-prima para a construção dessa identidade.

É crucial ressaltar que, para muitos de seus leitores e críticos, o romance de José Lins do Rego, ao retratar o Nordeste e os engenhos, foi interpretado como a captura de uma parte da essência do Brasil, com a brasilidade sendo vista como contida nos fragmentos de cada região. A dimensão mais explicitamente pessoal e autobiográfica da vida do autor, embora sempre subentendida na relação com sua obra, só seria publicamente exposta de forma direta em 1956, com o lançamento de *Meus Verdes Anos*. Contudo, ao longo dos anos, José Lins publicou sucessivamente obras que compõem o consagrado *Ciclo da Cana-de-Açúcar*.

A forma como a unidade da série foi posteriormente construída e percebida, tanto em relação à obra do autor quanto ao próprio *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, é um dos pontos centrais a serem problematizados neste capítulo. Buscaremos desconstruir a leitura teleológica que muitas vezes simplifica as complexas interações entre talento, mercado e realidade histórica, analisando como a obra se tornou um vetor para discursos sobre a identidade regional e, conseqüentemente, nacional, por vezes servindo como instrumento para a legitimação de visões conservadoras.

A transição de José Lins do Rego para o centro do circuito editorial nacional, impulsionada em grande parte pela Editora José Olympio, marcou um ponto de inflexão crucial em sua carreira. Para além da ampliação do alcance de suas obras, essa parceria estratégica revela uma cuidadosa orquestração para consolidar a imagem do autor e a relevância de sua temática no cenário literário brasileiro. A Editora José Olympio, com sua visão de mercado e sua capacidade de investimento, demonstrou um interesse perspicaz em absorver e potenciar a produção regionalista que José Lins do Rego representava. Um reflexo claro dessa estratégia foi a republicação de seus primeiros e aclamados romances. A tabela a seguir detalha a cronologia de suas obras que compõem o *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, incluindo as importantes reedições que assinalam o início de sua parceria com José Olympio.

Lançamento das obras do ciclo da cana de açúcar (1932-1943)

Título:	<i>Menino de Engenho</i> (1ª Ed)	<i>Doidinho</i> (1ª Ed)	<i>Banguê</i> (1ª Ed)	<i>Menino de Engenho</i> (2ª Ed)	<i>O moleque Ricardo</i> (1ª Ed)	<i>Doidinho</i> (2ª Ed)	<i>Usina</i> (1ª Ed)	<i>Fogo Morto</i> (1ª Ed)
Publicação (Ano):	1932	1933	1934	1934	1935	1935	1936	1943
Editora:	Andersen	Ariel ED.	José Olympio	José Olympio	José Olympio	José Olympio	José Olympio	José Olympio
Local de escrita:	Maceió/AL	Maceió/AL	Maceió/AL	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Temática:	Infância no Engenho	Infância no internato	Vida adulta no Engenho decadente	Infância no Engenho	Vida de um escravo fora do Engenho	Infância no internato	Sociedade patriarcal na modernidade	Sociedade patriarcal na modernidade

Lançamento das obras do ciclo da cana de açúcar
Tabela Elaborada pelo autor

A mudança ocorrida em 1934, inicialmente de ordem editorial, significou uma transferência permanente de José Lins do Rego para o Rio de Janeiro, onde residiu até o fim de sua vida e solidificou sua atuação no campo intelectual e político. Essa reconfiguração editorial, que marcou não apenas uma mudança geográfica, mas um ponto de inflexão decisivo em sua produção literária, foi impulsionada pelo perspicaz interesse da Editora José Olympio. A aquisição e subsequente republicação dos romances *Menino de Engenho* e *Doidinho* – inseridos duas vezes na tabela para identificar suas primeiras e segundas edições – demonstra o plano estratégico de José Olympio em não apenas aproveitar, mas dar sistemática continuidade à produção de romances com essa temática regionalista, alinhando-a às aspirações de um mercado editorial em expansão e às narrativas de construção nacional que se delineavam no período.

Era provável que essas obras apresentassem grande potencial de vendas, e sua inclusão no rol de interesses da Editora José Olympio, que comprou seus direitos de publicação, indica uma visão clara de mercado. Essa transição editorial não se limitou a aspectos comerciais; ela ressoou profundamente nas temáticas e na abordagem dos romances que se seguiriam, especialmente no que tange ao *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, consolidando a presença do autor no cenário literário nacional e, presumivelmente, influenciando as escolhas narrativas de José Lins do Rego.

Enquanto os dois primeiros romances do autor reverberam um tom nostálgico, quase elegíaco, sobre a infância idílica e o fascínio pela casa-grande e pelo engenho, a entrada na Editora José Olympio, concomitante à publicação de *Banguê* (1934),

marca um salto narrativo e temático fundamental, insinuando um amadurecimento que se alinha às demandas de um mercado editorial mais robusto e a uma necessidade de aprofundamento das problemáticas sociais. José Lins do Rego desloca o olhar do universo infantil para a complexidade da vida adulta, explorando a figura de Carlos de Melo não mais como o menino observador, mas como o herdeiro confrontado com a inexorável decadência de um modelo de vida. O retorno de Carlos, agora bacharel em direito, ao engenho Santa Rosa, não se dá sob a égide da esperança ou da continuidade, mas da perplexidade e do desamparo. A imagem do engenho, antes um refúgio afetivo, transmutar-se em um fardo, um espaço corroído pela modernização incipiente e pela obsolescência das práticas tradicionais.

A cena inicial de seu retorno, com Carlos deambulando pela casa-grande que outrora fora seu santuário, e agora se apresenta desolada e imponente, é um marco dessa frustração latente. Ele vislumbra não a grandiosidade de suas memórias, mas os primeiros sinais de um ocaso que se avizinha. A administração da propriedade herdada do avô doente revela seu despreparo e sua inaptidão para os rigores da gestão, culminando numa crise financeira sem precedentes que sela o destino do Santa Rosa: sua venda a um investidor usineiro, símbolo da nova ordem econômica que varria os antigos engenhos. A breve, mas intensa, paixão por sua prima, que permeia a segunda parte do romance, embora efêmera, reforça a atmosfera de desordem e desarranjo que cerca a vida de Carlos, tanto no plano pessoal quanto na sua relação com a terra. Pode-se inferir que a Editora José Olympio, ao apostar na continuidade do Ciclo, incentivou essa exploração mais aprofundada da crise patriarcal, que oferecia material rico para a crítica social e para o diálogo com a essência do Brasil que o público buscava.

Paralelamente à derrocada do engenho do ponto de vista do proprietário, José Lins do Rego explora, em *Moleque Ricardo* (1935), a crise a partir da perspectiva do trabalhador rural. Ricardo, um ex-escravo, personifica a busca por liberdade e melhores condições de vida fora dos limites do engenho. Sua fuga para a cidade, concebida como um horizonte de esperança e autonomia, rapidamente se converte em um labirinto de desafios e decepções. A cidade, longe de ser o espaço prometido de redenção, revela-se um ambiente de conflitos sociais, greves e violência, um contraponto brutal à idealização do engenho. A trajetória de Ricardo, marcada por

trabalhos forçados e pela prisão em Fernando de Noronha, é um testemunho da dureza da realidade pós-abolição, onde a liberdade formal não garantia a emancipação econômica ou social. A inclusão de uma perspectiva como a de Ricardo, um trabalhador rural desiludido com a cidade, também pode ser interpretada como uma resposta à demanda do mercado por narrativas que abordassem as complexidades sociais do Brasil em transformação, mas que, ao mesmo tempo, podiam evocar uma nostalgia do passado patriarcal, um tema conservador central na obra de José Lins do Rego e que se alinhava a uma certa visão de nação que a Editora José Olympio ajudava a construir.

Nesse romance, a nostalgia do engenho é uma força motriz, um lamento constante. O arrependimento de Ricardo, que anseia pelo retorno à casa-grande, pela convivência familiar e pela intimidade com o rio e a terra, demonstra que o engenho, apesar de suas contradições, figurava como um espaço de pertencimento e de memória afetiva. A lembrança do irmão mais novo, da mãe e até mesmo do senhor de engenho compõem um quadro de um passado irrecuperável, um Éden perdido que a dura realidade da cidade não consegue substituir. Mais do que uma simples reminiscência, essa representação do engenho como um paraíso primordial ressoa diretamente com o mito edênico, um arquétipo universal de perda e busca por um estado de inocência e plenitude originária.

Assim, se *Banguê* expõe a crise econômica e moral do senhor de engenho, *Moleque Ricardo* aprofunda-se nos aspectos subjetivos dessa crise, explorando o desenraizamento e a perda de identidade decorrentes do distanciamento das tradições e do ambiente ancestral. Essa noção de Éden perdido não se restringe apenas à experiência de Ricardo. De um modo alternativo, a experiência do escravo, assim como a de Carlos no internato, ecoa essa mesma sensação de perda de um paraíso, de um estado original, ainda que com suas complexas e brutais contradições. Para José Lins do Rego, e para a psique que sua obra constrói, a ordem senhorial agrária torna-se um Éden particular, um espaço idealizado cuja ruína é lamentada. Essa concepção é mitológica no sentido atribuído por Northrop Frye²¹. Para Frye, a

²¹ Para Northrop Frye, o mito não se refere à veracidade factual, mas à sua função como estrutura narrativa arquetípica que organiza a compreensão humana. Sua importância reside em como ecoa na psique e na cultura, revelando padrões da imaginação. Neste sentido, a ordem senhorial agrária na obra de Lins do Rego opera como um mito edênico de paraíso perdido.

importância do mito não reside em sua veracidade factual, mas sim em sua capacidade de moldar a psique e a compreensão de mundo de quem o constrói e o percebe, os mitos são as unidades estruturais da literatura e os elementos fundamentais com que a imaginação constrói seus mundos (FRYE, 2021, p. 67-70). Pouco importa se o engenho foi, de fato, um paraíso; o que importa é como essa narrativa atua como um dispositivo de sentido, com sua autonomia devidamente conferida por determinados grupos, o mito presente na obra de Lins do Rego se constituiu terreno fértil para a legitimação de um conservadorismo que valorizava a ordem tradicional em detrimento da complexidade e dos desafios da modernidade.

O abandono das capelas e do vocabulário religioso, um dos aspectos mais pungentes da obra *Usina*, ilustrou o declínio não apenas de uma fé, mas de um sistema de valores e tradições que outrora estruturavam profundamente a vida no engenho. Nesse cenário, a usina, como nova entidade produtiva e social, não representou o progresso em seu sentido mais elevado, mas sim a manifestação de uma moralidade pragmática e desprovida de humanidade. A tensão entre o antigo e o moderno, presente desde *Banguê*, culmina em *Usina* como uma confrontação direta entre os costumes patriarcais, por vezes idealizados, e a emergência de uma nova ordem marcada pela desumanização e pelo desencanto. A escolha de José Lins do Rego em finalizar o *Ciclo da Cana-de-Açúcar* com uma obra que expõe de forma tão radical a desagregação e a decadência – especialmente com a profanação do sagrado e a desumanização das relações – reforça a visão de crise que a editora e o próprio autor, como parte do campo intelectual da época, ajudavam a difundir. Essa representação do declínio dos valores tradicionais e a ausência de consolo espiritual na modernidade era um discurso que, paradoxalmente, reforçava o anseio por um retorno a um passado idealizado, característico do conservadorismo político que se pretendia legitimar.

Voltando a Eric Hobsbawm, sua análise em *A Invenção das Tradições* oferece uma chave interpretativa fundamental para compreender a profunda crise que se desenrola no universo da cana-de-açúcar de José Lins do Rego, e que é o cerne da discussão sobre a decadência religiosa. A desarticulação das práticas religiosas e a perda de significado dos espaços sagrados no engenho podem ser entendidas como o colapso de padrões sociais para os quais as velhas tradições foram feitas,

produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis" (HOBSBAWM; RANGER, 2012, p. 11).

O declínio da fé, portanto, não é apenas um fenômeno espiritual, mas um sintoma do desmantelamento de estruturas sociais que dependiam desses ritos e símbolos para sua coesão. Essa crise reflete como "as tradições inventadas são respostas a uma nova situação" (HOBSBAWM; RANGER, 2012, p. 4), e a ausência de novas tradições que substituam a função coesiva da religião evidencia a violência da transição e a profundidade do desamparo que se manifesta na obra.

A contribuição de Edward Palmer Thompson em *Costumes em Comum* nos ajuda a aprofundar essa leitura, ao ressaltar a íntima relação entre religião, moralidade e a vida social das comunidades. Para Thompson, a "economia moral da multidão" (THOMPSON, 1998, p. 207) não se limitava a aspectos puramente econômicos, mas englobava um conjunto de valores e crenças que regulavam as relações sociais e a subsistência. O esvaziamento das capelas e a perda do vocabulário religioso em *Usina* representam, assim, a erosão de uma "estrutura de sentimentos e costumes que informava a vida e o trabalho" (THOMPSON, 1998, p. 270) no engenho. A moralidade que emerge com a usina, por outro lado, é destituída dessa base comunitária e religiosa, expondo a brutalidade das relações de trabalho e o abandono de uma humanidade antes mediada, em parte, pela fé e pelos costumes a ela associados.

Essa desagregação de valores e práticas religiosas no universo da usina, como observado em José Lins do Rego, conecta-se diretamente à tese de Durval Muniz de Albuquerque em *A invenção do Nordeste e outras artes*. Durval argumenta que o Nordeste não é um dado da natureza, mas uma construção histórica (ALBUQUERQUE JR., 2018, p. 23). A tradição católica e os costumes a ela associados, embora fossem elementos fundantes da idealização do Nordeste arcaico ou do engenho patriarcal, revelam-se frágeis diante das investidas da modernização predatória das usinas. A perda da fé, nesse sentido, é também a perda de um pilar simbólico de uma identidade regional que estava sendo redefinida e, por vezes, fragmentada pela própria lógica do desenvolvimento. Para Durval, a invenção do Nordeste é um processo de diferenciação e hierarquização de espaços e populações

(ALBUQUERQUE JR., 2018, p. 57), e a crise religiosa em *Usina* expõe a violência dessa hierarquização, na qual o novo econômico devora o velho cultural e religioso.

A crise religiosa e moral retratada em *Usina* também pode ser analisada através da lente do horizonte de expectativa de Reinhart Koselleck. Se a vida no engenho era pautada por um horizonte de expectativas que incluía a estabilidade das relações patriarcais e a presença da fé como guia, a chegada da usina fratura esse horizonte. Koselleck postula que o futuro é uma categoria de expectativa (KOSELLECK, 2006, p. 305) e que a modernidade é caracterizada por um espaço de experiência (KOSELLECK, 2006, p. 307) que se distancia cada vez mais do horizonte de expectativa. O futuro que se desenha para os personagens de *Usina* não é mais uma projeção do passado, mas um desconhecido que demanda novas linguagens e novas formas de existência, para as quais a religião tradicional já não oferece amparo. A fé, que antes oferecia consolo e um senso de continuidade, falha em prover um futuro praticável para os personagens diante da nova ordem, tornando-se um resíduo de um passado que já não tem mais força para orientar as ações ou dar sentido à desordem presente. Esse choque entre o esperado e o vivido intensifica o sentimento de desamparo e desumanização na obra.

Em conjunto, esses romances pós-1934 – período que coincide com a intensificação da parceria com a José Olympio – formam um painel denso e crítico das transformações socioculturais do Nordeste. Eles demonstram como a mudança editorial não apenas impulsionou a carreira do autor, garantindo um alcance nacional, mas também catalisou uma profunda revisão de seu olhar sobre o universo açucareiro, forçando-o a explorar suas fissuras, suas crises e seus destinos trágicos com uma complexidade crescente que provavelmente agradava ao mercado editorial e ao debate intelectual da época.

Um exemplo contundente dessa revisitação, e o ponto de inflexão mais dramático do ciclo, é o romance *Usina* (1936). A obra aborda a crise da usina, por sua vez, também em processo de decadência até ser vendida. Contudo, essa crise transcende a mera unidade produtiva; ela se manifesta em diferentes esferas: nas relações de trabalho, marcadas pela ganância e desumanidade dos patrões; na relação do homem com a terra, através da poluição dos rios gerada pelas usinas; e, sobretudo, na relação do homem com a religião, evidente no abandono dos cuidados

com as capelas e do vocabulário religioso. Tudo isso é costurado pela tensão central entre o antigo e o moderno, sendo a crise enfrentada nessas diversas frentes um reflexo da moralidade que emergiu do processo de afastamento dos costumes e tradições patriarcais. Nesse sentido, *Usina* opera como a síntese das apreensões de José Lins do Rego em face da modernidade, um espaço onde a desagregação da tradição é mais explícita e violenta, e onde a fé se esvai diante da lógica impessoal do capital. A usina, mais do que um símbolo, é a própria encarnação desse novo tempo, um espaço que devora não só a cana, mas as relações humanas e espirituais. É significativo notar que a própria articulação desses temas em uma sequência coesa de romances só viria a ser formalizada pelo autor em meados de junho de 1936. José Lins do Rego irá, de fato, definir oficialmente o coletivo de suas obras anteriores como uma série, conforme suas palavras no prefácio à primeira edição do romance *Usina* (1936):

Com *Usina* termina a série de romances que chamei um tanto enfaticamente de *Ciclo da Cana-de-açúcar*. A história desses livros é bem simples: comecei querendo apenas escrever umas memórias que fossem as de todos os meninos criados nas casas-grandes dos engenhos nordestinos. Seria apenas um pedaço de vida o que eu queria contar. Sucede, porém, que um romancista é muitas vezes o instrumento apenas de forças que se acham escondidas no seu interior. Veio, após o *Menino de Engenho*, *Doidinho*, em seguida *Banguê*. Carlos de Melo havia crescido, sofrido e fracassado. Mas, o mundo do Santa Rosa não era só Carlos de Melo. Ao lado dos meninos de engenho havia os que nem o nome de menino podiam usar, os chamados “moleques da bagaceira”, os Ricardos. Ricardo foi viver para fora do Santa Rosa e sua história é tão triste quanto a do seu companheiro Carlinhos. Foi do Recife a Fernando de Noronha. Muita gente achou-o parecido com Carlos de Melo. Pode ser que pareçam. Viveram tão juntos um do outro, foram tão íntimos na infância, tão pegados (muitos Carlos beberam do mesmo leite materno dos Ricardos) que não seria de espantar que Ricardo e Carlinhos se assemelhavam. Pelo contrário. Depois do Moleque Ricardo veio *Usina*, a história do Santa Rosa arrancado de suas bases, espatifado, com máquinas de fábrica, com ferramentas enormes, com moendas gigantes devorando a cana madura que as suas terras fizeram acamar pelas várzeas. Carlos de Melo, Ricardo e o Santa Rosa se acabam, têm o mesmo destino, estão tão intimamente ligados que a vida de um tem muito da vida do outro. Uma grande melancolia os envolve de sombras. Carlinhos foge, Ricardo morre pelos seus e o Santa Rosa perde até o nome, se escraviza (RÊGO, 1936).

A consolidação da série de romances de José Lins do Rego sob o título de *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, oficialmente definida em meados de junho de 1936 com a

publicação de *Usina*, é um elemento crucial para a compreensão da sua poética e de sua recepção. A declaração do próprio autor nesse prefácio é reveladora: "Com *Usina* termina a série de romances que chamei um tanto enfaticamente de *Ciclo da Cana-de-Açúcar*". Suas palavras desvelam a natureza não planejada da série, que emergiu de uma intenção inicial mais modesta de transcrever memórias de infância, universalizando a experiência dos meninos criados nas casas-grandes dos engenhos nordestinos. A sucessão de *Menino de Engenho*, *Doidinho*, *Banguê*, *Moleque Ricardo* e *Usina*, portanto, não obedeceu a um plano preestabelecido de continuidade narrativa ou temática, mas sim a um processo de revelação autoral, de exploração de um universo que se mostrava vasto e, evidentemente, a uma imposição das próprias forças criativas do escritor que se alinhava aos interesses do mercado editorial.

Essa confissão de José Lins do Rego anula a suposição de uma arquitetura prévia para o ciclo, permitindo uma leitura mais orgânica da sua obra. A transferência definitiva do autor para o Rio de Janeiro e a sua entrada no prestigioso catálogo da Editora José Olympio, a partir de 1934, surgem como catalisadores decisivos dessa expansão temática e dessa invenção do ciclo. A editora, com sua perspicácia, percebeu o potencial de um autor que já abordava a decadência patriarcal e a crise social, temas em voga no debate nacionalista da época. O romance *Banguê*, primeiramente concebido nesse novo ambiente editorial, introduz um elemento temático decisivo: a decadência em sua face mais adulta e pungente. Este componente não apenas se distancia da nostalgia predominante nas obras anteriores, mas inaugura uma imersão na melancolia e na crise como eixos narrativos centrais. Essa virada representa um amadurecimento da perspectiva do autor, que passa a examinar as fissuras do mundo açucareiro com uma agudeza crítica antes inexplorada.

A profunda conexão entre os destinos dos personagens – Carlos de Melo, o herdeiro que fracassa e foge; Ricardo, o moleque da bagaceira²² que busca a

²² A palavra bagaceira, no contexto da cultura dos engenhos de cana-de-açúcar, refere-se, primariamente, ao local onde o bagaço da cana – o resíduo fibroso após a moagem e extração do caldo – é armazenado. Historicamente, parte desse bagaço, considerado de baixo valor para uso como combustível nas fornalhas, era frequentemente descartada em rios e cursos d'água próximos aos engenhos. Essa prática contribuía para a poluição dos rios, que, ironicamente, eram também espaços de lazer e brincadeira para os meninos da região. Por extensão semântica, o termo "bagaceira" ou "moleque da Bagaceira", como o moleque Ricardo é chamado, adquire uma conotação pejorativa ou de inferioridade social. Indica alguém ou algo associado a esse espaço de descarte e sujeira, ao lixo

liberdade na cidade e encontra a morte; e o próprio Santa Rosa, o engenho que perde sua identidade e se escraviza à lógica industrial da usina – sublinha a melancolia que os envolve. Eles compartilham um mesmo destino trágico, indissociável da transformação econômica e social do Nordeste. A série, nesse sentido, mais do que uma mera sequência de memórias, constitui um intrincado mosaico que, ao retratar o declínio do patriarcado rural e a ascensão de novas formas de exploração, desvela o desencanto e a desumanização como consequências de uma modernidade imposta. A dedicação de *Usina* a José Olympio e a Graciliano Ramos, aliás, não reflete uma interferência editorial em si, mas um reconhecimento do ambiente de confiança e estímulo intelectual que permitiu essa evolução artística e a exploração de temas que ressoavam tanto com o público quanto com os intelectuais da época.

O *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, embora não planejado como uma unidade sequencial a priori, adquire sua profunda coesão a posteriori através da interligação de destinos e da profundidade temática da crise que perpassa cada um de seus romances. Esta constatação desafia as leituras teleológicas e a percepção de uma consagração unicamente baseada no talento inato do autor, abrindo caminho para uma compreensão mais matizada de como essa coesão retroativa e a recepção posterior da obra de José Lins do Rego foram moldadas por fatores mercadológicos e relações de troca de favor, obscurecendo as complexidades de sua produção e do próprio universo do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*.

A usina emerge não apenas como o ponto final da série, mas como a materialização mais potente e trágica do confronto entre o passado idealizado e uma modernidade que se impõe de forma avassaladora e, muitas vezes, brutal. Ela é o espaço onde as velhas tradições sucumbem à lógica implacável do progresso industrial, onde a comunidade patriarcal se dissolve e o sagrado é profanado pela busca desenfreada do lucro. A usina representa o lamento profundo de um mundo que se recusa a morrer, mas que já não encontra refúgio nas antigas tradições, nos laços afetivos ou na fé. Ela encapsula a despersonalização das relações e o desencanto que acompanham o avanço do capitalismo industrial no Nordeste. É nessa imagem de desintegração que reside a força crítica da obra de José Lins do

ou ao que não tem valor, sugerindo pobreza, marginalidade ou uma posição social desprivilegiada dentro da hierarquia do engenho. Portanto, o uso do termo sublinha a condição subalterna do personagem e a degradação ambiental de seu entorno.

Rego e, simultaneamente, o ponto a partir do qual sua literatura se torna um vetor poderoso para a legitimação de um conservadorismo que idealiza a ordem perdida.

É crucial aprofundar, então, a compreensão da particularidade que o universo retratado por José Lins do Rego carrega: a do Nordeste como um espaço intrinsecamente católico. Esta visão, implícita na construção de sua narrativa, projeta a ideia de um Brasil cuja essência estaria contida nos fragmentos de suas regiões, e o Nordeste, neste caso, seria um desses pilares fundamentais. Longe de ser apenas um cenário geográfico, essa região é apresentada como guardiã de uma reverência e devoção necessárias à construção da identidade nacional. O catolicismo, nesse sentido, é percebido como a fonte da força dessa ordem social, ligando-se diretamente ao lema positivista ordem e progresso, onde a ordem a partir de então se tornaria indissociável de uma moralidade e de uma estrutura social ancorada na fé tradicional e não na ideologia positivista.

A crise da religião na literatura de José Lins do Rego, particularmente em seus romances que abordam o universo católico do engenho, não é apenas um fenômeno ficcional; ela é um fato social oportuno para ser expresso e evocado naqueles dias. Na medida em que essa crise anuncia um problema gerado pela adesão ao pacote de ideias e relações trazidas pela modernidade, o conservadorismo encontra nela um terreno fértil para se exprimir em sua forma mais simples e reativa. Similar ao que se observou na Revolução Francesa com pensadores como Chateaubriand, a defesa das tradições e a crítica ao abandono das mesmas tornam-se um convite explícito ao freio, à rejeição de novas ideologias modernas, como o comunismo, e de outras correntes que competiam com o nacionalismo e, sobretudo, com o catolicismo como pilares da identidade brasileira.

O romance inaugural, *Menino de Engenho* (1932), já se inicia com uma menção ao *Gênio do Cristianismo*, um indício premonitório de que a dimensão religiosa seria um eixo fundamental na obra de Lins do Rego, essencial à formação do menino de engenho. Essa atenção à temática da crise, especialmente em sua relação com a religião católica, singulariza minha tese. Embora Durval Muniz, em *Invenção do Nordeste e outras artes*, caracterize a região como um espaço de atraso e tradição – na perspectiva dos autores regionalistas da época e de ideólogos do conservadorismo brasileiro como Plínio Salgado –, ela era, antes, um espaço de

catolicismo e tradição. Essa distinção sutil, porém, crucial, anuncia um argumento potente: o Nordeste não era apenas um reduto do arcaico, mas um guardião de uma herança religiosa e cultural que se desejava preservar e reativar. Esse fenômeno, calcado no catolicismo dos anos 1920 e 1930, encontra eco no próprio integralismo.

Essa percepção de um Nordeste católico, embora nem sempre afirmada de modo explícito em análises recentes, é um fato inegável quando se observa a produção literária da época. Muitos autores regionalistas daquele período, como o próprio Ariano Suassuna (em sua obra posterior), e tantos outros, carregam um imaginário profundamente católico em suas narrativas. Personalidades influentes no campo cultural e editorial, como Jorge de Lima (ele próprio um católico fervoroso) e o visionário José Olympio, além de donos de jornais e intelectuais, comungavam dessa herança. Era uma herança não apenas bem-vinda, mas estratégica para muitos naqueles dias de profunda instabilidade social e política. O conservadorismo dos anos 1930, era, afinal, profundamente católico.

Se a herança lusitana havia sido, em parte, rejeitada no fim da Monarquia e no início da República, o que restava de um dispositivo de nacionalidade capaz de se opor às mudanças e instabilidades daqueles dias – como a urbanização acelerada, a industrialização incipiente e a proliferação de novas ideologias – era a devoção católica. Fosse ela popular e sincretista/híbrida ou ortodoxa e institucional, a fé católica se apresentava como o símbolo de aglutinação e integração nacional, a força capaz de manter a ordem em um Brasil em vertiginosa transformação. A crise da religião, portanto, na obra de Lins do Rego, não era apenas um lamento por um passado perdido, mas um alerta conservador sobre os perigos da modernidade para a própria coesão da nação.

A entrada do autor no prestigiado catálogo da Editora José Olympio e a consequente reedição de suas obras inaugurais revelaram-se não apenas um marco comercial, mas um catalisador para a expansão e aprofundamento de sua temática, que culminou na formalização posterior do próprio ciclo. A virada para a decadência e a crise não foi apenas uma escolha artística isolada, mas um reflexo da complexa interação entre o talento do escritor, as demandas de um mercado editorial em ascensão e as inquietações de um país em transformação.

A crise da religião, o esvaziamento das tradições e a despersonalização das relações humanas, tão palpáveis na obra de Lins do Rego, não foram apenas fenômenos internos à ficção, mas sintomas de um dismantelamento social mais amplo, em que a modernidade impunha seus novos padrões ao mesmo tempo em que se constituem parte de uma retórica conservadora. A figura da usina, em particular, emergiu na narrativa romanesca como um símbolo derradeiro desse embate: um espaço onde a lógica implacável do progresso devora as velhas formas de vida, profana o sagrado e deixa um rastro de desencanto e desumanização.

Ao retratar a agonia de um mundo que se recusa a morrer, mas que já não encontra refúgio em suas antigas tradições, José Lins do Rego ofereceu um panorama de profunda melancolia. Sua obra, nesse sentido, tornou-se um vetor poderoso para a legitimação de um conservadorismo que, diante da instabilidade da modernidade, idealizava a ordem perdida e via no catolicismo tradicional – especialmente o associado ao Nordeste – um pilar essencial para a coesão nacional. O lamento por um passado em desintegração, tão visceralmente expresso nas páginas dos romances do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, contribui para a legitimação de uma visão conservadora de nação.

(Capítulo 4)

A Demanda pela Saudade como Estratégia: Recepção, Consagração e as Disputas pelo Passado Nacional

A aclamada fama de José Lins do Rego e a circulação de suas obras e as respectivas vendas de seus romances, podem ser facilmente associadas de forma intuitiva a um possível existe saudosismo nos anos 1930, essa ideia foi alvo de uma profunda análise. A ideia de uma demanda social generalizada por conteúdos nostálgicos que impulsionaria a vendagem de suas obras foi uma hipótese inicial desta tese, que, no entanto, foi confrontada por evidências²³ documentais. Durante a pesquisa na Fundação Casa de Rui Barbosa, os documentos mostraram um cenário oposto ao esperado: não existia uma demanda saudosista expressiva capaz de justificar, por si só, as vendas massivas dos romances de José Lins do Rego.

Essa constatação redirecionou o foco para a complexa rede de fatores que, de fato, impulsionou a consagração do autor e a circulação de sua obra. A entrada de José Lins do Rego na Editora José Olympio em 1934, por exemplo, configurou uma aposta arriscada para ambos os lados. Como indicava a carta que mencionava a *Gazeta de Alagoas*, o sucesso de vendas passaria necessariamente pela ativação de laços de amizade e por um conjunto de relações úteis à divulgação das obras. Mas seria a escrita e a divulgação, por si só, os únicos desafios do jovem literato? Os documentos analisados demonstram que o cenário era muito mais intrincado.

Para compreender a dimensão do sucesso e da subsequente institucionalização da obra de José Lins do Rego, é fundamental considerar sua relação direta ou indireta com Francisco Campos (1900-1968). Jurista, político e ideólogo influente, Campos foi uma das mentes mais proeminentes do regime Vargas, atuando como Ministro da Educação e Saúde Pública e, posteriormente, como

²³ É fundamental reconhecer que o conceito de evidência nas ciências humanas, diferentemente das ciências naturais, é frequentemente construído e interpretado dentro de contextos específicos, permeados por subjetividades e recortes teóricos. O que se apresenta como "evidência" pode ser, em si, um produto de determinadas lentes analíticas, exigindo um olhar crítico sobre sua formação, limites e o lugar que ocupa na construção do argumento. Assim, a "revelação" de um cenário por documentos não anula a necessidade de questionar como esses documentos foram produzidos, selecionados e interpretados, ou quais silêncios eles podem carregar. Este processo de escrutínio reforça a complexidade da pesquisa histórica e social, convidando a uma reflexão contínua sobre os alicerces de nossas conclusões.

Ministro da Justiça no Estado Novo. Conhecido por ser o principal redator da Constituição de 1937, a *Polaca*, e por sua defesa de um Estado forte e centralizado, ele concebia a cultura como uma ferramenta estratégica para o controle social e a construção da identidade nacional.

Foi sob esse viés que o regime Vargas se aproximou de escritores como José Lins do Rego, que, por sua vez, demonstrou relevante engajamento no cenário literário e cultural. O alinhamento de José Lins do Rego com o governo se deu não apenas pela convivência intelectual, mas também por sua participação ativa em diversas comissões que visavam organizar e modernizar o panorama cultural do Brasil, muitas delas sob a influência direta da pasta de Campos.

Com o apoio indireto de Campos, que reconhecia o valor de figuras literárias para a formação de uma identidade nacional, Lins do Rego ingressou em comissões de regulamentação do mercado literário, censura e promoção da literatura nacional. O vínculo entre eles se estabeleceu principalmente pelo alinhamento de ideias sobre a centralização da produção cultural e a valorização da literatura como instrumento de propaganda nacionalista e coesão social, compatível com os objetivos do regime. A atuação de Campos, portanto, não se limitava à burocracia governamental; ele era um formulador de políticas culturais que via na arte e na literatura meios eficazes para solidificar o projeto político do Estado Novo, e sua influência se estendia à legitimação e ao direcionamento de carreiras de intelectuais como José Lins do Rego.

Nos próximos tópicos, este capítulo detalhará como o envolvimento de José Lins do Rego com indivíduos e instituições-chave da era Vargas – e, em que medida, seu alinhamento com os interesses do presidente e das políticas culturais da época – foram cruciais para sua inserção e consolidação no campo da literatura institucionalizada no Brasil. Essa densa rede de relações e posições estratégicas não apenas reforçou seu prestígio, mas teve implicações diretas sobre a natureza e a recepção de sua produção literária, moldando sua trajetória em consonância com as diretrizes culturais do período.

Através da análise de fontes cruzadas, com destaque para as correspondências da Editora José Olympio, defendemos que a obra de Lins do Rego, embora retrate a realidade nordestina, é também um reflexo das complexas condições sociais e políticas que moldaram o Brasil durante o período Vargas. Sua

circulação massiva, portanto, não se deu por uma demanda pela saudade espontânea do público, mas por estratégias cuidadosamente articuladas entre a editora, o estado, e outras instituições.

A entrada de José Lins do Rego na Editora José Olympio em 1934 não foi um mero acaso, mas uma aposta estratégica de ambos os lados, revelando as incipientes e muitas vezes precárias condições do mercado editorial brasileiro da época. Longe de uma demanda orgânica que justificasse vendas massivas, a circulação dos romances dependia, em grande medida, da ativação de redes de contato e de um conjunto de relações úteis à divulgação das obras. A dinâmica desse processo é revelada em detalhes nas correspondências da época.

Em 20 de outubro de 1936, o próprio José Olympio, diretamente do Rio de Janeiro, escreveu ao então Governador da Paraíba, Argemiro de Figueiredo (1901-1976). A escolha do destinatário era estratégica: Argemiro, nascido em Campina Grande, não apenas compartilhava a mesma origem e o ano de nascimento de José Lins do Rego, mas também a formação acadêmica em Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito do Recife, concluída um ano após o escritor. Sua trajetória política foi ascendente e de grande relevância no cenário nordestino: Deputado Estadual da Paraíba (1930-1934) e, a partir de 1935, Governador do estado, atuando como Interventor durante o Estado Novo até 1940. Nesse período, Argemiro de Figueiredo estava alinhado aos interesses do governo federal de Getúlio Vargas, o que o tornava um braço importante da política varguista no Nordeste. Vale ressaltar que, em 1936, o próprio José Lins do Rego já ocupava um cargo no Serviço do Livro, evidenciando sua própria inserção na esfera pública ligada à cultura.

A carta, que se inicia com os protocolares "Excelentíssimo. Senhor governador do Estado da Paraíba. Saudações", logo revela a intenção pragmática do editor. Ela não é um mero pedido formal, mas a ativação de um laço pessoal e de uma rede de contatos em prol de um interesse comercial, evidenciando que a penetração no mercado editorial ia muito além dos canais de distribuição tradicionais. As conexões políticas e sociais forjadas em ambientes como a província e a universidade eram ativamente utilizadas para expandir o alcance da editora.

Excelentíssimo. Senhor governador do Estado da Paraíba.
Saudações. V. Excelência, que, com toda certeza, acompanha com

simpatia o trabalho de nossa casa editora em benefício das letras brasileiras, ignora, talvez, as dificuldades que encontramos na realização do desiderato de concorrer, sem desfalecimentos, para a difusão dos bons livros em nosso Brasil. É como brasileiro, que me interesse vivamente pela indústria do livro, e particularmente pelo livro brasileiro em todo o seu sentido cultural, que ousou propor a V. excia. a aquisição de vários trabalhos editados por nossa casa, esperando se digne V. excia. favorecer aos meus grandes esforços. Os livros que submeto à consideração de V. Excia. são escolhidos especialmente para poderem ser distribuídos entre as bibliotecas dos estabelecimentos culturais deste estado. Mandeí a V. Excelência. pelo correio de hoje um exemplar de cada livro oferecido, a fim de que vossa excelência possa examiná-los. Na expectativa de uma resposta favorável, aproveito o ensejo para reiterar a V. Excelência. os meus protestos de alta consideração²⁴.

A correspondência, portanto, não é um mero pedido formal, mas a ativação de um laço pessoal e de uma rede de contatos em prol de um interesse comercial, evidenciando que a penetração no mercado editorial ia muito além dos canais de distribuição tradicionais, valendo-se das conexões políticas e sociais forjadas em ambientes como a província e a universidade.

Nesse contexto, a consolidação do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* de José Lins do Rego não foi um processo orgânico, mas uma construção a posteriori impulsionada significativamente pela Editora José Olympio. Essa parceria estratégica foi muito além da mera publicação; ela envolveu uma complexa rede de esforços para posicionar a obra e o autor no centro do debate cultural e da identidade nacional.

A criação dessa série literária, na qual a editora agrupou os romances do autor, coincide com a ascensão do Estado Novo de Getúlio Vargas. Nesse período, o governo buscava construir um projeto de nação unificada a partir de uma identidade cultural coesa. A figura central dessa política era o ministro Gustavo Capanema, que esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública de 1934 a 1945. Nascido em 1900, Capanema foi um influente intelectual e político, conhecido por suas tendências autoritárias e pela sua visão centralizadora do Estado. Ele foi o arquiteto da política cultural de Vargas, que via na cultura um instrumento para consolidar o poder e moldar a consciência nacional.

²⁴ Carta de Olympio, J. (1936). Carta a Argemiro de Figueiredo. In: Lins do Rego, J. (Org.). Inventário da Editora José Olympio na subsérie editados, dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.375. Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

É importante notar que foi no governo Vargas que a ideia dos ciclos econômicos do Brasil como estrutura para a história nacional foi formalizada e disseminada. A ideia foi cunhada por intelectuais e historiadores da época, sendo promovida ativamente pelo Ministério da Educação. A intenção era substituir a visão fragmentada da história do país por uma narrativa linear e progressista, ligando o passado colonial ao presente industrial. Documentos oficiais da época, como editais de concursos e manuais didáticos, evidenciam a intencionalidade de se criar um discurso sobre os ciclos para unificar a memória e a história do país.

É nesse cenário que a Editora José Olympio, localizada no Rio de Janeiro e em sintonia com os interesses do governo, agiu para canonizar a obra de José Lins do Rego como a principal representação do ciclo do açúcar. A intencionalidade por trás dessa estratégia, expressa nas correspondências analisadas, sugere que a série de obras foi uma resposta indireta, mas eficaz, aos interesses da bancada agrária nordestina em decadência. Ao resgatar a grandeza do engenho e de seu passado, a literatura de José Lins do Rego não apenas garantiu seu sucesso comercial, mas também serviu como uma defesa simbólica de uma classe social que perdia seu poder econômico, mas que ainda buscava afirmar sua importância cultural na nova ordem nacional.

Essa estratégia editorial, alinhada aos interesses do Estado Novo, era justificada por uma retórica que ultrapassava o mero lucro comercial. Como revela uma carta de José Olympio, ele confessa abertamente as dificuldades inerentes à difusão — ou seja, à venda — dos "Bons Livros", um trabalho que ele qualifica como um verdadeiro benefício às letras brasileiras e que, paradoxalmente, nem sempre era valorizado pelo mercado. Essa concepção de "bom livro" vai muito além de meros critérios estéticos ou estruturais. Ela carrega um profundo sentido moral e ideológico, remetendo à antiga prática da Igreja Católica de listar livros proibidos e, mais amplamente, a uma hierarquização de importância que distinguia o que era considerado culturalmente superior.

A ênfase no sentido cultural do livro brasileiro, articulada por Olympio, demonstra sua preocupação precípua em posicionar sua produção não apenas como mercadoria, mas como um elemento essencial à identidade nacional. Ao afirmar "É como brasileiro, que me interessa vivamente pela indústria do livro", Olympio adota

uma postura de engajamento, de crítica à falta de valorização do livro nacional e de defesa de uma cultura que, a seu ver, era necessária à formação de uma nação superior.

Essa retórica como o editor ratificava de maneira implícita esse projeto de poder e nacionalismo: a literatura tornava-se um veículo para a construção e reafirmação de um modelo de nação. Nesse arcabouço, a ideia de um livro bom ou mau não se limitava à sua qualidade literária, mas se vinculava diretamente à sua capacidade de moldar a identidade nacional, promover valores específicos e contribuir para a alta cultura, buscando, para essa finalidade, o apoio e a chancela do Estado.

A resposta à iniciativa de José Olympio não demorou. Uma missiva oriunda de João Pessoa, datada de 15 de novembro de 1936, chegou pouco mais de duas semanas após o envio da carta do editor. O secretário de Gabinete, Severino Guimarães, respondeu em nome do Governador, com um parecer notavelmente favorável, que corroborava a visão de Olympio:

Palácio da Redenção, Estado da Paraíba, Excelentíssimo Sr. José Olímpio, saudações. Em nome do Dr. Governador do Estado acuso a recepção dos diversos volumes editados pela vossa casa e que tivestes a lembrança de enviar-lhe. Muito agradeço o gesto de alta distinção de vossa parte e formulo os melhores votos pelo progresso sempre crescente da vossa Livraria, cujas obras editadas muito enaltecem o pensamento brasileiro. Sem outro assunto para o momento apresento-vos os meus protestos de alta estima. Documento escrito dia 06/11/1936. Severino Guimarães - Oficial de Gabinete²⁵.

Essa carta de retorno não apenas confirma a recepção dos volumes – provavelmente enviados como brindes ou amostras para fins de proselitismo cultural –, mas também ressalta, com tons laudatórios, a contribuição do editor ao mercado dos livros, qualificando-o como aquele que enaltece o que é brasileiro, o que é cultural, isto é, ligado à essência da nação. Este intercâmbio epistolar revela de forma inequívoca como o apoio institucional, camuflado sob a retórica grandiloquente do benefício às letras e à cultura nacional, era uma estratégia vital para a editora. Tal

²⁵ Carta de Guimarães, S. (1936). Carta a Olympio, J. In: Lins do Rêgo, J. (Org.). Inventário da Editora José Olympio na subsérie editados, dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.375. Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

apoio permitia enfrentar as dificuldades de um mercado ainda incipiente e, mais importante, garantir a circulação e a legitimação de seus títulos junto às esferas de poder. A simpatia e a alta distinção mencionadas são reflexos diretos das relações pessoais e políticas que permeavam o campo literário e editorial da época, evidenciando que a consagração de uma obra ou de um autor muitas vezes dependia de uma complexa teia de favores e influências, e não apenas de uma demanda espontânea do público.

Se o tom das comunicações de José Olympio com o governador da Paraíba foi marcado pela sutileza e pela retórica grandiloquente do benefício às letras e à cultura nacional, sua correspondência com os escritores da casa, e em particular com José Lins do Rego, revelava uma urgência e uma pressão muito mais diretas e pragmáticas. A lógica era simples: a alta cultura precisava se traduzir em vendas.

Conforme Vanessa Gandra Dutra, a historiografia das escritas epistolares oferece uma perspectiva crucial para compreender essas dinâmicas sociais e culturais, particularmente na difusão de ideias e na construção de redes de influência (MARTINS, 2011). Gênero textual de longa data, a carta foi, e ainda é, um instrumento vital de comunicação, capaz de moldar pensamentos e comportamentos – um papel que remonta, inclusive, às epístolas de São Paulo, essenciais para a propagação do cristianismo primitivo. Ao analisar a correspondência de José Olympio, percebemos como a carta funciona não apenas como um registro documental, mas como um palco de negociações e pressões, desvelando as complexidades das relações.

Em novembro de 1936, no mesmo mês da resposta favorável do governo da Paraíba, o editor escreveu diretamente para Alagoas, onde se encontrava José Lins, expressando sua crescente preocupação com o andamento das vendas no Nordeste. A carta é um documento que desvela a complexidade da relação entre autor e editor, mostrando que o papel de José Lins do Rego não se resumia a escrever seus romances. Pelo contrário, a forma e o conteúdo dessas cartas revelam um José Lins do Rego ativamente envolvido nas estratégias de mercado, cujas expectativas de venda eram geridas de perto pelo seu editor.

Zé Lins. Recebi sua segunda carta aérea. Agradeço a você ter conseguido vender 50 por cento dos livros oferecidos a Alagoas. mas veja se consegue que o O. loureiro compre logo os dez contos. que diabo, essa gente tem dinheiro para tudo, menos para ajudar quem

faz livros como eu os faço. Espero que v. consiga ai na Paraíba a venda total. peço-lhe encarecidamente que se esforce para isso. preciso fazer os negócios com os estados e já tenho conseguido alguma coisa. e você sabe que preciso realmente de vender esses livros bons, ótimos para figurarem nas bibliotecas dos estabelecimentos culturais como ginásios, escolas normais, etc. Faça força, seu Zé, e ajude o seu xará que lhe quer bem. lamento o negócio do seu dinheiro. mas você ainda ganhará muito mais do que perdeu, agora que começa a escrever para crianças. A propósito. 2ª feira conto lançar Tia Totônia, que ainda não vi, mas que adivinho ter ficado maravilhosamente editado. você prepare ambiente aí com todos os seus amigos e com os livreiros. cuide disso aí pelo Norte todo. isso é sério, Zé Lins. abraços do José Olympio²⁶.

Essa correspondência é um documento riquíssimo que desvela a complexidade da relação entre autor e editor, expondo as entranhas do mercado editorial da época e a verdadeira natureza de certos empreendimentos culturais. José Olympio faz uso de um vocabulário permeado por imperativos e apelos emocionados e, por vezes, até exasperados: "Faça força", "Ajude o seu xará que lhe quer bem", "Se esforce para isso", "Veja se consegue", "Prepare o ambiente", "Cuide disso aí", culminando na advertência incisiva: "Isso é sério". Esse tom de desespero revela a realidade financeira da editora, que, após investimentos significativos em pagamentos antecipados e tiragens expressivas de livros – os quais, como vimos, eram posicionados como de "sentido cultural" e essenciais à identidade nacional –, dependia urgentemente do retorno financeiro. A demanda pelos livros que eu como pesquisador adotei no início da minha empreitada como hipótese explicativa, portanto, não era apenas orgânica, mas construída ativamente com a colaboração forçada dos próprios autores, ou pelo menos, como posteriormente cheguei a concluir, a pressão parecia incidir apenas em alguns.

A descrição que o editor faz dos Bons Livros – "ótimos para figurarem nas bibliotecas dos estabelecimentos culturais como ginásios, escolas normais, etc." – reforça a estratégia de venda institucional, um pilar para a sustentabilidade da editora e para o posicionamento de sua produção como promotora da alta cultura e, conseqüentemente, da brasilidade em suas variadas formas. Essa prática evidencia uma dimensão do fazer literário que, por vezes, é obscurecida: a de que a literatura,

²⁶ Carta de Olympio, J. (1936). Carta a Lins do Rêgo, José. In: Lins do Rêgo, J. (Org.). Inventário da Editora José Olympio na subsérie editados, dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.375. Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

para além de sua função artística, opera também como um negócio. Como aponta Terry Eagleton:

A literatura pode ser um artefato, um produto da consciência social, uma visão de mundo; mas ela é também uma indústria, os livros não são apenas estruturas de significado – são também mercadorias produzidas pelas editoras e vendidas no mercado com lucro [...] é também um negócio capitalista que emprega certos homens (autores, diretores, atores, ajudantes de palco) para produzir uma mercadoria que será consumida por um público para obter lucro (EAGLETON, 2011, P.107-108).

Mais importante ainda, a carta deixa claro que o romancista José Lins havia se tornado, na prática, um funcionário em campo da Editora José Olympio, responsável pela divulgação e venda dos materiais como um todo, e não apenas de suas próprias obras. Essa era uma via de mão dupla que demonstrava a interdependência entre Zé Lins e a editora no complexo ecossistema literário da época. Se José Olympio possibilitara a materialização dos romances de José Lins do Rego, tirando-os de um circuito mais restrito para o alcance nacional, agora era a vez do escritor garantir a venda dos bons livros, amenizando os prejuízos da editora, especialmente em um cenário onde a classe política do Norte, como o próprio Olympio lamenta ("essa gente tem dinheiro para tudo, menos para ajudar quem faz livros como eu os faço"), nem sempre priorizava a aquisição desses títulos. A pressão recaía diretamente sobre José Lins do Rego, transformando o artista em um agente comercial ativo na construção de sua própria consagração e na busca por patrocinadores que fizessem circular sua obra, a qual carregava consigo a narrativa de um passado que a editora e o campo conservador buscavam legitimar e que contribuía com os anseios nacionais de definição da essência do país e da brasilidade.

O tom de urgência e apelo de José Olympio, já perceptível na correspondência anterior, evolui para uma euforia misturada a uma franqueza brutal na carta subsequente. No dia 14 de novembro de 1936, apenas um dia após a missiva anterior, o editor escrevia uma segunda carta a José Lins do Rego, esta ainda mais expansiva sobre a divulgação do material da editora:

Zé Lins. Escrevi ontem à você lá para Alagoas ao cuidado do Gilberto Nogueira. Escrevi pedindo-lhe que fizesse força, muita força, muita, mesmo, a fim de conseguir os negócios com os governos de Alagoas

e Paraíba. Você escreveu que conseguiu 50 por cento deste, mas veja se faz com que eles “repiquem a parada”. Isso é termo de poker, dona Naná deve saber. Preciso realmente de fazer esses negócios com os governos. Você sabe, seu Zé, o dinheirão que custa um livro e eu preciso desfazer-me desse stock de Filosofia da Arte, etc. etc., etc. São livros bons, excelentes, ninguém pode negar, mas o público não quer saber deles. Quer mesmo é troço policial, baboseiras. Paciência. Mas temos que enveredar também por esse caminho. Não deixarei de fazer os bons livros. a propósito, v. deve ter sabido em Alagoas que o livro da Rachel veio para você. Pois bem, diga a ela que já está na máquina. Meio fracote o livro, mas não faz mal. O que você arranhou para nós fazermos o negócio com Pernambuco? Que diabo, você com tamanhos amigos aí não pode ver isso? Faça fazer valer o seu grande prestígio! Fora de caçoada, veja se pode arrumar isso também. Agora vamos tratar da Velha Totônia. Espero o livro na segunda-feira, dia 16. Juro que ainda não o vi, mas sei que ficou lindo! Como vou fazer remessas bastante aumentadas aos livreiros, pois do contrário perdem o Natal, - até que o livro fosse e viesse novos pedidos - você procura todos os daí e recomende o livro. Peça vitrines especiais, escreva para Paraíba, para Alagoas, para o Erico Verissimo, pros seus amigos da Bahia, enfim sonde bem você mesmo, gaste uns cinquenta mil réis de cartas aéreas, mas escreva. Escreva mesmo. Tenho fé no livro. Muita fé. Mas precisamos lançá-lo. E livro bem lançado é outra coisa. Você ainda se tornará, como o Lobato, criatura querida dos meninos do Brasil. Abraços do José²⁷.

Essa segunda carta de José Olympio é um documento ainda mais incisivo, desvelando a pragmática da editora e o papel multifacetado de alguns autores no espaço de experiência de um mercado editorial em formação. Antes de entrar nas diretrizes comerciais, o editor inicia a missiva com uma comparação significativa: José Lins do Rego, em seu sucesso futuro, seria como Monteiro Lobato, "Criatura querida dos meninos do Brasil". Essa menção não é aleatória; Monteiro Lobato (1882-1948), figura central na literatura brasileira, é amplamente reconhecido como o precursor da literatura infantil no país, responsável por obras icônicas como as do Sítio do Picapau Amarelo, que o consagraram como um autor de vasto alcance popular e comercial. Sua capacidade de transformar a leitura em um hábito generalizado e de construir um império editorial próprio o elevou a um patamar de sucesso e reconhecimento que José Olympio, ao citá-lo, visivelmente desejava para seus próprios autores, ou pelo menos tentava inspirá-los através desse modelo.

²⁷ Carta de Olympio, J. (1936). Carta a Lins do Rêgo, José. In: Lins do Rêgo, J. (Org.). Inventário da Editora José Olympio na subsérie editados, dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.375. Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

Essa referência a Lobato, portanto, serve como um claro intento motivacional e um indicativo do horizonte de expectativa que o editor projetava para José Lins do Rego: não apenas a consagração crítica, mas também o triunfo de vendas e a popularidade. Na sequência, o editor não hesita em usar uma linguagem que mistura familiaridade ("Zé Lins", "seu xará") com uma clareza comercial quase agressiva ("faça força, muita força, muita, mesmo"; "veja se faz com que eles repiquem a parada", em alusão ao pôquer), tudo para garantir a venda de livros a governos estaduais. Essa persistência em vender para instituições públicas – ginásios, escolas normais, bibliotecas – confirma que essa não era uma via secundária, mas um pilar estratégico para a Editora José Olympio, fundamental para "desfazer-se desse stock" e, conseqüentemente, para a própria sustentabilidade do negócio.

A franqueza de Olympio ao admitir que "o público não quer saber" dos "livros bons, excelentes" como "Filosofia da Arte, etc.", preferindo "troço policial, baboseiras", é notável. Ela expõe uma tensão fundamental no mercado editorial da época: o conflito entre o ideal de alta cultura que o editor almejava promover (e que justificava seu pedido de apoio estatal) e a realidade do gosto popular. Essa dicotomia revela que a qualidade literária, por si só, não era garantia de sucesso comercial. Pelo contrário, o sucesso em alguns casos, como o analisado nessas correspondências, dependia de um complexo arranjo que incluía a pressão sobre o autor-vendedor, no caso José Lins, e a promoção institucional de livros tidos como bons, mesmo que contrariassem as preferências do público em geral. A menção a "enveredar também por esse caminho" (o das "baboseiras") sugere uma flexibilidade comercial que José Olympio estava disposto a considerar para equilibrar suas contas, embora reafirmasse seu compromisso com os bons livros.

Mais do que um mero escritor, a carta de José Olympio ressalta o papel de José Lins do Rego como um verdadeiro embaixador comercial da editora. Ele não só precisava atuar como vendedor junto aos governos do Nordeste, mas também como promotor incansável dos lançamentos. A correspondência detalha sua missão de "preparar ambiente" para a chegada de novas obras, solicitando "vitrines especiais", "escrever" para diversos contatos e gastar "cinquenta mil réis de cartas aéreas" – tudo para assegurar que um "livro bem lançado é outra coisa".

Nesse contexto de estratégias de mercado, a carta faz menção a dois lançamentos iminentes que ilustram a frieza do cálculo editorial e a visão de futuro de Olympio. Primeiro, um novo trabalho de Rachel de Queiroz estava pronto, provavelmente *Caminho de Pedras* (1937) ou *As Três Marias* (1939), embora a identificação exata não seja feita na correspondência. A avaliação inicial de José Olympio sobre essa obra – "Meio fracote o livro, mas não faz mal" – revela um pragmatismo que prioriza o potencial de vendas sobre o valor literário percebido. Segundo a carta também menciona a obra que José Lins do Rego estava concluindo, chamada provisoriamente de *Velha Totônia*, que viria a ser publicada como *Histórias da Velha Totônia* (1936). Este livro reúne contos e memórias de infância, com forte apelo ao universo rural e personagens marcantes de sua terra natal, e seria sua primeira incursão dedicada ao público infantojuvenil. Sobre ela, Olympio demonstrava entusiasmo, afirmando "nem vi, mas sei que está lindo", indicando uma aposta no reconhecimento do autor.

A correspondência atinge seu ápice na projeção final de Olympio: "Você ainda se tornará, como o Lobato, criatura querida dos meninos do Brasil". Essa menção é um gancho revelador. José Olympio não apenas buscava a visibilidade imediata dos lançamentos, mas tinha a clara intenção de construir uma imagem pública duradoura para José Lins do Rego. Associá-lo a Monteiro Lobato, já consagrado como um fenômeno de vendas e popularidade entre as crianças, demonstra o desejo de transcender o círculo literário restrito, atingindo um público mais amplo e garantindo a perpetuidade do autor para as futuras gerações. A junção de um cálculo frio sobre as vendas com a visão de longo prazo para a imagem do autor sublinha a complexidade da pragmática editorial de José Olympio.

Esse conjunto de correspondências não só lança luz sobre as artimanhas do mercado e a intensa pressão sobre os autores, mas também sobre como a consagração de um escritor e a percepção de uma demanda por sua obra eram, em grande parte, o resultado de um esforço estratégico e coordenado. A saudade e o passado idealizados, que seriam associados à obra de Lins do Rego especialmente por autores como Gilberto Freyre, não emergiram por geração espontânea do público do período de produção, mas foram cuidadosamente fomentados e disseminados

através de uma rede de contatos, vendas institucionais e um incansável trabalho de promoção, no qual o próprio autor se viu engajado.

A carta não apenas revela a face pragmática do mercado editorial da época, mas também nos oferece um vislumbre da juventude e do dinamismo dos principais atores desse cenário. Naquele ano, José Lins do Rego tinha 35 anos de idade. O editor José Olympio tinha 33 anos, prestes a completar 34. Era um período em que a indústria editorial brasileira, ainda em formação, começava a solidificar seus pilares com a visão e o empreendedorismo de figuras relativamente jovens, mas já com uma percepção aguçada das engrenagens da cultura e do capital.

A menção a Érico Veríssimo, por sua vez, é particularmente significativa. Naquele momento, em novembro de 1936, Érico tinha 30 anos, sendo o mais jovem dos três. Ele já era uma figura ascendente no panorama literário brasileiro, conhecido por sua obra que se distanciava do regionalismo mais denso, como o de Lins do Rego, para explorar a psicologia urbana e dilemas existenciais. Embora ainda não tivesse publicado seus maiores sucessos, como *Olhai os Lírios do Campo* (1938), Érico já havia lançado obras importantes como *Clarissa* (1933) e *Caminhos Cruzados* (1935). Este último, inclusive, é notável por sua crítica social e por ter sido o primeiro romance brasileiro a ser traduzido em relação à Política da Boa Vizinhança, o que demonstrava o alcance e o potencial de sua escrita.

A força da presença de Érico Veríssimo na carta reside na sua capacidade de representar uma vertente literária diferente, porém igualmente promissora para o editor. Ao mencionar "o livro da Rachel" (Rachel de Queiroz) e o pedido para José Lins "escrever para o Erico Verissimo", José Olympio evidencia a construção de uma rede de autores e promotores da sua editora. Érico, já com uma base de leitores e um perfil de autor com apelo em diferentes nichos (inclusive infantil, como viria a explorar com *A Gata Borralheira*, por exemplo), era um nome estratégico para ser acionado na preparação de ambiente e na recomendação de livros. Ele não era apenas um escritor, mas um intelectual de influência, capaz de mobilizar círculos literários e ampliar o alcance das publicações da José Olympio. Sua inclusão nessa rede de contatos sublinha a amplitude da estratégia do editor: não se tratava apenas de vender um tipo específico de livro, mas de construir um catálogo diversificado e uma base de autores que pudessem se apoiar mutuamente na complexa teia de

divulgação e consagração literária. A presença de Érico na correspondência reforça a ideia de que o sucesso editorial não era fruto apenas de uma demanda espontânea do público, mas de um meticuloso trabalho de construção de prestígio e rede de influência, no qual as figuras mais promissoras do cenário literário eram ativamente engajadas.

O documento também reforça a dimensão da influência que José Lins deveria exercer nos vários estados do Nordeste, com menções a Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Bahia. O uso do verbo "repiquem a parada", importado do poker, sugeria que a próxima venda deveria ser ainda mais rentável e expressiva, buscando otimizar o resultado. As articulações com os governos estaduais eram, portanto, fundamentais para a venda dos Bons Livros, e o editor admitia que o público simplesmente "não quer saber deles", preferindo "troço policial, baboseiras". Isso sublinha e comprova a ausência de uma demanda saudosista espontânea e a necessidade de estratégias ativas de venda.

O imperativo "Faça valer seu prestígio!" é central. Aqui, José Olympio não evocava apenas a fama de José Lins do Rego como romancista, mas, sobretudo, a sua capacidade de mobilizar recursos e influências em seu círculo de contatos. A condição do romancista havia se tornado uma moeda de influência, um capital social que a editora pretendia explorar ao máximo para viabilizar as vendas. José Olympio, um visionário, compreendia que o sucesso editorial e literário não era algo natural ou espontâneo; a venda dos Bons Livros era, sobretudo, uma questão de esforço e estratégia, um bom lançamento que dependia da atuação do autor. Para manter José Lins motivado, o editor não hesitava em afagá-lo e animá-lo, alimentando suas esperanças de sucesso, comparando-o com Monteiro Lobato.

Todo esse esforço e pressão de José Olympio sobre José Lins, conforme os registros, acabaram resultando em vendas expressivas e na ampliação da penetração dos bons livros na cultura letrada brasileira. O prestígio de José Lins do Rego, de fato, se fez valer, não apenas no campo das letras, mas como agente comercial ativo. A Editora José Olympio, aos poucos, foi conquistando o público brasileiro – e, crucialmente, as instituições – não apenas pela suposta qualidade literária intrínseca das obras, mas por meio de uma estratégia articulada e multifacetada. Essa estratégia envolveu o escritor (José Lins) no caso do Nordeste, como um elo vital nesse

processo de inserção, legitimação e distribuição no mercado, desmistificando a ideia de uma demanda orgânica pela literatura e pelo passado que ela representava.

O prestígio crescente de José Lins do Rego e as estratégias de vendas da Editora José Olympio, embora eficazes, não operavam em um vácuo puramente comercial. Para compreender a verdadeira dimensão de sua consagração e a forma como a saudade foi cooptada, é fundamental analisar sua inserção no aparato político-cultural do governo Vargas, especialmente através de sua relação com figuras proeminentes como Francisco Campos, o influente Ministro da Educação e Saúde Pública. O período do Estado Novo (1937-1945) foi marcado por uma centralização política sem precedentes e por um esforço consciente para moldar a sociedade e a identidade nacional por meio da cultura. Como aponta Boris Fausto, a partir de 1930, houve uma guinada significativa na política educacional e cultural:

As medidas tendentes a criar um sistema educativo e promover a educação tomaram outro sentido, partindo principalmente do centro para a periferia. Em resumo, a educação entrou no compasso da visão geral centralizadora. Um marco inicial desse propósito foi a criação do Ministério da Educação e Saúde, em novembro de 1930 (FAUSTO, 2019, p. 288).

Foi sob esse viés pragmático e ideológico que o regime Vargas se aproximou de figuras literárias proeminentes. Campos, um intelectual de peso e estrategista político, era um ardente defensor da cultura como uma ferramenta poderosa de controle social e de construção de uma identidade nacional unificada e conservadora. Sua ascensão e influência, cruciais para compreender a máquina cultural do Estado Novo, são bem documentadas por Fausto:

A política educacional ficou essencialmente nas mãos de jovens políticos mineiros, cuja carreira se iniciara na velha oligarquia de seu Estado, e tomou outros rumos a partir de 1930. É o caso de Francisco Campos, ministro da Educação entre novembro de 1930 e setembro de 1932, e de Gustavo Capanema, que o substituiu, com uma longa permanência no ministério, de 1934 a 1945. Francisco Campos iria se tornar célebre por ser o principal redator de uma legislação autoritária. Como ministro da Justiça, redigiu a carta de 1937 que instaurou o Estado Novo (FAUSTO, 2019, p. 288).

José Lins do Rego, por sua vez, demonstrou uma notável capacidade de engajamento no cenário cultural do Brasil, aproximando-se das diretrizes do regime.

Sua atuação se deu através de uma complexa teia de alinhamentos e atitudes que revelam um compromisso para além da simples convivência intelectual. Ele funcionou, em certa medida, como um diplomata cultural, evidenciando um papel que, embora por vezes próximo aos interesses estatais, também abrigava uma veia crítica. Um exemplo contundente dessa complexidade ocorreu em 1944, próximo ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando José Lins do Rego proferiu uma palestra em uma missão brasileira em Montevideu, Uruguai. Nesse momento de inflexão histórica, o escritor não hesitou em lamentar a falta de liberdade de expressão e a notória ausência de coragem entre os intelectuais brasileiros. Em suas palavras, os intelectuais no Brasil estavam calados e com medo, temerosos da palavra que é o maior instrumento do intelectual. Ele argumentava que esse medo e a falta de coragem os haviam transformado em meros espectadores, adutores da glória e refugiados em uma torre de marfim, resultando em uma literatura que se tornara acomodação, perdendo sua dignidade e, paradoxalmente, alimentando o fascismo. Lins do Rego chegou a classificar o nacionalismo como um delírio de grandeza que culminou numa pátria presídio, e fez uma convocação sagrada para lutar contra essa realidade. De forma ainda mais incisiva, afirmou que os artistas se tornaram monstros que em nome de Deus, da pátria e da família gritavam.

Essa fala de José Lins, registrada em *Conferências do Prata* (1946) e analisada por Maria Margarida Cintra Nepomuceno em sua tese *A Missão Cultural Brasileira no Uruguai* (2015), lança luz sobre a ambiguidade da posição de Lins do Rego. Se, por um lado, ele se inseria nas redes que o aproximavam do Estado Novo, por outro, demonstrava uma consciência crítica e a capacidade de usar seu prestígio para proferir duras críticas ao silenciamento e à instrumentalização da cultura pelo poder. Isso revela que seu engajamento não era monolítico, mas permeado por tensões e posicionamentos complexos em um período de profundas contradições políticas.

Nesse cenário, é crucial considerar o próprio governo Vargas. Embora não se alinhasse explicitamente com uma única corrente ideológica, o regime mostrava clara inclinação por posições conservadoras, especialmente com o fechamento progressivo do sistema político. A vertente católica, em particular, ganhava proeminência como base ideológica, como elucida Fausto:

O governo Vargas não assumiu por inteiro e explicitamente as posições de uma das correntes apontadas, mas mostrou inclinação pela corrente católica, sobretudo na medida em que o sistema político se fechava. O maior inspirador de Capanema no Ministério da Educação, além de Francisco Campos, foi o então intelectual conservador católico Alceu de Amoroso Lima, conhecido como Tristão de Ataíde (FAUSTO, 2019, p. 290).

Com o apoio direto de Francisco Campos, que reconhecia o valor estratégico de escritores para a formação de uma consciência nacional alinhada aos interesses do Estado, Lins do Rego ingressou em espaços de poder que lidavam com a regulamentação do mercado literário, a censura e a promoção da literatura nacional. O vínculo entre eles se consolidou, principalmente, pelo alinhamento de ideias sobre a centralização da produção cultural e a valorização da literatura como um instrumento de propaganda nacionalista e coesão social, objetivos que eram perfeitamente compatíveis com a agenda do regime varguista.

No cenário autoritário do governo Vargas, a relação entre o Estado e os intelectuais, como José Lins do Rego, foi se tornando cada vez mais imbricada e instrumental. Longe de serem figuras isoladas em torres de marfim, os intelectuais, no período pós-Primeira Guerra e com a ascensão do nacionalismo, foram chamados a desempenhar um papel ativo na construção da identidade nacional e na formulação de um novo Brasil. A partir da década de 1920, com a derrocada do mito cientificista e o recrudescimento do nacionalismo, houve uma guinada nas preocupações intelectuais brasileiras. Como apontam Ferreira e Delgado (2020), o ideal cosmopolita cedeu lugar à busca das raízes e da brasilidade. Os intelectuais modernistas, e posteriormente outros alinhados à proposta nacionalista do regime, assumiram a missão de conhecer o Brasil e os brasileiros, utilizando a arte como ferramenta para essa descoberta e para apresentar alternativas para o desenvolvimento da nação:

Na década de 1920, quando se fazem sentir os efeitos críticos do pós-guerra, com a derrocada do mito cientificista, o ideal cosmopolita de desenvolvimento cede lugar ao credo nacionalista. A busca de nossas raízes, o ideal de brasilidade passam, então, a construir o foco das preocupações intelectuais. Agrupados no movimento modernista, os intelectuais se apresentam como indivíduos destinados a conhecer o Brasil e os brasileiros. E é através da arte que se pretende atingir a realidade brasileira, apresentando alternativas para o desenvolvimento da nação (FERREIRA; DELGADO, 2020, p. 140).

É nesse quadro que a figura do intelectual ganha uma nova conotação, distanciando-se do modelo pré-Estado Novo. Seja como fabricante de ilusões ou consciência da nacionalidade, o intelectual, como Ferreira e Delgado (2020) bem descrevem, era visto como um ser diferenciado, destinado a exercer uma função especial de acordo com a conjuntura histórica:

Seja isolado na sua torre de Marfim, criando “ilusões” necessárias ao bom andamento da ordem social (tempo de Machado de Assis), seja envolvido nas lutas nacionais (período do Estado Novo), o intelectual é caracterizado pelo estigma da diferença. Fabricante de ilusões ou consciência da nacionalidade, ele foge ao padrão do homem comum. Assim, o intelectual é sempre designado para o exercício de alguma função e/ou missão especial que varia de acordo com a conjuntura histórica (FERREIRA; DELGADO, 2020, p. 144-145).

José Lins do Rego, com sua obra que mergulhava nas raízes rurais do Nordeste – um espaço de catolicismo e tradição, como argumentamos no capítulo anterior –, encaixava-se perfeitamente nessa nova demanda por uma literatura que expressasse a identidade nacional e, implicitamente, os valores conservadores que o regime buscava fortalecer. O Estado, nesse período, buscava não apenas regulamentar o mercado editorial, mas, sobretudo, alinhar a produção cultural aos seus interesses ideológicos, fazendo com que o regional se tornasse uma via para o nacional. Essa convergência é precisamente o que D'Araújo aponta ao analisar o período:

É também na década de 30 que as literaturas regionais, principalmente “o romance do Nordeste”, se transformam em literatura nacional. O romance do Nordeste está relacionado ao movimento “modernista ocorrido em 1926 no Nordeste. Propugnando por uma revalorização do regional e da tradição, este movimento teve como figuras de maior importância Gilbert Freyre, José Américo de Almeida, José Lins do Rego, entre outros (D'ARAÚJO, 1999, p. 91).

A obra de José Lins do Rego, ao lado de outros expoentes do chamado modernismo nordestino, não era apenas um retrato da paisagem local; ela fornecia a matéria-prima narrativa para a construção desse imaginário de brasilidade que ressoava com a busca por raízes e identidade do período como tenho argumentado.

Assim, a produção literária do autor se alinhava, ainda que por diferentes vias, às expectativas de um Estado que via na cultura um poderoso instrumento de coesão e projeção nacional.

Nesse processo, os intelectuais não eram apenas pensadores, mas intermediários que traduziam a pretensa vontade popular para ser concretizada pelo Estado. Essa vinculação entre elites intelectuais e políticas era fundamental para a consolidação do regime, especialmente no campo da propaganda ideológica. Ferreira e Delgado (2020) explicitam essa dinâmica:

O que nos importa reter agora é a ideia do intelectual na condição de representante ou de intermediário capaz de captar e exprimir a vontade popular, que será realizada pelo Estado. Na base desta argumentação transparece a vinculação entre as elites intelectuais e políticas: as primeiras pensam; as segundas realizam. Este pensar vinculado à ação política implica construir os mecanismos de persuasão ideológica, necessários à consolidação do regime. Entramos, então, no terreno da propaganda política, no qual os intelectuais têm papel de importância fundamental (FERREIRA; DELGADO, 2020, p. 148-149).

A instrumentalização da cultura pelo Estado Novo se dava de diversas formas. Um exemplo claro foi o incentivo à produção literária alinhada aos seus objetivos, inclusive para públicos específicos. Como estratégia defensiva contra a subversão moral e a agitação popular, o regime chegou a patrocinar concursos literários com temas controlados:

Para dinamizar esse empreendimento cultural, o Ministério do Trabalho patrocina um concurso literário destinado à produção de romances e peças teatrais dirigidos ao público operário. Era uma estratégia defensiva contra o que o regime julgava ser uma literatura destinada à subversão moral e à agitação popular (FERREIRA; DELGADO, 2020, p. 160).

Essa lógica de controle e alinhamento da cultura com os desígnios estatais se aprofundou com a chegada do regime mais autoritário. Com a instalação do Estado Novo em 1937, com o surgimento da Comissão de Censura Literária, uma iniciativa explícita do governo Vargas para controlar e filtrar o conteúdo das produções culturais. Embora sua obra fosse conhecida pela crítica social e pela representação da realidade nordestina, Lins do Rego precisou adaptar sua produção às normas

estabelecidas pela censura, o que, de maneira sutil, mas perceptível, refletiu em sua escrita, considerando que até mesmo Gilberto Freyre era lido por Vargas, e o presidente tenha se tornado membro da Academia Brasileira de Letras em 1941, estando próximo dos intelectuais e da Editora José Olympio. A literatura, nesse período, era instrumentalizada como ferramenta de propaganda, colocando os escritores em uma delicada balança entre a liberdade criativa e as exigências governamentais. A abrangência do controle estatal é bem descrita por Fausto:

O regime de 1937 não se dirigiu apenas aos trabalhadores na construção de sua imagem. Tratou de formar uma ampla opinião pública a seu favor [...] Em 1934, foi criado no Ministério da Justiça o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, que funcionou até dezembro de 1939 [...] um verdadeiro ministério de propaganda (DIP) [...] exerceu funções extensas, incluindo cinema, rádio, teatro, imprensa, 'literatura social e política', proibiu a entrada no país de 'publicações nocivas aos interesses brasileiros' [...] dirigiu a transmissão diária do programa radiofônico 'Hora do Brasil', que iria atravessar os anos como instrumentos de propaganda e de divulgação das obras do governo (FAUSTO, 2019, p. 320-321).

Nos anos seguintes, a relação de José Lins do Rego com o governo estreitou-se ainda mais. Em 1939, a atuação do Instituto Nacional do Livro (INL), órgão fundamental no processo de centralização cultural do governo Vargas se relacionou com seus escritos através de menções de suas obras nos materiais didáticos. Ele teve uma colaboração notável com a revista Cultura Política, uma publicação crucial do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Lançada em 1941, a revista servia como principal veículo de difusão ideológica do Estado Novo, buscando moldar o pensamento e a cultura nacional. A participação de Lins do Rego, e de outros intelectuais da época em periódicos e materiais ligados ao estado na época, revela a complexa teia de relações entre os escritores e o regime autoritário: por um lado, significava um reconhecimento do valor literário e uma plataforma para suas ideias; por outro, inseria-os num sistema que visava controlar e instrumentalizar a produção cultural em prol dos ideais governamentais, muitas vezes exigindo adaptações ou alinhamentos sutis em seus discursos. Embora o conteúdo específico de suas contribuições precise ser investigado diretamente nos acervos da revista, sua presença em um periódico de tal envergadura demonstra a relevância de sua figura no cenário intelectual e político daquele período.

A instrumentalização da cultura e a adesão de intelectuais eram marcas de regimes autoritários, como o Estado Novo. Rodrigo Patto Sá Motta, em suas análises sobre a relação entre intelectuais e o poder, destaca que "regimes autoritários, como o brasileiro de 1937, buscaram ativamente cooptar intelectuais, oferecendo-lhes não apenas cargos, mas também um certo protagonismo na formulação de políticas que, em última instância, serviriam aos interesses do Estado" (MOTTA, 2014, p. 120). Essa estratégia visava não apenas a legitimação do regime, mas também a mobilização do capital simbólico desses nomes para a difusão de suas diretrizes.

A lógica da adesão, portanto, transcende a mera concordância ideológica. Conforme Patto Sá Motta, "a acomodação, mais do que a adesão explícita, muitas vezes implicava uma convivência pragmática com o regime, onde os intelectuais podiam buscar espaços de atuação e, ao mesmo tempo, ser cooptados para determinados propósitos estatais" (MOTTA, 2014, p. 155). Assim, a atuação de José Lins do Rego pode ser interpretada sob essa ótica: uma oportunidade de influenciar políticas culturais e, simultaneamente, um vetor para a difusão de uma narrativa cultural alinhada aos interesses do Estado.

A indústria cinematográfica, outra área de interesse do governo Vargas para a propaganda, também evidenciou um movimento de aproximação e reconhecimento em relação aos intelectuais da época. José Lins do Rego, por sua vez, demonstrou flexibilidade e compromisso com as iniciativas que visavam impulsionar a produção cinematográfica no Brasil, buscando o fortalecimento de uma cultura visual nacional. Esse engajamento ampliou seu campo de atuação cultural, sinalizando uma importante inserção nas diretrizes estatais. Fausto complementa essa análise ao afirmar sobre o Estado Novo:

Não adotou uma atitude de perseguições indiscriminadas. Seus dirigentes perceberam a importância de atrair setores letrados a seu serviço: católicos, integralistas, autoritários, esquerdistas disfarçados ocuparam cargos e aceitaram as vantagens que o regime oferecia. Eram homens com histórias diversas (FAUSTO, 2019, p. 322).

Finalmente, a inserção de Lins do Rego nas políticas culturais se aprofundou em 1941, momento em que sua atuação ganhou um caráter de representação externa, permitindo-lhe promover a literatura e o cinema brasileiros no cenário

internacional e reforçando sua imagem como um intelectual comprometido com o fortalecimento da identidade nacional.

Em síntese, a aproximação de José Lins do Rego com os círculos e as iniciativas governamentais da era Vargas foi essencial para sua inserção profunda no campo da literatura institucionalizada no Brasil. Isso teve implicações diretas sobre a natureza e a recepção de sua produção literária. A obra de Lins do Rego, portanto, deve ser vista não apenas como uma representação da realidade nordestina, mas também como uma reflexão das condições sociais e políticas que moldaram o Brasil durante o período Vargas. Sua escrita, que se alinha com as ideias de Francisco Campos sobre a cultura como instrumento de coesão social, é uma importante contribuição para a compreensão das tensões e contradições do Brasil nas décadas de 1930 e 1940. O *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, ao abordar a realidade dos trabalhadores rurais e a decadência dos engenhos de açúcar, reflete diretamente as tensões entre a modernização econômica e as desigualdades estruturais que persistiam, tudo isso inserido em uma intensa instrumentalização cultural pelo Estado. A complexidade das relações entre literatura, mercado editorial e as instituições do período pode ser apreendida em nuances significativas por meio da correspondência entre a Usina Catende S.A. e a Editora José Olympio, datada de setembro de 1940. Este documento é um exemplo revelador dos desafios e das negociações inerentes à distribuição de livros, evidenciando como os interesses comerciais e institucionais se entrelaçavam na difusão da obra de autores como José Lins do Rego, revelando a teia de favores e a construção da demanda. A carta em questão registra o seguinte:

Excelentíssimo senhor, José Olympio Pereira Filho. Amigo e Senhor, está em nosso poder a carta de 23 de Setembro último, capeando fatura no valor de Rs.5:000\$000 representando a remessa de 500 Histórias da Velha Totônia, por instrução do nosso amigo senhor José Lins do Rego. Sentimos informar a vossa senhoria que não podemos aceitar toda essa quantidade de livros. A verba destinada a manutenção das nossas escolas está esgotada. Entretanto, pela simpatia que dedicamos ao seu autor, resolvemos ficar com 200 exemplares e pedimos a vossa senhoria que nos responda se devolvemos os 300 restantes ou se entregamos aqui a alguém. Também nos permitimos reservar somente 100 livros da remessa gratuita dos 250 volumes que muito agradecemos. Ficam assim à disposição 150 volumes. Conferindo os livros citados, notamos a falta de 9 volumes Histórias da Velha Totônia, só encontramos 491 livros. A coleção gratuita veio certa. Sobre a duplicata para vencimento a 30 do corrente, pedimos autorização ao Banco do Brasil para fazer a

diferença respectiva, recebendo o restante, ou seja Rs.2:000\$000 , à vista. Na ausência de outro assunto, firmamo-nos com estima e particular consideração. Usina Catende S.A²⁸.

Este trecho não apenas ilustra o prestígio e a capacidade de mobilização de José Lins do Rego junto a instituições regionais como a Usina Catende, mas também explicita os limites materiais que condicionavam a circulação literária no Brasil da época. O relato demonstra claramente como as usinas, frequentemente idealizadas como mecenas ou apoiadoras desinteressadas da literatura regionalista, na verdade mediavam o alcance da obra em função de suas próprias prioridades econômicas e educacionais, e não de uma demanda intrínseca do público ou de um puro valor literário. A decisão da Usina Catende de adquirir apenas 200 exemplares dos 500 enviados (e de reservar apenas 100 dos 250 volumes gratuitos) reflete um delicado equilíbrio entre o compromisso institucional, o reconhecimento ao autor (por simpatia) e as restrições orçamentárias.

O destaque dado à verba destinada à manutenção das escolas, já esgotada, é um ponto crucial que revela a tensão constante entre a valorização simbólica da literatura e os recursos efetivamente disponíveis para sua difusão. Além disso, a minuciosa preocupação com a quantidade exata de exemplares recebidos ("notamos a falta de 9 volumes Histórias da Velha Totônia, só encontramos 491 livros") e a renegociação dos valores para pagamento ("pedimos autorização ao Banco do Brasil para fazer a diferença respectiva, recebendo o restante, ou seja Rs.2:000\$000, à vista") revelam o nível de detalhamento e as particularidades das transações entre editoras e grandes instituições. Esse tipo de correspondência desvela as engrenagens de um mercado onde a demanda pela saudade e pela brasilidade era ativamente negociada e construída, longe de ser um fenômeno espontâneo e puramente cultural, mas sim fruto de um intenso trabalho de articulação de interesses, estratégias comerciais e relações de favor.

Esse episódio evidencia, portanto, a notável capacidade de José Lins do Rego de mobilizar redes de apoio que transcendiam o espaço puramente literário, envolvendo tanto o mercado editorial quanto os setores produtivos e as esferas de

²⁸ Carta da SA CATENDE, U. (1937). Carta a Olympio, J. In: Lins do Rego, J. (Org.). Inventário da Editora José Olympio na subsérie editados, dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.375. Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

poder de sua região. A correspondência entre a Usina Catende e a Editora José Olympio, assim, transcende a simples troca comercial, oferecendo uma janela valiosa para compreender as dinâmicas culturais, sociais e econômicas que moldaram a recepção e a circulação de sua obra para além da sua qualidade intrínseca.

Por fim, esse caso prático demonstra, com clareza, que a circulação de livros em períodos históricos específicos é uma manifestação direta da articulação entre forças econômicas, sociais e culturais, mediadas por complexas redes de influência. Ele reafirma a centralidade da obra de José Lins do Rego não apenas como expressão literária, mas também como objeto de intensas negociações, estratégias editoriais e políticas, e de uma teia de influências que contribuíram decisivamente para sua consagração, afastando-a da ideia de uma demanda pela saudade espontânea e revelando-a como um produto de seu tempo e de seus arranjos.

Ao longo deste capítulo, desvelamos as complexas engrenagens que impulsionaram a recepção e a consagração do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* de José Lins do Rego, revelando que a chamada demanda pela saudade não emergiu como um fenômeno espontâneo do público. Pelo contrário, sua ascensão e a vasta circulação de sua obra foram o resultado de uma meticulosa articulação de interesses, estratégias comerciais e relações de poder. A análise das correspondências de José Olympio demonstrou que a venda de bons livros era um desafio constante, exigindo do editor uma postura pragmática e a transformação do próprio autor em um agente comercial ativo, mobilizado para negociar vendas institucionais e promover os títulos da casa.

Vimos também como a dinâmica editorial da época se entrelaçou intrinsecamente com o aparato político-cultural do Estado Novo. A relação de José Lins do Rego com figuras como Francisco Campos e sua inserção estratégica em iniciativas e círculos de influência que tratavam desde a regulamentação do mercado editorial até a promoção da literatura nacional, evidenciam a instrumentalização da cultura pelo regime varguista. Nesse contexto, o intelectual não era apenas um criador, mas um agente fundamental na construção de uma identidade nacional alinhada aos interesses conservadores do Estado. A obra de Lins do Rego, que mergulhava no passado rural e católico do Nordeste, encaixou-se perfeitamente

nessa agenda, sendo cooptada para legitimar uma visão de Brasil que idealizava a ordem perdida e as tradições.

O caso da Usina Catende, por sua vez, funcionou como uma microanálise contundente dessa lógica. Ele ilustrou de forma prática como a circulação dos livros estava condicionada a negociações financeiras, limites orçamentários e redes de simpatia e favor, muito mais do que a um anseio intrínseco do público leitor. A decisão da Usina de adquirir os livros baseou-se em compromissos com o autor e em prioridades institucionais, e não em uma demanda orgânica pela obra em si.

Em suma, a consagração de José Lins do Rego e a subsequente demanda pela saudade devem ser compreendidas como um fenômeno construído. Trata-se de um processo multifacetado em que o talento literário do autor foi potencializado e direcionado por estratégias editoriais e políticas. A saudade pelo Brasil patriarcal e agrário, tão presente no *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, não foi um sentimento espontâneo que encontrou voz na obra de Lins do Rego, mas sim uma narrativa ativamente fomentada, disseminada e legitimada por uma complexa rede que envolvia o mercado editorial, o Estado e as elites intelectuais da época. Assim, este capítulo demonstra que as disputas pelo passado nacional se materializavam no próprio campo literário, moldando a recepção e o legado de autores que, como José Lins do Rego, se tornaram pilares da nossa memória cultural.

(Capítulo 5)

Formação da Religião Nacional: Gilberto Freyre, suas Relações e o Catolicismo Cultural Brasileiro

O sociólogo Gilberto Freyre ocupa uma posição incontestável na historiografia brasileira. Neste capítulo, problematizo a dimensão simbólico-religiosa presente em duas de suas obras centrais: *Casa-Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936). Esses trabalhos se inserem diretamente no recorte temporal de minha tese sobre os romances de José Lins do Rego. Com atenção especial, analisarei a íntima conexão temática das obras com o mundo dos engenhos e a transição para o sobrado urbano (marcada pela chegada da modernidade), explorando como Freyre qualifica e engendra a chamada religião nacional, bem como equaciona sua interação com outras expressões religiosas.

Busquei, especificamente, discutir se a maneira como Freyre enxerga o catolicismo se coaduna ou se aproxima de uma religião desprovida de dogmas, moldada por uma lógica análoga ao que chamo de catolicismo cultural. Esse catolicismo se assemelha ao analisado no *Ciclo da Cana-de-Açúcar*? José Lins do Rego nos apresentou um catolicismo popular e patriarcal ligado ao engenho. Esta investigação é fundamental para compreender os pilares daquela que chamo de religião nacional, ligada ao saudosismo e situada em decadência assim como todo mundo agrário no *Ciclo da Cana-de-Açúcar* de José Lins do Rego a partir do romance *Banguê* no ano de 1934, um ano após a publicação de *Casa-Grande & Senzala*. Para enriquecer essa perspectiva, também explorarei a amizade²⁹ entre Gilberto Freyre e José Lins do Rego, o grupo regionalista e tradicionalista, bem como as suas relações com a Editora José Olympio e o Estado através da figura de Getúlio Vargas.

29 Para uma análise aprofundada sobre a intrincada relação entre José Lins do Rego e Gilberto Freyre, que transcende a mera conexão temática entre literatura e sociologia, e se revela uma amizade profunda, com um passado comum e admiração mútua nos anos 1920, ver: DANTAS, Cauby. *Diálogos do Senhor da Casa-Grande com o Menino de Engenho: interseção sociologia-literatura em Gilberto Freyre e José Lins do Rego*. 2005. 165f. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2005. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/1840>.

Nascido em 15 de março de 1900, Gilberto Freyre teve uma infância agrária em Pernambuco que o marcou profundamente. Aos seis anos, tentou fugir de casa para Olinda, cidade por ele muito amada e sobre a qual escreveria em 1939 o *2º guia prático, histórico e sentimental*. Sua infância, vivida em casa até pelo menos os oito anos, foi marcada pela expressão através de desenhos e pintura, e pela dificuldade inicial em aprender a escrever. Em 1909, perdeu sua avó materna. Foi uma espécie de *menino de engenho* nesse período, passando uma temporada no engenho São Severino do Ramo, de parentes seus, experiência que mais tarde seria retratada em sua obra *Pessoas, coisas & Animais*. Essa imersão no universo agrário, tão central para a formação de José Lins do Rego, estabelece um ponto de contato crucial entre os dois autores, cujas obras se debruçaram sobre as transformações desse mundo. Filho do Dr. Alfredo Freyre, educador, juiz e catedrático de economia na Faculdade do Recife, e de Dona Francisca de Mello Freyre, Gilberto teve uma formação familiar e educacional que mesclava o ambiente patriarcal nordestino com uma visão mais aberta ao mundo.

Aos 17 anos, como bolsista, Gilberto Freyre embarcou para os Estados Unidos para cursar graduação em artes liberais em Baylor e Columbia University, especializando-se em ciências políticas e sociais e concluindo em 1920. Um dos momentos mais decisivos de sua formação foi em Columbia, sob a orientação de Franz Boas. Boas, um alemão radicado nos EUA, geógrafo e matemático, foi um veemente opositor do conceito evolutivo/racial de cultura e linguagem, sendo considerado o pai do relativismo cultural e do método etnográfico, além de criador do curso de doutorado em antropologia nos EUA. Seus estudos sobre os esquimós e os nativos da costa noroeste (povo Kwakiut), focando nos efeitos de características geográficas e na cultura, influenciaram profundamente Freyre.

Foi a partir dessa orientação que Freyre elaborou sua dissertação de 1922, intitulada *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*, um século de profundas transformações no país. Ele mesmo destacaria a importância de Boas em sua formação, como se vê em *Casa-Grande & Senzala*:

Foi o estudo de antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor - separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a

discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio. Também no da diferenciação entre hereditariedade de raça e hereditariedade de família (FREYRE, 2007, p.32).

Essa distinção entre raça e cultura seria basilar para sua compreensão da formação social brasileira. Ao retornar a Pernambuco em 1923, Gilberto Freyre mergulhou ativamente na vida intelectual e política local, engajando-se primeiramente no *Jornal Diário de Pernambuco* e, em seguida, atuando no jornal *A Província*. Este último era de propriedade de Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, uma figura proeminente do Nordeste, cujos interesses estavam intrinsecamente ligados às elites agrárias tradicionais. O periódico servia como um importante veículo para a expressão dessa classe social, que buscava manter sua influência em um cenário de crescentes transformações. O engajamento de Freyre nesses veículos o inseriu no coração do Movimento Regionalista e Tradicionalista do Nordeste, um fenômeno cultural e político de grande relevância na época.

Este movimento, que teve sua gênese em meados da década de 1920 e se intensificou ao longo da década de 1930, representava uma reação às rápidas mudanças trazidas pela modernização e pela urbanização, frequentemente percebidas como uma ameaça aos valores e estruturas rurais tradicionais. Suas pautas centravam-se na valorização da cultura nordestina, do passado colonial e agrário, e na defesa de um modo de vida associado à casa-grande e ao engenho. Embora não contasse com um manifesto formal único ou reuniões com periodicidade fixa como um partido político, o movimento articulava suas ideias por meio de artigos de jornal, conferências e eventos culturais, criando uma rede de intelectuais e políticos engajados na promoção de sua agenda.

Havia uma forte e intencional relação com as elites políticas do Nordeste, que viam no regionalismo uma forma de legitimar seu poder e suas estruturas de mando em face do avanço da centralização política e das ideias progressistas do Sudeste. Além disso, o catolicismo desempenhava um papel fundamental nesse movimento. Longe de ser apenas uma questão de fé, a religião era vista como um alicerce moral e cultural da sociedade tradicional nordestina, sendo defendida como um contraponto aos valores laicos e materialistas da modernidade citadina. O movimento, portanto,

buscava preservar um ideal de sociedade onde a religião católica, em sua versão patriarcal e popular, e as tradições agrárias se contrapunham às transformações urbanas e industriais, que eram frequentemente criticadas por descaracterizar a verdadeira identidade brasileira.

Foi nesse contexto cultural e político fervilhante, permeado por debates sobre tradição e modernidade, identidade e o papel da religião, que a profunda conexão intelectual entre Gilberto Freyre e José Lins do Rego se estabeleceu. Longe de surgir de um mero acaso acadêmico, essa amizade floresceu em 1923, no efervescente cenário do Café Continental, no Recife. Este reduto boêmio era, na época, um ponto de encontro requisitado por políticos, jornalistas, publicitários e amantes do teatro, um microcosmo da vida urbana e intelectual pernambucana. Foi nesse ambiente vibrante – que tanto ecoava as preocupações regionalistas e tradicionais quanto se abria para as novidades – que seus caminhos se cruzaram, marcando o início de uma relação que, para Rego, redefiniria sua própria trajetória. José Lins do Rego, em sua obra *Gordos e Magros*, descreve o impacto transformador desse encontro com uma franqueza que revela a intensidade de sua admiração:

Conheci Gilberto em 1923. Foi numa tarde de Recife, do nosso querido Recife, que nos encontramos, e de lá para cá a minha vida foi outra, foram outras as minhas preocupações, outros os meus planos, as minhas leituras, os meus entusiasmos. Pode parecer um romance, mas foi tudo da realidade. Para mim teve começo naquela tarde do nosso encontro a minha existência literária. E a minha aprendizagem com o mestre da minha idade se iniciava sem que eu sentisse as lições. Começou uma vida a agir sobre a outra com tamanha intensidade, com tal força de compreensão, que eu me vi sem saber dissolvido, sem personalidade, tudo pensando por ele, tudo resolvendo, tudo construindo como ele fazia. Ele era tudo o que eu não tinha. Uma cultura clássica, uma capacidade de penetrar, de análise, de síntese, de vida interior, que se chocavam com os meus impulsos, os meus arrancos bruscos, os meus ímpetos de instintivo puro. E tudo isto, que poderia nos separar, nos ligou profundamente (REGO, 1942, p.116).

Essa confissão de Rego sublinha não apenas a pretensa gênese de sua vida literária sob a influência de Freyre (mito da conversão), mas também a complementaridade de suas personalidades e intelectos. Curiosamente, a amizade começou com caminhadas exploratórias pela cidade do Recife, que incluíam visitas

ao Convento de Santo Antônio e a igrejas em ruínas, passeios de barco pelo rio Capibaribe, e explorações de sítios, cajueiros e bairros tradicionais, sempre acompanhadas da apreciação por pratos típicos da região. Essa comunhão inicial em torno da paisagem e das tradições nordestinas já prenunciava o alinhamento de ideias que os uniria.

Ainda que se encontrassem no Recife urbano, o elo entre Freyre e Rego aprofundou-se em suas raízes agrárias comuns. Em 1924, José Lins do Rego vivenciava um momento de grande mudança pessoal e familiar. A perda de seu avô, conhecido por Bubu, exigiu seu retorno à terra natal e ao engenho onde crescera, incumbindo-o de decidir sobre o destino dessa herança agrária, as posses familiares, recém-casado e diplomado. Era o universo do menino de engenho de Rego que agora exigia suas decisões.

Foi nesse cenário que, no final de 1924, José Lins do Rego decidiu iniciar uma viagem³⁰ que começou da capital paraibana na companhia de Gilberto Freyre, rumo ao interior de Pernambuco e depois retornando ao interior da Paraíba. Freyre, desde pelo menos julho daquele ano, já anunciava por carta seu desejo de viajar pelo sertão paraibano, buscando uma imersão profunda na realidade que viria a descrever em suas obras. A experiência dessa viagem foi eternizada por José Lins do Rego em *Homens, seres e coisas*:

Estava Gilberto Freyre na Paraíba, onde fora conduzido por mim para conhecer de perto a minha província. Mostrei-lhe todos os recantos, os conventos, as fontes, as matas de Tambiá, as ladeiras, os sobrados (REGO, 1952, p.3).

Essa expedição culminou na visita ao engenho Pau D'Arco, em Sapé, na Paraíba. A observação conjunta desses engenhos, muitos já em processo de decadência, foi um marco. Para Freyre, a imersão na vida rural e suas transformações reforçava suas teses sociológicas. Para Rego, a vivência do declínio do engenho, potencializada pela recente perda do avô (1924) e do tio (1925), e a necessidade de

³⁰ Para mais informações sobre, ler: FERNANDES FREIRE, Diego José. “Vim da terra, sou da terra e quero continuar da terra”: a experiência ficcional de retorno ao engenho nos relatos de viagem de José Lins do Rego (1952-1957). *Revista Maracanan*, [S. l.], n. 38, p. 1–20, 2025. DOI: 10.12957/revmar.2025.83348. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/83348>. Acesso em: 22 jun. 2025.

tomar decisões sobre sua herança agrária, sem dúvida, alimentaram as narrativas do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*. A visita conjunta a esses espaços decadentes sinalizava, para ambos, a urgência de registrar um mundo em transformação, um passado que resistia, mas também se desfazia, e a complexa relação da sociedade com suas heranças, incluindo o catolicismo popular e as estruturas patriarcais, elementos que se tornariam centrais na religião nacional que minha tese busca desvelar.

A amizade entre Gilberto Freyre e José Lins do Rego, já consolidada pela imersão conjunta na decadência dos engenhos, encontrava eco na profunda preocupação de Freyre com a tradição e o passado. Sua visão não era meramente teórica; ela era visceralmente enraizada em suas próprias memórias de infância. Ao rememorar os dias em uma de suas visitas ao Engenho São Severino do Ramo, já em idade adulta, Freyre descreve sobre a infância:

Em S. Severino do Ramo nossa meninice se familiarizou com a vida no engenho. Vimos fazer mel e açúcar, tudo explicado aos nossos olhos arregalados pelos primos velhos; bebemos garapa; e os banhos de rio nos pareceram melhores que os de Caxangá (FREYRE, 1981, p. 18).

Ele revela o engenho como um microcosmo da vida tradicional, um espaço onde o conhecimento era transmitido pelos mais velhos e a vivência se dava em íntima conexão com a natureza e os rituais do dia a dia. Essa nostalgia do mundo agrário, tão presente na obra de Freyre e na de Lins do Rego, era a base de sua resistência ao modernismo desenfreado e ao individualismo que ele tanto criticava. Contudo, a relação de Freyre com a tradição não se traduzia em uma fé cega ou ingênua. Mesmo em suas lembranças de infância, surge uma complexidade:

Que me perdoe o bom santo – ainda hoje refúgio de tanto cristão angustiado que lhe traz, em sinal de promessa cumprida, pés, mãos, cabeças, fígados rins de cera – por procurar explicações para a falta de fé que não deu ânimo à minha meninice de opor, sem hesitação nenhuma, sua doce figura à do terrível Cabeleira naquela noite de medo no meio dos canaviais de Pau-d’Alho. A verdade é que só me senti seguro junto da minha mãe já ansiosa por mim; e com as portas da casa-grande fechadas contra cabeleira e outros monstros dos canaviais e das matas. Rezei mais a Nossa Senhora, pedi a benção a Papai do Céu e dormi sossegadamente até o dia seguinte: um dia claro e de céu todo azul, com os passarinhos cantando nas árvores e as lagartixas tomando sol no terraço da casa grande (FREYRE, 1981, p. 22).

Este trecho revela um pragmatismo infantil diante do sagrado, onde a segurança imediata da família e do lar prevalecia sobre a intercessão divina, embora a oração e a referência à fé ainda estivessem presentes. Essa ambivalência em relação à religiosidade formal é crucial para entender seu catolicismo sociológico posterior. Para Freyre, a verdadeira essência da Igreja Católica e do Cristianismo residia em sua capacidade de acolher a diversidade e promover a fraternidade (união/coesão), contrastando com as manifestações burocráticas, sectárias, esnobes e até pouco cristãs observadas em certas instituições. Ele afirmava:

O culto de Sto. Antônio é dos que nos fazem esquecer e perdoar o que há de burocrático, sectário, esnobe e até pouco cristão nos antigos regulamentos e, hoje, nas tradições de algumas confrarias e de alguns colégios – onde ainda se vê com maus olhos o irmão preto, o menino ou a menina de cor – pelo que há de realmente cristão, democrático, fraternal na verdadeira Igreja e no Verdadeiro Cristianismo (FREYRE, 1981, p. 24).

Essa crítica às discriminações raciais dentro de algumas confrarias e colégios demonstra sua defesa de um catolicismo mais inclusivo, democrático, híbrido, mestiço, que equilibrasse os antagonismos, alinhado com a formação mestiça do Brasil. Essa defesa da diversidade se estendia à própria estrutura da Igreja, que, segundo ele, se fortalecia na multiplicidade de tendências:

A vida, a saúde, a beleza da Igreja Católica, está na diversidade de tendências que à sombra do Papa e em torno dos dogmas se concilia com a unidade magnífica. Está no fato de seus santos serem tão diversos [...] está no fato de dentro da Igreja haver dominicanos e franciscanos, padres do Oratório e jesuítas. Está na variedade de tendências políticas dos seus próprios líderes brasileiros (FREYRE, 1981, p. 24).

Freyre valorizava a capacidade da Igreja de abrigar diferentes ordens e correntes de pensamento, desde que sob a égide da unidade papal e dos dogmas, vendo nisso um sinal de sua vitalidade e adaptabilidade. Essa perspectiva levou Freyre a clamar por um clero que, além do universalismo católico, incorporasse

genuinamente as preocupações nacionais. Ele via em figuras como o Padre Ibiapina³¹ um exemplo a ser seguido:

No momento em que nos preparamos para harmonizar valores e aproveitar energias que precisam de estar coordenados no interesse da nossa condição de povo mestiço com pretensões a livre, exemplos com o do Padre Ibiapina que sozinho fundou e organizou vinte casas de caridade nos sertões do Nordeste – se impõem aos brasileiros como grandes valores morais. Valores morais acima dos próprios recursos materiais julgados indispensáveis à defesa e ao aperfeiçoamento da nossa personalidade nacional (FREYRE, 1981, p. 32-33).

Ibiapina representava a intersecção ideal entre o fervor religioso e o engajamento social profundamente brasileiro, crucial para a construção da personalidade nacional que o regionalismo almejava. Freyre advertia contra a instrumentalização da fé para fins políticos ou etnocêntricos, defendendo um clero que não traísse os ideais cristãos de fraternidade:

Nunca o Brasil precisou tanto como hoje de padres que, ao ideal universalista de católicos, à larga simpatia humana de cristãos, reúnam, como Ibiapina reunia, a autenticidade de sua condição, do seu sentimento e das suas preocupações de brasileiros. Não que devamos desejar o catolicismo fragmentado em seitas tão numerosas quanto as repúblicas, para o seu clero e a sua doutrina corresponderem mesquinha e burocraticamente à confiança dos nacionalismos exaltados de hoje. De modo nenhum. Mas, por outro lado, o tempo é de não nos entregarmos a confianças absolutas sempre que se trate da educação do menino brasileiro, da sua formação moral e intelectual nas escolas, nos colégios, nas organizações de escotismo, tão fáceis de se tornarem fogos de antibrasileirismo sob a orientação de falsos religiosos. De religiosos que sob os hábitos de “franciscanos”, de “jesuítas”, de “benedictinos”, tragam o corpo misticamente grudado a camisas políticas, a votos de propaganda não da fé uma vez entregue aos santos, mas de doutrinas ferozmente etnocêntricas: anticristãs e antibrasileiras (FREYRE, 1981, p. 33).

³¹ Padre Ibiapina, nascido José Antônio de Maria Ibiapina (Serra da Ibiapaba, Ceará, 1806 – Ibiapina, Ceará, 1883), foi um sacerdote católico brasileiro de grande relevância no século XIX. Bacharel em direito por Olinda, abandonou a carreira jurídica para dedicar-se à vida religiosa. Sua atuação foi marcada por intenso trabalho missionário e assistencial no sertão do Nordeste, especialmente em Pernambuco, Ceará e Paraíba. Ibiapina é lembrado por ter fundado e organizado diversas casas de caridade, orfanatos, escolas e hospitais, além de promover açudes e pequenas igrejas, visando à melhoria das condições de vida das populações rurais mais carentes. Ele se tornou um símbolo de fé prática e engajamento social, defendendo um catolicismo atuante e próximo das necessidades do povo, o que o tornou uma figura bastante admirada por intelectuais como Gilberto Freyre, que o via como um exemplo da união entre o ideal universalista cristão e as preocupações genuinamente brasileiras.

Essa passagem é um alerta contra a infiltração de ideologias separatistas e preconceituosas na educação e na religião, o que poderíamos relacionar com sua recusa em aceitar as ideologias modernas tais como o marxismo (crítica de exploração de classe), e ao liberalismo com seu individualismo que legitimava aspirações individuais ligadas às críticas de raça e de gênero, sublinhando a necessidade de vigilância para proteger a essência mestiça e fraterna do Brasil de qualquer uma dessas ideias, e a instituição de defesa deste legado seria a igreja enquanto constructo cultural:

Nem a Igreja de Cristo pode deixar balcanizar-se por ódios de nação contra nação, de raça contra raça, de classe contra classe. Mas numa época em que os ódios políticos e os orgulhos de raça sobrepõem-se a tudo mais, quebrando até em religiosos a fidelidade aos ideais cristãos de fraternidade humana, os povos, como o brasileiro, cuja organização inteira descansa sobre a mestiçagem, sobre os direitos do preto, do indígena, do mestiço aos mesmos privilégios do branco, precisam de estar vigilantes. Tão vigilantes como outrora Ibiapina, o cearense que foi ao mesmo tempo padre fiel à Igreja e brasileiro sinceramente preocupado com o futuro do Brasil (FREYRE, 1981, p. 34-35).

Apesar de sua crítica a certas manifestações eclesiásticas e sua própria não integração formal à teologia ou moral católica, Freyre confessava um enamoramento pelo catolicismo, tocado pela estética e liturgia desde a infância, por influência de sua avó:

Há em mim, com efeito, um enamorado do catolicismo, tocado pela estética do culto católico. Marcado desde menino nos olhos e nos ouvidos pela liturgia da missa: das missas que me fez ouvir – eu muito menino – uma avó catolicíssima: desejava que eu me tornasse padre. Mas tudo isso sem que tivesse me integrado no catolicismo: na sua teologia e na sua moral. Não me integrei. Não pertenço a nenhuma igreja, a nenhum partido, a nenhuma doutrina fechada [...] eu poderia dizer-me “católico sociológico”. Sem conseguir separar sociologicamente o Brasil, de sua formação católica [...] Catolicismo sociológico, esse meu que, por solidariedades, no plano intuitivo e poético dos mitos – com esses valores me tem levado a paradoxalmente defender o chamado arcaísmo do catolicismo popular brasileiro das supostas sofisticações daqueles “liberais progressistas” que desejam um Brasil de todo lógico, racional, cientificista nos seus modos de ser religioso (FREYRE, 1981, p. 56-57).

Aqui reside um dos pontos centrais da sua complexa relação com a fé: Freyre se autodefinia como católico sociológico. Para ele, a formação do Brasil era intrinsecamente ligada ao catolicismo, não como uma questão de dogma pessoal, mas como uma estrutura cultural e social fundante. Essa perspectiva o levava a defender o arcaísmo do catolicismo popular brasileiro contra o que considerava as supostas sofisticações dos liberais progressistas que desejavam um Brasil lógico, racional, cientificista até mesmo em sua expressão religiosa. Essa defesa do popular, do intuitivo e do poético, que muitas vezes se manifestava em sincretismos e rituais vistos como arcaicos, era um pilar de seu pensamento regionalista e tradicionalista. Essa dimensão do catolicismo popular, presente nas narrativas de José Lins do Rego e na própria realidade dos engenhos, era um campo fértil para a articulação de uma religião nacional, permeada por essas heranças e pelos desafios da modernidade.

A amizade e a sintonia intelectual entre Gilberto Freyre e José Lins do Rego, já evidentes na defesa da tradição e na complexa relação com o catolicismo, atingem um ponto de convergência notável na forma como ambos encaravam o passado. Para Freyre, a saudade não era um entrave nostálgico, mas uma força propulsora para a compreensão e, paradoxalmente, a ação no presente e no futuro. Ele expressa essa ideia de forma lapidar ao comentar a obra do amigo:

Saudade do passado e fé no futuro podem completar-se de modo magnífico [...] Sem a saudade da sua meninice de filho de gente de casa-grande, criado tanto por negras de senzala, como por iaiás brancas, José Lins do Rego não teria escrito o *Ciclo da cana-de-açúcar* e aberto novas perspectivas à reforma agrária que o Nordeste reclama (FREYRE, 1981, p. 365).

Este trecho torna palpável a profundidade da relação entre esses dois intelectuais no contexto do regionalismo nordestino. Freyre reconhece que a genialidade de Lins do Rego em seu *Ciclo da Cana-de-Açúcar* – obra que, como vimos, foi alimentada pelas vivências de decadência dos engenhos – não provinha apenas de uma observação fria. Vinha, sim, de uma profunda saudade da meninice, de uma imersão nas memórias de um tempo e de um espaço (a casa-grande, a senzala) que moldaram sua identidade. Essa saudade, para Freyre, era o catalisador que permitiu a Lins do Rego não apenas registrar um mundo em transformação, mas também abrir novas perspectivas à reforma agrária que o Nordeste reclama. Ou seja,

o olhar para o passado, permeado por essa saudade afetiva e sociológica, se transformava em uma ferramenta crítica e propositiva para as questões mais urgentes do presente e do futuro da região nas palavras do Freyre em sua reflexão feita já nos anos 1950.

Para ambos, a memória e a tradição não eram pesos mortos, mas fontes vivas de compreensão e inspiração. Eles viam no arcaísmo do catolicismo popular e nas estruturas patriarcais e sociais do engenho não um retrocesso, mas elementos cruciais para decifrar a alma brasileira e, a partir dessa compreensão, pensar soluções para os desafios contemporâneos, que geralmente se alinhavam com um discurso politicamente conservador, incidindo na defesa das tradições ligadas, por sua vez, à religião católica. A amizade entre Freyre e Lins do Rego, portanto, ia além da afinidade pessoal; era uma colaboração intelectual que, partindo de uma leitura particular do passado, buscava forjar um futuro em que o legado do Nordeste teria papel fundamental na formação da identidade nacional e da ideia de brasilidade. Nesse sentido, um Brasil católico, onde Jesus, Maria e os Santos são suas principais rugosidades, revela-se um território marcado pelas inscrições do tempo, tal como compreendido por Milton Santos:

Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço -fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho. Em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passa do, cristalizado em formas. Para o tempo atual, os restos do passado constituem aquela espécie de " escravidão das circunstâncias anteriores" (SANTOS, 2006, P.92).

A rugosidade, conceito fundamental do geógrafo Milton Santos (1926-2001), oferece uma lente poderosa para entender a persistência da memória e tradição na visão de Freyre e Rego. Não se trata apenas de uma ruga na paisagem, mas de uma acumulação de tempos, de camadas de história que se solidificam em formas espaciais. Essas formas, sejam elas construções, infraestruturas ou, como no cerne da análise de Freyre e Rego, as estruturas sociais, o catolicismo popular e as

tradições patriarcais, são o resultado de processos sociais e econômicos pretéritos. Embora não mais ativos em sua dinâmica original, continuam a influenciar e a condicionar a vida atual. A rugosidade, portanto, é a resistência do velho no novo, a materialização de técnicas e usos passados que persistem no espaço, moldando as ações e as interações contemporâneas. Ela revela como o território é um palimpsesto onde diferentes épocas se inscrevem, coexistindo e tensionando-se, e como essa herança multifacetada do passado – em especial as manifestações do catolicismo e da ordem patriarcal – constitui a base para a religião nacional idealizada por Freyre e os dilemas vividos pelos personagens de Lins do Rego.

Essa ideia de rugosidade se conecta diretamente com a construção e preservação de monumentos católicos, como o Cristo Redentor, igrejas antigas ou monumentos de santos, bem como os próprios engenhos antigos. Tais edificações não são apenas construções físicas; elas são rugosidades imponentes, testemunhos materiais de um passado senhorial, agrário e católico que formou a base da sociedade brasileira, especialmente no Nordeste. O saudosismo em relação a essas edificações históricas, que Gilberto Freyre tanto explorou, é justamente a dimensão afetiva e cultural da rugosidade. Não é apenas a beleza arquitetônica que atrai e gera essa memória, mas o que elas representam: um modo de vida, uma estrutura de poder, uma forma de religiosidade e uma identidade cultural que, embora em transformação, ainda ecoam no presente. A preservação desses monumentos não é só um ato de conservação arquitetônica, mas de manutenção das rugosidades que sustentam certas narrativas históricas e identitárias, revelando como o passado materializado continua a moldar o imaginário e as relações sociais contemporâneas.

A preocupação de Gilberto Freyre, manifesta em seu artigo publicado nos anos 1920 “Em defesa das árvores³²” no Recife, alinha-se a essa perspectiva. Embora com motivações que podem ser lidas como ecológicas, Freyre expandia essa defesa para o campo fenomenológico e psicológico/cultural. Para ele, as árvores antigas de uma cidade não eram apenas elementos da natureza; eram parte da memória afetiva e

³² Para mais informações sobre, ler: FERNANDES FREIRE, Diego José. O passado verdejante: a defesa das árvores nos artigos jornalísticos de Gilberto Freyre (1921-1926). *Revista Espacialidades*, [S. l.], v. 7, n. 01, p. 114–130, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/17676>. Acesso em: 22 jun. 2025.

coletiva do lugar, rugosidades vivas que conectavam os indivíduos ao seu passado e ao seu ambiente. A remoção de uma árvore antiga, nesse sentido, não era apenas um desmatamento, mas uma amputação da memória e da identidade local, um apagamento de uma rugosidade que contribuía para a singularidade e a historicidade do espaço. A defesa das árvores por Freyre, assim como a valorização dos engenhos e do catolicismo popular, reflete a compreensão de que o espaço é construído por camadas de tempo e cultura, e que a sua preservação – seja de monumentos, tradições ou elementos naturais carregados de significado – é fundamental para a manutenção da identidade e da experiência humana no território.

Se a tradição precisava ser defendida, inimigos precisavam ser combatidos. Desde o retorno de Freyre dos Estados Unidos em 1923, uma inquietação latente o movia, manifestando uma clara preocupação com a ruptura da tradição e o suposto desprezo pelos valores e pelos mais velhos. Em sua visão, o rousseunismo que havia arrebatado as gerações anteriores, o cientificismo com sua perspectiva estritamente objetiva, a prática modernista a qualquer custo e o individualismo exacerbado eram as raízes dos males da sociedade moderna.

Essa apreensão ganhou voz na célebre conferência *Apologia pro Generatione Sua*, proferida por Freyre no Teatro Santa Rosa, na Paraíba, em abril de 1924. Nela, ele não apenas criticava os confortos materiais e os problemas da sociedade burguesa pós-Primeira Guerra Mundial – frequentemente contrastando-os com a figura de seu avô, símbolo da antiga ordem –, mas, acima de tudo, lançava uma convocação incisiva para uma nova geração de intelectuais, atribuindo-lhes a missão de retificar os rumos do país. Ele afirmava:

E por toda parte o programa de pensamento e ação da mocidade é hoje um programa de retificação. No Brasil, é preciso que retifiquemos os falsos valores de que há cinquenta anos vivemos, reintegrando-nos no Brasil brasileiro dos nossos avós. Contra o ideal absorvente de transformar o país num vasto 202 de Jacinto, ideal que é desde a República a tendência, agora acentuada pela fartura de dinheiro, ergamo-nos, os novos homens do Brasil. Que exceda o conforto dos fogões a gás, dos water closets de porcelana, da luz elétrica, o ideal de cultura e de vida brasileira. Que a Nossa Senhora do Brasil tenha mais de Maria do que de Marta (FREYRE, 1924).

Nessa mesma conferência, Freyre também revela a busca por uma espiritualidade e cultura mais profundas. Inspirado em figuras como Ernest Psichari,

neto de Renan, Freyre valorizava a introspecção e o silêncio criador como caminhos para uma fé que não se resumisse à fácil emoção de sacristia. Para ele, a verdadeira tradição cultural, especialmente a francesa e por extensão a ibérica no Brasil, fundamentava-se numa fé sólida, a da religião católica, mas sempre apoiada e paralela a uma vasta cultura intelectual. Essa visão complexa do catolicismo, que buscava harmonizar a tradição com a profundidade do pensamento, distanciava-se tanto do materialismo modernista quanto de uma religiosidade meramente formal ou ingênua, delineando a responsabilidade e o papel fundamental que Freyre atribuía à intelectualidade na construção da identidade nacional.

Foi nesse ambiente de ideias e inquietações que o Centro Regionalista do Nordeste foi fundado em 1924, consolidando o espaço para o florescimento dessa nova mentalidade que levaria a execução do primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo no Recife em fevereiro de 1926. A participação de José Lins do Rego nesse processo de organização é notável, com sua responsabilidade na publicação da conferência de Freyre em 14 de junho 1924, alguns meses, quase um ano depois do momento que se conheceram, evidencia seu alinhamento sólido com as propostas do movimento de forma paralela a formação dessa amizade. Embora não haja certeza sobre sua presença no dia exato do discurso *Apologia pro Generatione Sua*, é quase certo que ele não apenas leu o texto posteriormente, mas se identificou profundamente com suas premissas, entendendo seu lugar nessa questão geracional e de classe que seu amigo evocara.

Essa sintonia intelectual se aprofundou e se materializou de forma singular em vivências compartilhadas, como a já mencionada expedição conjunta que culminou na visita ao engenho Pau D'Arco, em Sapé, na Paraíba. A observação lado a lado desses engenhos, muitos já em processo de decadência, representou um marco indelével para ambos. Para Freyre, essa imersão na vida rural e suas transformações serviu para reforçar suas teses sociológicas sobre a desagregação de um mundo. Já para Rego, a vivência do declínio do engenho, potencializada pela recente perda do avô (1924) e do tio (1925), e a necessidade de tomar decisões sobre sua herança agrária, sem dúvida, alimentaram as narrativas do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*. A visita conjunta a esses espaços decadentes sinalizava, para Freyre e Rego, a urgência de registrar um mundo em transformação, um passado que resistia, mas também se

desfazia, e a complexa relação da sociedade com suas heranças, incluindo o catolicismo popular e as estruturas patriarcais – elementos que se tornariam centrais na religião nacional que sua tese busca desvelar em sua construção e crise.

A partir de 1926, a vida e a carreira de Gilberto Freyre ganharam novos contornos e intensidades. Em 1928, ele assumiu a direção do jornal *A Província*, fortalecendo sua influência no cenário intelectual e político pernambucano, e foi nomeado para a cátedra de sociologia da Escola Normal do Estado de Pernambuco, consolidando sua atuação acadêmica. Contudo, o turbulento ano de 1930 marcou uma virada. Com a eclosão da Revolução de 30, Freyre, então ligado ao ex-governador Estácio Coimbra (Ex-presidente e Governador de Pernambuco entre 1926-1930), viu-se obrigado a fugir para a Bahia, onde permaneceu por um mês antes de se exilar em Lisboa. Esse período de afastamento compulsório do Brasil não foi inativo; ao contrário, a experiência do exílio, que incluiu a oportunidade de conhecer Dacar e parte do interior do Senegal, tornou-se um catalisador para as pesquisas que viriam a fundamentar sua obra-prima, *Casa-Grande & Senzala*.

Em 1931, sua jornada o levou aos Estados Unidos para uma breve temporada como professor visitante na Universidade de Stanford, antes de retornar à Europa e, em seguida, ao Brasil. De volta ao Recife em 1932, Freyre iniciou a escrita de *Casa-Grande & Senzala*, por estímulo de Rodrigo M. F. de Andrade, realizando grande parte do trabalho na casa de seu irmão, Ulysses. A motivação para aceitar esse ambicioso projeto estava, em grande parte, ligada à sua situação financeira precária, conforme revelado em uma carta a José Lins do Rego, datada do Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1932. Nela, Freyre expressa que o livro proposto demandaria muitas pesquisas e não poderia ser finalizado sem seus materiais de referência, mas que aceitava o desafio pela necessidade econômica, visto que seus ganhos como professor em Stanford já haviam se esgotado. Apesar das dificuldades, o contrato com a Schmidt Editora era vantajoso e despertou o interesse de amigos como Rodrigo e Manuel Bandeira. Nesse período, ele informa a Rego que não estava mais hospedado na casa de Chateaubriand, mas sim em um quarto de pensão barata e sozinho, em um lugar que não era conhecido, evidenciando as adversidades enfrentadas durante o processo de escrita.

Apesar das circunstâncias, o esforço culminou na publicação de *Casa-Grande & Senzala* em dezembro de 1933, pela Editora Maia & Schmidt, obra que rapidamente se tornaria um marco. O reconhecimento não demorou: em 1934, Freyre organizou o 1º Congresso de Estudos Afro-Brasileiros e recebeu o prestigioso prêmio da Sociedade Felipe de Oliveira pelo livro. Em 1935, consolidando sua posição acadêmica no Brasil, iniciou um curso de sociologia na Faculdade de Direito do Recife, além de lecionar antropologia social na Escola de Direito da Universidade do Distrito Federal (RJ).

A relação de Gilberto Freyre com o governo de Getúlio Vargas, embora por vezes complexa devido ao seu histórico de exílio, foi marcada por uma notável atenção. O próprio Freyre registrou em *Pessoas, Coisas e Animais*:

Desde o aparecimento do meu primeiro livro, que me honrou Getúlio Vargas com sua atenção inteligente de leitor ilustre: leitor dos meus livros e leitor até dos meus artigos. Mas 'leitor dos de verdade; guardava de memória trechos de livros e artigos meus e os comentava argutamente quando nos encontrávamos, como ainda há um mês, com relação a artigos que lera no Jornal do Brasil (FREYRE, 1981, p. 315).

Essa deferência pessoal do presidente Getúlio Vargas para com a obra de Freyre evidencia a importância que *Casa-Grande & Senzala* e as ideias do sociólogo adquiriam no cenário político e cultural do país, inclusive para o projeto nacionalista do Estado Novo. É plausível inferir que a consciência de Freyre sobre ser lido, admirado e analisado por Vargas, então um ditador, impactou seus escritos e a forma como suas ideias eram articuladas. A própria declaração de Freyre, feita nos anos 1950 (período em que Vargas retornou democraticamente ao poder), revela-se uma memória bastante oportuna, que oferece pistas valiosas sobre a complexa relação entre o sociólogo e o presidente do Estado Novo.

Foi nesse cenário de efervescência intelectual e reconhecimento que Gilberto Freyre estabeleceu contato com José Olympio. A aproximação entre Freyre e o editor ocorreu por volta de 1936, quando José Olympio, já consolidado como um dos mais importantes editores do país, expressou interesse em publicar as obras de Freyre. Essa parceria se mostraria fundamental para a ampla circulação e consagração do pensamento freyreano no Brasil, consolidando a Editora José Olympio como uma

casa de publicações de referência para os grandes nomes da intelectualidade brasileira da época.

A trajetória ascendente de Gilberto Freyre no cenário intelectual brasileiro foi solidificada por suas obras, e a relação com a Editora José Olympio desempenhou um papel central nessa consagração. Embora a primeira edição de *Casa-Grande & Senzala* tenha sido lançada em 1933 pela Editora Maia & Schmidt, e a de *Sobrados e Mucambos* em 1936 pela Companhia Editora Nacional, a Editora José Olympio rapidamente se tornou a principal casa de suas publicações, responsável por suas importantes reedições e, conseqüentemente, pela ampla circulação e consagração de seu pensamento.

Fontes primárias do acervo da Casa de Rui Barbosa, na forma de correspondências trocadas entre o autor e o editor, revelam a profundidade e a peculiaridade dessa proximidade. As cartas, datadas de 1936 (de Freyre para Olympio) e 1943 (três cartas de Olympio para Freyre), evidenciam não apenas uma relação de trabalho e publicação, mas um vínculo permeado por admiração mútua e profundo respeito intelectual que se consolidava no ambiente literário e sociológico brasileiro.

Essa dinâmica torna-se ainda mais notável quando comparada às correspondências recebidas por José Lins do Rego, que, atuando também como autor da editora, muitas vezes enfrentava uma pressão descomunal para ativar vínculos e divulgar suas obras. Nas cartas destinadas a Freyre, essa pressão é inexistente; pelo contrário, o tratamento é visivelmente privilegiado. Freyre é efusivamente elogiado, claramente mais bem-quisto pelo dono da editora, recebendo o tratamento de um grande catedrático que, de fato, era. A diferença de tratamento entre alguém do calibre e prestígio de Gilberto Freyre e outros autores, como Zé Lins, por parte de José Olympio, curiosamente, sublinha as hierarquias e as estratégias do mercado editorial da época. Um exemplo contundente dessa relação privilegiada e da ascensão de Freyre é sua carta de 26 de maio de 1936 a José Olympio, na qual aceita a prestigiosa tarefa de dirigir a *coleção Documentos Brasileiros*:

Em resposta à sua carta de 13, doravante, tenho prazer em comunicar-lhe que aceito dirigir a coleção "Documentos Brasileiros", que V. vai iniciar breve. Concorro com a condição da proposta que V.

me faz: quinhentos mil-réis mensais e 2% sobre o preço de cada um dos volumes a ser publicados na coleção³³.

Essa missiva não só formaliza uma parceria editorial estratégica, mas também atesta o reconhecimento da estatura intelectual de Freyre, conferindo-lhe um papel de curador de uma coleção fundamental para a documentação da história e da sociedade brasileira, com condições financeiras favoráveis. Sete anos depois, em 1943, a correspondência de José Olympio para Freyre continua a refletir essa estima e o sucesso de suas obras. Em 26 de abril de 1943, Olympio informa com entusiasmo sobre a nova tiragem de *Casa-Grande & Senzala*:

Meu caro Gilberto. Um grande abraço. Não tenho escrito porque tenho andado numa verdadeira roda viva de trabalho. Casa-Grande está rodando. Finalmente. Mas valeu a pena esperá-lo. Vai ficar bonito. Em Maio (lá para o fim do mês) estará pronto. Se V. pudesse vir, seria ótimo. Para ver o seu Casa-Grande, o seu grande livro, o seu desta vez. Antes não era seu, era dos outros. Vou fazer grandes anúncios do livro. V. vai gostar do lançamento. Sobrados e Mocambos. O nosso Zé Lins acaba de conversar com o Octales que está aqui no Rio. Ele desiste do livro. Disse a Zé Lins que V. tem razão em querer reunir todos eles. C.G. e seguintes a C.G. – na mesma coleção, de sorte que vamos fazer o livro. Prepare, pois, o original. Depois acertaremos a tiragem, entre 3.000 e 4.000. Ainda não pude me encontrar com o Zé Carlos, com quem não quero conversar sobre o assunto pelo telefone, para ver com ele a [situação] do Instituto Histórico (recado do Barros Carvalho). Segundo me consta, há vários volumes inteiramente esgotados e que o Instituto Histórico não tem à venda. Eu penso que talvez a gente encontre de segunda mão uma coleção completa por preço regular, dependendo de oportunidade. Verei isso para você, depois de conversar com o Zé Carlos. Perfil está sendo uniformizada a ortografia. Será feito como V. quer na parte referente à ilustração. Ainda não falei com Portinari. Mas será fácil. E Santa Rosa fará os outros. V. precisa é remeter os 2 capítulos que não vieram com o original. A carta de Cripps foi publicada em todos os jornais, em bons lugares. Não sei se Zé Lins lhe escreveu, mas o Church não foi encontrado, está na Inglaterra. Os 3 exemplares que V. pediu do número do “Jornal” que publicou a sua entrevista já lhe foram enviados por via aérea. A entrevista está sendo publicada em todos os estados. Dei seu recado ao Alvaro Lins sobre a nossa Grande História da Literatura. V. fala em capítulo. É bom V. ver aí o plano da obra, dado pelo Alvaro. Não queremos um capítulo seu, e sim um livro, um grande livro, o primeiro dessa nossa grande coleção. Alvaro manda dizer-lhe que aguarda carta sua. As condições comerciais serão as mesmas, isto é, fica combinada a mesma porcentagem. A tiragem da obra só saberemos mais tarde. Creio que conversamos

³³ Carta de Freyre, G. (1936). Carta a José Olympio. In: Inventário da Editora José Olympio na subsérie editados, dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.193. Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

sobre os nossos casos. V. por que não escreve um artigo sobre “minha vida de menino”? Creio que o assunto não dará um bom artigo, não acha? Lembrança para Madalena, minhas e da Vera. Um beijo para sua filha. Mais um abraço do José Olympio³⁴.

A carta de 26 de abril de 1943 é um documento riquíssimo, que não só confirma a prioridade dada à publicação de *Casa-Grande & Senzala*, mas também revela detalhes sobre *Sobrados e Mucambos* ("nosso Zé Lins acaba de conversar com o Octales que está aqui no Rio. Ele desiste do livro. Disse a Zé Lins que V. tem razão em querer reunir todos eles. C.G. e seguintes a C.G. – na mesma coleção, de sorte que vamos fazer o livro"), além de menções a outros projetos (como *Perfil* e a "Grande História da Literatura") e à preocupação com a divulgação de seu trabalho. A menção de que José Lins do Rego desistiu do livro após conversa com Octales e a concordância de Olympio em reunir as obras de Freyre na mesma coleção, a partir de *Casa-Grande*, reforça a autoridade e a capacidade de Freyre em ditar os termos de sua publicação, algo que dificilmente Rego conseguiria com a mesma facilidade. Em 9 de julho de 1943, José Olympio demonstra a agilidade e deferência com que tratava Freyre, enviando exemplares de suas obras e incentivando a produção de artigos:

Meu caro Gilberto. O nosso amigo comandante leva hoje os 30 vergéis do seu Casa-Grande. Peço devolver-me por ele 10 exemplares para dar aqui a amigos meus. Pelo correio foram 10 exemplares em papel comum. E ainda pelo correio foi o seu exemplar em vergé da História do Silvio Romero. Pelo comandante também mandei a você 1 exemplar, encadernado, da edição comum da História da Literatura. O exemplar em vergé que foi pelo correio pode demorar e eu gostaria que V. fizesse logo uns artigos sobre o grande livro do pai do nosso Nelson. Silvio Romero foi lançado dia 1º. Com grande publicidade em todos os principais jornais e revistas do Rio e S. Paulo. E o seu Casa-Grande também será. Abraços do José Olympio³⁵.

³⁴ Carta de Olympio, J. (1943, abril 26). Carta a Gilberto Freyre. In: Inventário da Editora José Olympio na subsérie editados, dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.193. Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

³⁵ Carta de Olympio, J. (1943, julho 9). Carta a Gilberto Freyre. In: Inventário da Editora José Olympio na subsérie editados, dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.193. Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

Finalmente, em 4 de agosto de 1943, uma carta de José Olympio evidencia não apenas a preocupação pessoal com o recente falecimento da mãe de Freyre, mas também a solidez financeira da parceria editorial, com o envio de expressivos valores referentes aos direitos autorais da 4ª edição de *Casa-Grande & Senzala* e a promessa de adiantamentos regulares:

Espero que este bilhete encontre V. mais conformedo. Você, o velho Freyre, Ulysses e os seus. Mando-lhe o dinheiro do seu Casa-Grande. Esta 4ª edição rendeu-lhe 61 contos e quinhentos. Deduzidos os 37.800 já adiantados, segue o cheque dos 23.700 do seu saldo. De setembro em diante recomencarei os adiantamentos de 2 contos. Saiu e sairão bons anúncios pagos nos principais jornais. Vou mandar a V. todos eles porque sei que V. irá gostar. Abraços, meu caro Gilberto. E renovo aqui os meus sentimentos pelo falecimento de sua querida mãe. José Olympio³⁶.

Essas correspondências, em conjunto, não apenas traçam um perfil da relação entre autor e editor, mas também iluminam o funcionamento do mercado editorial brasileiro na primeira metade do século XX e a posição de destaque que Gilberto Freyre rapidamente conquistou. Elas são testemunhos diretos da admiração, do suporte estratégico e da deferência que José Olympio dedicava a Freyre, consolidando uma parceria que foi fundamental para a disseminação de suas ideias sobre a identidade nacional e o catolicismo brasileiro.

Essa vasta plataforma de divulgação, garantida pela parceria com José Olympio, foi essencial para que a visão singular de Gilberto Freyre sobre o Brasil alcançasse um público amplo e consolidasse sua influência. É importante notar que, embora *Casa-Grande & Senzala* tenha sido publicada antes da parceria plena com José Olympio (pela Maia & Schmidt), e *Sobrados e Mucambos* inicialmente pela Companhia Editora Nacional, foi sob o selo da José Olympio que ambas as obras ganharam reedições e a projeção que as tornaram pilares do pensamento brasileiro. Freyre buscou, em sua obra, uma síntese do Brasil caracterizada pelo que ele chamou de equilíbrio dos contrários. Sua obra-prima, *Casa-Grande & Senzala*, é perpassada por antagonismos que, em sua visão, não resultam em uma dialética de superação,

³⁶ Carta de Olympio, J. (1943, agosto 4). Carta a Gilberto Freyre. In: Inventário da Editora José Olympio na subsérie editados, dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.193. Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

mas em uma coexistência ambígua e harmônica – uma característica que, para ele, definiria a própria formação nacional.

Gilberto Freyre buscou uma síntese do Brasil, caracterizada por um equilíbrio dos contrários. Sua obra *Casa Grande e Senzala* é perpassada por antagonismos que, em sua visão, não resultam em uma dialética de superação, mas em uma coexistência ambígua e harmônica. Como consta na introdução do seu livro:

Gilberto Freyre seria o mestre do equilíbrio dos contrários. Sua obra está perpassada por antagonismos. Mas dessas contradições não nasce uma dialética, não há a superação dos contrários, nem por consequência se vislumbra qualquer sentido da história. Os contrários se justapõem, frequentemente de forma ambígua, e convivem em harmonia (FREYRE, 2007, P.23).

Para Freyre, a formação brasileira se deu por meio de uma constante complementação entre elementos distintos: "Somos duas metades confraternizantes que se veem mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas; quando nos completarmos num todo, não será com o sacrifício de um elemento ao outro" (FREYRE, 2007, P.24). Essa perspectiva o levou a uma visão psicofisiológica da formação nacional, onde fatores culturais e psicológicos se somam aos econômicos: "Não que estejamos a sugerir uma interpretação étnica da formação brasileira ao lado da econômica. Apenas acrescentando a um sentido puramente material, marxista, dos fatos, ou antes, das tendências, um sentido psicológico. Ou psicofisiológico" (FREYRE, 2007, p.42). O foco de seu "ensaio de sociologia genética e de história social" era "fixar e às vezes interpretar alguns dos aspectos mais significativos da formação da família brasileira" (FREYRE, 2007, P.50).

Um dos pilares da tese de Gilberto Freyre é a miscigenação, que ele via como um fator mitigador das distâncias sociais e raciais impostas pela monocultura latifundiária e escravocrata. Essa ideia é central para sua compreensão da formação social brasileira, como ele mesmo descreve:

A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações - as dos brancos com as mulheres de cor - de 'superiores' com 'inferiores' e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa

base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação (FREYRE, 2007, P.33).

Apesar da ampla aceitação e da enorme influência que essa perspectiva de Gilberto Freyre exerceu na compreensão da identidade nacional, é crucial reconhecer as críticas significativas que se levantaram contra sua abordagem. Muitos comentadores apontaram para os aspectos mais vulneráveis de sua análise, que merecem ser considerados ao se mergulhar em sua complexa concepção de Brasil. Como bem sintetizado por José Carlos Reis ao comentar a obra de Freyre, essas ressalvas incluem:

Não preciso referir-me aos aspectos vulneráveis já salientados por muitos comentadores de Gilberto Freyre: suas confusões entre raça e cultura, seu ecletismo metodológico, o quase embuste do mito da democracia racial, a ausência de conflitos entre as classes, ou mesmo a 'ideologia da cultura brasileira' baseada na plasticidade no hibridismo inato que teríamos herdado dos ibéricos (FREYRE, 2007, P.25).

Mesmo diante dessas ressalvas metodológicas e interpretativas, a análise de Gilberto Freyre sobre o catolicismo permanece fundamental para compreender sua visão da formação brasileira, especialmente a partir da perspectiva que esta tese propõe. Para Freyre, a religião não é abordada sob uma perspectiva ortodoxa ou teológica no sentido estrito, mas sim como um elemento cultural e sociológico intrínseco à vida social. A casa-grande, nesse sentido, representa o microcosmo exemplar onde esse catolicismo se manifesta, imbricado em todas as facetas do cotidiano patriarcal. Ele descreve a casa-grande não apenas como uma estrutura física, mas como um sistema total:

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família com capelão subordinado ao pater familias, culto dos mortos etc); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa

(o 'tigre', a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo) (FREYRE, 2006, P.36).

Nesse contexto, o catolicismo é um elemento intrínseco, ritualizando práticas e valores associados à família patriarcal. A presença de um capelão subordinado ao pater famílias evidencia a subordinação da esfera religiosa à autoridade patriarcal, legitimando-a. O culto dos mortos, por exemplo, ressalta a integração dos rituais religiosos a todas as facetas da existência na casa-grande, consolidando o catolicismo como um pilar estrutural na vida rural nordestina, moldando e permeando os sujeitos.

A visão de Freyre é a de um catolicismo singularmente adaptado aos trópicos. Ele não o vê como uma pureza europeia, mas como uma religião que se desvencilhou de uma abordagem eurocêntrica para abraçar a contribuição de outras culturas. A influência africana, em particular, é destacada como um fator de amolecimento das durezas germânicas e da rigidez moral da Igreja Medieval:

A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, do povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas. A influência africana fervendo sob a europeia e dando um acerequeime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura; o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez moral e doutrinária da Igreja Medieval; tirando os ossos ao cristianismo (FREYRE, 2006, P.66).

Essa intersecção de culturas e religiões – a europeia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista – encontra-se no português, formando um "regime de influências que se alternam, se equilibram ou se hostilizam" (FREYRE, 2006, P.69). Para Freyre, a moral sexual portuguesa, amaciada pelo contato com a maometana e mais frouxa, mais relassa que a dos homens do Norte, resultou em uma religião que era:

Uma liturgia antes social que religiosa, um doce cristianismo lírico, com muitas reminiscências fálicas e animistas das religiões pagãs: os santos e os anjos só faltando tornar-se carne e descer dos altares nos dias de festa para se divertirem com o povo [...] todos esses elementos, a começar pelo cristianismo liricamente social, religião ou culto de família mais do que de catedral ou de igreja (FREYRE, 2006, P.84).

Essa religiosidade abasileirada é vista como resultado de uma moral flexível e menos rígida, denotando um cristianismo mais afetivo e próximo das vivências do cotidiano, com elementos sincretistas. Freyre argumenta que a colonização portuguesa, ao contrário de outras, não se preocupou com a pureza racial, mas sim com a unidade religiosa:

Os portugueses não trazem para o Brasil nem separatismos políticos, com os espanhóis para o seu domínio americano, nem divergências religiosas, como os ingleses e franceses para suas colônias [...] O Brasil formou-se, despreocupados os seus colonizadores da unidade ou pureza de raça [...] só importando às autoridades coloniais que fossem de fé ou religião católica [...] a principal exigência era professar a religião cristã: 'somente cristãos' - e em Portugal isso queria dizer católicos [...] O perigo não estava no estrangeiro mas no herege. Soubesse rezar o padre-nosso e a ave-maria, dizer creio-em-Deus-padre, fazer o pelo-sinal-da-Santa-Cruz e o estranho era bem vindo no Brasil Colonial [...] Português esquece raça e considera seu igual aquele que tem religião igual à que professa (FREYRE, 2006, P.90-91).

A flexibilidade se estendeu à catequese jesuítica, que em vez de uma europeização dura e seca, adotou uma abordagem amaciada pelo óleo da mediação africana, focando na parte mística, devocional e festiva do culto, utilizando música, canto, liturgia e danças religiosas para cristianizar os caboclos (FREYRE, 2006, P.115). Para Freyre, essa atuação dos jesuítas foi crucial, chegando a uma afirmação hiperbólica: "Sem os jesuítas a nossa história colonial não seria outra coisa senão uma cadeira de atrocidades sem nome, de massacres como os das Reduções; o país seria cortado de estradas, com as que iam do coração da África aos mercados das costas, por onde só passavam as longas filas de escravos" (FREYRE, 2006, P.219). Essa visão messiânica, contudo, é historiograficamente problemática ao definir um prognóstico fechado baseado em causalidades imprecisas.

Apesar do esforço em destacar o legado de outros povos, Freyre mantém uma hierarquia. O catolicismo das casas-grandes enriqueceu-se de influências

muçulmanas e africanas, com o islamismo trazido pelos malês atuando culturalmente (FREYRE, 2006, P.395). Ele argumenta que essa confraternização de valores e de sentimentos só foi possível graças a um cristianismo doméstico, lírico e festivo, de santos compadres que criou nos negros as primeiras ligações espirituais, morais e estéticas com a família e com a cultura brasileira, aproximando "o superior e o inferior" (FREYRE, 2006, P.438).

Para Freyre, esse cristianismo desdogmático, centrado em festas e formalismos, minou as barreiras sociais, aproximando classes.

A catequese católica, na visão de Freyre, ao "opulentar-se de novas cores e até de imitações [...] das gatimônhas dos paés", "amoleceu nos africanos [...] os traços mais duros e grossos da cultura nativa", quebrando a força original desses elementos sem destruir toda a sua potencialidade (FREYRE, 2006, p.440). Freyre, portanto, interpreta isso como uma aceitação flexível da cultura africana, buscando a adesão de elementos vantajosos para a dominação. Mesmo assim, a doutrina da Igreja por vezes conflitava com os interesses dos senhores de escravos, como na guarda do domingo nos engenhos de cana (FREYRE, 2006, p.527), indicando que a cultura patriarcal era vista como superior à ordem eclesiástica, sendo a religião sustentada pela ordem social vigente.

Essa representação de um catolicismo intrinsecamente ligado à estrutura patriarcal e culturalmente híbrido, por vezes submetido aos interesses dos senhores de engenho, contrastava drasticamente com a ortodoxia da Igreja Católica. A descrição freyreana desse catolicismo de família, permeado pelas dinâmicas da casa-grande, frequentemente roçava em temas sensíveis para a moral conservadora. O erotismo presente na narrativa de Freyre, incluindo menções a sacerdotes, como nas "Molecas criando peitos de mulher" e na recomendação de Antonil para capelães morarem "fora da casa do senhor de engenho" (FREYRE, 2006, p.530), gerou considerável atrito com os grupos conservadores da Igreja.

Apesar de Freyre elogiar a presença e a influência da religião católica na formação brasileira, era evidente a falta de seu compromisso com a Igreja Católica Apostólica Romana enquanto instituição dogmática e moralmente rígida. Esse desapego fica claro no teor de suas análises, o que levou seus livros a fazerem parte, nos anos 1930, da lista de livros proibidos pela Igreja. Esse teor subversivo e até

mesmo anticlerical manifesta-se em afirmações diretas, como: "Raros entre nós, os eclesiásticos que se conservaram estéreis [...] São numerosos os casos brasileiros notáveis, filhos ou netos de padre" (FREYRE, 2006, p.534), demonstrando a audácia do autor de *Apipucos* em apontar as contradições morais dos clérigos e as nuances de um catolicismo mais cultural do que institucional.

O erotismo³⁷ foi uma das marcas da obra de Freyre, gerando atrito inclusive com a ortodoxia católica da época de sua publicação, esse aspecto não foi uma exclusividade de sua pena. Em José Lins do Rego, esse traço também se manifesta de forma explícita e visceral, perpassando o universo dos engenhos e suas complexas relações humanas. Seus romances estão repletos de cenas e descrições que abordam a sexualidade de maneira crua e natural, desde as relações entre senhores e escravas até os amores e desejos que moviam os personagens do mundo agrário. Por exemplo, em obras como *Menino de Engenho* e *Doidinho*, a sexualidade é apresentada como parte integrante do amadurecimento e da experiência humana no Nordeste patriarcal, muitas vezes em contraste com a moralidade formal. Apesar de compartilharem a representação de um catolicismo intrínseco à cultura e permeado por elementos populares e sensuais, a sociologia de Freyre e a narrativa literária de José Lins do Rego desenvolvem essa relação de maneiras distintas.

Enquanto *Casa-Grande & Senzala* (1933) se debruça sobre a herança colonial com uma certa nostalgia e uma abordagem mais unificadora das raças, buscando os alicerces de uma religião nacional na plasticidade e no hibridismo, *Sobrados e Mucambos* (1936) sinaliza uma inflexão importante no pensamento freyreano. Nesta obra, Freyre se volta para as mudanças do século XIX e suas consequências, oferecendo uma reflexão mais crítica e engajada sobre os efeitos da modernidade e da urbanização. Ao descrever a transição da casa-grande para o sobrado urbano, Freyre evidencia uma preocupação maior com a desagregação das estruturas patriarcais e as tensões trazidas pela civilização, revelando uma sociologia que, sem abandonar suas premissas iniciais, se mostrava mais atenta às crises e desafios impostos pelo avanço do moderno.

³⁷ Para mais informações sobre a presença desse erotismo nas obras do Freyre analisadas, ver: BARCELOS SOLIVA, T. Uma cultura dos contatos: sexualidades e erotismo em duas obras de Gilberto Freyre. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, [S. l.], v. 6, n. 07, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2246>. Acesso em: 23 jun. 2025.

É precisamente nessa percepção das crises e desafios impostos pela modernidade que a complexa relação de Freyre com o catolicismo – que se manifesta tanto em suas descrições de um cristianismo popular e patriarcal, quanto nas tensões com a ortodoxia institucional – se alinha a uma faceta essencial de seu pensamento: o conservadorismo culturalista. Em vez de aderir a um conservadorismo estatal, Gilberto Freyre preconizou a organização rural e patriarcal do Brasil, concebida sob os pilares do Cristianismo e das tradições ibéricas. A salvaguarda desses costumes e tradições constituiu o componente indispensável da definição inicial do seu pensamento conservador, como destacam Carlos Henrique Dantas e Rodrigo Dantas de Medeiros em seu artigo "Tradição e modernidade no Brasil: o conservadorismo culturalista de Gilberto Freyre":

Gilberto Freyre preconizou a organização rural e patriarcal do Brasil fundada no Cristianismo e nas tradições ibéricas. A salvaguarda desses costumes e tradições é o componente indispensável da definição inicial do seu pensamento conservador. No despontar do século XXI, o interesse pelos tópicos concernentes ao conservadorismo culturalista adquiriu maior vigor. Atualmente, o conservadorismo culturalista ocupa significativa parcela das instâncias intelectuais e políticas antes monopolizadas pelas análises do conservadorismo estatista. A finalidade deste artigo é retratar algumas particularidades contidas no conservadorismo culturalista brasileiro, especialmente nos aspectos teóricos consignados na obra de Gilberto Freyre [...] Intelectuais como Matthew Arnold, John Ruskin e T. S. Eliot - responsáveis por estabelecerem as bases do conservadorismo culturalista na Inglaterra - influenciariam o pensamento de Gilberto Freyre, principalmente durante a sua viagem aos Estados Unidos na década de 1920 e no período em que frequentou a Universidade de Oxford. Esses autores foram citados pelo autor pernambucano em diversos artigos publicados entre os anos de 1918 e 1926, quando abordava temas caros ao conservadorismo cultural [...] O conservadorismo culturalista introduzido por Gilberto Freyre seguiu as especificidades das naturezas tropicais brasileiras e as suas tradições herdadas da cultura portuguesa firmada nos valores sociais advindos do "cristianismo-cultura". Ao romper com o pensamento autoritário embasado no conservadorismo estatista que vigorava na década de 1930, trouxe nova forma de interpretar o país. A sua perspectiva culturalista não estava subordinada às pesquisas sobre o Estado e a política, mas em conhecimento profundo da cultura dos "brasis" que poderiam ser unificados pelas suas tradições populares regionais (DANTAS; MEDEIROS, 2023, p. 126, 128, 135).

Essa perspectiva, influenciada por intelectuais como Matthew Arnold e T. S. Eliot, permitiu a Freyre apresentar uma nova forma de interpretar o país, rompendo com o conservadorismo estatista predominante na década de 1930. Sua análise se fundamentou no conhecimento profundo da cultura dos "brasis", buscando unificar o país através de suas tradições populares e regionais, e do "cristianismo-cultura", em vez de uma abordagem centrada no Estado ou na política.

Esse pensamento encontra um eco notável nas obras do historiador britânico Christopher Dawson, um dos principais expoentes do conservadorismo culturalista europeu. A tese central de Dawson, explorada em *Inquéritos sobre Religião e Cultura* (2017), é de que a religião é a força vital que cria e molda a civilização. Para ele, a vitalidade de uma nação está intrinsecamente ligada à sua herança religiosa. Essa visão dialoga diretamente com a concepção freyriana de um "cristianismo-cultura" que não é apenas uma prática de fé, mas a própria substância da civilização brasileira.

A crítica de Dawson ao progresso secularista, explorada em *Progresso e Religião* (2012), também ressoa no pensamento de Freyre. O historiador britânico argumenta que a civilização ocidental, ao abandonar suas raízes religiosas em nome de um progresso materialista, arrisca a sua própria sobrevivência. Essa perspectiva está em sintonia com a preocupação de Freyre sobre a necessidade de preservar as tradições rurais e o "cristianismo-cultura" frente a uma modernidade urbana e desumanizadora. Essa conexão se aprofunda ao considerarmos *Criação do Ocidente* (2016), onde Dawson detalha como a Igreja Católica foi a força unificadora que, na Idade Média, forjou a civilização europeia a partir da síntese entre as heranças romana, cristã e bárbara. De forma análoga, Freyre aponta o catolicismo como o cimento que uniu a herança portuguesa, indígena e africana para dar forma à nação brasileira.

Essa mesma lógica se aplica à análise de Dawson sobre o século XX em *O Julgamento das Nações* (2018), onde ele vê a ascensão do totalitarismo como resultado da perda dos fundamentos morais e religiosos do Ocidente. Assim como Dawson via a Europa se desintegrando com a perda de sua fé, Freyre percebia o Brasil em risco de perder sua identidade com a desagregação das tradições patriarcais. Ambos os autores, em contextos distintos, defenderam a religião como a única via para a preservação de uma identidade e de uma moralidade nacional.

Ao longo deste capítulo, explorei a profundidade e as nuances do pensamento de Gilberto Freyre, desde o impacto transformador de seu encontro com José Lins do Rego no boêmio Café Continental, em 1923, até a solidificação de sua parceria editorial com José Olympio, fundamental para a ampla disseminação de suas ideias. Percorremos sua trajetória pessoal e intelectual, marcada por exílios e retornos, que culminaram na gestação de obras seminais como *Casa-Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos*.

Discuti como Freyre, ao descrever a miscigenação e o catolicismo imbricado na vida patriarcal do engenho, construiu uma poderosa e controversa narrativa sobre a identidade nacional. As críticas a seu ecletismo e à suposta minimização dos conflitos sociais, embora válidas, não anulam a relevância de sua análise sobre o papel da religião como uma rugosidade cultural – um vestígio do passado que persiste e molda o presente.

A religião nacional que esta tese se propõe a investigar, com seus pilares fincados nas tradições agrário-católicas e em uma visão de sincretismo e plasticidade, encontra em Freyre seu principal formulador. A atenção de Getúlio Vargas à sua obra e o tratamento privilegiado por parte de José Olympio sublinham o alcance e a ressonância de suas ideias. Ao compreender as bases desse catolicismo cultural, que José Lins do Rego também defendeu implicitamente em seus romances, abrimos caminho para analisar sua eventual crise, especialmente a partir do recorte temporal de 1934 no *Ciclo da Cana-de-Açúcar* de Rego.

Este capítulo, ao contextualizar e aprofundar a visão de Freyre sobre o Brasil e seu catolicismo, e ao traçar paralelos com a obra de José Lins do Rego, estabelece as premissas para a compreensão da religião nacional como um dispositivo pragmático de brasilidade. As rugosidades deixadas por essa formação histórica, materializadas em monumentos e, sobretudo, em imaginários e práticas culturais, continuam a ser um campo fértil para a reflexão e debate historiográfico.

CONCLUSÃO

Esta tese propôs uma nova e intrínseca leitura da obra de José Lins do Rego, especialmente do seu *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, ao colocá-la em diálogo com a crise da religião nacional, o conservadorismo político e as profundas transformações socioculturais do Brasil nas décadas de 1930 e 1940. É importante notar que nesta pesquisa, o termo crise não se refere a um colapso imediato, mas a um processo de profunda instabilidade, questionamento de fundamentos e reconfiguração das bases tradicionais da religiosidade católica. Longe de uma abordagem teleológica que atribui a consagração do autor a uma demanda espontânea pela saudade, esta pesquisa demonstrou como sua obra e seu reconhecimento foram moldados por essa intrincada dinâmica e por uma complexa teia de fatores mercadológicos, políticos, institucionais e, centralmente, religiosos.

Ao longo do percurso, evidenciou-se que a instabilidade da religiosidade católica permeou as narrativas reguianas, revelando a profunda tensão entre a tradição arraigada dos engenhos e as novas dinâmicas da modernidade. A tese demonstrou como essa crise da religião nacional se manifesta na obra de maneira multifacetada: através de uma fé ambígua e pragmática no ambiente senhorial, onde o catolicismo funciona mais como herança cultural e pilar de coesão social do que como prática devocional.

Essa religiosidade patriarcal, desprovida de dogma formal, contrasta com o ceticismo e o formalismo de um internato que, apesar de confessional, representa outra face da modernidade secularizada. A trajetória de personagens como Carlos de Melo ilustra a desestruturação de uma ordem espiritual outrora sólida, evidenciada pelo seu distanciamento crescente das práticas e símbolos religiosos, culminando na clausura do quarto dos santos como metáfora de sua própria decadência material e espiritual. Além disso, a análise expandiu-se para a religiosidade em espaços urbanos, revelando o sincretismo e o conflito presentes na cidade, onde as religiões de matriz africana, apesar de sua resiliência, enfrentam estigmas e falham em oferecer um horizonte de expectativa otimista para personagens como Ricardo e Pai Lucas, evidenciando a fragilidade da fé popular frente às adversidades.

A pesquisa também destacou a instrumentalização da religião pelos novos senhores da Usina, um espaço intrinsecamente antirreligioso que ignora as leis divinas em sua lógica capitalista, contrastando com a fé intrínseca dos antigos patriarcas e acentuando a visão trágica e desencantada de um mundo em ruínas. A perda da autoridade moral e espiritual da Igreja, bem como a superficialidade de uma religiosidade performática por parte da elite, e a crescente reconfiguração do papel feminino dentro dessas estruturas religiosas (onde a fé feminina, embora forte, é muitas vezes submetida a uma ordem patriarcal e, por vezes, desafiada pela busca por práticas não-ortodoxas), são elementos cruciais que refletem a incerteza e a busca por novos sentidos em uma sociedade em transição.

A investigação aprofundou-se, ainda, nas estratégias de circulação e consagração da obra, com destaque para a Editora José Olympio. Demonstramos que a demanda pela saudade foi, em grande parte, uma construção, e que o próprio José Lins do Rego emergiu não apenas como escritor, mas como um agente de vendas e divulgador fundamental para a editora, utilizando seu prestígio e suas redes de contato em um mercado editorial ainda incipiente. Sua interação com o aparato político-cultural do governo Vargas, gerenciado por figuras como Francisco Campos e seu relacionamento com instituições como o Serviço do Livro, a Comissão de Censura Literária, o Instituto Nacional do Livro (INL) e o Comitê Nacional de Cinema, guarda consigo silêncios que contribuíram para a legitimação e disseminação de sua obra. Essa dinâmica revela a instrumentalização da cultura pelo Estado Novo para a construção de uma identidade nacional, bem como as possíveis adesões e acomodações dos intelectuais no período analisado. O caso da Usina Catende, por sua vez, funcionou como um microcosmo elucidativo, explicitando os limites materiais e as negociações que permeavam a circulação literária da época, mostrando que o reconhecimento do autor, embora valioso, não garantia uma demanda intrínseca.

O primeiro capítulo demonstrou que a inserção de José Lins do Rego no cenário literário não foi um evento isolado, mas intrinsecamente ligado às profundas transformações políticas e à emergência de um mercado editorial mais estruturado no Brasil. A análise da sua inserção nas redes na crise política revelou que o escritor se tornou um ator estratégico, capaz de navegar e, por vezes, influenciar as dinâmicas de poder e as oportunidades de profissionalização do campo literário. Essa

compreensão nos permite concluir que o lugar do escritor, nesse período, era ativamente construído e condicionado por um complexo entrelaçamento de relações pessoais, políticas e comerciais, estabelecendo as bases para a instrumentalização da cultura que seria aprofundada posteriormente.

O segundo capítulo buscou aprofundar nossa compreensão sobre o *Ciclo da Cana-de-Açúcar* de José Lins do Rego, indicando que a temática da crise da religiosidade católica não é um mero pano de fundo, mas um elemento central para entender a obra. A representação da decadência do engenho, vinculada à perda de fé e valores tradicionais, expõe os espaços de experiência de um Nordeste em transição e os horizontes de expectativa que clamavam por uma ordem perdida. Conclui-se que Lins do Rego, ao narrar essa crise espiritual e social, contribuiu para a construção de um discurso conservador que, mesmo em face da modernização, reafirmava a importância do catolicismo e da tradição como pilares da identidade nacional. Essa dimensão da obra se mostra crucial para entender sua ressonância com os anseios de um Estado que buscava hegemonia ideológica.

No terceiro capítulo busquei deslindar a natureza construída da consagração de José Lins do Rego. A Editora José Olympio emergiu não apenas como uma força comercial, mas como um agente cultural decisivo na formatação da figura do romancista e na difusão de uma narrativa específica sobre o Nordeste. As estratégias editoriais, como vimos, transcendiam o simples lançamento de livros, atuando na legitimação de um conservadorismo político que encontrava na obra de Lins do Rego um veículo potente para suas ideias. Isso nos leva a concluir que o sucesso literário não é apenas fruto do talento individual, mas de um complexo arranjo que envolve a perspicácia editorial em identificar e moldar obras que se alinham a discursos ideológicos dominantes, garantindo sua vasta circulação e aceitação.

O quarto capítulo, ao desmistificar a demanda pela saudade, consolidou uma das ideias centrais da tese: a consagração de José Lins do Rego foi o resultado de uma estratégia multifacetada, e não de uma demanda espontânea do público. As evidências da intensa articulação entre editora e Estado, com o autor atuando como um agente comercial e sendo instrumentalizado pelo Estado Novo através de aproximações pontuais com as demandas ideológicas da época, sublinham a natureza política da cultura nesse período. A saudade pelo Brasil patriarcal e católico,

tão presente na obra, foi ativamente fomentada para legitimar um projeto de nação. Este capítulo nos permite concluir que as disputas pelo passado nacional se materializavam no próprio campo literário, moldando a recepção e o legado de autores como Lins do Rego e revelando que a cultura era um poderoso instrumento na construção da memória histórica e na reafirmação de ideologias conservadoras.

O quinto e último capítulo, por sua vez, foi dedicado à compreensão mais aprofundada da religião nacional através do prisma de Gilberto Freyre e de sua complexa relação com o catolicismo cultural. Ao analisar a *Apologia pro Generatione Sua* de 1924 e as nuances de obras como *Casa-Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, demonstramos como Freyre construiu uma visão de Brasil que, embora celebrasse o hibridismo e a plasticidade, também revelava uma profunda preocupação com a perda das tradições diante da modernidade. A investigação da parceria editorial com José Olympio e a instrumentalização de seu pensamento pelo Estado Novo ressaltaram a dimensão política e mercadológica dessa construção. Além disso, a inserção do conceito de rugosidade de Milton Santos permitiu visualizar como o passado – em suas formas materiais e imateriais, como o catolicismo patriarcal e as estruturas senhoriais – persiste no espaço e na identidade brasileira, atuando como um elemento-chave para a compreensão do substrato que viria a sofrer as tensões da modernidade e, conseqüentemente, a crise da religião nacional retratada por José Lins do Rego.

O arcabouço teórico desta tese — que habilmente entrelaçou a História Social da Literatura com perspectivas sobre espaço (Williams, Hutcheon, Bachelard, De Certeau, Milton Santos (e o conceito de Rugosidade), tempo (Koselleck, Rousso, Hartog, Gumbrecht) e modernidade (Gay, Velloso, Savio) — permitiu uma leitura multifacetada da obra de José Lins do Rego. A problematização do conservadorismo (Scruton, Koysis, Ferreira & Botelho) revelou-se, de fato, central: ela indicou como a religiosidade católica na obra do autor não era um elemento isolado, mas a manifestação de uma sensibilidade que buscava preservar uma ordem social e de fé frente às ameaças da modernização.

Esta tese preenche uma lacuna historiográfica significativa ao conferir o protagonismo devido ao catolicismo na obra de José Lins do Rego. Diferentemente de abordagens anteriores, que se focavam predominantemente em questões

economicistas ou em gênero e identidade, esta pesquisa demonstra que a dimensão religiosa é uma chave fundamental para compreender as tensões e contradições do período. Ela se articula intrinsecamente com as questões de classe, gênero e poder, ao situar a religiosidade como parte de uma construção identitária e social em disputa no Nordeste. Assim, a tese oferece uma nova e profunda camada de leitura que ressignifica tanto a obra do autor quanto a própria história cultural brasileira.

Em suma, a consagração de José Lins do Rego e o sucesso de seu *Ciclo da Cana-de-Açúcar* transcendem a mera capacidade literária ou uma simples demanda pela saudade. Inegavelmente, são o produto de uma complexa intersecção entre o talento do autor, as estratégias de um mercado editorial em plena formação, a instrumentalização cultural de um Estado centralizador e as profundas crises sociais e religiosas de um país em transformação. A obra de Lins do Rego, portanto, atuou ativamente nas dinâmicas que moldaram o Brasil em sua transição para a modernidade, servindo como um valioso espelho das tensões e escolhas que definiram a memória e a identidade nacional no período. Essa construção, que se alinhava a uma visão de país intrinsecamente ligada ao catolicismo, ecoa até os dias de hoje o lema de que o Brasil está acima de tudo, e Deus está acima de todos, tendo o Cristo Redentor como seu principal retrato.

Ainda que forjado em outro contexto, esse discurso de um Brasil cristão e conservador, pilar de certa ideia de identidade nacional veiculada por figuras como Gilberto Freyre e o próprio José Lins do Rego, manifesta continuidades surpreendentes no tempo presente. ganhando força em 2018, no contexto do bolsonarismo, o lema Brasil acima de tudo, Deus acima de todos foi ressignificado e intensamente apropriado, tornando-se um brado central. A então Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, chegou a expressar abertamente inspiração no integralismo. Atualmente, em 2025, às vésperas de novas eleições, a força desse discurso de um Brasil cristão é palpável, embora agora capitaneada majoritariamente por lideranças evangélicas, e não mais majoritariamente católicas. Nesse sentido, percebe-se na persistência desses vestígios e na ressignificação desses lemas a relevância de se revisitar o passado, compreendendo como as narrativas sobre nação e fé, construídas na primeira metade do século XX, continuam a alimentar e a moldar o cenário político e cultural contemporâneo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **As sombras do tempo**: a saudade como maneira de viver e pensar o tempo e a história. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes (Org.). *História e Sensibilidade*. 1. ed. Brasília: Paralelo 15, 2006.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **De armazém à campo cultivável**: a instrução e a formação como diferentes formas de aprendizagem e como diferentes relações com o saber e com a leitura, produzindo subjetividades e sujeitos outros. *Revista Línguas & Letras*, Cascavel, v. 6, n. 10, p. 249-271, 2005.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **O engenho anti-moderno**: a invenção do Nordeste e outras artes. 1994. 500 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1994. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000096855>. Acesso em: 12 de Junho de 2025.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **O Engenho de Meninos**: literatura e história de gênero em José Lins do Rêgo. *Locus*, Juiz de Fora, v. 5, n. 8, p. 113-126, 1999.
ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **Nordestino: invenção do "falo"** – Uma história do gênero masculino (1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **Nos destinos de fronteira**: História, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **Nordestino a invenção do "falo"**: uma história do gênero masculino (1920-1940). 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013. (Coleção Entregêneros).

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Karin Bakke de. **Cronotopo e epifania nos romances O moleque Ricardo e Usina, de José Lins do Rego**: trajetória de formação da personagem

Ricardo. 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14675>. Acesso em: 12 de Junho de 2025.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife no século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH, USP, 2004.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e Regionalismo: (os anos 20 em Pernambuco)**. 2. ed. João Pessoa/Recife: EDUFB/EDUFPE, 1996.

BACHELARD, Gastón. **A poética do espaço**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BARROS, José D'Assunção. **História política, discurso e imaginário**. Revista Sæculum, João Pessoa, jan./jun. 2005.

BARROS, Souza. **Um movimento de renovação cultural**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1975.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil: Contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulus, 1985.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BLANCHOT, Maurice. **Faux Pas**. Paris: Gallimard, 1971.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O capital social: notas provisórias**. In: CATANI, Afrânio; HESPANHA, Antônio Manuel (Org.). O que é "social"? Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

BRANDÃO, Luis Alberto. **Teorias do espaço literário**. Belo Horizonte: Perspectiva, 2013.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CANDIDO, Antonio. **A Revolução de 1930 e a cultura**. Revista Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 4, abr. 1984.

CANDIDO, Antônio; ROSENFELD, Anatol; PRADO, Décio de Almeida; GOMES, Paulo Emílio Salles. **A Personagem de Ficção**. 13. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Tradução de Maurício Santana Dias. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2008.

CARDOSO, Laís de Almeida. **A infância revisitada**: um estudo sobre o protagonismo infantil na literatura brasileira ao raiar do século XX. 2017. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.8.2017.tde-04082017-192107. Acesso em: 12 de Junho de 2025.

CARVALHO, F. A. L. de. **O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier**. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rego**: Modernismo e Regionalismo. São Paulo: Edart, 1961.

CATENDE, U. S. A. **Carta a Olympio**, J. 1937. Correspondência (dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.375). In: LINS DO REGO, José. Inventário da Editora José Olympio na subsérie editados. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

CEBALLOS, Rodrigo. **Os maus costumes nordestinos**: invenção e crise da identidade masculina no Recife (1910-1930). 2003. 142 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2003. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281535>. Acesso em: 12 de Junho de 2025.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica**. In: CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **Práticas de espaço**. In: CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: Artes de Fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CHAGURI, Mariana. **O Romancista e o Engenho**: José Lins do Rego e o regionalismo nordestino dos anos 1920 e 1930. São Paulo: Anpocs.

CHAGURI, Mariana Miggiolaro. **Do Recife nos anos 20 ao Rio de Janeiro nos anos 30**: Jose Lins do Rego, regionalismo e tradicionalismo. 2007. 211 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281503>. Acesso em: 12 de Junho de 2025.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. São Paulo: Huicitec, 1998.

CHARTIER, Roger. **O mundo como vontade de representação**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 11, n. 5, 1991.

COMPAGNON, Antoine. **Os cinco paradoxos da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares (org.). **As instituições brasileiras na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DAWSON, Christopher. **Criação do Ocidente**. São Paulo: É Realizações, 2016.

DAWSON, Christopher. **Inquéritos sobre religião e cultura**. São Paulo: É Realizações, 2017.

DAWSON, Christopher. **O julgamento das nações**. São Paulo: É Realizações, 2018.

DAWSON, Christopher. **Progresso e religião**. São Paulo: É Realizações, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Volume 2. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DOSSE, François. **A biografia à prova da identidade narrativa**. Tradução de Vera Regina de Sousa e Silva. Escritas do Tempo, Redenção, v. 2, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2011.

DOSSE, François. **A biografia e o regresso do sujeito**. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 25-37, jul./dez. 2007. Disponível em: https://www.egm.mar.mil.br/revistaegm/2007_v13_n2.pdf. Acesso em: 12 de Junho de 2025.

DOSSE, François. **A biografia pode ser um elemento privilegiado na reconstituição de uma época, com seus sonhos e angústias.** In: A Biografia e o Ensino de História. [S. l.: s. n.], 2009. p. 11. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945019_99bd18fb1cb214cbbdb1edbff01b86b9.pdf. Acesso em: 12 de Junho de 2025.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico:** Escrever uma vida. Tradução de Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Edusp, 2009.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico:** Escrever uma vida. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

DOSSE, François. **O acontecimento na história:** uma nova abordagem. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 25-41, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempoeargumento/article/view/180785081022010025/1199>. Acesso em: 12 de Junho de 2025.

DOSSE, François. **O acontecimento e a história.** Entrevista concedida a Maria do Carmo Campello. Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 19-35, jul. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.univeritas.edu.br/index.php/comunicacao/article/view/72/72>. Acesso em: 12 de Junho de 2025.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades:** a interpretação de uma mutação. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária.** Tradução de Mateus Correia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

EGGS, Ekkehard. Ethos Aristotélico, Convicção e Pragmática Moderna. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no Discurso:** a Construção do Ethos. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-56.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** Uma História dos Costumes. v. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Ulisseia, 1961.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Prefácio de Lewis R. Gordon. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIA, Octavio de. **Boletim de Ariel,** Rio de Janeiro, dez. 1933.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2019.

FERNANDES, Diego José. **Ao rés do chão**: História e Literatura. Revista de Teoria da História, Ano 4, n. 8, p. 106-125, dez. 2012.

FERNANDES, Diego José. **Contando o passado, tecendo a saudade**: a construção simbólica do engenho açucareiro em José Lins do Rego (1919-1943). 2014. 318 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/16985>. Acesso em: 12 de Junho de 2025.

FERNANDES, Diego José. **Imagens da escrita, escrita das imagens**: visualizações do engenho em Minha Formação. Revista Cordis, São Paulo, n. 9, p. 51-84, jul./dez. 2012.

FERNANDES, Diego José. **Jogos de espaços**: produção de alteridade e identidades espaciais no discurso literário de José Lins do Rego. Escritas, v. 2, n. 1. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1414/8205>. Acesso em: 12 de Junho de 2025.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (Org.). **Revisão do Pensamento Conservador**. São Paulo: HUCITEC, 2010.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Org.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. v. I.

FERRETTI, Sérgio. **Repensando o sincretismo**: estudo sobre a Casa das Minas. São Luís: Editora UFMA, 1995.

FONTES DO ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS – APA. **Jornal Gazeta de Alagoas**, Ano XII, 1934.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luis Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, As heterotopias**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: FOUCAULT, Michel. Ditos e Escritos III. **Estética**: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 41. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Apologia pro generatione sua**. [S. l.]: [s. n.], 5 abr. 1924. Disponível em: <http://bvvgf.fgf.org.br/portugues/obra/opusculos/apologie.htm>. Acesso em: 22 jun. 2025.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Gilberto Freyre**: Novo Mundo nos Trópicos. 3. ed. São Paulo: Editora Global, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7. ed. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**: Introdução à história da sociedade Patriarcal. 6. ed. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Pessoas, Coisas & Animais**, 1ª Série: ensaios, conferências e artigos. Reunidos e apresentados por Edson Nery da Fonseca. 2. ed. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Globo, 1981.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Tempo de aprendiz**. São Paulo: IBRASA; INL, 1979. v. 1.

FREYRE, Gilberto. **Tempo de aprendiz**. São Paulo: IBRASA; INL, 1979. v. 2.

FRYE, Northrop. **O Grande Código**: a Bíblia e a literatura. Tradução de Marcio Stockler. Campinas, SP: Sétimo Selo, 2021.

GAY, Peter. **Modernismo**: o fascínio da heresia. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GINZBURG, Carlo. Estranhamento: pré-história de um procedimento literário. In: GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GILENO, C. H.; MEDEIROS, R. D. DE. **Tradição e modernidade no Brasil: o conservadorismo culturalista de Gilberto Freyre**. Dialogos, v. 27, n. 2, p. 123-146, 19 set. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/63853/751375156449>. Acesso em: 22 jun. 2025.

GUIMARÃES, S. **Carta a Olympio**, J. 1936. Correspondência (6 nov. 1936; dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.375). In: LINS DO REGO, José. Inventário da Editora José Olympio na subsérie editados. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GOMES, Edgar da Silva. **O catolicismo nas tramas do poder: a estadualização diocesana na Primeira República (1889-1930)**. 2012. 344 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: EdUSP, 1985. (Coleção Coroa Vermelha, Estudos Brasileiros, v. 6).

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. **ABC de José Lins do Rego**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico: população e habitação**. Rio de Janeiro, 1950. v. 2, p. 110-111.

JAMESON, Frederico. **O romance histórico ainda é possível?** Revista Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 77, p. 185-2003, mar. 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Tradução do original alemão de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Espaço e história**. In: KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre a história. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014. p. 73-90.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre a história. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos.

KOYSIS, David. **Visões e ilusões políticas**: Uma análise & crítica cristã das ideologias contemporâneas. Editora Vida Nova, 2021.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: O município e o regime representativo no Brasil. Companhia das Letras, 2013.

LE BRETON, David. **Desaparecer de si**: uma tentação contemporânea. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, J. **Carta a Olympio**, José. 1937. Correspondência (12 maio 1937; dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.246). In: OLIMPIO, J. (Org.). Inventário da Editora José Olympio na subsérie editados. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio**: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da república velha. São Paulo: Hucitec, 1992.

MARTINS, Vanessa Gandra Dutra. **Reflexão sobre a escrita epistolar como fonte histórica a partir da contribuição da teoria da literatura**. Língua & Literatura, Frederico Westphalen, v. 13, n. 20, p. 61-72, ago. 2011. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/revistalinguaeliteratura/article/view/152/294>. Acesso em: 12 de Junho de 2025.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira**: 1890-1930. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Um Confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado**. In: FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, O Brasil Republicano, 2.o 1vol., Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o 'Perigo Vermelho': o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. 433 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001104535>. Acesso em: 12 de Junho de 2025.

NEPOMUCENO, Maria Margarida Cintra. **A Missão Cultural Brasileira no Uruguai: a construção de um modelo de diplomacia cultural do Brasil na América Latina (1930-1945)**. 2015. 235 f. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-13092016-142012/publico/2015_MariaMargaridaCintraNepomuceno_VCorr.pdf. Acesso em: 26 jun. 2025.

O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**. São Paulo: Unesp, 1992.

OLIVEN, Ruben George. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional** (O eterno retorno). In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na Ciência Social brasileira*. São Paulo: ANPOCS; Sumaré; Brasília: CAPES, 2002.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Gritos de vida e morte: a construção da ideia de decadência do patriarcado rural nos discursos da Primeira República**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 1997.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Imagens pessoais: escritos e escrituras de si na literatura de José Lins do Rego**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo-RS. *História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. São Leopoldo: Oikos, 2007. v. 1. p. 592-592.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **O autor e a autoria: José Lins do Rego em cena**. *Alpharrábios*, v. 2, n. 1, p. 01-14, 2008.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Saudades e Desejos dos Verdes Anos: escritos e escrituras de si na literatura de José Lins do Rego**. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 12., 2006, Cajazeiras. *História e Multidisciplinaridade: fronteiras e deslocamentos*. Campina Grande: UEPB, 2006. v. 01. p. 61-61.

OLYMPIO, José. **Carta a Argemiro de Figueiredo**. 1936a. Correspondência (20 out. 1936; dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.375). In: LINS DO REGO, José. *Inventário da Editora José Olympio na subsérie editados*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

OLYMPIO, José. **Carta a Lins do Rego**, José. 1936b. Correspondência (Início de nov. 1936; dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.375). In: LINS DO REGO, José. *Inventário*

da Editora José Olympio na subsérie editados. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

OLYMPIO, José. **Carta a Lins do Rego**, José. 1936c. Correspondência (14 nov. 1936; dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.375). In: LINS DO REGO, José. Inventário da Editora José Olympio na subsérie editados. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

OLYMPIO, José. **Carta a Gilberto Freyre**. 1943. Correspondência (26 abr. 1943; dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.193). In: Inventário da Editora José Olympio na subsérie editados. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

OLYMPIO, José. **Carta a Gilberto Freyre**. 1943. Correspondência (9 jul. 1943; dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.193). In: Inventário da Editora José Olympio na subsérie editados. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

OLYMPIO, José. **Carta a Gilberto Freyre**. 1943. Correspondência (4 ago. 1943; dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.193). In: Inventário da Editora José Olympio na subsérie editados. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

PAVLOSKI, Evanir. **1984: a distopia do indivíduo sob controle**. Ponta Grossa: EUPG, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & literatura: uma velha-nova história**. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, [Enligne], Débats, postado em 28 jan. 2006. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/1560>. Acesso em: 12 de Junho de 2025.

QUEIROZ, Rachel de. **Menino de engenho: 40 anos**. In: REGO, José Lins do. Menino de engenho. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. **Outros tempos, outras histórias: kairós, manifesto, crise**. 2021. 178 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

RAVETTI, Graciella; CURY, Maria Zilda; ÁVILA, Myriam (Org.). **Topografias das culturas: representação, espaço e memória**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

REGO, Elizabeth Lins do. **José Lins do Rego, meu pai**. Ciência & Trópico. Recife, v. 10, n. 2, p. 193-202, jul./dez. 1982.

REGO, José Lins do. **Bangüê**. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

REGO, José Lins do. **Bangüê**. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

REGO, José Lins do. **Carta a Gilberto Freyre**. [1934]. Correspondência. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/download/27552/19745>. Acesso em: 26 jun. 2025.

REGO, José Lins do. **Carta a Olympio**, J. 1934. Correspondência (17 jul. 1934; dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.375). In: OLYMPIO, J. (Org.). Inventário da Editora José Olympio na subsérie editados. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

REGO, José Lins do. **Carta a Olympio**, J. 1934. Correspondência (26 jul. 1934; dossiê: LJOE.ADM.CED.EDT.375). In: OLYMPIO, J. (Org.). Inventário da Editora José Olympio na subsérie editados. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

REGO, José Lins do. **Conferências do Prata**. Rio de Janeiro: Editora e Livraria da Casa do Estudante do Brasil, 1946. (Série ou Coleção; n. 17).

REGO, José Lins do. **Doidinho**. 33. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

REGO, José Lins do. **Fogo Morto**. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

REGO, José Lins do. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1942.

REGO, José Lins. **Homens seres e coisas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952.

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. 42. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

REGO, José Lins do. **Meus Verdes Anos**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

REGO, José Lins do. **O moleque Ricardo**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

REGO, José Lins do. **Usina**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

REGO, José Lins do. **Usina**. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

ROUSSO, Henry. **A Síndrome de Vichy**: de 1944 aos nossos dias. Edição original: Le Syndrome de Vichy: de 1944 à nos jours. Paris: Points, 2016.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente e o contemporâneo. Tradução Fernando Coelho, Fabrício Coelho Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SAID, Edward W. **Oientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANCHIS, Pierre. **O reencantamento do mundo**: religiões e religiosidades no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTANA, Jeová Silva. **O internato como modelo educacional segundo a literatura: um estudo sob a perspectiva da teoria crítica**. 2011. 195 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10294>. Acesso em: 12 de Junho de 2025.

SANTOS, D.V.C. dos. **Acerca do conceito de representação**. Revista de Teoria da História, Ano 3, Número 6, dez. 2011.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; v. 1).

SARLO, Beatriz. **Modernidade Periférica**: Recife e Rio de Janeiro (1920-1940).

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCRUTON, Roger. **Como ser um conservador**. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SCRUTON, Roger. **O que é Conservadorismo**. 1. ed. São Paulo: É Realizações, 2015.

SILVA FILHO, Juscelino Barros da. **Em defesa da densidade temporal das experiências históricas: o problema das balizas temporais na história do tempo presente**. In: Simpósio Nacional de História, 32., 2023, São Luís do Maranhão. Anais [...]: Democracia e Direitos Humanos: Desafios para uma História Profissional. São Luís do Maranhão: ANPUH, 2023. p. 1-13. Disponível em: https://www.snh2023.anpuh.org/resources/anais/11/snh2023/1693368349_ARQUIVO_e9d87f99d9c6319df6e9a659a44d1f97.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

SILVA FILHO, Juscelino Barros da. **História Magistra Vitae, um topos realmente dissolvido?** Analisando a função e o conceito da história em meus verdes anos de José Lins do Rego (1956). In: SEMANA ACADÊMICA DE HISTÓRIA (UDESC-FAED), 12., 2022, Florianópolis. Anais da 12ª Semana Acadêmica de História - Mídias e Representações. Florianópolis, 2022. v. 12. p. 1-8.

SILVA FILHO, Juscelino Barros da. **Os espaços da modernidade: Alteridades espaciais na literatura de José Lins do Rego (1932 – 1936)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstreams/45da3abd-882c-45d6-8179-203cf150f301/download>. Acesso em: 12 de Junho de 2025.

SILVA FILHO, Juscelino Barros da. **Quem tem o direito de falar sobre a vida dos negros?** TEL Tempo, Espaço e Linguagem, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tel/article/view/20064>. Acesso em: 12 de Junho de 2025.

SILVA FILHO, Juscelino Barros da. **Uma investigação sobre os significados agenciados ao catolicismo e suas práticas na trajetória intelectual de Gilberto Freyre entre os anos 1920-1940**. In: SEMANA ACADÊMICA DE HISTÓRIA (FAED-UDESC), 2021, Florianópolis. Anais da 11ª Semana Acadêmica de História - Mídias e Representações. Florianópolis: Anais da Semana Acadêmica de História (UDESC - FAED), 2021. v. 11, n. 1.

SILVA FILHO, Juscelino Barros da. **História magistra vitae, um topos realmente dissolvido?** Analisando a função e o conceito da história em Meus Verdes Anos de José Lins do Rego (1956). In: SEMANA ACADÊMICA DE HISTÓRIA, 12., 2022, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: FAED-UDESC, 2022. v. 12, n. 1.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. **O Romancista e o Engenho**: José Lins do Rêgo e o regionalismo nordestino dos anos 1920 e 1930, de Mariana Ghaguri. Sociologias, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 286-295, abr. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222013000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 de Junho de 2025.

SOARES, Lucila. **Rua do Ouvidor 110**: Uma história da Livraria José Olympio. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2006.

SOUSA, Ana Paula Freitas. **Heróis da infância em Menino de engenho e Meus verdes anos de José Lins do Rego**. 2009. 115 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Literatura, Programa de Pós-Graduação em Letras, Fortaleza-CE, 2009.

TELES, Gilberto Mendonça. **A Crítica e o Romance de 30 do Nordeste**. Rio de Janeiro: Atheneu Cultural, 1990.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: A questão do outro. Editora Martins Fontes, 1982.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Edue, 2013.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 2. ed. muito aumentada e melhorada pelo autor. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1877. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4824>. Acesso em: 12 de Junho de 2025.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **A Modernidade em Preto e Branco**: Ideias Francesas e Elites Brasileiras (1850-1940).

VELLOSO, Mônica Pimenta. **História & Modernismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VENUZO, Maria Thereza. **Classes rurais e nordeste uma visão de José Lins do Rêgo**. Revista de Administração de Empresas, v. 12, n. 2, p. 125-131, 1972.

VOEGELIN, Eric. **Religião e a ascensão da modernidade**: História das ideias políticas Vol. V. São Paulo: É realizações, 2016.

WEINRICH, H. **Lete**: arte e crítica do esquecimento. Trad. Lya Luft. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ZALLA, J., & Emiliano Casas, M. (2024). Apresentação da seção: **Tradições inventadas** : intelectuais, identidades políticas e usos públicos do passado na América Latina (séculos XIX-XXI). Anos 90, 31, e2024300.
<https://doi.org/10.22456/1983-201X.144521>.

ATESTADO DE VERSÃO FINAL

Eu, Juscelino Barros da Silva Filho, vinculado ao curso de Doutorado em História, declaro que esta é a versão final de minha Tese intitulada: **“A CRISE DA RELIGIÃO NACIONAL: Conservadorismo político e religiosidade católica na série do ciclo da cana de açúcar de José Lins do Rego (1932-1943)”** sob orientação do(a) professor(a) Emerson César de Campos.

Florianópolis, 17 de Setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **JUSCELINO BARROS DA SILVA FILHO**
Data: 16/09/2025 21:05:15-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Juscelino Barros da Silva Filho

Documento assinado digitalmente
 **EMERSON CESAR DE CAMPOS**
Data: 16/09/2025 20:44:41-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Emerson César de Campos